



Enabling poor rural people
to overcome poverty

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire

Relatório Final

Relatório Principal y Anexos

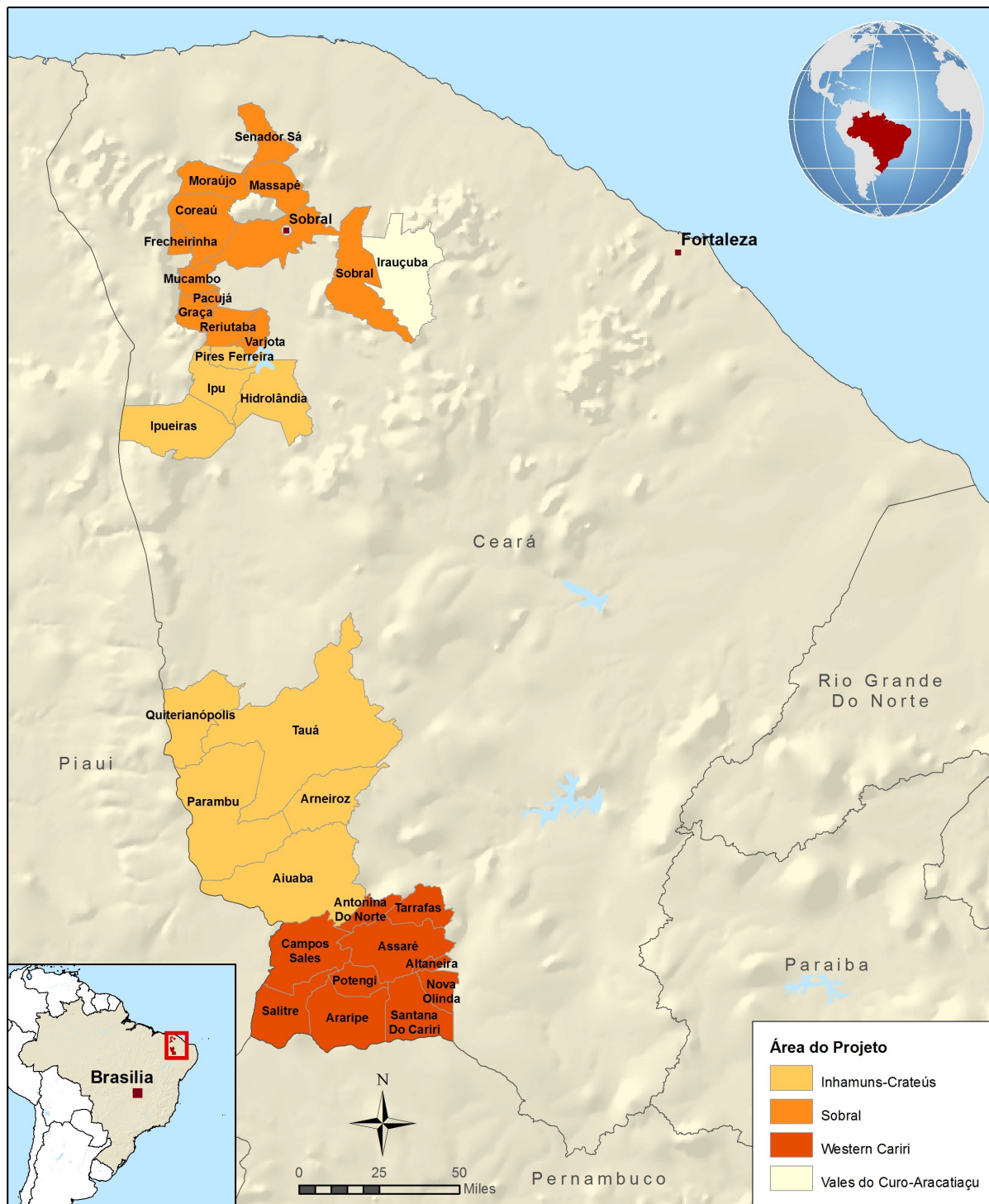
Data Documento: Janeiro 2013
Projecto No. 1619-BR
Relatório No: 3312-BR
Divisão de América Latina e Caribe
Departamento de Administração de Programas

Mapa da Área do Projeto

República Federativa do Brasil

Projeto de desenvolvimento produtivo e de capacidades - Projeto Paulo Freire

Relatório de desenho



02-05-2012



A apresentação do material deste mapa e as designações utilizadas não implicam na expressão de opinião do FIDA sobre qualquer julgamento de fronteiras, limites geográficos ou de autoridades relacionadas ao mapa.

Mapa elaborado pelo FIDA

BRAZIL

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES – PROJETO PAULO FREIRE

RELATÓRIO DE DESENHO FINAL DE PROJETO

RELATÓRIO PRINCIPAL

ÍNDICE

	Página
Mapa da Área do Projeto	i
Equivalências de moeda	iv
Pesos e medidas	iv
Abreviaturas e siglas	iv
Marco Lógico (ML)	vi
I. CONTEXTO ESTRATÉGICO E JUSTIFICATIVA	1
II. Descrição do Projeto	6
III. Implementação do Projeto	30
IV. Custos, Financiamento e Benefícios do Projeto	43

ANEXOS

ANEXO 1.	CONTEXTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL
ANEXO 2.	POBREZA, FOCALIZAÇÃO E GÊNERO
ANEXO 3.	DESEMPENHO DO PROGRAMA NO PAÍS E LIÇÕES APRENDIDAS
ANEXO 4.	DESCRIÇÃO DETALHADA DO PROJETO
ANEXO 4.1	SISTEMAS PRODUTIVOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DO PROJETO
ANEXO 5.	ASPETOS INSTITUCIONAIS E ARRANJOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
ANEXO 6.	PLANEJAMENTO, MONITORIA, AVALIAÇÃO, APRENDIZAGEM E GESTÃO DO CONHECIMENTO
ANEXO 7.	GESTÃO FINANCEIRA, DESEMBOLSO E FLUXO DE FUNDOS
ANEXO 8.	AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

- ANEXO 9. CUSTOS E FINANCIAMENTO DO PROJETO
- ANEXO 10. ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA
- ANEXO 11. RASCUNHO DO MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
- ANEXO 12. ADESÃO ÀS POLÍTICAS DO FIDA
- ANEXO 13. MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O BANCO DO NORDESTE E O FIDA
- ANEXO 14. SERVIÇOS FINANCEIROS RURAIS
- ANEXO 15. CONTEÚDO DO CICLO DE VIDA DO PROJETO

DOCUMENTOS DE TRABALHO

- WP 1: SISTEMAS PRODUTIVOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DO PROJETO
- WP 2: ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DO PROJETO

Equivalências de moeda

Unidade Monetária	=	Reais (R\$)
1 US\$	=	1,750
1 R\$	=	0,571

Pesos e medidas

1 kilogram (kg)	=	2.204 pounds
1 000 kg	=	1 metric ton (t)
1 pound (lb)	=	450 grams (gr)
1 kilometre (km)	=	0.62 miles
1 meter (m)	=	1.09 yards
1 square meter (m ²)	=	10.76 square feet
1 acre (ac)	=	0.405 hectares (ha)
1 hectare (ha)	=	2.47 acres
1 arroba (@)	=	11.5 kilograms
1 quintal (qq)	=	45.3 kilograms
1 gallon (gl)	=	3.785 liters (l)

Abreviaturas e siglas

AGE	Auditoria Geral do Estado [Office of the State Auditor General]
POA	Plano Operativo Anual [Annual Work Plan]
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará [Ceará Technical Assistance and Rural Extension Agency]
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [Brazilian Agricultural Research Agency]
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará [Agricultural Workers' Federation of the State of Ceará]
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [Brazilian Geography and Statistics Bureau]
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará [Agricultural Development Institute of Ceará]
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará [Federal Education, Science and Technology Institute of Ceará]
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Applied Economic Research Institute]

IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará [Economic Strategy and Research Institute of the State of Ceará]
M&A	Monitoria e Avaliação [Monitoring and Evaluation]
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário [federal Ministry of Agricultural Development]
ODM	Objetivos do Milênio [Millennium Development Goals]
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome [Federal Ministry of Social Development and Hunger Alleviation]
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar [Family Farm Food Acquisition Programme]
PAA Leite	Programa de Aquisição de Leite [Milk Acquisition Programme]
UGP	Unidade de Gestão do Projeto [Project Management Unit]
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar [National School Lunch Programme]
PROINF	Programa de Aplicação dos Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador em Projetos de Infraestrutura Econômica [Programme to Use Resources from the Workers' Assistance Fund for Economic Infrastructure Projects]
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [National Programme for the Promotion of Family Farming]
RIMS	Sistema de Resultados e Gerência de Impacto [Results and Impact Management System]
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará [Department of Agricultural Development of the State of Ceará]
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [Brazilian Service to Support Micro and Small Enterprises]
SECON	Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado [Department of the Comptroller and Complaints Commissioner of the State of Ceará]
SEFAZ	Secretaria da Fazenda [Department of Finance]
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas [Office of the Superintendent of Water Works]
TCE	Tribunal de Contas do Estado [State Auditing Office]
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento [National Supply Company]

GOVERNO DO CEARÁ

Ano Fiscal

1 Janeiro – 31 Dezembro 2012

Marco Lógico (ML)

Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos/Risco
META Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE)	Na área do Projeto e ao fim do Projeto: <ul style="list-style-type: none"> 35% de redução na pobreza extrema ao final do Projeto, de 43% a 28% (ODM) 30% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível) 	<ul style="list-style-type: none"> Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE Linha de base (RIMS) Avaliação final (RIMS) 	
OBJETIVO DESENVOLVIMENTO Aumento da renda e da qualidade de vida da população alvo por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres	<ul style="list-style-type: none"> 60.000 famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto; entre elas a totalidade recebe capacitação em acesso às políticas públicas e 30.000 recebem assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 1.8.1, 1.82) 80% das 30,000 famílias atendidas por assessoria técnica e investimentos produtivos aumentam sua renda média em pelo menos 30% (<i>linha de base</i>) Mínimo de 50% dos beneficiários são mulheres ou jovens 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base (RIMS) Avaliação final (RIMS) Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE Relatórios do Sistema de M&A Relatórios RIMS Pesquisas entre os beneficiários do Projeto 	<ul style="list-style-type: none"> Seguem as políticas públicas nacionais e estaduais de apoio à agricultura familiar Segue o crescimento econômico do país e do estado Mercados alvos estáveis e capazes de absorver a produção incremental Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo governo O Projeto aplica um bom sistema de focalização e implementa com sucesso suas atividades Secas ou mudanças climáticas são geridas com medidas de adaptação adequadas Acesso a crédito de custeio. Os preços agrícolas se mantêm favoráveis para os agricultores familiares
Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades			
RESULTADO 1 Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e econômicas têm suas capacidades fortalecidas	Na área do Projeto e ao fim do Projeto: <ul style="list-style-type: none"> 80% das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis (RIMS 2.6.3) 70% dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base (RIMS) Avaliação final (RIMS) Relatórios do Sistema de M&A Relatórios RIMS Informações estatutárias das organizações e associações Registros das organizações beneficiárias Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de equipes de assistência técnica para garantir serviços de qualidade A assessoria técnica responde às necessidades do mercado Interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas As atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão são mantidas.

<p>Produto 1.1 Os beneficiários do projeto e suas organizações recebem assessoria técnica contínua e especializada</p> <p>Produto 1.2 Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados</p> <p>Produto 1.3 Jovens rurais desenvolvem suas capacidades para tornarem-se empreendedores e acessarem a terra</p> <p>Produto 1.4 Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 60.000 famílias recebem capacitação em acesso às políticas públicas • 30.000 famílias beneficiárias de assistência técnica (contínua e/ou especializada) • 24.000 famílias rurais recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizativo, produção agrícola e não agrícola, gestão de negócios e acesso a mercados (RIMS 1.1.9, 1.6.2) • 12.000 famílias rurais recebem assessoria técnica especializada (6.000 recebem também assistência técnica contínua), dentre as quais pelo menos 1.200 são famílias jovens (RIMS 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4) • 1,200 líderes comunitários capacitados, dos quais pelo menos 50% são mulheres ou jovens (RIMS 1.6.3) • 600 organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão (RIMS 1.6.4, 1.6.5) • 600 Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa (RIMS 1.6.7) • 600 Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; entre os quais aproximadamente 500 correspondem a organizações comunitárias e 100 a organizações econômicas (RIMS 1.4.4; 1.4.5) • 1,200 jovens rurais recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas, entre os quais 400 para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra • 300 técnicos provedores de assessoria técnica recebem capacitação para melhora dos serviços que fornecem (pelo menos 30% mulheres) (RIMS 	<p>da assessoria técnica</p>	
---	---	------------------------------	--

	1.2.1)		
Componente 2 – Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental			
<p>RESULTADO 2</p> <p>Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados</p> <p>Produto 2.1</p> <p>Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação</p> <p>Produto 2.2</p> <p>Os beneficiários do Projeto melhoram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar</p> <p>Produto 2.3</p> <p>Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis</p>	<p>Na área do Projeto e ao fim do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> 30.000 famílias beneficiadas por investimentos produtivos, entre os quais: <ul style="list-style-type: none"> 20.000 famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto e pelo menos 80% operacionais ao final do Projeto (RIMS 1.6.8) 10.000 famílias acessam financiamento para investimento produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto) 500 famílias recebem investimentos para pequenos esquemas de irrigação (RIMS 1.1.5) Pelo menos 30% dos empreendimentos associativos serão liderados por mulheres (RIMS 1.6.6) Pelo menos 30% de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo (RIMS 2.2.2) 60% dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de adição de valor Pelo menos 30% de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos Pelo menos 70% das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Seguro Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc) (RIMS 2.3.2) 70% dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga 100% das unidades de beneficiamento atendem as normas ambientais de tratamento de efluentes 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base (RIMS) Avaliação final (RIMS) Relatórios do Sistema de M&A Relatórios RIMS Informações estatutárias das organizações e associações Registros de produção e de vendas dos beneficiários Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Mercados preparados para absorver incrementos de produção Infra-estrutura básica para chegar aos mercados provida pelo governo Interesse e participação das comunidades e das organizações económicas

DOCUMENTO DE DESENHO DE PROJETO

RELATÓRIO PRINCIPAL

I. CONTEXTO ESTRATÉGICO E JUSTIFICATIVA

A. O país e o contexto do desenvolvimento rural

1. **Antecedentes gerais.** Com uma área de 8,5 milhões de km² e uma população de 190.755.799 habitantes¹ - dos quais 29.830.007 (15,6%) vivem no meio rural – o Brasil constitui um país extenso e muito diverso. Conta com seis macrorregiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. O Nordeste – região que inclui o estado do Ceará – é a segunda região mais populosa do país, com 53.081.950 habitantes (27,8% do total). A taxa anual de crescimento da população brasileira vem decrescendo paulatinamente desde a década 1950-60 e passou de 2,99% para 1,17% na década mais recente (2000-2010). Na região Nordeste esta taxa de crescimento é ainda menor: 1,07% ao ano para a última década.

2. O PIB do Brasil em 2010 foi de US\$ 2,088 trilhões. A Renda Nacional Bruta (GNI) per *capita* (método Atlas, Banco Mundial) do mesmo ano foi de aproximadamente US\$ 9.400², o que classifica o Brasil como país de renda média alta, apesar das fortes discrepâncias regionais, conforme aludido abaixo. O crescimento médio da economia brasileira no período 2000 a 2008 foi de aproximadamente 3,9% ao ano. A crise mundial de 2008 teve forte impacto, reduzindo o crescimento de 2009 para praticamente zero. Houve uma recuperação em 2010 (7,5%), em 2011 houve um crescimento moderado (2,7%) e para 2012 espera-se que o crescimento continue no mesmo patamar (3%).

3. **A agricultura e o Brasil rural.** A agricultura tem sido, historicamente, um setor estratégico e, como tal, desempenha papel relevante na configuração da sociedade brasileira. Embora a sua participação no PIB seja modesta - 5,8% em 2010 – este setor representa uma significativa fonte de geração de renda, emprego e exportações para o Brasil. A agricultura cresceu significativamente nos últimos anos. A produção anual de grãos passou de pouco mais de 54 milhões de toneladas em 1990 para 153 milhões de toneladas em 2010, o que representa um crescimento de mais de 180%. Este dinamismo do setor agrícola relaciona-se principalmente com uma forte demanda internacional e doméstica, investimentos privados na agricultura de monocultura extensiva e investimentos públicos na área de pesquisa e desenvolvimento exemplificado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

4. Mas este panorama de ímpeto econômico não deve fazer esquecer as marcadas diferenças que existem entre regiões e no seio do próprio setor. Existem dois tipos principais de estabelecimentos agropecuários: familiares e patronais ou empresariais. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), no seu conjunto o setor conta com 5.175.000 estabelecimentos produtivos. Destes, 4.367.000 eram estabelecimentos de agricultura familiar³. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros⁴. A agricultura familiar gera pouco mais de um terço (38%) das receitas agropecuárias, mas

¹ Deste total, 51,03% são mulheres. Os dados deste parágrafo são do Censo Demográfico 2010 (IBGE). (Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>)

² Fonte: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD/countries>

³ Este tipo de unidade produtiva, definida pela Lei No. 11.326, se caracteriza pelo trabalho numa área restrita (não maior de quatro módulos fiscais) e pela utilização predominante da mão de obra da própria família.

⁴ O Censo Agropecuário de 2006 traz um dado interessante: 13,7% destas unidades familiares são dirigidas por mulheres.

ocupa 12,3 milhões de pessoas ocupadas, enquanto que o setor não familiar ocupa somente 4,2 milhões. Em algumas regiões existe também um importante contingente de trabalhadores assalariados sazonais (em grande parte inclusos no contingente de ocupados pelos estabelecimentos não familiares), relacionados principalmente a culturas como a cana de açúcar, o café, a laranja.

5. O debate sobre o meio ambiente no Brasil está intimamente ligado ao desenvolvimento da agricultura. Por um lado, uma parte importante do crescimento do setor está relacionada à abertura de novas terras, o que leva ao desmatamento, às queimadas, etc. Por outro lado, nem sempre as áreas em uso são exploradas de forma que os recursos ambientais sejam preservados. Neste domínio, tem havido progressos na conservação do solo com a adoção do cultivo direto, mas, por outro lado, os agrotóxicos muitas vezes são utilizados sem o cuidado mínimo necessário e sem respeitar a legislação vigente.

6. **Os contrastes e a persistência da pobreza.** Embora as condições econômicas e sociais tenham melhorado significativamente nos últimos 15 anos, o Brasil ainda é um país de fortes contrastes. Existe uma marcada desigualdade, que é mais acentuada nas áreas rurais, e nas regiões do Norte e do Nordeste. Os índices de pobreza e extrema pobreza são indicadores destas desigualdades. Por exemplo, dados do ano 2003 mostram que 41,3% da população do país encontrava-se abaixo da linha de pobreza. Nesta mesma data, o percentual de população do país considerado extremamente pobre era de 18,2%. A situação do meio rural era ainda mais preocupante. Estudos calcularam que, em 2003, 55,2% da população rural brasileira estava por baixo da 'linha de pobreza'. Na região Nordeste a incidência deste problema era ainda maior: 66,1% da população encontrava-se abaixo da 'linha da pobreza', e 37,3% era considerado 'extremamente pobre'. ⁵ Dados do IPEA do mesmo ano mostram que em alguns estados nordestinos o índice de pobreza ultrapassava 75%.

7. **As políticas governamentais para enfrentar a pobreza.** Motivado pelo quadro acima exposto, nos últimos anos o governo brasileiro tem estabelecido a redução da pobreza como a sua principal meta. O Governo Federal instituiu dois conjuntos de políticas que têm especial incidência na luta contra a pobreza no meio rural.

- a. Políticas de garantia de renda. Neste grupo, o principal programa é o Bolsa Família. Trata-se de um importante programa de transferência condicionada de renda, que em 2010 beneficiou aproximadamente 12,7 milhões de famílias urbanas e rurais. É significativo que a metade das famílias atendidas por este Programa reside na região nordeste. O montante investido no mesmo ano foi de R\$ 13,1 bilhões. Também cabe mencionar os benefícios da previdência social. Destes, o mais importante é a aposentadoria rural, que beneficiava 5,95 milhões de pessoas em 2010 (R\$ 3 bilhões).
- b. Políticas de apoio à Agricultura Familiar. A partir do final da década de 1990, o governo brasileiro percebeu que é importante fortalecer a Agricultura Familiar no país, inclusive como uma forma de incentivar o crescimento da produção e da renda de um importante contingente de população rural. Em 1999 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como função principal o estabelecimento e implementação de políticas de apoio a este setor. O principal instrumento criado neste sentido é o Programa Nacional de Fortalecimento da

⁵ Embora praticamente todos os autores que trabalham o tema utilizam como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE, os números sobre a população pobre e extremamente pobre (por vezes chamada de 'indigente') variam bastante, em função das diversas formas que existem para definir as 'linhas de pobreza'. Neste relatório citamos os dados fornecidos por autores que definem a 'linha de pobreza' como uma renda *per capita* de menos de ½ salário mínimo, e a extrema pobreza como renda *per capita* de menos de ¼ de salário mínimo.

Agricultura Familiar (Pronaf⁶). Embora concebido como um programa mais amplo, ele está focado principalmente no crédito (na maioria dos casos subsidiado) para unidades familiares. O orçamento do Programa para 2010/2011 foi de R\$ 16 bilhões, montante que foi mantido para 2011/2012.

8. Para além do PRONAF, existem outras políticas importantes de apoio à Agricultura Familiar. Vale mencionar, por exemplo, os programas do Seguro Safra, os Programas do Crédito Fundiário e da Reforma Agrária, entre outros, administrados pelo MDA. Também são de extrema importância os programas de compras institucionais tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁷ e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)⁸, mediante os quais diversas instâncias governamentais adquirem a produção de pequenos agricultores, desempenhando importante papel no acesso a mercados.

9. Não há dúvida de que os diversos esforços realizados nos últimos anos para diminuir a prevalência da pobreza têm colhido resultados interessantes que, porém, o governo do Brasil não considera suficientes⁹. Em 2011 o Governo Federal lançou o Plano de Superação da Extrema Pobreza – Brasil Sem Miséria, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). É uma iniciativa que tem por objetivo atender os 16,2 milhões de pessoas que se encontram atualmente na 'extrema pobreza'. Reconhecendo que as políticas de garantia de renda não podem ser a solução definitiva para a erradicação da pobreza, este programa busca criar uma maior sinergia entre estas políticas e outras iniciativas chamadas de 'inclusão produtiva'.

10. **O Ceará, a região semiárida e a agricultura familiar sertaneja.** O estado do Ceará está localizado ao norte da macrorregião do Nordeste. Pela sua população – 8.432.381 habitantes – e pelo seu PIB – o 12º do país e o 3º do Nordeste – é um dos estados mais importantes da região. Embora tenha acompanhado a tendência nacional de diminuição, o fenômeno da pobreza ainda está muito presente no Ceará: calcula-se que em 2008 quase 50% da sua população devia ser considerada abaixo da linha de pobreza. Uma parte importante dessa população é rural e mora na região semiárida.

11. Boa parte da população pobre aqui citada vive nos estabelecimentos agropecuários familiares. Muitas destas unidades familiares da região semiárida cearense trabalham em áreas de terra pequenas. O processo de subdivisão das propriedades por herança e a dificuldade dos agricultores familiares para o acesso à terra arrendada reforçam esta tendência. Em geral são poucas as famílias que têm conseguido intensificar a produção¹⁰ o suficiente para suprir esta deficiência de espaço. Outro

⁶ O Pronaf financia projetos individuais ou associativos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. A agricultura familiar terá à disposição no Plano Safra 2010/2011 R\$ 16 bilhões para as linhas de custeio, investimento e comercialização do Pronaf. Deste total, R\$ 8,5 bilhões serão destinados para operações de investimento e R\$ 7,5 bilhões, para operações de custeio.

⁷ Em 2011 o orçamento do PAA foi de R\$ 793 milhões, com recursos do MDS e MDA. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é responsável pela operacionalização do programa junto a estados, municípios e cooperativas de pequenos agricultores. O PAA compra produtos da agricultura familiar sem licitação a preços compatíveis com os praticados nos mercados locais e regionais, até R\$ 4,5 mil por ano a produção agrícola de agricultores familiares. Criado em 2003, tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

⁸ O orçamento do PNAE para 2011 foi de R\$ 3,1 bilhões, para beneficiar 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei da Alimentação Escolar (nº 11.947 de 2009), 30% desse valor – ou seja, R\$ 930 milhões – devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar.

⁹ No apartado II.A sobre o público alvo, são apresentados os dados mais recentes sobre pobreza rural extrema.

¹⁰ Definimos a intensificação como o aumento do volume e do valor da produção por unidade de área.

aspecto a ser mencionado é a degradação ambiental, alimentada pela pressão fundiária e a deficiente preparação destas unidades familiares para enfrentar as diferentes crises climáticas (secas) que acontecem com relativa regularidade. Em muitos casos, a ligação destas unidades com os mercados é deficiente. Embora existam atualmente diversas políticas governamentais destinadas a este público, muitas famílias encontram dificuldades para acessá-las.

12. Seguindo a problemática acima descrita, enfatizando a desigualdade existente no país, a estrutura fundiária do Ceará apresenta um alto grau de concentração da terra, que é um forte indicador da concentração da riqueza na sociedade e explica, em parte, o alto índice de pobreza rural no estado. A estrutura fundiária do Ceará revela que o estado conta com alto índice de concentração da terra na mão de pessoas que não são agricultores familiares: 10,4% dos estabelecimentos ocupando 55,9% da área¹¹. Existem no estado 965 assentamentos perfazendo 13,88% da área. Por outro lado, o processo de minifundização do estado, em vigor no por meio de regularização fundiária, já tem colhido resultados uma vez que os minifúndios (quase 90% do total) representam somente 20,10% da área¹². Porém, a criação de assentamentos (federais e estaduais) ainda não foi suficiente para resolver o problema da alta concentração da terra e o tema permanece um importante aspecto, embora altamente complexo, na agenda do desenvolvimento rural.

13. **As iniciativas do Governo do Ceará.** Acompanhando o que acontece no Brasil, no Estado do Ceará a pobreza regrediu bastante nos últimos anos¹³. Mas estes resultados positivos não podem fazer esquecer que ainda há um importante caminho a ser percorrido neste âmbito, fato evidenciado pelas percentagens recentes de população pobre, que são significativamente maiores que a média nacional. Além disso, dentro do estado do Ceará existem diferenças importantes e a área do Projeto é uma das mais pobres do estado (ver tabela 1 na parte II.A).

14. Este quadro levou o Governo do Estado do Ceará a definir que a luta contra a pobreza seria um das suas principais prioridades nos próximos anos. Esta definição – expressa, por exemplo, no Plano Plurianual 2012/2015 – está em plena harmonia com a prioridade acordada ao tema pelo Governo Federal. Considerando esta prioridade do combate à pobreza, e tendo como marco de referência os programas definidos pelo governo estadual no PDRS¹⁴ 2008/2011, o PDRSS¹⁵ 2012/2015 e o planejamento realizado nas instâncias territoriais¹⁶, o Governo Estadual definiu, e está implementando, um conjunto de políticas para diversos setores, entre os quais o setor agrário tem particular importância. A estas políticas se associam outras do mesmo tipo do Governo Federal, conforme vimos anteriormente. Assim, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Governo Estadual assumiu, em colaboração com o Governo Federal, o compromisso de promover a inclusão social e produtiva dos 776 mil habitantes rurais que vivem na extrema pobreza no Ceará.

¹¹ IBGE/Censo Agropecuário 2006.

¹² Cálculos da SDA com base nos dados do INCRA e IDASE.

¹³ Por exemplo, durante a década 1999 a 2009, no estado do Ceará, a proporção de população pobre caiu 36,9%, e aquela de pessoas em situação de extrema pobreza diminuiu 51%.

¹⁴ PDRS – Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável.

¹⁵ PDRSS - Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

¹⁶ O Estado do Ceará está dividido em 13 territórios, dos quais seis são Territórios da Cidadania. Em todos existe uma instância deliberativa (conselho ou colegiado), além de outras instâncias de governança (câmaras técnicas, articulador, etc.), que têm conduzido os processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações territoriais.

B. Justificativa

15. Considerando o contexto da região semiárida cearense apresentado na seção anterior, um Projeto que busque combater a pobreza nas suas diferentes dimensões se justifica por diversos fatores, a partir dos quais foram estabelecidas as hipóteses de trabalho para o Projeto Paulo Freire.

- Existe, no semiárido cearense, um importante contingente de população cuja renda é inferior à 'linha de pobreza'. No entanto, muitas destas famílias pobres rurais possuem um potencial de progresso na dimensão produtiva, através do incremento da produção e também pela sua diversificação. Isto está relacionado com a possibilidade de aumentar a eficiência produtiva das unidades familiares, inclusive pelo maior aproveitamento dos recursos hídricos existentes. Também existe um potencial no âmbito das atividades não agropecuárias (por exemplo, artesanato, serviços rurais, etc.) e a possibilidade de buscar maiores sinergias e transferência de conhecimento com o setor privado.
- Há, nesta mesma região, um problema de degradação do meio ambiente. Tanto a produção existente como aquela que venha a ser acrescentada, deve ser realizada de maneira a preservar os recursos naturais.
- Existe um contexto favorável no âmbito das políticas públicas, tanto federais como estaduais, que têm como alvo o desenvolvimento rural e a redução da pobreza. Neste caso, um dos problemas principais é o acesso das famílias rurais, principalmente das mais pobres, a essas políticas públicas.
- Também existe uma situação interessante – tanto pela ação de programas governamentais, como pela demanda crescente de alimentos e pelo desenvolvimento de mercados locais – naquilo que se refere aos mercados de produtos da agricultura familiar. Esta é uma oportunidade que deverá ser aproveitada mais plenamente.

16. O desenho do Projeto Paulo Freire acompanha as hipóteses de trabalho acima expostas. Ele guarda plena coerência com as políticas nacionais e estaduais de redução da pobreza rural, com especial menção para o Programa Brasil sem Miséria e as políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar. Deverá contribuir significativamente para atingir diversos objetivos definidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário no seu Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS) para o período 2012 – 2015¹⁷.

17. Por outro lado, o Projeto também mantém conformidade com o objetivos do FIDA de melhorar a segurança alimentar e nutricional da população rural pobre, aumentar a sua renda e reforçar a sua capacidade de resiliência (FIDA Marco Estratégico 2011 – 2015). Ao mesmo tempo, guarda estreita relação com as orientações definidas pelo Programa de Oportunidades Estratégicas Nacionais (COSOP) para o período 2008 – 2013, que recomendam continuar concentrando as suas atividades na região semiárida

¹⁷ O PDRSS 2012 – 2015 postula um conjunto de 21 eixos de trabalho, com seus respectivos objetivos. A contribuição do Projeto Paulo Freire será particularmente significativa para os seguintes:

- Apoiar as cadeias produtivas prioritárias da agricultura familiar, com a utilização de técnicas de proteção ambiental;
- Implantar projetos produtivos de irrigação por meio da estruturação hidráulica e energética para aumentar a produção com competitividade;
- Implementar tecnologias alternativas de convivência com o semiárido junto às comunidades rurais de agricultores(as) familiares, para a sustentação dos agroecossistemas, equilíbrio dos recursos naturais, promovendo a melhoria socioeconômica das famílias;
- Implementar ações de apoio técnico e socioproductivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares;
- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas (agrícolas e não-agrícolas) da agropecuária cearense com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar;
- Realizar ações de inclusão produtiva e social por meio do serviço de ATER, com vistas à erradicação da extrema pobreza.

do Nordeste, trabalhando com os governos estaduais desta região, e apoiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, com especial atenção para a geração de renda.

18. Experiências anteriores do FIDA no país serviram de referência para a preparação da presente proposta. Cabe mencionar, em particular, a contribuição colhida junto ao Projeto Dom Helder Camara (finalizado em 2010), resultado de uma parceria do FIDA com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi muito bem-sucedida na sua ação em oito território localizados em seis estados nordestinos.

19. Os antecedentes e as justificativas apresentadas aqui constituem os motivos que levam o Governo do Estado do Ceará e o FIDA a propor um Projeto conjunto, cujas principais características – público e área de intervenção, objetivos, estratégia e componentes, marco operacional, financiamento – serão apresentadas nas páginas que seguem.

II. DESCRIÇÃO DO PROJETO

A. Grupo-alvo e cobertura geográfica

20. **Área do Projeto e população.** A área do Projeto compreende uma extensão de aproximadamente 23.530 Km², equivalente a 15,8 % da área do Estado do Ceará, e abrange 31 municípios de 4 territórios - Cariri Oeste, Inhamuns-Crateús, Sobral e Vales do Curu-Aracatiaçu-, nomeadamente: (i) Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas (Cariri Oeste); (ii) Aiuaba, Arneiroz, Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Parambu, Pires Ferreira, Quiterianópolis, Tauá (Inhamuns-Crateús); (iii) Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Senador Sá, Sobral rural e Varjota (Sobral) e (iv) Irauçuba (Vales do Curu-Aracatiaçu).

21. A população total da área do Projeto foi estimada no ano de 2010 (Censo Demográfico/IBGE) em 755.839 habitantes, dos quais 271.374 (36%)¹⁸ é considerada rural. Os dados do Censo Demográfico (IBGE/2010) revelam que 85% da população (rural e urbana) da área do Projeto é considerada pobre, ou seja, possuem rendimento domiciliar *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo¹⁹. Considerando somente a população rural, 43% encontra-se em estado de ‘pobreza extrema’, quer dizer com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até 70 reais²⁰; porém, em 7 municípios da área do Projeto esse percentual é acima de 49% (ver Tabela 1, municípios marcados), sendo o município com maior percentual de pobreza extrema rural o município de Senador Sá (56,4%).

22. Embora esses 31 municípios concentrem 15% da população rural extremamente pobre do Estado, a incidência da pobreza na área do Projeto não tem caráter homogêneo. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), usado no Brasil para análise comparativa do desenvolvimento municipal²¹, é em média 0,5778 para a área do

¹⁸ A porcentagem de população rural foi calculada na base dos dados da população residente total feita exceção pela área urbana de Sobral, que não integra a área do projeto. Fonte: Nascimento de Medeiros, C. e Rodrigues de Pinho Neto, V. Os determinantes espaciais da extrema pobreza no Estado do Ceará, IPECE, Textos para Discussão No. 97 - Outubro 2011.

¹⁹ O valor do salário mínimo em 2011 é de 540 Reais (324 USD); 1 USD= 1,6662 Reais. No Estado do Ceará, a população pobre corresponde a 60% da população total, rural e urbana.

²⁰ Igual a USD 42. Fonte: IPECE (2010). Indicadores sociais do Ceará. Fortaleza, CE, IPECE.

²¹ O IFDM analisa o desenvolvimento municipal com base em três indicadores: renda e emprego formal, saúde e educação. O índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. O nível de desenvolvimento varia entre baixo (entre 0,0 e 0,4), regular (entre 0,4 e 0,6), moderado (entre 0,6 e 0,8) e alto (entre 0,8 e 1,0). <http://www.firjan.org.br/>

Projeto (0,7129 para o Estado do Ceará e 0,7478 para o Brasil), com um mínimo de 0,4491 em Tarrafas (índice mais baixo do Estado) e um máximo de 0,6533 em Tauá (desenvolvimento moderado)²². Contudo, todos os municípios e boa parte das famílias rurais têm alto potencial para desenvolverem práticas produtivas sustentáveis e com possibilidade de escalonamento. Assim sendo, dentro da área do Projeto, a presença de municípios com índices de desenvolvimento variados permitirá estabelecer relações dinâmicas entre famílias e comunidades rurais em condições econômicas e com nível de articulação social diferentes, facilitando intercâmbios e troca de experiências entre municípios mais pobres e menos pobres e a criação de sinergias que ajudem os mais pobres a sair da pobreza.

23. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a distribuição da população entre homens e mulheres na área do Projeto revela que as mulheres representam 51% da população total e 48,7% da população rural. Estes dados refletem as características demográficas do Estado (48% da população rural do Ceará é do sexo feminino). Aproximadamente 20% das mulheres residentes na área do Projeto são responsáveis pela família em domicílios mono-parentais, um dado que supera a média estadual (16%).

24. As faixas etárias mais atingidas pela pobreza extrema, considerando a população rural e urbana, são as mais jovens (0-25 anos) que representam 59% da população extremamente pobre do Estado, o que reforça a orientação do Projeto a este segmento da população. Na área do Projeto, 27,5% da população rural têm entre 15 e 29 anos. Apesar de serem os mais afetados pela pobreza, os jovens rurais têm um maior nível de educação formal do que seus pais; de fato, a maior concentração de pessoas alfabetizadas está presente na faixa etária de 7 a 14 anos, enquanto que a maior incidência de pessoas analfabetas (44%) registra-se na faixa etária produtiva (25-64 anos) da população rural. Com relação à taxa de mortalidade infantil, a área do Projeto registra um valor acima da média estadual (15% contra o 13%) chegando a registrar um índice de 24,4% na região do Cariri Oeste²³.

²² Não foi considerado o IFDM do município de Sobral porque hospeda a segunda maior cidade do Estado, pelo que o IFDM desse município distorsiona os dados sobre a área de atuação do projeto que é somente rural.

²³

Tabela 1: População e pobreza extrema na área do Projeto por município, 2010

Municípios ²⁴	População residente			População extremamente pobre		
	Total	Urbana	Rural	Total	Rural	% extrema pobreza rural
Cariri Oeste						
Altaneira	6.856	4.957	1.899	2.235	873	46
Antonina do Norte	6.984	4.999	1.985	2.045	987	49,7
Araripe	20.685	12.733	7.952	8.406	4.384	55,1
Assaré	22.445	11.952	10.493	7.046	4.661	44,4
Campos Sales	26.506	19.081	7.425	7.693	3.582	48,2
Nova Olinda	14.256	9.696	4.560	3.967	1.868	41
Potengi	10.276	5.714	4.562	3.463	2.112	46,3
Salitre	15.453	6.263	9.190	5.699	4.246	46,2
Santana do Cariri	17.170	8.822	8.348	6.789	4.039	48,4
Tarrafas	8.910	2.624	6.286	3.148	2.669	42,5
Inhamuns / Crateús						
Auiaba	16.203	3.951	12.252	5.856	5.233	42,7
Arneiroz	7.650	3.879	3.771	1.740	1.143	30,3
Hidrolândia	19.325	11.054	8.271	5.555	3.351	40,5
Parambu	31.309	14.106	17.203	9.964	7.255	46,1
Ipu	40.296	25.581	14.715	9.786	5.171	35,1
Ipueiras	37.862	18.358	19.504	15.032	9.607	49,3
Pires Ferreira	10.216	3.354	6.862	3.554	2.429	42,2
Quiterianópolis	19.921	6.305	13.616	7.641	6.278	35,4
Tauá	55.716	32.259	23.457	14.517	9.329	39,8
Sobral						
Coreaú	21.954	14.223	7.731	7.751	4.209	54,4
Frecheirinha	12.991	7.636	5.355	3.578	2.338	43,7
Graça	15.049	5.815	9.234	6.408	4.606	49,9
Massapê	35.191	23.983	11.208	8.126	4.082	36,4
Moraújo	8.070	3.604	4.466	3.244	2.274	50,9
Mucambo	14.102	9.066	5.036	5.041	2.538	50,4
Pacujá	5.986	3.723	2.263	1.314	744	32,9
Reriutaba	19.455	10.590	8.865	7.082	4.310	48,6
Senador Sá	6.852	5.068	1.784	2.331	1.006	56,4
Sobral	188.233	166.310	21.923	22.290	6.847	31,2
Varjota	17.593	14.416	3.177	4.180	1.190	37,5
Vales do Curu-Aracatiaçu						
Irauçuba	22.324	14.343	7.981	8.008	3.558	44,5
Área do projeto	755.839	484.465	271.374	203.489	116.919	43,1
Ceará	8.452.381	6.346.557	2.105.824	1.502.924	776.654	36,9
Nordeste	53.081.950	38.821.246	14.260.704	9.609.803	5.049.317	35,4
Brasil	190.755.799	160.921.592	29.834.206	16.267.197	7.593.352	25,5

Fonte: preparado pela equipe de desenho do Projeto com informação da Sinopse do Censo Demográfico/ IBGE (2010)

25. O levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 sobre segurança alimentar, revela que 48,2% dos domicílios cearenses encontram-se em algum grau de insegurança alimentar (24,4% em situação de

²⁴ Não foi considerado o IFDM do município de Sobral porque hospeda a segunda maior cidade do Estado, pelo que o IFDM desse município distorsiona os dados sobre a área de atuação do projeto que é somente rural.

insegurança alimentar leve, 13,5% moderada e 10,3% grave). A insegurança de alimentos é mais aguda naqueles domicílios onde residem menores de 18 anos (55,6%) e nas áreas rurais²⁵.

26. **O grupo-alvo.** O grupo-alvo será composto de cerca de 60.000 famílias rurais pobres (aproximadamente 228,000 pessoas, ou seja, 84% da população rural da área do Projeto)²⁶ que residem nos 31 municípios da área de abrangência do Projeto. O foco será os pequenos produtores rurais, com terra e sem terra, trabalhando na agricultura e/ou em atividades rurais não agrícolas, com disposição e potencial para desenvolver práticas produtivas sustentáveis, e com potencial de crescimento. Embora o grupo-alvo seja formado por agricultores familiares e outros produtores rurais pobres e extremamente pobres, trata-se de um grupo bastante diversificado com respeito à condição social e econômica, organização social, nível de renda, acesso aos mercados e potencialidades de crescimento como produtores agrícolas e não agrícolas. Por isso, atenção especial será dada às comunidades mais marginalizadas e vulneráveis, incluindo comunidades quilombolas²⁷, às mulheres e aos jovens rurais. No caso de famílias e comunidades sem acesso à terra o Projeto poderá apoiar empreendimentos não agrícolas para geração de renda. Dentro do grupo-alvo, os beneficiários diretos do Projeto também incluem 300 extensionistas rurais e 1.200 famílias lideradas por jovens rurais que receberão formação técnica específica para que possam se engajar em diferentes tipos de empreendimentos econômicos relacionados com a produção agropecuária sustentável, manejo dos recursos ambientais e/ou acesso à terra. O Projeto também terá impacto em beneficiários indiretos através da geração de empregos e pela ampliação dos serviços de assessoria técnica.

27. **Mulheres rurais.** Sendo a unidade beneficiária a família rural, o Projeto pretende beneficiar de igual forma homens e mulheres. Para isto, o Projeto terá algumas linhas de atuação e mecanismos operacionais específicos, que contarão com indicadores incluídos no Marco Lógico, orientados para: (i) assegurar que mulheres e homens possam de igual forma acessar e se beneficiar das atividades e dos incentivos do Projeto; (ii) reforçar as capacidade das mulheres, para que elas possam exercer papéis mais visíveis e de destaque no âmbito econômico-produtivo familiar e comunitário; (iii) aumentar o poder econômico das mulheres, e; (iv) promover equidade de gênero em âmbito intra e extrafamiliar (Ver Anexo 2). O Projeto também buscará incorporar as lições aprendidas na questão de gênero do Projeto Gente de Valor atualmente em implementação. Na área do Projeto, 20% das famílias rurais pobres são chefiadas por mulheres sozinhas e com filhos: estas famílias registram uma incidência de pobreza maior que a média e terão prioridade pelo Projeto. Para responder a essa situação, pelo menos 30% dos investimentos comunitários apoiados serão liderados por mulheres; no caso do artesanato, setor de trabalho onde predominam as mulheres, este percentual poderá aumentar para até 50%. Entre os profissionais provedores de assistência técnica a serem capacitados, 30% serão mulheres. Para as outras atividades apoiadas, o Projeto visará beneficiar do mesmo modo as mulheres e os homens rurais: 50% dos líderes comunitários formados pelo Projeto serão mulheres

28. **Jovens rurais.** Dentro do grupo-alvo do Projeto, os jovens constituem uma população prioritária. Por isso, o Projeto contribuirá a gerar oportunidades para os

²⁵ Os dados se referem à situação da região Nordeste (20,4% de domicílios em situação de insegurança alimentar na área urbana e 24,0% na área rural). Fonte: PNAD/Segurança Alimentar 2004-2009.

²⁶ Este dado foi elaborado calculando um promedio de 3.5 habitantes por família.

²⁷

Comunidades e famílias quilombolas são espalhadas em todo o território do Estado, sendo só algumas delas formalmente reconhecidas. Na área do projeto se estima a presença de aproximadamente 5.000 pessoas quilombolas já identificados, em prevaleta na região de Inhamuns/ Crateus. A população indígena do Ceará corresponde a menos de 0,5% da população total e reside prevalentemente (95%) nas áreas urbanas da região litorânea. As comunidades indígenas rurais estão localizadas em municípios que não fazem parte da área de abrangência do projeto. Fonte: elaboração IPECE/ dados IBGE 2006 e 2010.

jovens, aproximadamente entre 15 e 29 anos, por meio de uma linha principal de atuação que beneficiará diretamente a 1.200 famílias lideradas por jovens. Como parte desta linha, serão organizados cursos de formação técnica orientados para o desenvolvimento da capacidade empreendedora destes jovens, incluindo o tema de acesso à terra. Espera-se que parte significativa do grupo de jovens atendidos possa instalar-se como agricultores familiares e sejam preparados a pleitear a obtenção da terra.

29. O Projeto também visa a favorecer o acesso de jovens (mulheres e homens) ao ensino médio profissionalizante. Apesar de não haver uma linha orçamentária para essa atividade específica, a atividade será viabilizada por meio de parcerias com as Prefeituras locais, para que sejam organizados cursos de reforço escolar para os interessados e fornecido apoio para que este anseio de muitos jovens possa se concretizar.

30. Critérios de elegibilidade: O Projeto Paulo Freire está alinhado com a Lei 11.326²⁸ que estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, a qual define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais²⁹; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

31. Neste sentido, os critérios gerais de elegibilidade de beneficiários do Projeto serão os instituídos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por se tratar do principal instrumento da política nacional da agricultura familiar e combate à pobreza rural, cujos critérios de elegibilidade são referência para os programas e projetos de desenvolvimento rural. Os beneficiários do Paulo Freire, portanto, atenderão aos critérios de acesso às linhas de crédito destinadas aos Grupos A, B e Variável³⁰ do Pronaf.

²⁸ Lei Federal de 24 de julho de 2006.

²⁹ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; · renda obtida com a exploração predominante; · outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e · conceito de propriedade familiar". http://www.fetape.org.br/documentos/pol_publicas_sociais/Modulo_Rural.pdf

³⁰ Pronaf - Grupo "A": agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf; (Res 3.559).

Pronaf Grupo "B": agricultores familiares que: (Res 3.559; Res 3.570 art 4º) I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; (Res 3.559); II - residam na propriedade ou em local próximo; (Res 3.559); III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; (Res 3.559); IV - obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; (Res 3.559); V - tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; (Res 3.559); VI - tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecede a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$6.000,00 (seis mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res. 3.559; Res. 3.731 art. 2º).

Pronaf "Variável" I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; (Res 3.559); II - residam na propriedade ou em local próximo; (Res 3.559) III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; (Res 3.559); IV - obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; (Res 3.559); V - tenham o trabalho familiar como

32. Assim, serão beneficiários do Projeto Paulo Freire os agricultores e agricultoras familiares que atenderem aos critérios gerais de elegibilidade, de forma cumulativa, indicados a seguir:

- Sejam elegíveis pelo PRONAF A, B e Variável;
- Desenvolvem atividades agrícolas ou não-agrícolas associadas aos arranjos produtivos apoiados pelo Projeto, com potencial de se tornarem empreendimentos rurais;
- Morem nos municípios selecionados para atuação do Projeto, conforme relação no Anexo I deste Manual;
- Participem de organizações comunitárias e/ou econômicas nas quais pelo menos 60% dos participantes sejam elegíveis pelo Pronaf A ou B.

B. Objetivos de Desenvolvimento do Projeto

33. A meta do Projeto é reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida de agricultores familiares em 31 municipalidades do Estado do Ceará beneficiando diretamente um total de 60,000 famílias. O objetivo de desenvolvimento do Projeto Paulo Freire é contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres. Os objetivos específicos do Projeto Paulo Freire são os seguintes:

a) Fortalecer as capacidades da população rural e das organizações comunitárias e econômicas para identificar, priorizar e solucionar seus problemas, formar lideranças e melhorar sua capacidade de participação nos processos decisórios locais.

b) Apoiar o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas produtivas comunitárias e familiares, aumentando suas capacidades e habilidades para desenvolver negócios rurais e acessar aos mercados, incluindo os mercados institucionais (PAA, PNAE e outros), e às outras políticas públicas para agricultura familiar (Pronaf, PNCF, entre outros).

c) Fomentar o desenvolvimento produtivo sustentável – agrícola e não agrícola – que incremente a produtividade de comunidades e unidades familiares gerando oportunidades de renda e emprego e levando em conta à adoção e promoção de práticas agroecológicas e o manejo sustentável de recursos naturais.

34. Os objetivos específicos “a” e “b” estão orientados ao fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos beneficiários do Projeto para gerir as organizações comunitárias e econômicas, melhorar a produção, gerir seus próprios negócios, acessar aos mercados em melhores condições e gerar renda. O objetivo específico “c” visa à realização de investimentos produtivos sustentáveis, em cadeias produtivas selecionadas, apoiados com base em princípios agroecológicos e no manejo sustentável de recursos naturais.

35. Os indicadores que buscam mediar de forma quantitativa e qualitativa as mudanças na renda e qualidade e condições de vida dos agricultores familiares foram definidos de acordo com os objetivos e os resultados esperados. Em termos de impacto,

predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes; (Res 3.559; VI - tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$6.000,00 (seis mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res 3.559; Res 3.731 art 2º).

o Projeto ajudará no alcance da redução da pobreza, que é um indicador chave no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e no aumento dos ativos dos beneficiários:

- 35% de redução na pobreza extrema na área de abrangência do Projeto de 43% a 28%

30% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por assessoria técnica e/ou investimento produtivo

De modo a alcançar o objetivo de desenvolvimento do Projeto, os seguintes indicadores foram estabelecidos:

- 60.000 famílias de agricultores familiares e de outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do Projeto; entre elas, a totalidade recebe treinamento em acesso às políticas públicas e 30.000 recebem assistência técnica e investimentos;
- 80% das 30.000 famílias beneficiárias de assessoria técnica e investimentos produtivos, aumentam sua renda média em pelo menos 30%;
- Mínimo de 50% dos beneficiários são mulheres ou jovens;
- Pelo menos 25% do orçamento do Projeto destinado para assistência técnica e investimentos será destinado para atividades dirigidas por jovens e/ou mulheres.

C. Componentes e Resultados

36. Orientado pelos objetivos mencionados na seção anterior, o Projeto Paulo Freire trabalhará baseado na seguinte premissa básica: é possível construir maiores oportunidades com o aproveitamento do potencial de desenvolvimento da população rural pobre. Contando com o apoio das diversas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, ele buscará aprimorar a valorização produtiva e sustentável de recursos existentes – tais como a terra, a disponibilidade da água criada pelos investimentos governamentais e privados e a biodiversidade local – para ampliar a capacidade produtiva das unidades familiares atendidas. Também estimulará a criação de novas oportunidades de geração de renda, no âmbito do beneficiamento da produção agropecuária e de outras atividades econômicas. Finalmente, o Projeto deverá promover o acesso da população atendida a diferentes mercados.

37. O Projeto Paulo Freire terá dois componentes, que trabalharão com o desenvolvimento de capacidades das pessoas e das organizações comunitárias e econômicas (Componente 1), e com o apoio ao desenvolvimento produtivo e à sustentabilidade ambiental (Componente 2)³¹. Será a ação coordenada destes dois componentes que permitirá alcançar os objetivos almejados.

38. Antes de entrar na descrição das atividades dos Componentes, cabe mencionar brevemente alguns aspectos metodológicos que são importantes para compreender a lógica geral do Projeto. O Projeto trabalhará inicialmente com a população rural em geral, para depois intensificar o trabalho com comunidades, com organizações econômicas (associações de produtores, cooperativas, empreendimentos associativos, etc) e com grupos de jovens. Em geral, o trabalho – que combinará atividades de ambos componentes – terá uma abordagem participativa, que permita que a demanda do público beneficiário seja a principal fonte de orientação da ação do Projeto. No trabalho com as comunidades e organizações econômicas o método de trabalho terá como

³¹ Os critérios de elegibilidade do Projeto, mencionados na seção II/A acima, bem como os de acesso às ações do Componente 1 e aos investimentos produtivos e ambientais do Componente 2 estão detalhados no Manual de Implementação do Projeto, Anexo 11, juntamente com os procedimentos de análise e aprovação das propostas de investimentos.

primeiro passo um **diagnóstico**, que permita fazer uma leitura crítica da realidade, com foco nos temas centrais do Projeto (produção, renda, manejo e conservação de recursos naturais, equidade de gênero, oportunidades para os mais desfavorecidos, etc). Esta reflexão inicial deverá desembocar em um **Plano de Desenvolvimento**, que incluirá diversos temas e atividades, tanto no âmbito do desenvolvimento de capacidades (cursos, visitas de intercâmbio, oficinas, etc), quanto naquele do desenvolvimento das unidades produtivas familiares e associativas e da qualidade do manejo ambiental, incluindo investimentos de diversos tipos. Este Plano deverá ser elaborado numa perspectiva de servir para orientar o desenvolvimento da comunidade ou da organização econômica como um todo e, portanto, incluirá distintas ações e investimentos dos quais uma parte será apoiada e financiada pelo Projeto Paulo Freire, embora as comunidades e organizações poderão também obter apoios e financiamentos de outras fontes. Em seguida, sob o guardachuva dos Planos de Desenvolvimento, serão preparados **Planos de Negócios**, que serão os instrumentos orientadores dos financiamentos a serem canalizados pelo Projeto Paulo Freire. Durante todo o processo descrito buscar-se-á sempre incentivar sinergias e facilitar possibilidades de cooperação com o setor privado.

39. A implementação destes Planos será objeto de acompanhamento e avaliação participativa de forma regular, o que dará lugar a um novo ciclo de planejamento, monitoramento e avaliação. Os referidos Planos serão instrumentos metodológicos importantes, que permitirão a construção de sinergias entre os Componentes 1 e 2 do Projeto e também com outros projetos, programas ou iniciativas que possibilitem a ampliação das atividades do Projeto. Este método de trabalho tem um caráter pedagógico intrínseco, o que permite dizer que o conjunto do trabalho do Projeto terá um caráter educativo, fazendo jus ao nome escolhido: Projeto Paulo Freire.

C.1 – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades

40. O objetivo deste componente é fortalecer as capacidades individuais e coletivas necessárias para a promoção de um desenvolvimento sustentável para as famílias, comunidades e organizações econômicas na área de atuação do Projeto. O Componente 1 também fortalecerá as capacidades das equipes técnicas de entidades parceiras para que elas possam fornecer serviços de maior qualidade, e implementará um trabalho de mobilização social, com o intuito de reforçar a participação das famílias beneficiárias e a eficiência do Projeto.

41. As atividades deste Componente serão organizadas em torno de sete eixos: a) Capacitação em políticas públicas; b) Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças; c) Desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais; d) Desenvolvimento organizacional e capacitação para a gestão e comercialização; e) Formação de jovens; f) Fortalecimento das capacidades das equipes de assessoria; e g) Mobilização e controle social.

a) **Capacitação em acesso às políticas públicas.** Conforme foi dito anteriormente, existe atualmente um conjunto bastante amplo de políticas públicas federais e estaduais de apoio à agricultura familiar. Ao mesmo tempo, constata-se que muitas famílias ficam à margem delas. Levantamentos feitos junto a gestores das políticas e também em campo mostraram que existem diversas causas para esta situação. A principal delas é uma falta de informação mais detalhada e consistente sobre as próprias políticas, incluindo aspectos tais como as regras de elegibilidade e os mecanismos de acesso³². Também foram identificadas deficiências nas equipes técnicas que têm a responsabilidade de fazer com que as políticas operem no campo. O público a ser atendido pelo Projeto Paulo Freire deveria poder recorrer a estas políticas e para isso o Projeto buscará ser um facilitador deste acesso. Para tal, fará uma campanha ampla de

³² Contrariamente ao que acontece em outros estados nordestinos, a obtenção da Declaração de Aptidão (DAP), que é um documento que habilita a família como possível beneficiária de programas para a Agricultura Familiar, não é um grande problema no Ceará.

capacitação sobre as políticas públicas e os mecanismos de acesso a elas. Também será necessário capacitar as famílias para que possam, quando seja o caso, prestar contas e acompanhar o desenvolvimento das atividades. Este eixo de atividades atingirá potencialmente o conjunto da população rural dos municípios atendidos pelo Projeto (em aproximadamente 1.600 comunidades). A principal atividade será a realização de uma oficina de capacitação em cada uma destas comunidades. Além disso, também serão capacitadas as equipes locais de prefeituras, ONGs, órgãos públicos de extensão rural, etc. Para tal, serão contratadas equipes técnicas (uma para cada uma das quatro microrregiões onde trabalhará o Projeto) que terão a responsabilidade específica de implementar esta linha de trabalho.

b) Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças. As atividades deste eixo buscarão desenvolver as capacidades das famílias, e das organizações comunitárias e econômicas para melhor identificar e analisar os seus problemas e potencialidades, planejar as ações necessárias para enfrentar os desafios e executar as ações planejadas. Este processo será deslançado com a realização de um diagnóstico rápido e participativo (DRP). A partir dele haverá a a preparação de Planos de Desenvolvimento (PD), que depois serão implementados, monitorados e avaliados. Estes Planos abordarão temas ligados ao desenvolvimento das unidades familiares de produção e de iniciativas associativas, tanto no âmbito da produção propriamente dita quanto do manejo dos recursos naturais. Um dos resultados mais importantes desta primeira fase será a explicitação dos acordos estabelecidos com o Projeto Paulo Freire, que orientará as ações e investimentos a serem realizados com apoio do Projeto, e que permitirá definir quais outras ações/investimentos precisam recursos de outras fontes. Os PD serão a base para a preparação de Planos de Negócios (PN) das organizações comunitárias e econômicas que, segundo as necessidades específicas de cada uma delas, poderão incluir investimentos visando o melhoramento da produção primária, inovações nos processos produtivos, o beneficiamento de produtos agropecuários, acesso a mercados e outras ações que serão realizadas com recursos e assessoria do Projeto Paulo Freire. A implementação dos Planos de Desenvolvimento e dos Planos de Negócios deverá ser avaliada periodicamente para permitir os ajustes necessários. Neste processo, caberá dar especial atenção às necessidades e aspirações das mulheres e dos jovens. Como parte de todo este trabalho o Projeto apoiará a formação de lideranças locais, fundamentais para a participação social, a consolidação das organizações e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento social e produtivo. Este trabalho será de responsabilidade das equipes de assessoria técnica contínua.

c) Desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais. Para o Projeto Paulo Freire será de crucial importância fortalecer o conhecimento e o saber-fazer técnico necessários para o aperfeiçoamento das atividades produtivas e de manejo dos recursos ambientais. A identificação das necessidades concretas de capacitação neste âmbito será o produto do trabalho de diagnóstico e planejamento mencionado na seção anterior, a ser feito nas comunidades e junto aos empreendimentos com os quais trabalhará o Projeto Paulo Freire. Assim, por exemplo, em algumas comunidades deverá ser realizado um conjunto de atividades de capacitação sobre produção e conservação de forragem para os rebanhos. Em outros casos, o tema da capacitação poderá ser sobre a condução de uma horta irrigada ou a criação mais intensiva de galinhas caipiras. No caso das organizações econômicas, as necessidades de capacitação detectadas no diagnóstico e planejamento, poderão estar ligadas a temas técnicos (tais como o processo de coleta de mel das colmeias ou a operação de uma casa de farinha modernizada), e também poderão considerar aspectos de gestão e acesso a mercados, entre outros. O acompanhamento das unidades produtivas também terá um papel importante no desenvolvimento deste tipo de capacidades. Outro instrumento útil poderá ser o intercâmbio de experiências entre agricultores(as). Este eixo deverá ser implementado com apoio da assessoria técnica contínua. Em certos casos, será necessária a participação de assessoria especializada, para ajudar a resolver problemas

de maior complexidade técnica e/ou para a formação dos agricultores(as) em temas ambientais específicos.

d) Desenvolvimento organizacional e capacitação para gestão e comercialização. Os Planos de Desenvolvimento e os Planos de Negócios serão implementados pelas organizações comunitárias e econômicas com financiamento e assessoria do Projeto Paulo Freire, sendo que os recursos para financiar esses Planos serão administrados por estas organizações. Para tal, será necessário desenvolver as capacidades de gestão destas organizações e das famílias participantes, o que envolverá a organização de eventos de capacitação e um acompanhamento periódico sobre temas como a contabilidade e a prestação de contas, planejamento, legislação pertinente, etc. Por outro lado, as organizações precisarão desenvolver suas capacidades de gerenciamento dos investimentos e, se for o caso, das unidades produtivas associativas, o que exigirá a realização de eventos de capacitação (cursos, oficinas, etc.) sobre temas contábeis, de governança e legais. O acompanhamento da implementação dos Planos também será um instrumento de capacitação muito utilizado por esta linha. Além disso, uma melhoria nas condições de acesso aos mercados e entrada em novos mercados (inclusive compras públicas nos mercados institucionais) requer o desenvolvimento de novas capacidades que normalmente essas organizações não apresentam em maturidade ou grau suficiente. Em todos os casos mencionados, o Projeto fornecerá assessoria técnica contínua e especializada. Também haverá assessoria para o tema da capacitação para políticas públicas. Estes apoios deverão permitir a resolução de necessidades concretas e requerimentos de qualidade assim como desenvolver as capacidades das próprias organizações e famílias participantes.

e) Formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra. A estratégia geral do Projeto (cf. seção III. A) prevê a criação de mais oportunidades para os jovens (homens e mulheres). A formação destes jovens e a articulação das assessorias necessárias dirigidas a resolver suas necessidades serão instrumentos importantes nesta busca. O Projeto organizará as iniciativas deste tipo que sejam necessárias para que os jovens possam alcançar as diferentes oportunidades. A principal atividade desta linha será dirigida aos jovens que queiram desenvolver diferentes tipos de empreendimentos econômicos, principalmente na área agropecuária, mas também em em outros âmbitos. Para tal, serão organizados programas de formação³³ orientados para o desenvolvimento da capacidade empreendedora destes jovens, que deverão desembocar na elaboração de projetos de empreendimentos, abrangendo atividades de produção agropecuária sustentável, seu beneficiamento e a conservação e recuperação dos recursos naturais, entre outros. Cabe enfatizar que uma parte dos jovens que passarão por esta formação atualmente não tem acesso à terra e muitos gostariam de buscar a sua instalação como agricultores familiares. Para tal, os interessados deverão formar grupos, que buscarão ter acesso a um pedaço de terra através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)³⁴ e outras formas de acesso à terra. Esta iniciativa de estímulo e apoio ao acesso à terra e à instalação de jovens para serem agricultores familiares é inovadora e será tratado de forma *experimental* pelo Projeto. Ela deverá alimentar uma discussão sobre o tema das políticas de assentamento de novas famílias na terra, no qual o FIDA tem o maior interesse em participar. Após a conclusão desta

³³ O PNCF oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infra-estrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos agrícolas, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo. Vale destacar que nos últimos meses houve mudanças neste Programa que deverão agilizar o seu funcionamento. A principal delas refere-se ao formato do crédito, que deixa de ser um crédito ao grupo, para ser um conjunto de créditos individuais. Além disso, o trabalho de regularização fundiária empreendido pelo Governo do Estado também favorecerá a agilidade do Programa, ao fornecer a documentação necessária para os proprietários que desejavam vender, mas não podiam fazê-lo por este empecilho. O Projeto Paulo Freire deverá fornecer apoio aos grupos de jovens para formular os projetos específicos que são necessários para dar entrada no Programa.

³⁴

capacitação, os jovens terão um acompanhamento periódico, visando a articulação das assessorias e o acesso a oportunidades de investimento que permitam a realização prática dos seus projetos e o seu desenvolvimento como empreendedores. Outros temas de formação para jovens poderão ser contemplados na medida em que surjam as necessidades. O Projeto contratará entidades com as competências necessárias para realizar estas atividades. Além disso, o Projeto Paulo Freire buscará favorecer o acesso de jovens (mulheres e homens) ao ensino médio profissionalizante. Para tal, buscará que sejam organizados cursos de reforço escolar para os interessados, levando em conta que a maioria dos jovens rurais não consegue ter acesso a essas escolas pelo nível precário da sua formação básica. Neste caso, o Projeto buscará estabelecer parcerias, principalmente junto às prefeituras, as Secretarias de Educação e a SDA, embora não haverá uma linha orçamentária específica no Projeto para lidar com esta atividade.

f) Fortalecimento das equipes de entidades parceiras. O bom andamento do Projeto dependerá, em grande parte, da qualidade do trabalho da assessoria contínua. Esta deverá ter características específicas (cf. o parágrafo 40, a seguir), tais como a capacidade de ser polivalente, trabalhando tanto os aspectos produtivos, quanto os econômicos, organizativos e sociais de forma participativa. Ela também terá um papel fundamental para garantir a sustentabilidade ambiental nas áreas trabalhadas pelo Projeto. No entanto, os profissionais disponíveis nem sempre têm todas estas qualidades requeridas³⁵. Assim sendo, o Projeto deverá apoiar o aprimoramento das equipes de assessoria, oferecendo diversas modalidades de reciclagem e capacitação. A realização deste serviço será feita por meio da contratação de entidades ou pessoas (consultores) com domínio dos temas em questão³⁶. Por outro lado, existem casos em que o acesso a políticas públicas fica aquém das expectativas porque as equipes de campo que cuidam dos processos de incorporação das famílias encontram dificuldades para fazer este trabalho³⁷. Conforme foi mencionado acima, a equipe de assessoria em políticas públicas do Projeto terá como função reforçar as capacidades destas equipes e acompanhá-las para que possam aprimorar o ritmo pelo qual novas famílias são atendidas por estas políticas.

g) Mobilização social. Experiências anteriores nas quais participou o FIDA³⁸ mostram que é vantajoso para uma iniciativa como o Projeto Paulo Freire ter uma ação específica no campo da organização e mobilização social das comunidades envolvidas. Para tal, contar-se-á com a figura do(a) “mobilizador(a) social”³⁹. As principais tarefas destes

³⁵ Partindo da experiência de outros projetos do Brasil apoiados pelo FIDA (como, por exemplo, Projeto Dom Helder Câmara e o Projeto Sertão), é possível listar alguns dos temas que precisarão ser tratados neste esforço de reciclagem e formação das equipes de assessoria contínua. Será necessário aprimorar as capacidades dos(as) técnicos(as) nos seguintes temas: i) abordagem participativa da assessoria (incluindo a elaboração de diagnósticos e planos); ii) enfoque técnico baseado nos princípios da ‘convivência com o semiárido’ e da agroecologia; iii) Práticas de preservação, proteção e recuperação dos recursos naturais; iv) Conhecimentos sobre os mercados e comercialização e temas afins; v) políticas públicas para a população rural.

³⁶ Existem no Nordeste brasileiro diversas entidades com experiência no tema de uma assessoria técnica mais contemporânea. Podemos citar diversas ONGs que desenvolveram um excelente trabalho junto ao PDHC no Rio Grande do Norte e no Ceará. Também existem centros universitários com um bom acúmulo, tal como o grupo de Extensão Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entre outros. Também existem consultores que têm um bom domínio destes temas.

³⁷ Por exemplo, a inscrição de famílias agricultoras para que possam vender mercadorias ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) depende das equipes das Secretarias de Educação dos municípios, que têm encontrado muitas dificuldades na operação das exigências administrativas e técnicas do Programa. Também será oportuno fornecer apoio às Secretarias Municipais de Agricultura no municípios, naquilo que se refere ao PAA e outros programas relevantes.

³⁸ Referimo-nos, neste caso, à experiência do Projeto Dom Helder Câmara, iniciativa do Governo Federal, em parceria com o FIDA, que atuou (no período 2003 – 2010) em seis estados nordestinos.

³⁹ Na experiência do Projeto Dom Helder, os ‘mobilizadores sociais’ foram recrutados nas comunidades, e atuaram sob a coordenação das organizações sindicais que atuavam na área de intervenção do Projeto.

agentes serão: a mobilização nas comunidades e das organizações para um engajamento ativo no Projeto e o trabalho de monitoramento do andamento das suas iniciativas. Este trabalho exigirá uma presença regular dos(as) mobilizadores(as) nas comunidades. Além disso, estes agentes terão um papel importante na comunicação entre os diversos parceiros institucionais envolvidos nas atividades e a população das comunidades. Acompanhando a experiência de outros projetos, buscar-se-á o apoio de organizações de agricultores com experiência no assunto para realizar este trabalho.

42. A implementação dos eixos mencionados acima para este Componente apoiar-se-á em três formas de assessoria técnica complementares: uma contínua, que acompanhará às comunidades e organizações de forma mais estável; uma especializada, focada em temas de maior exigência técnica que podem ser resolvidos com apoio externo em prazos relativamente curtos tirando proveito da assistência técnica especializada fornecida pelo Projeto; e uma terceira que tratará da capacitação e treinamento para o tema das políticas públicas. É possível supor que a assessoria contínua apoiará principalmente às comunidades, enquanto que as organizações econômicas vão necessitar mais apoio da assessoria técnica especializada. O trabalho dos provedores de assessoria técnica em acesso às políticas públicas buscará atingir amplamente a população rural dos municípios envolvidos.

43. No que se refere à assessoria contínua, os fornecedores dela deverão ter uma presença local regular e constante junto ao público-alvo do Projeto. Isto exigirá a montagem de equipes para o atendimento das comunidades, organizações econômicas e assentamentos a serem beneficiados. É muito importante que estas equipes, dimensionadas em função do número de famílias a serem atendidas (numa relação aproximada, no caso das comunidades, de um (a) técnico(a) para cada quatro comunidades – o que representa cerca de 160 famílias), possam se dedicar exclusivamente ao atendimento deste público. Também deverão trabalhar com as organizações econômicas para assisti-las na elaboração dos seus Planos de Desenvolvimento e Planos de Negócios. Em termos da cobertura temática, pensa-se num desenho do sistema de assessoria com um conjunto de agentes de extensão “generalistas” que farão um trabalho polivalente diretamente nas comunidades. O serviço de assessoria deverá trabalhar adotando um enfoque participativo e montará um sistema de planejamento das ações do Projeto que priorize as necessidades e demandas reais do público beneficiário. Deverá dar prioridade à equidade de gênero e à criação de oportunidades para os jovens. Caberá também a estas equipes de assessoria a implementação do enfoque agroecológico para a produção agropecuária e o manejo dos recursos naturais, garantido assim uma maior sustentabilidade das atividades agropecuárias na área de atuação do Projeto. Deverão ser contratadas entidades com experiência neste âmbito para prestar os serviços de assessoria técnica contínua. Conforme vimos acima, o Projeto buscará complementar esta experiência previa com atividades de capacitação para as equipes contratadas de modo que elas forneçam serviços de melhor qualidade aos beneficiários do Projeto.

44. As atividades de desenvolvimento de capacidades e de suporte em temas técnicos mais específicos deverão ser implementadas mediante serviços de assessoria técnica especializada, complementar à assessoria contínua, focada em temas produtivos, de gestão, acesso a mercados e outros. Para isso o Projeto fornecerá os serviços de especialistas escolhidos em função de competências específicas em temas de ampla incidência no conjunto de comunidades atendidas. Assessoria especializada será mobilizada para atender as necessidades das organizações comunitárias, econômicas (cooperativas, empreendimentos associativos) e dos grupos de jovens com os quais trabalhará o Projeto. À diferença do que será o serviço de assessoria contínua, a contratação de assessoria especializada deverá ser realizada por períodos definidos, geralmente de curta duração (algumas semanas ou meses), para o qual serão contratadas instituições que tenham as capacidades apropriadas. Para tal, buscar-se-á o estabelecimento de parcerias com entidades tais como a EMBRAPA, o SEBRAE,

universidades, ONGs, a FETRAECE, cooperativas, empresas especializadas do setor privado. Também poderão ser contratados profissionais individuais que tenham as características técnicas desejadas para fornecer serviços especializados.

45. A capacitação da população rural para o acesso às políticas públicas deverá ser realizada por equipes específicas. Para tal, deverão ser contratadas entidades, como no caso da assessoria contínua mencionada anteriormente. No início do trabalho, haverá necessidade de contratar uma assessoria especializada, para definir os conteúdos a serem trabalhados nas comunidades e prepara material didático sobre o assunto.

46. Em termos gerais, vale ressaltar que o desenvolvimento das capacidades também deve estar conjugado a um maior engajamento com o setor privado de modo que surjam possibilidades de troca de experiência e conhecimento entre beneficiários e o setor privado na construção dos desenvolvimentos das capacidades. Assim sendo, na implementação de capacitações e nas assessorias, é importante elaborar mecanismos para que o setor privado participe de forma ativa (direta ou indiretamente), pois possui grande acúmulo de conhecimento técnico, devido ao seu dinamismo no setor agrícola do Brasil. Além disso, muitas empresas privadas (processadores, redes de supermercados, exportadores, etc) têm interesse específico no aumento da capacidade dos pequenos produtores por gerar e garantir um fornecimento de produtos de maior qualidade de forma constante.

47. Das atividades do componente de desenvolvimento de capacidades são esperados os seguintes resultados principais:

- 60.000 famílias capacitadas em acesso a políticas públicas;
- 30.000 famílias beneficiadas por assistência técnica, contínua e/ou especializada;
- 24.000 famílias rurais recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizacional, produção agrícola e não agrícola, gestão e comercialização;
- 12.000 famílias rurais recebem assistência técnica especializada;
- 1.200 jovens rurais recebem (entre as 12.000 acima) recebem apoio e assistência técnica para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; destes, 400 terão apoio para instalar-se como agricultores(as) pleiteando o acesso à terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ou outros programas de acesso à terra.
- 1.200 líderes comunitários capacitados, dos quais 50% serão mulheres ou jovens;
- 600 organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, sistema de governança e de gestão. 80% delas sustentáveis ao final do Projeto;
- 600 Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa;
- 600 Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados elaborados e submetidos Projeto Paulo Freire e a outras fontes para consideração e financiamento, dos quais aproximadamente 500 corresponderão a iniciativas das comunidades e 100 às das organizações econômicas;
- 300 provedores de assistência técnica recebem treinamento para melhorar seus serviços (pelo menos 30% mulheres)

C.2 – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental

48. Na área de atuação do Projeto, a agricultura familiar é de sequeiro, geralmente praticada de forma extensiva. 70% das propriedades têm menos de 20 hectares (e ocupam 19% da superfície agrícola)⁴⁰, o que pode ser considerada de pequena superfície tomando em consideração a baixa qualidade dos solos e as variações do regime de chuva, que constituam fatores de riscos. O clima é de tipo semiárido, com pluviometria que oscila entre os territórios de 500 à 1000 mm. A maioria da área se situa entre 300 a 500 metros, com máxima de 900 metros e mínimo de 100. A mecanização, para as famílias quem têm acesso, é limitada no preparo da terra que se faz cada vez mais com trator (aluguel por hora) ou com tração animal. Todos os outros tratamentos culturais são

⁴⁰ Fonte: Cadastro das propriedades do INCRA-2005

manuais, realizados na enxada. A reprodução da fertilidade se articula em torno de um conjunto de 3 práticas principais: i) o uso de esterco produzido na propriedade: geralmente insuficiente por causa do tamanho limitado do rebanho. As parcelas cultivadas recebem esterco de forma irregular e em quantidades abaixo das necessárias, ii) a prática do repouso do solo, que varia de 2 a 10 anos, duração em diminuição por causa da redução das superfícies disponíveis. A queima praticada no preparo da terra é uma técnica muito frequente e destrói boa parte da fertilidade e da vida dos solos. Depois de alguns anos de cultivo estas áreas estão se transformando em pastagens pobres, que rapidamente se degradam, iii) a compra de adubos comerciais é uma prática limitada, por 2 motivos: a avaliação pelo agricultor/a de custo-benefício que não garante resultados diante do risco e a falta de condições financeiras. O uso de tratamentos químicos é pontual e limitado pelo custo que ele representa. A maior parte da mão de obra é familiar e a contratação de serviços é pontual (preparo da terra, capinagem). A pluriatividade é bastante praticada.

49. O milho e o feijão são a base dos cultivos anuais. Dependendo dos solos, o milho é cultivado de forma mais expressiva. No Cariri Oeste por exemplo a mandioca é bastante cultivada. O cultivo de caju tradicional é presente mas ainda pouco desenvolvido (a produção da área do Projeto representa 10% da produção do Estado). A criação mista de ovinos e caprinos é generalizada na maioria das propriedades, orientada para produção de carne. A produção de leite de cabra está aumentando desde alguns anos e vai crescendo. Esta criação, muito tradicional, constitui a poupança das famílias e é geralmente conduzida de forma extensiva. Algumas famílias conseguem desenvolver a criação de bovinos para produção mista de leite e carne, a comercialização do leite constitui um aporte de renda regular. A baixa qualidade dos pastos e a fraca produção de forragens cultivados, explica que a produtividade dos rebanhos está baixa. No quintal de casa é frequente encontrar galinhas e suínos. A apicultura com abelha africanizada se desenvolve há aproximadamente 10 anos. A caatinga bastante presente na região e com forte potencial melífero permite atingir bons resultados econômicos e ambientais com esta produção, graças aos elevados rendimentos e a boa qualidade do mel produzido. Essa vegetação natural é a base da alimentação dos caprinos e ovinos, com alto potencial forrageiro particularmente adaptado aos caprinos. Os cultivos irrigados ainda estão muito pouco praticados. A irrigação, quando existente, é direcionada à produção de pastagem ou de hortaliças e frutas.

50. A situação de pobreza na qual se encontram as famílias beneficiárias impede, em muitos casos, a realização dos investimentos necessários e adequados para fortalecer e desenvolver as suas capacidades produtivas. Ao mesmo tempo, existe na área de intervenção um alto potencial e diversos fatores favoráveis para atividades agrícolas e não agrícolas. Neste contexto, o Componente 2 do Projeto Paulo Freire tem como objetivo o apoio às atividades que permitam um incremento e uma intensificação da produção nas unidades familiares beneficiadas, numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais. A proposta técnica deste componente está construída em torno de uma visão mais sistêmica do manejo dos recursos, incluindo a perspectiva agroecológica e um uso mais seletivo e racional de insumos externos. Assim, a atuação deste componente está alinhada com a estratégia de apoio à agricultura familiar da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Ceará, construída segundo os princípios da convivência com semiárido e da agroecologia, o que cria condições para que o Projeto, em parceria com as outras iniciativas em curso, possa se sumar e contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense.

51. O Componente vai financiar: i) investimentos para aumentar o capital produtivo no intuito de intensificar e aprimorar a produção primária e sustentável na agricultura familiar, e ii) infraestruturas associativas de beneficiamento com o objetivo de agregar valor, gerar renda e novos empregos, a ser financiado dependendo do potencial de produção e mercado das atividades a serem apoiadas.

52. Três linhas de ação complementares constituem este componente:

- O apoio à atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas.
- O incentivo à iniciativas e práticas inovadoras.
- A promoção de atividades de proteção e recuperação dos recursos naturais.

Apoio à atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização.

53. A produção agrícola será apoiada com a finalidade de estruturar, valorizar, aperfeiçoar e diversificar os sistemas produtivos das unidades familiares atendidas. Isso deverá propiciar um aumento da produtividade e da escala de produção, dentro dos padrões de qualidade e sanitários e fitosanitários exigidos pelos mercados.

54. Como parte do desenho do Projeto, foram escolhidas algumas produções agrícolas e cadeias produtivas. Essa seleção foi conduzida de forma concertada entre as equipes do FIDA e do Governo do Estado, a partir dos dados disponíveis, das visitas de campo e das conversas e diálogos com autoridades e beneficiários. Para a seleção do conjunto das cadeias selecionadas, os seguintes critérios foram considerados como prioritários:

- Ter uma expressão significativa nos sistemas de produções atuais e por isso apresentar uma boa adaptação às condições locais e ser bem aceitas culturalmente,
- Abranger as produções agrícolas, a criação animal e as atividades não agrícolas mas diretamente vinculadas com o meio rural local,
- Permitir o emprego e a valorização do trabalho da família na sua integralidade: homens, mulheres e jovens,
- Potencial para intensificação e diversificação dos sistemas de produção,
- Bom potencial para melhorar as condições de vida das famílias beneficiárias, aumentando a segurança alimentar e a renda,
- Corresponder às prioridades de trabalho do Governo do Estado e por isso ser mencionadas como tal nos Planos de Desenvolvimento Plurianual do Estado e dos territórios de intervenção do Projeto,
- Permitir estabelecer relações de complementaridade com outros projetos ou programas em curso e evitar a duplicidade de uso do recurso público,
- Oferecer a possibilidade de trabalhar de forma complementar no fortalecimento das capacidades produtivas e no beneficiamento,
- Ter um caráter inovador para a região ou permitir introduzir inovações,
- Poder gerar impactos ambientais positivos e duradouros ou diminuir impactos negativos sobre o meio ambiente,

55. Tomando em consideração o perfil das unidades produtivas das famílias beneficiárias e o potencial agrícola da região, O Projeto vai então fortalecer a produção agropecuária *strictu sensu* (carne, leite, caju, mandioca, mel) o que representa uma prioridade para famílias em situação de pobreza. Por outro lado, o Projeto vai propiciar a realização de investimentos para o beneficiamento. Em todos os casos, apesar das duas linhas de atuação estarem complementares, um estímulo à produção não precisará estar necessariamente ligado à instalação de uma estrutura de beneficiamento.

56. O Projeto vai apoiar a implementação de investimentos produtivos nas unidades familiares, como por exemplo:

- No caso da caprinocultura de leite ou de carne, o/a agricultor/a receberá 10 reprodutores, recurso para melhorar a estrutura de aprisco, e um ponto fundamental, ele receberá também recursos para implantar ou consolidar o

sistema de produção de forragem, incluindo a possibilidade de comprar cercas para desenvolver um sistema de manejo da caatinga,

- As famílias que escolherão a apicultura, receberão 10 colmeias com todas as ferramentas necessárias ao manejo e produção de mel,
- A proposta do projeto para o cultivo de caju é permitir a implantação de 1,5 hectare de caju da variedade anão, incluindo todos os tratos necessários até a entrada em produção,
- Será possível instalar sistemas de irrigação para pequenos grupos de famílias, para desenvolver a produção de hortaliças e a fruticultura,

57. Além do apoio para fortalecer o capital produtivo das unidades familiares, investimentos serão realizados para organizações econômicas no objetivo de instalar unidades de beneficiamento das produções acima mencionadas, mas não somente. Isto passará, por exemplo, pela construção de casas de beneficiamento da mandioca para produção de farinha, unidades de beneficiamento do pedúnculo do caju, casas de extração e entrepostos de fracionamento do mel, unidades de processamento do leite de cabra para produção de iogurte e outros tipos de investimentos, dependendo do potencial

58. Esses apoios em nível do beneficiamento serão acompanhados de investimentos para fortalecer a comercialização (definição de marca, rotulagem, etc). No intuito de diversificar as atividades o Projeto Paulo Freire apoiará atividades artesanais de madeira, tecido, trabalho do ferro. O Projeto suportará nestes casos a compra das ferramentas necessárias.

59. Todas as famílias que receberão investimentos produtivos serão também acompanhadas pelas equipes de assessoria técnica (continuada e/ou especializada), tendo acesso à técnicas de produções adequadas com a convivência com o semiárido cearense.

60. Uma conta de investimentos não reembolsáveis (realizados dentro dos tetos financeiros definidos no Manual de Implementação do Projeto), será a principal ferramenta operacional deste componente. Conforme vimos na seção anterior (II.C1), os Planos de Desenvolvimento identificarão as iniciativas a serem priorizadas. O detalhe dos investimentos (associativos e nas unidades familiares) será apresentado nos Planos de Negócios elaborados a partir do Plano de Desenvolvimento, que incluirá quando for necessário uma análise de riscos ambientais e das medidas de mitigação necessárias. Em alguns casos os Planos de Negócios das organizações econômicas poderão ser mais abrangentes que o nível comunitário, podendo atender beneficiários de várias comunidades ou até de vários municípios. No caso das atividades inovadoras e de recuperação ambiental (ver abaixo incentivo à iniciativas inovadoras e proteção e recuperação dos recursos naturais) serão elaborados Planos de Trabalho Simplificados. Eles deverão permitir uma implantação rápida dessas atividades, respeitando os critérios e procedimentos definidos para acessar ao recurso do Projeto.

61. Conforme detalhado no Manual de Implementação (Anexo 11), a execução financeira dos investimentos será diretamente assumida pelas organizações comunitárias e econômicas (ou outra forma jurídica formalizada), representando os beneficiários reunidos em torno dos empreendimentos. Os beneficiários terão uma participação no financiamento dos investimentos que poderá ser realizada, por exemplo, com bens, materiais, mão de obra ou aportes financeiros.

62. Diretamente vinculados às intervenções na produção e no beneficiamento, investimentos realizados no âmbito de acessar mercado deverão permitir a elaboração e a consolidação de estratégias de venda, um melhor acesso às informações sobre os mercados, a diversificação dos canais de comercialização, o melhoramento das formas

de organização e das capacidades de negociação. Várias oportunidades de mercado serão assim contempladas:

- **O mercado privado convencional:** representa a forma mais generalizada de comercialização que opera via os atravessadores e nas feiras locais e regionais. A intervenção do Projeto vai propiciar melhoras capacidades de negociação, organizações mais estruturadas e infraestruturas adequadas à legislação em vigor. O Projeto atuará para articular os produtores e suas organizações com operadores privados (redes de distribuição, exportadores, etc.).
- **Os mercados institucionais** nas suas diversas modalidades (PAA, PAA Leite, PNAE) funcionam abaixo das suas capacidades e dos recursos disponibilizados. Por exemplo, para o Programa do Leite⁴¹, em nível do estado, dos 5.200 produtores cadastrados no início de 2012, como potenciais fornecedores de leite (cabra e vaca), 2.800 (54%) entregam diariamente leite ao Programa. Em março de 2012, no caso do PAA, dos 2.210 agricultores cadastrados, 1.581 (70%) vendem efetivamente produtos ao PAA⁴². Esses números mostram as duas possibilidades de dar mais amplitude à este programa: i) dentro dos agricultores já cadastrados, aumentar o percentual de agricultor que venda ao PAA, e ii) aumentar o número de agricultores cadastrados. O recurso financeiro disponível não é o fator limitante e permitiria um aumento significativo das compras via as modalidades do Programa do Leite e do PAA. Esses dados demonstram o grande potencial de absorção desta forma de comercialização. Vale a pena mencionar que esses mercados garantem um preço anual e quantidades compradas até um certo teto/família. O apoio do Projeto será orientado tanto para responder às exigências administrativas, como para garantir os volumes, a qualidade e a diversidade dos produtos necessários.
- O acesso a **mercados diferenciados:** a região de intervenção e as práticas agroecológicas oferecerão vantagens comparativas importantes para a produção orgânica (mel, caju, etc) e garante uma boa valorização da produção. Esses mercados, e especialmente o orgânico, passam por um forte crescimento e poderão constituir oportunidades importantes.

63. Os dados acima mostram a boa capacidade de absorção dos mercados em geral, principalmente do mercado institucional (compras públicas). A atuação do Projeto vai aproximar os beneficiários desse potencial dos mercados pelas seguintes razões:

- i. A assessoria técnica contínua terá um impacto sobre as quantidades produzidas, a diversificação da produção primária, e a qualidade dos produtos (*in natura* ou beneficiados). Este conjunto de fatores deverá permitir uma melhora aceitação e valorização dos produtos no mercado,
- ii. As produções apoiadas pelo Projeto, são item que entram nos mercados institucionais e no mercado privado local: mel, carne, leite e iogurte, hortaliças e frutas, farinha de mandioca, polpa de caju, etc,
- iii. As infraestruturas de beneficiamento que serão implantadas terão as características e os selos necessários para comercializar dentro das normas exigidas, inclusive ambientais,
- iv. O planejamento, a diversificação e a organização da produção primária permitirá garantir entregas regulares e com uma gama mais ampla de produtos,
- v. No caso dos mercados institucionais, as equipes de assessoria especializadas para o acesso as políticas públicas vão ter um papel importante para ajudar os beneficiários a conhecer as diferentes modalidades, atender as exigências de qualidade e percorrer os tramites

⁴¹ Entre 2004 e 2012, o número de produtores beneficiados pelo programa passou de 600 para 2200. Em 2010 o recurso executado pelo programa foi de \$ 24 milhões e a previsão 2012 está estabelecida em R\$ 5555 milhões.

⁴² Entre 2009 e 2012 o número de agricultores atendidos pelo PAA passou de 49 para 1.581 e o recurso mobilizado para isso passou de R\$ 36.000 para R\$ 6.900.000.

administrativos, permitindo assim que um maior número de famílias reúnem as condições exigidas.

64. Numa perspectiva de diversificação e fortalecimento das capacidades produtivas e de melhor inserção nos canais de comercialização, a equipe do Projeto ficará atenta para acompanhar os beneficiários na identificação e na construção de novas parcerias com empresas e outros atores do setor privado que já assumem funções-chave nas cadeias indetificadas (exportadores, processadores, redes de supermercados, etc). Esta conexão com o setor privado tem um caráter importante na sustentabilidade das atividades apoiadas pelo Componente 2, e do Projeto como um todo, permitindo que os beneficiários possam acessar à novos mercados, mas também ganhar em termos de transferência de tecnologia (por exemplo, em áreas como processamento, empacotamento, atender exigências sanitárias, estratégia de gestão de negócios, etc). Por fim, a parceria com o setor privado também pode significar a possibilidade de novos investimentos para além do marco temporal do Projeto, levando a formação de importantes coligações que podem representar um vetor de sustentabilidade das atividades executadas pelo Projeto.

65. Com o objetivo de diversificar as fontes de renda e a geração de emprego, o Projeto vai financiar a aquisição de equipamentos e infraestruturas para desenvolver atividades não agrícolas. Foram identificados diversos tipos de artesanato e manufatura com os quais seria possível trabalhar: artesanato com madeira, couro, palha de carnaúba e milho, cipó, crochê, fabricação de pequenas ferramentas (principalmente ferramentas usadas no próprio cultivo agrícola como pá, enchada, etc). Durante a vida do Projeto, outras atividades ou serviços poderão ser apoiados como, por exemplo, o turismo rural e cultural. O procedimento será semelhante àquele das atividades agropecuárias: ele passará por um diagnóstico e se concretizará num Plano de Negócio.

66. Para a realização dos investimentos, a busca da complementaridade com outros projetos (por exemplo, com o Projeto São José III) será uma constante. Embora o Projeto possa financiar a maior parte de novos investimentos, ele contribuirá quando pertinente para a consolidação de empreendimentos já existentes que forem apoiados por outras fontes, no intuito de valorizá-los e torná-los operacionais e com melhor desempenho, maximizando os resultados e levando a maior ganhos de escala (*scaling-up*).

67. O Componente 2 deverá ter impactos significativos e efetivos no fortalecimento e no melhoramento das condições sócio econômicas das mulheres e dos jovens. Para isso, o Projeto dará prioridade às propostas de atividades e de investimentos dirigidos por mulheres e jovens. Direcionado para a produção, o beneficiamento ou a comercialização, várias atividades tradicionalmente assumidas por mulheres ou jovens, poderão ser trabalhadas pelo Projeto o que oferece as condições de atuar numa perspectiva de maior equidade de gênero e geração.

Das atividades acima mencionadas, são esperados os seguintes resultados:

- Implementação de 600 planos de negócios preparados pelo Componente 1 (eles incluem os Planos de Trabalho Simplificados);
- Pela implementação dos planos de negócios acima, 30.000 famílias serão beneficiadas pelos investimentos produtivos, entre as quais:
 - 20.000 famílias receberão investimentos (pela conta de investimentos não reembolsável do Projeto) no componente 2, para fortalecer suas capacidades produtivas, de beneficiamento e comercialização. Esses investimentos abrangerão iniciativas inovadoras e atividades de recuperação ambiental;

- 10.000 famílias receberão financiamento para investimentos produtivos por outras fontes
- 500 famílias receberão investimentos para pequenos sistemas de irrigação;
- Aumento de pelo menos 30% no volume de produção das famílias beneficiárias com investimentos produtivos;
- Aumento de pelo menos 30% nas vendas das famílias beneficiárias com investimentos produtivos
- 60% dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de adição de valor;
- O fortalecimento da produção, do beneficiamento e o acesso aos mercados, complementados com a assessoria técnica do Componente 1, permitirão um aumento da renda familiar de 30% em 80% das famílias beneficiárias de investimentos produtivos,
- Pelo menos 30% dos empreendimentos associativos serão liderados por mulheres,
- Pelo menos 70% das famílias beneficiárias de investimentos terão acesso às políticas públicas tais como Pronaf (financiamento), Seguro Safra, e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite);
- 70% dos investimentos utiliza práticas agroecológicas de conservação do solo ou manejo sustentável do bioma da caatinga;
- 100% das unidades de beneficiamento atende às normas ambientais de tratamento de efluentes.

Incentivo às iniciativas inovadoras

68. A inovação é uma ferramenta pertinente quando se trata de acompanhar as evoluções das condições edafoclimáticas, do acesso aos mercados ou no contexto de possível parceria com o setor privado. Será importante abrir novos caminhos, tanto no âmbito da produção, como do beneficiamento e da comercialização. Assim sendo, o Projeto dará especial atenção à identificação, experimentação e introdução de novas práticas consideradas como inovações na área de atuação, tanto na perspectiva de aperfeiçoar os sistemas assim como para diversificar as práticas existentes⁴³.

69. O Projeto trabalhará, junto com as famílias envolvidas, para instalar Unidades de Aprendizagem. Estas unidades deverão ser ferramentas de reflexão e capacitação em torno das inovações e em relação direta com o trabalho dos dois Componentes. Nelas os/as agricultores/as serão os/as experimentadores/as, construindo e adaptando novas técnicas de produção. A implantação dessas Unidades de Aprendizagem será condicionada à validação de um Plano de Trabalho Simplificado, para permitir que a implementação seja rápida, sempre atendendo à critérios transparentes. Os processos e resultados serão sistematizados e divulgados no intuito de visibilizar e ampliar os impactos do Projeto. Os beneficiários diretamente envolvidos nessas Unidades de Aprendizagem, pelo fato delas construírem e acumularem um conhecimento específico, poderão se tornar produtores de referência, contribuindo assim no acompanhamento e na difusão dentro da comunidade e no seu entorno, dos conhecimentos e da experiência obtidos. Esta prática também estará vinculada com as atividades de gestão do conhecimento do Projeto levando a possíveis intercâmbios e troca de experiências.

70. Por esses motivos, o caráter inovador será um critério de seleção das atividades apoiadas pelo Projeto. Em termos de resultados, espera-se que aproximadamente 10% dos recursos do Componente 2 sejam destinados ao financiamento dessas iniciativas.

Proteção e recuperação dos recursos naturais

⁴³ Maiores detalhes sobre as inovações são apresentadas no Anexo e em maior detalhe no Documento de Trabalho sobre os sistemas produtivos.

71. O tema ambiental é parte integrante deste componente e será abordado por meio de duas linhas de atuação. A sustentabilidade ambiental será tratada inicialmente desde os diagnósticos, para ser inserida nos Planos de Desenvolvimento e nos Planos de Negócios. Assim, no campo da produção agropecuária, práticas agroecológicas e de gestão sustentável dos recursos naturais serão promovidas. No caso da realização de infraestruturas, os Planos de Negócios, deverão abranger as exigências ambientais: obtenção das licenças, autorizações e construção das infraestruturas de tratamento dos efluentes e resíduos, etc.

72. Destacamos a questão da conservação das águas e do solos: na área de atuação como em todo o semiárido, o solo é submetido a uma forte e crescente degradação devido: i) ao modo de cultivo, ii) à pressão cada vez maior, iii) a dificuldade de manter a fertilidade e iv) também por causa do tipo de trabalho e das ferramentas utilizadas para o preparo do terra. Especial atenção será dada pelas equipes de assessoria técnica para introduzir novas práticas permitindo a recuperação e a conservação dos solos: construção de infraestruturas anti erosivas de pedra ou com material vegetal, cultivo em curvas de nível, trabalho apropriado ao tipo de solo e relevo das parcelas (ou que inclui a capacitação dos motoristas de trator para garantir um melhor uso do trator e ferramentas de aração). Em função do tipo de solo e do tipo de cultivo praticado, poderão ser introduzidas técnicas de cultivo sem trabalho ou com trabalho reduzido do solo (*no-till*), aproximando-se de técnicas de plantio direto.

73. A segunda linha de atuação sobre o tema será constituída por ações de recuperação ambiental. Apesar da área de atuação do Projeto ter um bom potencial para atividades agrícolas, existem riscos, a curto e médio prazo, de acentuar a degradação dos recursos naturais, principalmente dos solos e da vegetação. Em alguns municípios, o Plano Estadual de Combate a Desertificação aponta várias Áreas Suscetíveis à Desertificação e em processo avançado de desertificação, concentradas nos territórios dos Inhamuns-Crateús, Sobral e Vales do Curu-Aracatiagu. Nestes casos, ações específicas serão realizadas no intuito de recuperar áreas degradadas. Em outros casos, temas como a recomposição de matas ciliares ou a questão do tratamento do lixo doméstico, cada vez mais apontado pelas comunidades com um problema ambiental, poderão ser o foco de trabalho.

74. As atividades de recuperação ambiental serão implementadas por meio de Planos de Trabalho Simplificados. Esta ferramenta, idêntica à aquela utilizada para a implementação das inovações deverá permitir a rápida implementação de ações pontuais.

75. O conjunto das práticas e ações será realizado pelas equipes de assessoria técnica contínua ou especializada, junto com os beneficiários. As numerosas referências e experiências adquiridas pelo Governo de Estado do Ceará na implementação de projetos específicos e em particular do PRODHAM⁴⁴, serão valorizadas e divulgadas. A busca de parcerias (Secretaria dos Recursos Hídricos, Superintendência Estadual do Meio Ambiente), numa perspectiva de complementaridade, será parte da estratégia de implementação dessas atividades.

76. Das linhas de ação acima apresentadas, os seguintes resultados são esperados:

- Os Planos de Negócios financiados permitirão que 70% das famílias envolvidas nos planos receberão assessoria técnica apliquem nos seus sistemas produtivos práticas de gestão dos recursos naturais ambientalmente sustentáveis,
- A totalidade das unidades de beneficiamento financiadas atenderá à legislação ambiental quanto ao tratamento de afluentes e outros temas,

44

PRODHAM: Programa de Desenvolvimento Hidroambiental.

- Uma parte estimada em 5% do orçamento do Componente 2 será destinada para financiar atividades ambientais como a recuperação de áreas degradadas.

Pontos complementares

77. O êxito das atividades e dos investimentos realizados pelo Componente 2 está estreitamente vinculado às atividades do Componente 1, e atenção especial deverá ser dada para que a implementação das agendas dos dois componentes, progrida de forma coordenada. A atuação do Projeto para melhorar o acesso às políticas públicas (principalmente financiamento e comercialização) será uma alavanca importante para garantir o aumento de renda e a continuidade, com a reprodução e a manutenção dos investimentos e atividades.

Acesso à água

78. Levando em consideração o caráter semiárido da região de atuação, a questão do acesso à água é fundamental, tanto para otimizar as condições e a diversificação da produção agropecuária primária, como para o abastecimento das unidades de beneficiamento. Quando a localização permitir, o Projeto pretende implantar pequenos sistemas de irrigação, contribuindo assim na valorização do grande potencial de acesso à água construído pelo Governo do Estado. Por razões de coerência e para evitar a dispersão do Projeto Paulo Freire, ficou definido que a construção de infraestruturas de abastecimento de água para o consumo humano será assumida por outras fontes. O Projeto Paulo Freire financiará exclusivamente a instalação de pequenos sistemas de irrigação. Por esses motivos, serão estabelecidas relações de cooperação com os projetos e programas que disponibilizam recursos para o acesso à água. Trata-se principalmente do Projeto São José III, do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), assim com os outros programas que serão implantados pelo Governo do Estado e pela Sohidra. Um mapeamento inicial dos programas em atuação permitirá organizar essas cooperações.

Sobre o financiamento dos investimentos

79. Em relação aos investimentos, das 30.000 famílias que receberão assessoria técnica do Projeto, 20.000 serão também beneficiadas por investimentos produtivos a título do Componente 2. No que diz respeito às 10.000 famílias que obterão exclusivamente do Projeto a assessoria técnica, estima-se que: i) 5.000 serão beneficiadas por meio de financiamentos assumidos por outros projetos em atividade na área do Projeto (São José III por exemplo) e que ii) as outras 5.000 famílias financiarão os seus investimentos produtivos com acesso ao crédito; todas as 10.000 famílias receberão apoio do Projeto por meio de capacitação em acesso a crédito e outras formas de financiamento para investimentos. Neste sentido, parcerias serão construídas e formalizadas como, por exemplo, com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB para o financiamento com recursos do PRONAF e do Programa Agroamigo (ver Anexo 13 – Minuta do Acordo de Cooperação entre o Banco do Nordeste e o FIDA), Instituto Nordeste Cidadania, e outros potenciais financiadores.

80. Numa perspectiva de fortalecimento dos sistemas produtivos, de sustentabilidade e ampliação das atividades, o acesso ao financiamento das atividades produtivas será um tema importante diretamente trabalhado pelo Projeto. As políticas públicas oferecem uma grande diversidade de linhas de financiamento (principalmente o Pronaf, mas também outros esquemas como PROINF, Agroamigo, etc). Dos recursos disponibilizados pelo sistema bancário e o Governo Federal, um percentual importante não é aplicado (mais da metade). A assessoria contínua e em particular as equipes de assessoria para o acesso às políticas públicas, vão permitir desenvolver as capacidades das famílias para

que possam ter melhor acesso a estas políticas (em particular, reunindo as condições administrativas exigidas)

Sumário do beneficiários do Projeto

81. Com base na descrição detalhada dos componentes e atividades a serem implementadas pelo Projeto, a tabela seguinte apresenta o sumário dos beneficiários do Projeto alcançando um total de 60.000 famílias beneficiárias. Levando-se em conta uma média de 3,8 pessoas por família na área do Projeto, é estimado que o Projeto beneficie diretamente aproximadamente 228.000 pessoas.

Tabela 2. Resumo Beneficiários do Projeto (número de famílias beneficiárias)

Componente 1: Des. Capacidades	60.000
1.1. Assessoria Técnica	30.000
Somente assessoria contínua	18.000
Somente assessoria especializada	6.000
Assessoria Contínua e especializada	6.000
Total assessoria contínua (somente contínua + contínua e especializada)	24.000
Total assessoria especializada (somente especializada + contínua e especializada)	12.000
1.2. Formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra (já incluídos entre os beneficiários de assessoria técnica)	1.200
1.3. Capacitação e treinamento para acesso às políticas públicas (30.000 também recebem assessoria técnica)	60.000
Componente 2: Des. Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (beneficiários também recebem assessoria técnica)	30.000
2.1. Investimentos financiados pelo Projeto	20.000
Investimentos individuais financiados pelo Projeto	10.000
Investimentos associativos financiados pelo Projeto	10.000
2.2. Investimentos financiados por outras fontes	10.000
Investimentos financiados por outros programas de Governo	5.000
Investimento financiado por meio de crédito	5.000
TOTAL BENEFICIÁRIOS (Comp. 1 + Comp. 2)	60.000

D. Lições Aprendidas e Alinhamento às políticas do FIDA

Lições aprendidas

82. Os projetos co-financiados pelo FIDA no Brasil priorizaram e apoiaram com sucesso o desenvolvimento de organizações e lideranças comunitárias, o fortalecimento da participação social nas decisões locais, a alocação de recursos baseada nas prioridades e decisões da população envolvida, o exercício efetivo dos direitos cidadãos da população que participou nos projetos, e a inclusão de mulheres e jovens que em muitos casos têm se convertido em importantes líderes das suas comunidades. O Projeto Gente de Valor, em implementação no estado da Bahia, é um bom exemplo de altos

níveis de participação comunitária e do desenvolvimento de lideranças de mulheres e jovens.

83. As comunidades identificaram e priorizaram suas necessidades, a partir da qual os Projetos financiaram investimentos sociais de alta prioridade para toda a comunidade. Num contexto de escassez de água e insuficientes serviços básicos, a maioria das comunidades priorizaram a construção de cisternas para captação de água de chuva para consumo humano, o que teve um impacto notável na saúde das crianças e na qualidade de vida das mulheres.

84. No âmbito produtivo, os projetos tiveram sucesso no apoio à agricultura em pequena escala destinada ao consumo familiar e aos mercados locais, em menor medida aos “mercados institucionais” por meio dos programas de compras públicas, e uma pequena porção se destinou a mercados orgânicos e solidários dentro e fora do Brasil. Também foi bem-sucedido o apoio às atividades produtivas que incorporam valor agregado como farinha e outros derivados de mandioca, mel de abelha, processamento de frutas nativas, produção de queijo de cabra e artesanato, geralmente para os mercados locais. Os projetos têm trabalhado junto a organizações de produtores com interesses comuns, de modo que embora as atividades produtivas estivessem abertas a todas as famílias da comunidade, participaram nelas somente as que decidiram espontaneamente se envolver. As principais razões para o sucesso foram o fornecimento de serviços de assessoria técnica, o fortalecimento das organizações de produtores e o uso da água de pequenas fontes e de chuva.

85. Nos projetos apoiados pelo FIDA existem casos de sucesso relacionados à inovação tecnológica de apoio à agricultura sustentável em termos produtivos, econômicos e ambientais, por exemplo, a produção e exportação de algodão orgânico, culturas consorciadas e manejo biológico de pragas. O Projeto Dom Helder Câmara e o Projeto Sertão (financiado com recursos do GEF) apoiaram estas ações e, embora estes exemplos são relativamente pequenos, mostram um grande potencial que pode ser aproveitado.

86. Em termos institucionais os projetos contribuíram à construção de redes locais que conectam diferentes atores com capacidades e necessidades complementares, o que gera um cenário institucional mais favorável para o desenvolvimento rural. Este foi um dos maiores logros do Projeto Dom Helder, que contribuiu ao desenvolvimento de associações locais de jovens profissionais que fornecem assessoria técnica (AT) aos pequenos produtores e que permanecem após a conclusão do Projeto. O Projeto também contribuiu ao fortalecimento de espaços de encontro e intercâmbio entre instituições, organizações sociais e de produtores em nível local, que favorecem a gestão pública participativa e a solução dos problemas da população rural.

87. As experiências mencionadas deixam lições que serão aproveitadas neste Projeto:

- Em projetos anteriores, as ações com maior sucesso combinaram o fortalecimento organizativo, o desenvolvimento de capacidades, o desenvolvimento produtivo e a geração de renda. A experiência mostra que somente organizações sociais e produtivas fortes e sólidas podem identificar seus próprios problemas e resolvê-los e que, por outro lado, não é possível reverter a pobreza sem gerar renda de maneira sustentável.
- O desenvolvimento de novas capacidades foi chave para o sucesso e para a sustentabilidade das ações apoiadas pelos projetos. Permitiu fortalecer as organizações sociais e produtivas, incorporar inovações tecnológicas, iniciar novas atividades, gerir as unidades produtivas de forma mais eficiente e chegar aos mercados em melhores condições, usando para isso as novas capacidades que permanecem depois que os projetos terminam. Sem dúvida, os jovens têm o

maior potencial para desenvolver essas novas capacidades. O projeto levará em conta esta experiência e por isso o Componente 1 está focado no desenvolvimento de capacidades com prioridade aos jovens.

- Devido às características da população com a qual trabalha o FIDA, em muitos casos o desenvolvimento produtivo e a geração de renda necessita períodos de tempo relativamente longos. Em Projetos prévios, o fortalecimento organizativo foi bem-sucedido, mas em alguns casos ao início dos projetos essas atividades ocuparam demasiada atenção às custas do apoio à produção e, portanto, não havendo tempo suficiente para consolidar o desenvolvimento produtivo e a geração de renda. Por isso, este Projeto trabalhará simultaneamente desde o início no fortalecimento das organizações e na identificação e aproveitamento de oportunidades produtivas e dos mercados.
- A assessoria técnica (AT) foi chave para o sucesso das atividades produtivas, principalmente das mais inovadoras; dito de outro modo, os investimentos que não tiveram apoio de AT tiveram pouco ou nenhum sucesso. A experiência mostra que é necessária uma AT contínua para desenvolver a base produtiva, combinada com AT mais especializada para o apoio às inovações produtivas, agregação de valor, desenvolvimento de capacidades e acesso aos mercados. Esta combinação de AT contínua e especializada é um eixo do Projeto que será atendido através do Componente 1.
- O Governo do Brasil tem configurado um conjunto de políticas públicas para os pequenos produtores que foram pouco aproveitadas pelos projetos apoiados pelo FIDA até o momento. A política de financiamento opera por intermédio do Pronaf, que oferece crédito subsidiado, principalmente para capital de giro. Também vale destacar os programas de compras públicas (“compras institucionais”) que, por exemplo, determinam aos governos municipais de adquirir pelo menos 30% das suas compras provenientes de produtos dos agricultores familiares. Para poder se beneficiar destes programas é necessário cumprir algumas normas e procedimentos que, embora não são muito complexos, dificultam o acesso de muitos pequenos produtores. Neste sentido, o Projeto facilitará o acesso a estas políticas públicas mediante o apoio para a preparação de propostas a serem financiadas pelo Pronaf, AT para assegurar que os alimentos produzidos cumpram as normas de qualidade e sanidade exigidas pelas compras públicas, etc. Isso coincide com o objetivo do Governo de Ceará de aproveitar mais e melhor as mencionadas políticas financiadas principalmente pelo Governo Federal.

Alinhamento às políticas do FIDA

88. O objetivo do Projeto está alinhado com a estratégia e políticas do FIDA, principalmente no marco do vigente Programa de Oportunidades Estratégicas Nacionais (COSOP 2008-2013) para o Brasil, que foi revisado em novembro de 2011. No contexto do COSOP, o Projeto busca garantir que os objetivos estabelecidos reflitam as prioridades das políticas públicas - principalmente no âmbito nacional a sintonia com o programa Brasil Sem Miséria, a experiência e vantagens comparativas do FIDA no país, e a própria estratégia geral do FIDA e suas prioridades para o país e a região da América Latina e o Caribe.

89. O COSOP identificou quatro objetivos estratégicos (SOs) para o corrente ciclo de atividades do FIDA no Brasil, ou seja: Objetivo estratégico 1 (OE1) - aumentar a produção agropecuária comercial dos pequenos produtores com o correspondente acesso aos mercados em condições remuneradoras e sustentáveis; Objetivo Estratégico 2 (OE2) - melhorar o acesso da população rural pobre aos empregos e às atividades não-agrícolas nas áreas rurais, incluindo as pequenas comunidades; Objetivo Estratégico 3

(OE3) - melhorar, por meio da geração e disseminação do conhecimento, a capacidade dos pobres rurais e das instituições relevantes no Nordeste, de coexistência com as condições do semiárido, adaptando-se às mudanças climáticas e aproveitando melhor o potencial de desenvolvimento da região semiárida. Objetivo Estratégico 4 (OE4) – aprofundar a discussão das políticas de redução da pobreza no plano nacional e internacional. Além disso, a revisão de meio termo do COSOP também identificou outro objetivo estratégico importante: desenvolver as capacidades dos agricultores familiares e de suas organizações/associações, dando prioridade aos jovens e mulheres.

90. O Projeto proposto contribui claramente para a realização dos objetivos estratégicos do FIDA para o Brasil, mencionados acima. OE1 e OE2 estão refletidos no Componente 2 de desenvolvimento de investimentos produtivos sustentáveis. O aludido novo objetivo de desenvolvimento das capacidades esta refletido no Componente 1 que, entre outras atividades, visa prover assessoria técnica contínua e especializada aos agricultores familiares. O OE3 está principalmente coberto nas várias ações do projeto, onde haverá um esforço contínuo de coletar as boas práticas e efetuar a sistematização e disseminação das experiências e conhecimentos gerados, além disso, o Projeto estará engajado com o Programa do FIDA de Gestão de Conhecimento para Áreas do Semiárido do Nordeste do Brasil buscando, portanto, sinergias com as várias atividades e projetos do FIDA no Brasil, incluindo também construir sobre o apredizado do Projeto Gente de Valor e o Projeto Sertão (doação GEF), mas também projectos encerrados, principalmente o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)

91. O Projeto também contempla temas que são de importância para a política institucional do FIDA, incluindo: a) setor privado: por meio de investimentos no estabelecimento de sistemas produtivos onde a busca por novos mercados e alianças com o setor privado terá atenção especial; b) finanças rurais: pelo aumento do acesso por parte dos agricultores familiares às políticas públicas de crédito e financiamento rural específicas aos pequenos agricultores, entre as quais, vale destaque o PRONAF (veja nota de rodapé 41); c) focalização: pela escolha das regiões, municípios e comunidades mais pobres segundo critérios estabelecidos e pelo foco principal em mulheres e jovens como grupo-alvo; e d) terra e recursos naturais: ao prover assistência técnica especializada aos jovens agricultores no acesso à terra, e na utilização sustentável de recursos naturais e a adoção de práticas agroecológicas.

III. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

A. Abordagem

92. O Projeto Paulo Freire deverá organizar a sua atuação em quatro linhas, em função das diferentes formas de se relacionar com o público beneficiário: o trabalho com a população rural em geral; o desenvolvimento de comunidades; o fortalecimento de organizações econômicas (cooperativas, associações de produtores, empreendimentos associativos, etc) e uma linha especial para jovens.

a) O trabalho de capacitação e treinamento em acesso às políticas públicas para a população rural dos municípios atendidos

93. O Projeto Paulo Freire fará um trabalho amplo de informação e capacitação sobre as políticas públicas que existem na atualidade para a agricultura familiar e para a população rural em geral. Esta linha tem como público potencial a totalidade das comunidades dos 31 municípios da área de intervenção do Projeto: calcula-se que serão atendidas aproximadamente 1.600 comunidades.

94. A principal atividade desta linha será a realização de oficinas de informação e capacitação sobre o tema das políticas públicas em cada comunidade. Também será feito

um trabalho de apoio às equipes técnicas locais que têm responsabilidades na implementação destas políticas.

b) Desenvolvimento de comunidades

95. A segunda linha de atuação será focada no nível da comunidade. Considerando a área de atuação definida e os recursos disponíveis, o Projeto trabalhará num formato mais intensivo em aproximadamente 600 comunidades.

96. O primeiro passo será a escolha das comunidades a serem atendidas, por meio de um processo definido no Manual de Implementação. Em seguida será preparado um cronograma mais detalhado, que estipulará o escalonamento deste trabalho no tempo que, por exemplo, definirá quantas comunidades serão atendidas no primeiro ano, quantas no segundo e nos demais anos do Projeto. Como mencionado anteriormente, o Projeto apoiará a preparação de planos de desenvolvimento e planos de negócio para cada comunidade, que constituirá o principal eixo para a implementação das atividades do Projeto.

97. Sendo bastante apropriado para esta tarefa, o trabalho no âmbito comunitário deverá também buscar a criação de espaços e oportunidades específicas para as mulheres. De maneira semelhante, atenção especial deverá ser dada aos jovens.

c) Fortalecimento das organizações econômicas

98. A terceira linha de atuação do Projeto Paulo Freire será junto às organizações econômicas, que podem ter a forma de cooperativas, associações de produtores (apicultores, criadores de ovinos e caprinos, etc), empreendimentos solidários, microempresas, etc. Tratar-se-á de fortalecer organizações existentes e, na medida em que for oportuno, estimular a criação e o desenvolvimento de novas organizações deste tipo. Também para o caso de comunidades, neste caso os planos de desenvolvimento e planos de negócio serão o eixo para as atividades do Projeto.

d) Criação de oportunidades para jovens

99. O Projeto também promoverá iniciativas visando criar mais oportunidades para os jovens. A idéia é que o recrutamento para tal trabalho seja feito nos municípios de atuação do Projeto, iniciando nas comunidades atendidas para depois abranger outros locais.

100. Esta linha trabalhará principalmente com a capacitação de jovens que desejem assumir atividades empreendedoras no âmbito da produção agropecuária sustentável e também em outros âmbitos. Esta linha de atividade com jovens foi descrita com mais detalhes na seção prévia.

101. **A abordagem participativa.** Considerando a atuação do Projeto de forma mais ampla, um elemento central da abordagem será a participação dos beneficiários. Ela se dará, num primeiro nível, na definição das atividades a serem priorizadas e no seu planejamento e execução. Um segundo elemento a destacar é a administração dos recursos dos investimentos, que deverá ser feita diretamente pelos beneficiários. Ao mesmo tempo, as famílias e organizações beneficiárias deverão entrar com uma contrapartida, participando assim do financiamento dos investimentos que serão feitos. O caráter recorrente do planejamento, monitoramento e avaliação, deverá permitir que a participação dos beneficiários se mantenha ao longo da vida do Projeto. O trabalho das equipes de mobilização social representará um reforço importante desta característica.

102. **A busca de parcerias.** Outra característica do Projeto se refere ao seu papel no apoio ao acesso da população atendida às políticas públicas para a Agricultura Familiar e de luta contra a pobreza. Neste sentido, buscará criar sinergias com as diversas instituições que podem contribuir neste labor, incluindo diferentes órgãos governamentais, o setor empresarial e o terceiro setor. Assim, a procura de parcerias com entidades públicas e com organizações da sociedade civil, sejam elas do setor empresarial ou do terceiro setor, será uma marca do Projeto.

103. Outro elemento definidor da abordagem do Projeto Paulo Freire diz respeito à **integração da sustentabilidade ambiental com o desenvolvimento produtivo**. Buscar-se-á que a ação do Projeto promova o desenvolvimento da produção e da renda por meio de sistemas produtivos que façam um uso sustentável dos recursos naturais disponíveis.

B. Marco Organizacional

Agencia executora do Projeto

104. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Estado do Ceará será a agência executora do Projeto Paulo Freire. Esta Secretaria tem a missão institucional de “promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores familiares, com participação, inclusão e justiça social”. A SDA é, portanto, responsável da formulação, coordenação e avaliação de programas e projetos de desenvolvimento rural, com vistas à superação da pobreza rural e o desenvolvimento territorial. O projeto vai se beneficiar da estrutura e experiência da SDA, particularmente no que se refere à execução de projetos de combate à pobreza rural. A SDA está estruturada em sete coordenadorias programáticas, que respondem pela coordenação e implementação de programas, projetos e ações que integram a política estadual de desenvolvimento rural sustentável; três assessorias especializadas que apóiam à direção superior e as coordenadorias; além de duas secretarias, uma adjunta e outra executiva, que auxiliam o secretário na administração geral da SDA. Essa estrutura pode ser visualizada no Apêndice 1 do Anexo 5.

105. Para responder pela gestão e execução do Projeto, a SDA constituirá uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP), no mesmo nível hierárquico das coordenadorias programáticas da Secretaria, e na condição de ordenadora de despesas no que se referir aos atos de gestão orçamentária dos recursos do Projeto Paulo Freire. Esta UGP atuará em estreita coordenação com as coordenadorias programáticas e outras unidades dentro da Secretaria.

106. Assim, na condição de Agência Executora do Projeto, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário será responsável por: (i) assegurar a inclusão dos recursos previstos para execução do Projeto no orçamento anual do estado; (ii) promover articulações institucionais necessárias à implementação do Paulo Freire com os governos federal, estadual e municipal; e (iii) implementar e supervisionar a execução do Projeto de acordo com os termos negociados e o que estabelecerá o Manual de Implementação do Projeto.

Organização e administração

107. A estrutura organizacional da UGP prevê uma Equipe Central sediada em Fortaleza, capital do Ceará, e quatro Equipes Locais, que funcionarão em unidades descentralizadas da SDA nas áreas de atuação do Projeto. A Equipe Central será formada por seis profissionais de nível superior, que assumirão as funções de: Coordenador Geral, Gerente do Componente de Desenvolvimento de Capacidades, Gerente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental, Gerente de Aquisições, Gerente de Monitoramento e Gerente Financeiro. Para apoiar a coordenação geral e a equipe gerencial, serão contratados cinco profissionais de nível superior, com experiência nas áreas de atuação do Projeto e cinco técnicos de nível médio que executarão

atividades administrativas. O organograma da UGP pode ser visto no Apêndice 1 do Anexo 5.

108. A Equipe Central da UGP estará sob a orientação do Secretário de Desenvolvimento Agrário e responderá pelo gerenciamento técnico-operacional, financeiro e administrativo do Projeto. Como tal, desenvolverá atividades de coordenação, planejamento, articulação institucional, análise técnica e acompanhamento das propostas de investimento aprovadas, bem como orientará às Equipes Locais em todas as etapas de implementação do Projeto. Caberá ainda à UGP a seleção e contratação de organizações qualificadas técnica e operativamente para executar ações de desenvolvimento de capacidades, como previstas no Componente 1 do Projeto.

109. Por outra parte, as Equipes Locais serão formadas por profissionais de nível superior e de nível médio, que atuarão sob a orientação da coordenação geral da UGP. As equipes dos Territórios de Sobral, do Cariri Oeste e do norte dos Inhamuns/Crateús serão formadas por seis profissionais: um coordenador de equipe que também responderá pelo monitoramento das ações, dois profissionais especializados responsáveis pelas ações do Componente de Desenvolvimento de Capacidades, dois profissionais especializados responsáveis pelo Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental e um profissional de nível que responderá pelas atividades administrativas. Já a Equipe Local que atuará no sul Território dos Inhamuns/Crateús, que reunirá cinco municípios, será formada por 4 profissionais, sendo um coordenador de equipe, um profissional especializado para cada um dos componentes do Projeto e um administrativo.

110. Essas equipes realizarão ações e procedimentos que estarão previstos no Manual de Implementação do Projeto, tais como: divulgação do projeto, mobilização dos agricultores, orientações para elaboração e implementação das propostas de investimentos a serem apoiadas pelo Projeto, análise prévia técnica, financeira e ambiental das propostas de investimento e monitoramento das ações, conforme pode ser observado no Anexo 11. Ademais, caberá às equipes locais supervisionar os serviços de assessoria técnica (contínua e especializada) e outros prestados pelas organizações contratadas, assegurando que sejam executados com qualidade, no prazo e em conformidade com o contratado.

111. Dentre das responsabilidades da UGP destacam-se a análise técnica e financeira dos Planos de Negócios e dos Planos de Trabalho Simplificados apresentados pelas organizações comunitárias e econômicas para obtenção de financiamento de investimentos produtivos pelo Projeto Paulo Freire. A análise técnica dos Planos levará em conta os padrões e coeficientes técnicos que utiliza normalmente a SDA; no que tem a ver com a análise financeira, o BNB auxiliará à UGP fornecendo coeficientes técnicos e orçamentários, e treinando o pessoal da UGP para a análise financeira de projetos. A análise técnica e financeira dos Planos a serem realizada pela UGP, visa assegurar que os recursos do projeto sejam alocados somente para financiar Planos de Negócios viáveis contribuindo, desta forma, para uma eficiente alocação dos recursos de investimento disponibilizados pelo projeto. Dependendo das condições socioeconômicas dos produtores, os seus Planos poderão ser beneficiados com recursos fornecidos pelo Projeto a fundo perdido (doação) ou por crédito que, entre outros, poderá ser financiado pelo Banco do Nordeste por meio de recursos do PRONAF, do Programa Agroamigo ou de outras linhas de crédito. Para garantir que, entre os proponentes de Planos de Negócio, somente os mais pobres terão acesso a recursos de fundo perdido, a UGP definirá os critérios a serem aplicados na decisão sobre quais organizações de produtores receberão recursos de fundo perdido e quais deverão procurar crédito para financiar seus Planos.

112. O funcionamento de toda essa estrutura organizacional da UGP mobilizará aproximadamente trinta e oito (38) profissionais, incluindo os de nível superior e os de nível médio. Esses profissionais serão contratados mediante seleção competitiva, de

acordo com os procedimentos adotados pelo Governo Estadual, em regime de dedicação exclusiva ao Projeto e de acordo com os perfis profissionais e as responsabilidades definidas no Apêndice 2 do Anexo 5. O FIDA participará deste processo de seleção em resposta à solicitação do Governo Estadual.

Coordenação e instâncias de gestão de políticas

113. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Com a finalidade de facilitar a articulação do Paulo Freire com outros programas e projetos de combate à pobreza e de desenvolvimento rural, a exemplo do São José III, Pronaf, PAA e PNAE, além de dar transparência à ação do Projeto, o arranjo institucional prevê a participação da UGP no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - presidido pelo Secretário de Desenvolvimento Agrário, reúne entidades do setor público, privado, organizações de agricultores e parceiros relevantes, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) e outros, cuja finalidade é “promover o planejamento, a execução e o acompanhamento das ações de desenvolvimento rural”⁴⁵ no estado do Ceará. A coordenação da UGP participará do conselho, que funcionará para o Projeto Paulo Freire como um espaço de debates, intercâmbio e articulação com os demais programas e projetos estaduais e federais, e as iniciativas da sociedade civil, facilitando a colaboração interinstitucional e o fortalecimento das ações do Projeto.

114. Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da SDA - coordenado pelo Secretário e formado pelos Secretários Adjunto e Executivo, o titular das coordenadorias e dos órgãos vinculados a secretaria, esse Comitê funciona como um fórum de coordenação e decisão estratégica da SDA. A coordenação da UGP terá assento nesse Comitê que terá as seguintes responsabilidades relacionadas ao Projeto Paulo Freire: (i) aprovar o Plano Operativo Anual e viabilizar os acordos necessários à sua execução e à consecução dos objetivos do Projeto; (ii) aprovar o Manual de Implementação; (iii) analisar e comentar os relatórios de execução semestrais e anuais; (iv) analisar e comentar os relatórios anuais de auditoria; (v) analisar e comentar as revisões de meio termo do projeto; e (vi) promover a articulação do Paulo Freire com os demais programas e projetos coordenados pela SDA, principalmente com o Projeto São José III. Além dessa articulação prioritária, o Comitê facilitará a coordenação das ações do Paulo Freire com os Programas: Programa Nacional de Crédito Fundiário, Programa Brasil sem Miséria, Garantia Safra, Pronaf e outros igualmente relevantes.

115. Comitês Locais⁴⁶ do Projeto- serão constituídos na etapa de mobilização para participação, sendo um Comitê por território de atuação do Projeto, com os objetivos de: (i) debater a realidade dos municípios e das comunidades selecionadas para atuação do Projeto; (ii) estabelecer acordos sobre as prioridades comunitárias das suas organizações; (iii) apoiar as comunidades na elaboração e acompanhamento dos Planos de Desenvolvimento comunitários; (iv) dar transparência às ações do Projeto, possibilitando o controle social; e (v) promover as articulações necessárias à implementação dos Planos de Desenvolvimento e dos Planos de Negócios aprovados. Os Comitês aglutinarão representantes de: comunidades rurais selecionadas para participar do Projeto; de mulheres de cada comunidade; dos jovens de cada comunidade; organizações comunitárias e econômicas dos agricultores familiares (associações,

⁴⁵ Regulamento da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, publicado no Diário Oficial do Estado, em 17 de setembro de 2007, nº 176.

⁴⁶ Neste caso, a definição de local se limita ao perímetro que engloba o conjunto de municípios selecionados para atuação do Projeto Paulo Freire, em cada um dos três Territórios de Identidade priorizados: Sertão de Sobral, Crateús-Inhamuns e Cariri Oeste.

cooperativas); órgãos governamentais que respondem por projetos de apoio ao desenvolvimento rural (São José III, Programa Nacional Crédito Fundiário, Pronaf, Programa Brasil Sem Miséria); organizações de representação dos agricultores e agricultoras familiares (sindicatos, FETRAECE); organizações não governamentais, fornecedoras de assistência técnica e Equipes Locais do Projeto.

Parcerias estratégicas ao Projeto

116. A estratégia de implementação do Projeto pressupõe a parceria com organizações públicas e privadas, com capacidade técnica e operacional para fornecer serviços de assessoria técnica contínua e especializada às famílias, comunidades e organizações econômicas participantes do Projeto Paulo Freire. Destaca-se o apoio à preparação e execução dos Planos de Desenvolvimento e dos Planos de Negócios, que estarão a cargo de instituições e profissionais fornecedores de assessoria técnica que serão selecionados e contratados pela UGP, considerando as necessidades dos beneficiários e as capacidades dessas instituições e profissionais.

117. Neste sentido, o Projeto se articulará com organizações governamentais e privadas que promovam ações voltadas ao desenvolvimento rural, as quais figuram como principais parceiras da SDA. Dentre estas, se ressaltam-se as seguintes organizações e projetos:

- Secretaria de Planejamento e Gestão que responde pelo orçamento, planejamento e coordenação das ações de governo e, nesta capacidade, promoverá as articulações institucionais necessárias à implementação do Projeto, assim como apoiará no monitoramento e na avaliação dos resultados previstos no Marco Lógico. Além disso, o impacto das ações do Paulo Freire também será avaliado por meio do Sistema de Monitoramento da Extrema Pobreza do Estado que está sendo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE);
- Projeto São José III – também coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e financiado pelo Banco Mundial, tem como objetivos melhorar a sustentabilidade da produção rural e a geração de renda dos agricultores familiares e contribuir para a universalização do acesso à água. O Projeto de US\$ 150 milhões, incluindo a contrapartida do Governo Estadual, poderá financiar a maioria dos investimentos de acesso à água e outros investimentos produtivos de parte das famílias atendidas pelo Paulo Freire;
- Banco do Nordeste (BNB). A parceria com o BNB será crucial para facilitar o acesso ao financiamento dos Planos de Negócios, levando em conta que o BNB é o maior operador de créditos do PRONAF no nordeste do Brasil e que fornece também recursos de outras linhas de crédito como o Agroamigo. Neste sentido, o BNB terá dois papéis fundamentais como parceiro do projeto: i) auxiliará à UGP na análise financeira dos Planos, fornecendo para isso coeficientes técnicos e orçamentários, e treinando o pessoal da UGP para a análise financeira de projetos, e ii) proverá crédito para financiar Planos de Negócio apresentados por organizações de produtores que, embora elegíveis para financiamento pelo projeto, não são elegíveis a acessar recursos de fundos perdidos. Para se beneficiar desta parceria, o projeto irá informar as famílias sobre as linhas de crédito disponíveis pelo BNB (PRONAF, Agoramigo e outras), orientará os agricultores para acessar crédito e, se necessário, irá negociar com o BNB para abrir linhas de crédito específicas para os beneficiários do projeto. Neste sentido,

o FIDA e o Governo do Ceará já iniciaram conversas com o BNB e um rascunho da Minuta de Cooperação foi elaborado de modo a viabilizar esta parceria⁴⁷.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)- financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, é um programa de crédito rural operado, entre outros provedores, pelo Banco do Nordeste. Neste caso, as famílias apoiadas pelo Paulo Freire com investimentos produtivos serão orientadas pela assessoria técnica contínua a captarem junto ao Pronaf o crédito necessário ao desenvolvimento dos Planos de Negócios aprovados.
- Programa Brasil Sem Miséria – principal programa social do Governo Federal, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, tem como meta retirar da miséria 16,2 milhões de brasileiros, dos quais 59% concentram-se na Região Nordeste. Este programa que está estruturado nos eixos da garantia de renda, da inclusão produtiva e do acesso aos serviços públicos, faz parte das prioridades do Governo do Ceará e, portanto, do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da SDA, que assumiu o compromisso de focar a sua atuação nos 776 mil cearenses que vivem na zona rural em extrema pobreza, público prioritário do Projeto Paulo Freire. Assim, as ações do Paulo Freire coordenadas com as do Brasil Sem Miséria, podem ampliar as possibilidades de inclusão produtiva dessas famílias, de forma sustentável;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - Embrapa Caprinos e Ovinos e Embrapa Agroindústria Tropical, colaborará com a capacitação de técnicos da SDA e da UGP, das organizações de assessoria técnica contínua e dos agricultores e agricultoras familiares beneficiárias, nas áreas de produção e beneficiamento de produtos da agricultura familiar. .
- Além dessas organizações, o Projeto também poderá estabelecer parcerias com as Superintendências do Meio Ambiente (Semace) e a de Obras Hidráulicas (Sohidra), que respondem pela política ambiental e pela execução da infraestrutura hídrica, respectivamente. A primeira poderá contribuir com ações de orientação e licenciamento ambiental dos investimentos produtivos apoiados pelo Projeto, e a segunda com a oferta de água e ou licenciamento de investimentos em infraestrutura hídrica.

118. Por outra parte, os parceiros privados, sejam organizações ou profissionais fornecedores de assessoria técnica, serão selecionados e contratados pela UGP. Nesta perspectiva, durante o desenho do Projeto, foi possível identificar trinta e duas (32) organizações no estado do Ceará cadastradas pelo MDA para prestar assistência técnica aos agricultores familiares. Dentre essas, onze organizações estão credenciadas também pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para elaboração dos projetos a serem financiados pelo Pronaf. Neste sentido, um possível provedor de assistência técnica de grande relevância para o Projeto é a Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural do Ceará (EMATERCE).

119. A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Ceará (FETRAECE) que representa os agricultores e agricultoras familiares, presente em todos os municípios do estado, terá uma atuação destacada na implementação do Projeto. A FETRAECE desempenhará um importante papel na mobilização das comunidades rurais e de suas organizações para participar do Projeto, assim como no processo de definição das prioridades de ação no âmbito dos Comitês Locais do Projeto.

120. Finalmente, as universidades e as organizações do “Sistema S” (Sebrae, Senar, Senai, Senac) poderão reforçar as ações de capacitação técnica e de gestão do

⁴⁷ O rascunho da Minuta de Cooperação entre o FIDA e o BNB esta inclusa como Anexo 13.

conhecimento promovidas pelo Projeto, nas áreas de sua competência. Ressalte-se que essas organizações contam com unidades descentralizadas, que poderão ser utilizadas para a promoção de eventos de capacitação do Paulo Freire. Além dessas instituições, a Ematerce dispõe de três Centros de Treinamento que poderão ser utilizados para realização de atividades de campo e de orientação técnica aos agricultores assistidos pelo Projeto.

C. Planejamento, Monitoria, Avaliação, Aprendizagem e Gestão do Conhecimento (GC)

121. **Planejamento.** O Governo do Estado do Ceará adotou um modelo de planejamento participativo do desenvolvimento territorial que resultou na definição de territórios e em planos de desenvolvimento para cada um deles, incluindo os territórios onde o Projeto executará suas ações. O resultado desse trabalho são os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que contêm uma série de ações governamentais e do setor privado a serem adotadas para promover o desenvolvimento territorial sustentável, e que deveriam ser aplicadas de acordo com os atributos naturais, as especificidades da economia local e a identidade cultural. Esses PTDRS servirão de marco de referência para a implementação do Projeto.

122. Em termos programáticos, o Projeto usará o Marco Lógico (ML) como referência de planejamento, determinando os produtos, efeitos e impactos do programa e os indicadores (incluindo indicadores RIMS) que permitirão medir os resultados. O ML será revisado anualmente e adequado segundo as necessidades e a dinâmica de execução do Projeto. Esse processo deve ser analítico e participativo envolvendo os diversos atores participando no Projeto entre os quais SDA, equipes centrais e locais, organizações comunitárias e econômicas, beneficiários, setor privado, federação de agricultores, entre outros.

123. Em termos de planejamento operacional, no início do projeto a UGP revisará as metas, etapas e indicadores definidos, conforme estabelecido no Marco Lógico. A UGP preparará o Plano Operativo Anual (POA) e o correspondente orçamento que serão aprovados no âmbito do Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da SDA e o submeterá à anuência do FIDA. Utilizando o Sistema de M&A, a UGP preparará relatórios de atividades, para sintetizar e analisar produtos, realizações e dificuldades do Projeto. As equipes locais do Projeto têm um papel central na geração de informação para relatórios e indicadores de atividade. Ao final do ano, a UGP preparará o relatório anual de atividades, que determinará e orientará a elaboração do próximo POA.

124. **Monitoramento.** O monitoramento terá como objetivo acompanhar e orientar a execução do Projeto, dirigir na gestão dos objetivos esperados promovendo ações de correção quando necessário, avaliar o desempenho do Projeto frente aos objetivos propostos, orientar a alocação eficiente de recursos e fornecer elementos e dados confiáveis para divulgação de resultados ampliando a transparência e a participação dos beneficiários e parceiros. As funções de monitoramento, que são definidas como acompanhamento contínuo das atividades, serão responsabilidade da SDA, por meio da UGP. As informações para o monitoramento seriam fornecidas pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A) que será desenvolvido ao início do Projeto. Finalmente, vale sublinhar que o monitoramento será feito no contexto do Marco Lógico e de seus indicadores. Por estarem envolvidas na implementação do Projeto como interessadas nos melhores resultados, as organizações comunitárias e econômicas serão convidadas a participar do monitoramento das ações do Projeto. Assim, a ação de monitoramento do Projeto incorporará os resultados do processo de planejamento, avaliação e ajustes que acontecerá anualmente com a participação direta das comunidades e organizações comunitárias e econômicas participantes do PPF.

125. **Sistema de M&A.** O Sistema de M&A será um instrumento importante e servirá principalmente para melhorar o desempenho do Projeto. O sistema será simples e pragmático e viabilizará o processamento dos dados de maneira a permitir o registro das atividades realizadas, incluindo um detalhamento de avanços físico e financeiro. Além disso, o sistema será reativo ao focar nos resultados e deverá fazer uma medição dos impactos alcançados, considerando a evolução da situação a partir daquela encontrada no momento inicial (estudo de linha de base). Por meio do sistema, a equipe poderá extrair dados que forneçam informação de lições aprendidas e possíveis correção de curso das atividades.

126. O sistema será desenvolvido pela equipe técnica da SDA, que contará com apoio de consultoria especializada e consultores técnicos, e poderá ser interligado, ou usar como modelo, sistemas existentes e em utilização na SDA, entre os quais vale destacar o Sistema de Informações da SDA (SISDA) - que foi desenhado internamente comprovando capacidade existente para desenvolver tais sistemas - e o Sistema de Programas e Projetos (SPP-WEB) da EMATERCE, que têm seus dados atualizados em tempo real. O Sistema, desta forma, buscará maximizar todo aparato existente de M&A disponível na SDA, evitando duplicações, minimizando custos e potencializando as capacidades instaladas. Além disso, o sistema estará em consonância com o Sistema por Gestão de Resultados e Impactos (RIMS) do FIDA.

127. Um importante aspecto, é que para construção do sistema a SDA irá efetuar uma parceria estratégica com Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE) da Secretaria de Planejamento e Gestão para que o órgão se encarregue de parte do sistema de M&A, incluindo o possível desenho do sistema, a preparação de questionários para aplicação no campo, tratamento de dados e a preparação de relatórios e informações analíticas. Além disso, o sistema do Projeto será integrado ao sistema do IPECE atualmente em desenvolvimento (Sistema de Monitoramento de Extrema Pobreza do Estado do Ceará). Isso permitirá um acompanhamento mais próximo do desempenho de alguns indicadores chaves do projeto, como, por exemplo, o indicador de renda, permitindo cruzar informações quanto ao benefício de outros programas como o Bolsa Família.

128. Vale mencionar que os Escritórios Locais terão um papel importante na coleta dos dados para o sistema. Por estarem mais estreitamente vinculadas ao território onde as operações do Projeto serão desenvolvidas e devido ao fato de constituírem parte da população alvo, as organizações comunitárias e econômicas do Projeto, que serão beneficiários do Projeto, têm maior facilidade para coleta de informações. Treinamento será provido, coordenado pela UGP, e contará com consultores técnicos e especialistas para apoiar e monitorar o trabalho, entre os quais a coleta de dados e aplicação de questionários. Espera-se que essa estratégia resulte em um sistema que seja mais participativo de modo que permita um maior engajamento das comunidades no processo de M&A e ao mesmo tempo nos resultados produzidos pelo sistema. Isso também explica a importância do sistema ser simples e de fácil manipulação, pois a finalidade é que o sistema sirva não somente aos gestores do Projeto, mas também à comunidade e aos beneficiários. A participação estratégica do IPECE na construção do sistema também poderá garantir que o sistema produza relatórios e informações que possam servir de instrumento para auxiliar e/ou orientar na tomada de decisão no estado.

129. **Avaliação.** Definido como mecanismo periódico de revisão da abordagem geral e dos objetivos do Projeto, o sistema de avaliação é baseado na análise da gestão e atividades do Projeto *vis-à-vis* o alcance dos resultados e impactos esperados. Esta função será supervisionada pela UGP. Novamente, a parceria com o IPECE será estratégica e poderia servir como instrumento de cooperação para a realização do levantamento de entrada de dados (*baseline survey*) e dos estudos de avaliação final e de impactos. O processo de avaliação também servirá para organizar a revisão de meio-termo (3 anos após declaração de efetividade do Projeto), e o relatório de encerramento

do Projeto. Um estudo de base será realizado logo após o início do projeto e e servirá de ponto de referência para determinar os valores iniciais dos indicadores do Marco Lógico, incluindo os indicadores RIMS. Este estudo deverá mostrar os dados qualitativos e quantitativos sobre as condições iniciais vigentes na área do Projeto à luz de indicadores estabelecidos, contra os quais os resultados do Projeto serão examinados por meio da revisão de meio termo e do relatório final.

130. **Aprendizagem e Gestão do conhecimento (GC).** A UGP também terá a responsabilidade de executar ações que permitam a aprendizagem além do acúmulo e difusão do conhecimento gerado pela implementação do Projeto. Neste sentido, deverá instituir um processo permanente de sistematização de experiências e processos bem-sucedidos, da sua ampla divulgação, e de outras ações de gestão do conhecimento (tais como a promoção de intercâmbios e visitas, seminários, oficinas, etc). Neste sentido, será de vital importância estabelecer colaboração com o Programa FIDA de Gestão de Conhecimento (GC) em Zonas Semiáridas do Nordeste do Brasil atualmente em execução.

131. A colaboração com esse Programa será de suma importância para atividades de GC do Projeto e para assegurar sinergias com outros projetos e atividades desenvolvidas pelo FIDA no Brasil, entre os quais o Projeto Gente de Valor e o Projeto Sertão. Por meio da colaboração com o Programa, importantes processos de aprendizagem, trocas de experiência e conhecimento permitirão galvanizar um sistema que potencializará as várias atividades do Projeto para além da área delimitada das intervenções previstas. Ademais, as informações fornecidas neste contexto permitirão alimentar um programa de comunicação que possa capturar as boas práticas, experiências e conhecimentos gerados de modo a permitir a máxima sistematização e disseminação de informações. Finalmente, espera-se que o vínculo com o Programa de Gestão do Conhecimento também assegure que as boas práticas e experiências do Projeto possam ser intercambiadas com outras iniciativas na região nordeste, no resto do Brasil e na América Latina.

D. Gestão Financeira, Aquisições e Governança

132. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário é responsável pela administração e execução financeira do Projeto, pela coordenação geral e administrativa, pelo gerenciamento orçamentário, financeiro e contábil, bem como pelas prestações de contas do Projeto. Conta, para este fim, não apenas com os técnicos da UGP (Especialista Administrativo-Financeiro e Técnico), mas também com o suporte da Coordenadoria de Planejamento e Gestão – COPLAG, que terá papel importante na execução das funções de gestão financeira do Projeto. Ressalta-se que os técnicos da UGP devem ser capazes de fornecer informações financeiras relevantes e confiáveis, de forma adequada, além de dar apoio à Coordenação do Projeto nas áreas de controle, planejamento, implementação e monitoramento.

133. **Contas.** Os recursos serão desembolsados, em dólares americanos (US\$) e movimentados através de três contas descritas a seguir: (i) Conta do Empréstimo em dólares (US\$), aberta e movimentada pelo FIDA, de acordo as solicitações de desembolsos/reembolsos enviados pela UGP;. (ii) Conta Designada em dólares (US\$), aberta e mantida pelo Mutuário na Caixa Econômica Federal (CEF) de Fortaleza em nome do Governo do Estado do Ceará (SEFAZ - Secretaria da Fazenda), destinada aos depósitos (desembolsos ou reembolsos) do FIDA, diretamente debitados da Conta do Empréstimo e aos rendimentos, que passam a ser recursos do Mutuário; (iii) Conta Operativa em reais (R\$), movimentada pelo Governo do Estado do Ceará (via SEFAZ) e, por delegação, pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, aberta na Caixa Econômica Federal (CEF) de Fortaleza, destinada aos depósitos dos créditos de fechamento de Contratos de Câmbio da Conta Designada e às despesas devidas.

134. A partir da Conta Operativa, a UGP fará pagamentos aos fornecedores de bens e serviços, e fará transferências diretas às organizações comunitárias e econômicas e outras entidades envolvidas na implementação do Projeto, de acordo com delegação concedida pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Esses procedimentos têm que ser registrados e processados através do Sistema de Gerenciamento Financeiro Estadual, discriminando adequadamente entre as categorias de despesas, os componentes do programa e fontes de financiamento. As despesas devem ser aplicadas nos objetivos do Projeto devidamente justificadas e apoiadas oportunamente por meio de Declarações de Gastos.

135. **Montante da Conta Designada.** O montante autorizado para a Conta Designada será de US\$ 5 milhões. Este valor deverá funcionar como um fundo rotativo para efetuar reembolsos mediante Solicitações de Desembolso não inferiores a US\$ 2 milhões.

136. **Planos Operativos Anuais - POA e Plano de Aquisições.** Antes do início da execução do Projeto, a SDA preparará e enviará ao FIDA para não objeção um Plano Operativo Anual (POA) e um Plano de Aquisições (PA) final para os primeiros 18 meses de atividades, como condição de primeiro desembolso. O Plano de Aquisições que abrange os primeiros 18 meses de implementação do Projeto está apresentado no anexo 8. Posteriormente, o mais tardar 60 dias antes do início de cada ano, a UGP enviará ao FIDA um POA e um PA que irão incluir, entre outras coisas, a descrição detalhada das atividades do projeto previsto para o próximo ano, as fontes e uso fundos para essas atividades, as aquisições e contratações a serem realizadas e os métodos a serem utilizados. Caso necessário, a UGP poderá propor ajustes no POA e no Plano de Aquisições durante o ano, mediante a não-objeção do FIDA.

137. **Aquisições.** No arranjo do Projeto, os processos de aquisição serão instruídos na UGP e serão enviados para que sejam conduzidos pela Central de Licitações do Estado do Ceará, que está subordinada à Procuradoria Geral do Estado - PGE. Esta Central de Licitações possui profissionais com longa experiência com operações financiadas por Organismos Internacionais que são similares às do FIDA. A equipe de licitações e áreas técnicas do Projeto, em consonância com o Núcleo de Licitações da SDA, apoiará a atuação desta Comissão na realização de todos os processos licitatórios. Deverá ser mantida, exclusivamente pela UGP, uma comunicação direta com o FIDA, submetendo, sempre que necessário, os documentos de licitação para não-objeção. Verifica-se a necessidade da UGP possui pelo menos um especialista em aquisições com conhecimento das normas do FIDA.

138. **Aplicabilidade dos métodos de licitações.** Para o Projeto ficam estabelecidos os seguintes métodos para aquisições/licitações de bens, obras, serviços de não-consultoria e seleção de consultores: (a) Licitação Pública Internacional - LPI; (b) Licitação Pública com Divulgação Nacional - LPN; (c) Comparação de Preços - CP (Shopping / 03 Cotações); (d) Seleção Baseada na Qualidade e no Custo - SBQC; (e) Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor - SQC; (f) Seleção Baseada no Menor Custo - SMC; e (g) Seleção de Consultores Individuais - CI. Verifica-se que na legislação nacional a modalidade Pregão Eletrônico é adequada para a aquisição de bens e serviços, considerando que leva em conta os princípios de economia, eficiência e equidade social conforme as Diretrizes do FIDA para aquisições de bens e serviços.

139. Para cada contrato a ser financiado pelo empréstimo serão acordados entre a UGP e o FIDA, no Plano de Aquisições do Projeto, os métodos de aquisição ou métodos de seleção de consultor, a necessidade de pré-qualificação, os custos estimados, os requisitos de revisão prévia, e prazo. Um Plano de Aquisições será elaborado anualmente e poderá ser ajustado em consulta com o FIDA conforme necessário para refletir as

necessidades reais do projeto. As aquisições envolvendo a comunidade serão conduzidas de acordo com procedimentos aceitáveis para o FIDA e deverão ser detalhadas no Manual de Implementação do Projeto.

140. **Auditoria.** A UGP deverá ter as contas do projeto auditadas anualmente por auditores independentes aceitáveis pelo FIDA de acordo com o Termo de Referência citado no apêndice 2 do anexo 7. O relatório de auditoria deverá apresentar um parecer único sobre os demonstrativos financeiros, declarações de gastos e contas do Projeto, e uma carta gerencial sobre as fragilidades do controle interno. Este relatório deverá ser apresentado ao FIDA dentro de seis meses após o fim do ano fiscal. A auditoria deverá ser realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (NIAs) e da INTOSAI.

141. A auditoria externa poderá ser realizada pelo órgão de auditoria externa do Estado do Ceará: Tribunal de Contas do Estado (CE), segundo às normas de auditoria do FIDA, considerando a notada experiência em realização de auditorias externas em projetos financiados por outras agências especializadas da ONU.

142. **Governança, controle e transparência.** O Projeto estará sujeito a auditoria interna pela Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral do Governo do Estado – SECON e a auditorias do TCE – Tribunal de Contas do Estado, o qual examina o relatório anual da SECON. O auditor interno da SECON responde perante o TCE do Ceará. Todos os deveres e responsabilidades dos auditores internos correspondem ao seguinte: (i) exercer o controle interno das despesas em harmonia com princípios legais e constitucionais; (ii) implementar ações preventivas que assegurem a utilização correta de recursos públicos e aconselhar departamentos internos quanto ao cumprimento da lei; (iii) controlar e acompanhar a execução de convenções, contratos e outros acordos formais com organizações públicas ou privadas; (iv) analisar e conferir processos de contas; (v) cuidar de diligências de entidades públicas de inspeção e de organizações financiadoras, além de observar o cumprimento de suas recomendações; e (vi) obedecer a orientações normativas emanadas da AGE (Auditoria Geral do Estado). Estas medidas são adequadas para a implementação do Projeto.

E. Supervisão

143. A supervisão do Projeto será realizada diretamente pelo FIDA, em linha com a Política de Supervisão e Apoio a Implementação adotada pelo FIDA. A supervisão do Projeto terá como objetivo principal de contribuir a melhorar o desempenho da execução do Projeto e a obter os efeitos e impactos estabelecidos no contexto das atividades programadas. O FIDA, portanto, dará apoio direto a implementação do Projeto trabalhando em colaboração com a UGP e os principais atores do Projeto, dando atenção especial a dimensão social, econômica e ambiental, incluindo questões como focalização e participação de beneficiários jovens e mulheres. O FIDA neste trabalho visará identificar gargalos e junto à UGP buscará soluções conjunta aos problemas a medida que eles surjam, refletindo diretamente na melhora no desempenho e implementação do Projeto. Neste sentido, o estabelecimento e abertura do Escritório do FIDA no Brasil em junho de 2011 terá relevância central no acompanhamento da supervisão direta do Projeto.

144. O cronograma preliminar da supervisão terá as seguintes etapas: 1) efetuar a primeira missão de supervisão no primeiro semestre do ano I do projeto de modo a analisar os avanços com relação à contratação de pessoal, instalação dos escritórios, municípios incorporados, focalização, elaboração de termos de referência e contratação de consultorias (por exemplo, Sistema de Monitoria & Avaliação – M&A), entre outros; 2) a segunda missão teria lugar no segundo semestre do ano I do Projeto para analisar avanços com relação à execução físico e financeira, realização do estudo de base para a M&A, instalação de sistemas e plano de capacitação; 3) nos anos seguintes se realizarão

duas missões por ano, focadas nos temas que necessários levando em conta a dinâmica de implementação do Projeto.

F. Identificação de riscos e mitigação

145. **Ambiente político.** Existe uma sintonia entre o Governo Estadual e o Governo Federal em diversas dimensões que dizem respeito ao Projeto Paulo Freire. Vale mencionar os compromissos de ambos naquilo que se refere ao combate à pobreza e ao apoio à Agricultura Familiar. Como as eleições que renovarão as autoridades estaduais e federais acontecerão no final de 2014, estas orientações deverão permanecer inalteradas até 2015, pelo menos. Além disso, dada a pertinência destas políticas, é bastante provável que o combate à pobreza e o apoio à Agricultura Familiar continuem sendo temas importantes para os governos do período 2015 – 2018. Assim, o Projeto deverá aproveitar este ambiente favorável. Os governos também manifestam uma vontade no âmbito da preservação dos recursos ambientais, e neste caso o Projeto poderá garantir que a sua ação reforce que a proteção e a recuperação dos recursos naturais estejam sempre presentes na sua ação.

146. **Ambiente institucional.** O Governo do Estado de Ceará tem desenvolvido importantes capacidades de gestão e de implementação de projetos de desenvolvimento, o que mostra boas condições para a execução do Projeto Paulo Freire. Embora exista um ambiente favorável em termos de políticas públicas suscetíveis de potencializar a ação do Projeto junto às famílias pobres das áreas de atuação, na operação prática destas políticas podem aparecer diversas dificuldades burocráticas. A mitigação deste risco será buscada através da negociação direta junto às agências que operam as políticas (tais como o Banco do Nordeste, que é um agente importante na operação do crédito do PRONAF, o IDACE naquilo que refere à regularização fundiária, etc). O peso institucional de uma iniciativa do porte do Projeto Paulo Freire poderá ajudar a superar os entraves mencionados e também a estabelecer novas parcerias.

147. **A assessoria técnica.** O sucesso do Projeto Paulo Freire depende, em grande medida, da provisão de assessoria de boa qualidade para o público beneficiário. Já foram identificados diversos parceiros que poderão ter um papel importante, principalmente nas atividades de capacitação e assessoria mais especializada. A negociação com as organizações já identificadas e a busca de novas entidades parceiras potenciais será um dos mecanismos utilizados pelo Projeto para garantir uma assessoria especializada de qualidade. Também foram identificadas diversas entidades que poderão ser contratadas para realizar ou reforçar a assessoria técnica contínua e especializada, nos termos definidos pelo Projeto (cf. seção II C1). Neste caso, a inclusão de uma linha de ação do Projeto destinada ao fortalecimento das equipes que farão esta assessoria é a principal ferramenta de mitigação do risco de ter uma assessoria insuficientemente qualificada neste âmbito.

148. **Riscos de mercado.** A produção agropecuária colocada no mercado está sempre sujeita a alterações nos preços. Estima-se que haverá nos próximos anos uma boa demanda por alimentos e também por fibras. Se esta previsão se confirmar, o cenário será favorável para a obtenção de um aumento da renda a partir do crescimento da produção das famílias atendidas, embora a flutuação constante dos preços continue como fator marcante e reforce a fragilidade da agricultura em geral e da agricultura familiar em particular. Neste sentido, se for considerada a situação de produtos específicos, o risco de flutuações no preço torna-se maior. A principal medida de mitigação para este risco será a diversificação da produção das famílias, que é uma medida que também favorece uma utilização sustentável dos recursos naturais, além de outros dispositivos como o aumento da qualidade do produto, beneficiamento, etc. O aumento das capacidades de organização e negociações dos produtores constituirá também uma forma de adaptação ao risco. No caso dos empreendimentos não agrícolas que deverão ser apoiados pelo Projeto, o sucesso pode não estar diretamente atrelado à

evolução dos preços agropecuários. Nestes casos, a elaboração de bons Planos de Negócios, incluindo acesso a informações e monitoramento dos mercados, será a principal ferramenta de mitigação do risco de mercado.

149. **Risco climático.** Na região semiárida nordestina existe sempre um importante risco climático, principalmente de seca. A norma do regime pluviométrico sertanejo é um período de vários meses sem chuva e o risco mais grave é de ter precipitações significativamente menores que a média durante um ou vários anos seguidos. Nestes casos, pode haver perdas de safra e também uma diminuição significativa dos rebanhos, com o consequente impacto na produção e na renda das famílias. O principal meio de mitigação deste tipo de risco é a preparação das unidades familiares e dos sistemas produtivos para esta situação. Adotando a perspectiva técnica de 'convivência com a seca', o Projeto trabalhará para aumentar os estoques de água, forragem, sementes, comida, etc., além de promover a diversificação produtiva e outras formas de aumentar a resistência e a resiliência dos agroecossistemas.

IV. CUSTOS, FINANCIAMENTO E BENEFÍCIOS DO PROJETO

A. Custos do Projeto

Custos totais

150. **O custo básico do Projeto foi calculado em US\$ 94.9 milhões** que equivalem a **R\$ 166 milhões** num período de seis anos, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1= R\$ 1,75, que era a taxa prevalecente durante o desenho do projeto.

151. Os custos básicos incluem USD 40 milhões de um empréstimo do FIDA, USD 40 milhões financiados pelo Governo do Ceará e aproximadamente USD 14.9 milhões correspondente a contribuição dos beneficiários. Recursos do Governo do Ceará e do FIDA serão alocados a todas categorias e componentes. A contribuição dos beneficiários corresponde a aproximadamente 20.000 famílias que serão beneficiadas pelo projeto com investimento produtivo e co-financiarão esses investimentos com USD 14.9 milhões, como mencionado acima. Adicionalmente, esta previsto que 10.000 famílias apoiadas pelo projeto com assistência técnica, também serão apoiadas para acessar financiamento do PRONAF, Agroamigo e outras linhas de crédito principalmente por intermédio do Banco do Nordeste, embora esse possível financiamento não esta incluído nas tabelas de custos do projeto porque o acesso a esses recursos não será controlado pelo Governo do Ceará nem pelo FIDA.

152. Os USD 40 milhões correspondentes ao empréstimo do FIDA serão provenientes das seguintes fontes: USD 32 milhões de recursos regulares do FIDA e USD 8 milhões do "Fundo Espanhol de Co-financiamento para Segurança Alimentar", que é uma atividade adicional do FIDA.

153. Os impostos considerados na estimativa de custos foram o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - 18%), ISS (Imposto sobre Serviços - média de 5%) e o IPI (imposto sobre produtos industrializados - cujo valor depende do produto). O total dos impostos será financiado pelo Estado do Ceará.

Custos por componente e categorias de despesa

154. **O componente de Desenvolvimento de Capacidades** soma US\$ 33.1 milhões, 35% do custo total do Projeto. O componente inclui os custos de capacitação e treinamento em acesso às políticas públicas, assessoria técnica contínua e especializada para preparar e executar os Planos de Desenvolvimento e Planos de Negócios, formação

de líderes, capacitação dos produtores, mobilizadores sociais para a promoção e gestão de organizações comunitárias, formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra, e qualificação dos assessores técnicos.

155. O **componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental** representa 52% do custo total do Projeto (US\$ 49.8 milhões). O componente financiará principalmente investimentos nas atividades produtivas com potencial de desenvolvimento que foram analisadas durante o desenho do Projeto, embora outras atividades produtivas poderão ser financiadas na medida que seja confirmado seu potencial produtivo e comercial. O componente financiará investimentos individuais e associativos que irão beneficiar de forma direta a 20.000 famílias.

156. A **gestão do Projeto** representa 11% do custo total (US\$ 10.4 milhões), para financiar salários e custos operacionais da UGP.

157. A **monitoria e avaliação do Projeto** representa 2% do custo total (US\$ 1.6 milhão).

158. A tabela seguinte apresenta os custos totais do projeto por categoria de despesa e ano.

Tabela 3: Custos do Projeto por componente, categoria de despesa e ano (US\$)

Componente/ Categoria de Despesa	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Total	%
C1: Desenvolvimento de capacidades	1,134,693	4,679,885	8,812,213	9,683,592	6,380,476	2,372,429	33,063,288	35%
C2: Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental	3,751,654	6,415,389	12,367,006	12,529,553	11,913,390	2,876,492	49,853,486	52%
C3: Gestão do projeto	2,046,642	1,671,956	1,671,956	1,671,956	1,671,956	1,671,956	10,406,422	11%
C4: Monitoramento e avaliação	266,667	266,667	266,667	266,667	266,667	266,667	1,600,001	2%
Custo total	7,199,656	13,033,897	23,117,842	24,151,768	20,232,488	7,187,544	94,923,196	100%
Porcentagem	8%	14%	24%	25%	21%	8%	100%	

B. Financiamento do Projeto

159. Os co-financiadores do projeto serão o Estado de Ceará, com US\$ 40 milhões (42%) e o FIDA com US\$ 40 milhões (42%) e os beneficiários com aproximadamente US\$ 14.9 (16%).

160. **O Estado de Ceará** pagará todos os impostos relacionados às despesas do projeto como parte da sua contribuição, conforme mencionado anteriormente. Adicionalmente financiará uma parte de todas as categorias e subcategorias de despesa segundo o sinalizado nas tabelas 4-A e 4-B a seguir.

161. **Os beneficiários**, que serão apoiados pelo projeto para desenvolver e executar os Planos de Desenvolvimento e os Planos de Negócios, contribuirão ao financiamento dos investimentos produtivos incluídos no componente 2 por um valor aproximado de US\$ 14.9 milhões, como mencionado acima.

162. **O FIDA** financiará uma parte de todas as categorias e subcategorias de despesa, exceto a compra de equipamentos e veículos que será financiada totalmente pelo Governo do Ceará. Também O FIDA não financiará taxas nem impostos, que serão financiados totalmente pelo Governo do Ceará.

163. As tabelas seguintes mostram a composição dos custos do projeto por categoria de despesa e a fonte de financiamento para cada categoria. As categorias de despesas foram definidas para facilitar a gestão do projeto e os procedimentos de reembolso junto ao FIDA. Tabela 4-A inclui os custos básicos, enquanto tabela 4-B inclui recursos não alocados.

**Tabela 4-A: Custo total do projeto por categoria de despesa e financiador
(US\$ 000)**

Categoria de despesa	FIDA		Governo do Ceará		Beneficiários		Total	
	Valor (US\$ 000)	%	Valor (US\$ 000)	%	Valor (US\$ 000)	%	Valor (US\$ 000)	%
Categoria 1: Comp. 1, Desenvolvimento de capacidades	20,209	61	12,855	39	0	0	33,063	35
Categoria 2: Comp. 2 Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental	17,465	35	17,465	35	14,923	30	49,853	52
Categoria 3: Gestão do projeto	2,006	19	8,400	81	0	0	10,406	11
• Equipamento e veículos		0	375	100	0	0	375	0.4
• Pessoal	1, 845	20	7,378	80	0	0	9,223	9.7
• Custo operacional	162	20	647	80	0	0	809	0.9
Categoria 4: Monitoramento e avaliação	320	20	1,280	80	0	0	1,600	2
TOTAL	40,000	42	40,000	42	14,923	16	94,923	100

**Tabela 4-B: Custo total do projeto por categoria de despesa e financiador
(US\$ 000), incluindo recursos não alocados**

Categorias de despesa	FIDA		Governo do Ceará		Beneficiários		Total	
	Valor (US\$ 000)	%	Valor (US\$ 000)	%	Valor (US\$ 000)	%	Valor (US\$ 000)	%
Categoria 1: Comp. 1, Desenvolvimento de capacidades	18,188	61	11, 570	39	0	0	29,758	31
Categoria 2: Comp. 2 Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental	15,719	34	15 ,719	34	14,923	32	46,361	49
Categoria 3: Gestão do projeto	1, 805	19	7 ,560	81	0	0	9,365	10
• Equipamento e veículos	0	0	338	100	0	0	338	0.4
• Pessoal	1, 661	20	6, 640	80	0	0	8,301	8.8
• Custo operacional	146	20	582	80	0	0	728	0.8
Categoria 4: Monitoramento e avaliação	288	20	1, 152	80	0	0	1, 440	1.5
Não alocados	4 ,000	50	4, 000	50	0	0	8, 000	8.5
TOTAL	40, 000	42	40, 000	42	14,923	16	94,923	100

- **Categoria de despesa 1:** ⁴⁸ **Desenvolvimento de Capacidades.** Esta categoria está destinada a financiar totalmente o Componente 1 do Projeto. O montante chega a US\$ 33.1 milhões (35 % do custo total do projeto), dos quais US\$ 20.2 milhões financiados pelo FIDA e US\$ 12.9 milhões financiados pelo Estado do Ceará. Como dito acima, este componente financiará capacitação e treinamento para acesso às políticas públicas, assessoria técnica para preparar e executar os Planos de Desenvolvimento e os Planos de Negócios, formação de líderes, capacitação dos produtores, mobilizadores comunitários, formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra, e qualificação dos assessores técnicos.
- **Categoria de despesa 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental.** Esta categoria financiará totalmente o componente 2 do Projeto destinado a financiar os investimentos produtivos a serem incluídos nos Planos de Negócios das organizações comunitárias e econômicas apoiadas pelo Projeto. O montante total da categoria é de US\$ 49,8 milhões (52% do custo do total do Projeto), dos quais o FIDA financiará 35% e o Governo do Ceará 35%. Além disso, se estima uma contribuição dos beneficiários de aproximadamente US\$ 14,9 milhões.
- **Categoria de despesa 3: Gestão do Projeto.** Esta categoria financiará o funcionamento da UGP e consiste em 3 subcategorias: equipamento e veículos, pessoal do escritório central e dos escritórios locais (equipes locais), e custo operacional. O montante total desta categoria é de US\$ 10.4 milhões equivalentes ao 11% do custo total do Projeto. Desses 11%, os custos de pessoal representam 9.7%, o custo operacional 0.9% e equipamento e veículos 0.4%. O FIDA financiará 19% da categoria e o Governo do Ceará 81%. Os custos de equipamentos e veículos serão financiados totalmente pelo Governo do Ceará; os custos de pessoal e de operação serão financiados 80% pelo Governo e 20% pelo FIDA.
- **Categoria de despesa 4: Monitoramento e Avaliação (M&A).** Cerca de US\$ 1.6 milhão será alocado nesta categoria, o que representa 2% do custo total do Projeto; dentro da categoria, o FIDA financiará 20% e o Estado do Ceará 80%. Esta categoria de despesa financiará o estabelecimento do sistema de M&A do Projeto, e sua alimentação periódica, além de gerar as informações que necessitam o Governo do Ceará e o FIDA para dar seguimento à execução e logro dos resultados.
- **Não alocados.** Depois de definir as categorias de despesa e alocar recursos para cada uma, foi calculado um montante de recursos não alocados de modo a lidar com contingências de preços. O valor dessa contingência foi estimado em US\$ 8 milhões, equivalente a 8.5% do custo total do projeto e refletido na Tabela 4-B.

C. Sumário dos Benefícios e Análise Econômica

164. **Benefícios do projeto.** Os beneficiários poderão participar do projeto de diferentes maneiras, de acordo com os diferentes componentes e atividades.

165. No que se refere ao componente 1, 60.000 famílias (por volta de 228.000 pessoas) em aproximadamente 1.600 comunidades serão beneficiadas com atividades de capacitação e treinamento em acesso às políticas públicas, entre as quais 24.000 famílias serão também beneficiadas diretamente das atividades de promoção e mobilização social e assessoria técnica contínua. Complementarmente, 12.000 famílias (das quais 6.000 também receberão assessoria contínua) se beneficiarão das atividades

⁴⁸

Referir à Tabela 4-A para todos montantes mencionados na descrição das categorias de despesa.

de assessoria técnica especializada. Um terceiro segmento de beneficiários consiste em 1.200 jovens que receberão formação orientada para o desenvolvimento de atividades econômicas e acesso à terra. Finalmente, o Projeto apoiará o treinamento de técnicos buscando melhorar suas capacidades para fornecer serviços de assessoria técnica de qualidade.

166. Portanto, o primeiro componente focará na capacitação e apoio para acesso as políticas públicas e no fortalecimento das capacidades dos produtores, mobilizadores e profissionais estaduais para identificar, planejar e implementar atividades de assessoria técnica e negócios rurais. O principal benefício de todas estas atividades será a construção de novas e maiores capacidades nas comunidades e organizações econômicas para se organizar, produzir mais e de melhor qualidade, inovar processos produtivos, acessar aos mercados em melhores condições e, o mais importante, aumentar a renda e gerar novas oportunidades de trabalho para a população envolvida no Projeto e para outras famílias que se beneficiarão de forma indireta. O Marco Lógico e a descrição dos componentes do Projeto mostram com clareza os benefícios esperados neste sentido.

167. No segundo componente se apoiarão investimentos individuais e associativos para incrementar a produtividade, a produção e a renda gerada em atividades agrícolas e não agrícolas. As estimativas feitas durante o desenho do Projeto mostram que aproximadamente 20.000 famílias serão beneficiadas diretamente pelo financiamento para investimentos e assessoria técnica, com o objetivo de dar início a novos negócios ou melhorar aqueles que estão em operação. O Projeto não financiará requerimentos de capital de giro, mas a assessoria técnica canalizada através do componente 1 apoiará aos produtores para acessar as fontes de financiamento existentes que podem financiar capital de giro que será complementar aos investimentos a serem financiados pelo Projeto Paulo Freire.

168. Ao final do período de implementação, espera-se que aproximadamente 80% das famílias envolvidas em atividades de assessoria técnica contínua tenham elevado seus níveis de produtividade em 75%. Das famílias envolvidas em empreendimentos ou Planos de Negócios, espera-se que cerca de 80% dos empreendimentos apoiados estejam funcionando de maneira sustentável.

169. O análise produtivo, econômico e financeiro realizado durante o desenho do Projeto mostra que é possível incrementar em 30% a renda média das famílias atendidas. Este indicador junto aos demais resultados e impactos esperados referidos acima, permitem prever que, ao final da vida do Projeto, a pobreza extrema será reduzida em 35% na área geográfica onde será implementado o Projeto Paulo Freire, o que é sem dúvida o indicador mais importante dos benefícios esperados.

170. É importante sublinhar que o Projeto gerará externalidades que beneficiarão um número substancial de famílias, além daquelas que participam diretamente das atividades. Essas externalidades referem-se a: (i) fortalecimento do associativismo e de cadeias locais de produção, com o estabelecimento de canais de comercialização, novos mercados e efeitos demonstrativos de negócios gerados pelo projeto, que estimularão outros negócios locais; (ii) fortalecimento institucional, que beneficiará não apenas as famílias diretamente envolvidas nos negócios e os agricultores que fornecem matéria-prima, como também outras famílias nas comunidades; (iii) tecnologias adotadas por beneficiários e transferidas a outros membros da comunidade; (iv) demanda de outras atividades econômicas em áreas rurais e comunidades abrangidas pelo projeto, a partir dos negócios promovidos pelo projeto; (v) acesso a outros programas do Governo.

D. Sustentabilidade

171. O Projeto Paulo Freire busca a obtenção de benefícios em diversos níveis. A seguir discutiremos expectativas, e condições, de sustentabilidade destes, uma vez terminado o Projeto.

172. **As unidades familiares.** O Projeto buscará fazer crescer a produção e preservar a base de recursos naturais que lhe dá sustentação. Na medida em que os investimentos e as novas práticas obtenham o sucesso esperado, o acréscimo de produção e a sustentabilidade ambiental deverão se manter após o término do Projeto, já que não dependerão de aportes contínuos de recursos.

173. **As organizações comunitárias e econômicas.** Estas organizações terão um papel fundamental na execução do Projeto, incluindo a administração direta dos recursos de investimento a serem financiados através dos Planos de Desenvolvimento e dos Planos de Negócios. Este trabalho deverá promover o fortalecimento das organizações, fornecendo uma ótima oportunidade para que as lideranças adquiram experiência e conhecimentos. Espera-se que, além da vida do Projeto, este aprendizado permita que estas organizações continuem o seu trabalho de dinamização da vida comunitária, da economia local e de interlocução com os diversos órgãos do estado que trabalham no meio rural. A sustentabilidade neste caso dependerá do sucesso nestes procesos sociais e económicos a serem apoiados pelo Projeto.

174. **Os empreendimentos econômicos.** Para além do seu apoio às unidades familiares, o Projeto investirá recursos e esforço no fortalecimento de empreendimentos existentes e na criação e fortalecimento das organizações econômicas. A hipótese de trabalho é que o apoio fornecido pelo Projeto permita um 'salto de qualidade' para estes empreendimentos, fazendo com que sejam capazes de funcionar plenamente nos mercados respectivos.

175. **Âmbito institucional.** Lembramos que, do ponto de vista institucional, o Projeto Paulo Freire será conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Governo Estadual do Ceará. Essa Secretaria tem uma importante capacidade para a implementação de políticas públicas, mas também espera-se que a experiência desenvolvida pelo Projeto poderá fornecer elementos adicionais de reflexão para a implementação de políticas de apoio à Agricultura Familiar que coordene os esforços existentes e impulsione o desenvolvimento rural sustentável. Em particular, poderá servir com fonte de inspiração para o serviço permanente de assessoria a cargo do Governo. Por outra parte, o desenvolvimento de novas capacidades entre os fornecedores de serviços de assessoria técnica, será chave para a sustentabilidade das atividades produtivas a serem apoiadas pelo Projeto, principalmente porque essas capacidades permanecerão depois da conclusão das atividades do Projeto.

176. **O sistema de monitoramento, avaliação (M&A) e gestão do conhecimento** terá um papel importante para a sustentabilidade dos resultados obtidos pelo Projeto Paulo Freire tendo em vista que o sistema será pautado por um método participativo. Com efeito, este mecanismo deverá alimentar uma reflexão permanente, que permita que o trabalho realizado forneça insumos para o aprendizado dos diferentes atores sociais envolvidos, a começar pelas famílias e as organizações participantes. Este aprendizado também deverá envolver as organizações provedoras de serviços (assessoria técnica, capacitação, etc.) e, em última instância, à própria Secretaria de Desenvolvimento Agrário e o FIDA. A sistematização de experiências relevantes (ênfatisando processos e resultados), o que deverá fazer parte integrante da função de gestão do conhecimento do Projeto, será uma ferramenta importante nas atividades do Projeto e poderá ter um papel crucial na difusão dos ensinamentos acumulados pelo Projeto Paulo Freire.

ANEXO 1. CONTEXTO ESTRATÉGICO: DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

I. Dados gerais do país

1. Com uma área de 8,5 milhões de km² e uma população de 190.755.799 habitantes⁴⁹ - dos quais 29.830.007 (15,6%) vivem no meio rural⁵⁰ - o Brasil constitui um país extenso e muito diverso. Conta com seis macrorregiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. O Nordeste - região que inclui o estado do Ceará - é a segunda região mais populosa do país, com 53.081.950 habitantes (27,8% do total). A taxa anual de crescimento da população brasileira vem decrescendo paulatinamente desde a década 1950-60: passou de 2,99% para 1,17% na década mais recente (2000-2010). Na região Nordeste esta taxa de crescimento é ainda menor: 1,07% ao ano para a última década.

2. O PIB do Brasil em 2010 foi de US\$ 2,088 trilhões. A Renda Nacional Bruta (GNI) per capita (método Atlas, WB) do mesmo ano foi de aproximadamente US\$ 9.400⁵¹, o que classifica o Brasil como país de renda média alta. O crescimento da economia brasileira no período 2000 a 2008 foi de aproximadamente 3,9% por ano. A crise mundial de 2008 teve expressivo impacto, reduzindo a zero o crescimento de 2009. Houve uma recuperação em 2010 (7,5%), mas em 2011 o crescimento foi modesto (2,7%).

II. A agricultura e o Brasil rural

3. A agricultura tem sido, historicamente, um setor estratégico e, como tal, desempenha papéis relevantes na configuração da sociedade brasileira. Embora a sua participação no PIB seja modesta - 5,8% em 2010 - este setor representa uma significativa fonte de geração de renda, exportações e emprego (no ano em questão, 16,5 milhões de pessoas trabalharam na agricultura, o que representa 18,4% do total da população ocupada) para o Brasil. O setor agropecuário cresceu significativamente nos últimos anos. A produção anual de grãos passou de pouco mais de 54 milhões de toneladas em 1990 para 153 milhões de toneladas em 2010, o que representa um crescimento de mais de 180%. Este dinamismo do setor agrícola relaciona-se principalmente com uma forte demanda internacional e doméstica, investimentos privados na agricultura de monocultura extensiva e investimentos públicos na área de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, exemplificado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

4. Mas este panorama de ímpeto econômico não deve fazer esquecer as marcadas diferenças que existem entre regiões - a Região Nordeste produziu apenas 11% do valor total da produção do setor em 2010 - e no seio do próprio setor. Existem dois tipos principais de estabelecimentos agropecuários: familiares e patronais ou empresariais. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o conjunto do setor contava, naquela data, com 5.175.000 estabelecimentos produtivos. Destes, 4.367.000 eram estabelecimentos de agricultura familiar⁵² que representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros⁵³. A agricultura familiar gera pouco mais de um terço (38%) das receitas agropecuárias, mas ocupa 12,3 milhões de pessoas, enquanto que o setor não familiar ocupa apenas 4,2 milhões (Censo Agropecuário 2006). Em algumas regiões existe também um importante contingente de trabalhadores

⁴⁹ Deste total, 51,03% são mulheres. Os dados são do Censo Demográfico 2010. (Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>)

⁵⁰ Existe um debate no Brasil sobre esta divisão de população urbana e rural. Alguns pesquisadores afirmam que a definição de urbano e rural utilizada pelo IBGE faz com que uma porção da população considerada urbana é, de fato, rural. Mas o dado oficial é aquele do IBGE.

⁵¹ Fonte: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD/countries>

⁵² Este tipo de unidade produtiva, definida pela Lei No. 11.326, se caracteriza pelo trabalho numa área não maior de 4 módulos fiscais (abaixo de um módulo fiscal é minifúndio) e pela utilização predominante da mão de obra da própria família.

⁵³ O Censo Agropecuário de 2006 traz um dado interessante: 13,7% destas unidades familiares são dirigidas por mulheres.

assalariados sazonais (em grande parte inclusos nos 4,2 milhões empregados pelos estabelecimentos não familiares, embora os estabelecimentos familiares também empregam um pequeno contingente), relacionados principalmente a culturas como a cana de açúcar, o café, a laranja.

5. O debate sobre o meio ambiente no Brasil está intimamente ligado ao desenvolvimento da agricultura. Por um lado, uma parte importante do crescimento do setor está relacionada à abertura de novas terras, o que leva ao desmatamento, às queimadas, etc. Por outro lado, nem sempre as áreas em uso são exploradas de forma que os recursos ambientais sejam preservados. Tem havido progressos na conservação do solo com a adoção do cultivo direto, mas, por outro lado, os agrotóxicos muitas vezes são utilizados sem os cuidados mínimos necessários e sem respeitar a legislação vigente sobre o assunto.

III. A pobreza no Brasil

6. **A persistência da pobreza.** O Brasil ainda é um país de fortes contrastes. Existe uma marcada desigualdade, que é mais acentuada nas áreas rurais e nas regiões do Norte e do Nordeste do país. Os índices de pobreza e extrema pobreza são indicadores destas desigualdades. Por exemplo, dados do ano 2003 mostram que 41,3% da população do país encontrava-se abaixo da linha de pobreza. Nesta mesma data, o percentual de população do país considerado extremamente pobre era de 18,2. A situação do meio rural era ainda mais preocupante. Estudos calcularam que, em 2003, 55,2% da população rural brasileira estava por baixo da 'linha de pobreza'.

7. Na região Nordeste a incidência deste problema era ainda maior: 66,1% da população encontrava-se abaixo da 'linha da pobreza', e 37,3% era considerado 'extremamente pobre'.⁵⁴ Dados do IPEA do mesmo ano mostram que o índice de pobreza ultrapassava os 75% em alguns estados nordestinos.

8. **As políticas governamentais para enfrentar a pobreza.** Motivado pelo quadro acima exposto, mais recentemente o governo brasileiro estabeleceu a redução da pobreza como a sua principal prioridade. O governo federal instituiu dois conjuntos de políticas que têm especial incidência na luta contra a pobreza no meio rural.

a) **Políticas de garantia de renda.** Neste grupo, o principal programa é o Bolsa Família. Trata-se de um importante programa de transferência condicionada de renda, que em 2010 beneficiou aproximadamente 12,7 milhões de famílias urbanas e rurais. É significativo que a metade das famílias atendidas por este Programa reside na região nordestina. O montante investido no mesmo ano foi de R\$ 13,1 bilhões. Também cabe mencionar os benefícios da previdência social, dos quais os mais importantes são os da aposentadoria rural, que beneficiava 5,95 milhões de pessoas em 2010 com um total de R\$ 3 bilhões.

9. **Políticas de apoio à Agricultura Familiar.** A partir do final da década de 1990, o governo brasileiro percebeu que é importante fortalecer a Agricultura Familiar no País, inclusive como uma forma de incentivar o crescimento da produção e da renda de um importante contingente de população rural. Em 1999 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como função principal a criação e implementação de políticas de apoio a este setor. O principal instrumento criado a este fim é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Embora concebido como um programa mais amplo, ele trata

⁵⁴ Embora praticamente todos os autores que trabalham o tema utilizam como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE, os números sobre a população pobre e extremamente pobre (por vezes chamada de 'indigente') variam bastante, em função das diversas formas que existem para definir as 'linhas de pobreza'. Neste relatório citamos os dados fornecidos por autores que definem a 'linha de pobreza' como uma renda *per capita* de menos de ½ salário mínimo, e a extrema pobreza como renda *per capita* de menos de ¼ de salário mínimo.

principalmente do crédito (em diversos casos, subsidiado) para unidades familiares. O orçamento do Programa para 2010/2011 foi de R\$ 16 bilhões, montante que foi mantido para 2011/2012. Para além do PRONAF, existem outras políticas de apoio à Agricultura Familiar. Mencionaremos os programas do Seguro Safra, os Programas do Crédito Fundiário e da Reforma Agrária, entre outros, administrados pelo MDA. Também são importantes os programas de compras institucionais: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵⁵ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁵⁶, mediante os quais diversas instâncias governamentais adquirem a produção de pequenos agricultores, desempenhando importante papel no acesso a mercados.

10. **O programa Territórios da Cidadania** - também uma iniciativa do MDA - é constituído por um conjunto de ações de desenvolvimento de regiões rurais que focalizam alguns territórios (conjunto de municípios), escolhidos por terem altos índices de pobreza. O principal objetivo deste Programa é o de coordenar os esforços dos governos e da sociedade local para lutar contra a situação de desvantagem no qual se encontra esta população. No Ceará existem seis destes Territórios, dentre os quais estão Cariri, Inhamuns-Crateús e Sobral - que serão atendidos pelo Projeto Paulo Freire.

11. Também cabe mencionar a existência de diversas iniciativas federais que visam atender necessidades básicas da população rural, que vão da emissão de documentos pessoais até a infraestrutura das áreas rurais: Programa Luz para Todos, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Programa Nacional de Saneamento Rural, e outros.

12. **Alguns resultados na luta contra a pobreza.** Não há dúvida de que os diversos esforços realizados nos últimos anos para diminuir a prevalência da pobreza têm colhido resultados interessantes. Assim, dados recentes mostram que a proporção da população pobre brasileira caiu de 41,3% em 2003 para 29,6% em 2008. No mesmo período a extrema pobreza do país passou de 18,2 para 11%. Mas estes resultados não são considerados suficientes: 25% da população rural do Brasil está ainda em situação de pobreza extrema, enquanto no Nordeste esse percentual é de 35%, no Estado do Ceará 37% e na área do Projeto é ainda maior, chegando a 43%. Por isso, em 2011 o Governo Federal lançou o Plano de Superação da Extrema Pobreza - Brasil Sem Miséria, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). É uma iniciativa que tem por objetivo atender os 16,2 milhões de pessoas que se encontram atualmente na 'extrema pobreza'. Reconhecendo que as políticas de garantia de renda não podem ser a solução definitiva para a erradicação da pobreza, este programa busca criar uma maior sinergia entre estas políticas e outras iniciativas chamadas de 'inclusão produtiva'.

IV. Breve caracterização da região semiárida brasileira

13. A própria denominação de semiárido põe em relevo os aspectos climáticos. Embora seja verdade que a frase "falta água" pode definir de certa forma o Sertão semiárido nordestino, é importante lembrar que existe nesta região uma importante variabilidade na disponibilidade de água, no espaço e no tempo.

14. O primeiro fator a ser analisado é a questão crucial da chuva. No Sertão, a média anual varia, segundo as localidades, de aproximadamente 350 mm até os 1.000 mm⁵⁷, geralmente concentrados em 3 ou 4 meses. Isto caracteriza uma sazonalidade climática muito marcada. Mas, neste âmbito, o fator mais relevante é certamente a variabilidade da quantidade de chuva caída a cada ano: o desvio médio (em relação à precipitação média anual) alcança, em certas

⁵⁵ Este programa é uma iniciativa conjunta do MDA e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

⁵⁶ De responsabilidade do Ministério da Educação.

⁵⁷ Assim, por exemplo, a média anual no posto pluviométrico de Antonina do Norte, na região do Cariri (CE), é de 978 mm, enquanto que na cidade de Cabaceiras, na Paraíba, é de 333 mm. Além disso, é bom lembrar que o valor da média anual deve ser considerado apenas como uma ordem de grandeza, a ser comparado a uma evaporação potencial muito maior, de aproximadamente 2.000 mm anuais.

regiões, índices superiores a 50%, sendo um dos mais expressivos do mundo. Temos, portanto, que a chuva no Sertão é escassa e, sobretudo, irregular. Enquanto que a escassez (medida, aproximadamente, pelas médias pluviométricas anuais) define o maior ou menor grau de (semi) aridez, é esta irregularidade tão marcada que faz com que a seca seja uma característica intrínseca da região. Em alguns casos, os anos de maior escassez e/ou irregularidade se sucedem e se acumulam, conformando assim as 'grandes secas'. Nelas, as reservas d'água desaparecem, os plantios secam, os rebanhos diminuem drasticamente, sendo graves as consequências para a população.

15. Mas a disponibilidade de água não depende unicamente do clima. Ela também depende de fatores hidrológicos que, por sua vez, dependem de duas grandes situações geológicas. De maneira resumida, nas áreas de embasamento sedimentar (aproximadamente 30% da região), existe água subterrânea de boa qualidade e difícil acesso, mas os solos permeáveis dificultam a estocagem de água na superfície (açudes, etc.). Na região de embasamento cristalino, a situação é a inversa: a água do subsolo é escassa e, quando existe, salobra. Em contrapartida, esta última região tem maior potencial para a construção de açudes e barragens.

16. A vegetação original é a "caatinga", que significa, em língua indígena, "floresta branca". Ela é formada por plantas adaptadas à condição de semiaridez, capazes de entrar em longos períodos de latência, aproveitando de forma eficiente os curtos e irregulares períodos de chuva para seus ciclos reprodutivos. A ocupação humana tem tido um efeito de degradação deste recurso em muitas regiões, mas ele continua presente, sendo um importante recurso para as famílias agricultoras.

17. Outra característica marcante da região encontra-se no padrão de ocupação do espaço e no sistema socioeconômico, em grande parte herdados da colonização portuguesa. A incorporação efetiva desta região interiorana nordestina à colônia portuguesa se deu principalmente por meio da pecuária como atividade econômica. Do sistema da sesmaria, nasceram imensas fazendas, propiciando uma forte concentração fundiária.) Mas, paradoxalmente, junto com as fazendas apareceram também os camponeses, que trabalhavam tanto como parceiros ou foreiros dentro das fazendas, ou como posseiros ou proprietários nos interstícios entre elas. Este grupo social nasceu numa situação de dependência, obrigado a se relacionar com os grandes proprietários, que facilitavam o acesso aos recursos (sobretudo a terra) e também ofereciam "alguma segurança e proteção". Em alguns casos, o campesinato conseguiu reter a posse das suas áreas. Em muitas outras, permaneceu como parceiro (*share cropper*) ou arrendatário na terra do 'patrão'. Com o passar do tempo e das gerações, a escassez de terra se fez sentir para este grupo social. Os que dependem do grande proprietário vivem numa insegurança que se renova anualmente, já que este último é quem decide em termos do uso da terra. Para as famílias camponesas que são proprietárias, a divisão da terra entre os herdeiros vai diminuindo o tamanho da terra disponível por família. Em certas épocas a valorização da terra também contribuiu para estimular um processo de concentração da terra pela compra.

18. Durante séculos, a ação do Estado foi quase inexistente na região. Datam do século XIX as primeiras iniciativas "emergenciais"⁵⁸, que continuaram existindo ainda hoje. A partir da década 1970, o Estado (sobretudo o Governo Federal) instituiu políticas de desenvolvimento de cunho mais ativo no conjunto do país, que tiveram certo impacto no Nordeste. O sentido geral delas foi, inicialmente, o de promover a "modernização" de aspectos técnicos e econômicos, centrando sua atenção principalmente nas grandes fazendas e funcionando frequentemente de forma a reforçar o seu poder, sem alterar o quadro de miséria e desigualdade existente na região. No entanto, a partir da última década do século XX, os sucessivos governos têm feito um esforço bastante significativo para implantar políticas de apoio e consolidação à Agricultura Familiar, conforme vimos anteriormente. Isto inclui a criação de algumas políticas de realocação

⁵⁸ Em 1877-78 aconteceu a Grande Seca, que causou 500.000 vítimas só no estado do Ceará.

de terras, seja pela via da desapropriação remunerada, pela compra feita pelo estado ou, mais recentemente, por programas de crédito fundiário.

19. Esta origem modelou a sociedade rural sertaneja da atualidade, onde a pobreza ainda tem forte presença e as grandes fazendas, com a sua atividade prioritária de criação de bovinos e caprinos, continuam tendo um papel de destaque. Mas, considerando o conjunto da região semiárida, as unidades familiares têm uma importância considerável: existem nesta região aproximadamente dois milhões delas.

V. O estado do Ceará

20. **O Ceará e a agricultura familiar sertaneja.** O estado do Ceará está localizado ao norte da macrorregião do Nordeste. Pela sua população – 8.432.381 habitantes – e pelo seu PIB – o 12º do país e o 3º do Nordeste – é um dos estados mais importantes da região. Embora a maior parte da sua população esteja instalada na região do litoral⁵⁹, mais de 90% de seu território está situado na região semiárida (o Sertão cearense) caracterizada no parágrafo anterior.

21. Embora esteja acompanhando a tendência nacional de diminuição, o fenômeno da pobreza ainda é muito importante no Ceará: calcula-se que em 2008 quase 50% da sua população devia ser considerada abaixo da linha de pobreza, enquanto que em 2010 o 43% da população rural do estado estava em situação de pobreza extrema; uma parte importante dessa população reside na região semiárida.

22. Boa parte da população pobre aqui citada vive nos estabelecimentos agropecuários familiares. Muitas destas unidades familiares da região semiárida cearense trabalham em áreas de terra pequenas. Conforme foi dito anteriormente, o processo de subdivisão das propriedades por herança e a crescente dificuldade vivenciada pelas famílias agricultoras para obter terra junto aos grandes proprietários reforçam esta tendência de penúria de terra. Esta situação pode ser ilustrada com alguns dados. Por exemplo, segundo o Censo Agropecuário de 2006, no Ceará, o tamanho médio do estabelecimento agropecuário familiar era onze vezes menor que o tamanho do estabelecimento não familiar⁶⁰. Esta pressão sobre a terra é um fator que alimenta os processos de degradação ambiental.

23. Em geral são poucas as famílias que têm conseguido intensificar a produção⁶¹ o suficiente para suprir esta deficiência de espaço. Esta intensificação requer investimentos, inovações nas práticas produtivas e capacidades que estão fora do alcance das famílias camponesas em questão. Também é deficiente a preparação destas unidades produtivas para enfrentar as diferentes crises climáticas (principalmente as secas) que acontecem com relativa regularidade.

24. Em muitos casos, a ligação destas unidades familiares com os mercados é deficiente. A falta de organização, na forma de organizações econômicas (associações de produtores, cooperativas, etc.) contribui para agravar a situação. Embora existam atualmente diversas políticas governamentais destinadas a este público, muitas famílias encontram dificuldades para acessá-las. Também cabe mencionar que as organizações locais de representação desta população (principalmente as associações comunitárias) em geral são instituições mal administradas e sem iniciativa.

⁵⁹ Situada no litoral, a Região Metropolitana de Fortaleza contava, em 2010, com 3.610.000 habitantes, o que representa quase 43% da população total do estado.

⁶⁰ O tamanho médio do estabelecimento familiar era de 10,2 hectares, enquanto que o do estabelecimento não familiar era de 112,1 hectares. (Dados do Censo Agropecuário de 2006 – IBGE). A estrutura fundiária na área de intervenção do Projeto têm as seguintes características: 70% dos estabelecimentos têm menos de 20 hectares (e ocupam 19% da superfície agrícola). Este tamanho pode ser considerado pequeno, considerando o contexto (por exemplo, a qualidade dos solos e as características do clima). 25% das propriedades têm entre 20 e 100 hectares (e ocupam 39% da superfície agrícola), enquanto que as propriedades de mais de 100 hectares representam 5% do número, mas ocupam 42% da área agrícola.

⁶¹ Definimos a intensificação como o aumento do volume e do valor da produção por unidade de área.

25. Seguindo a problemática acima descrita, enfatizando a desigualdade existente no país, a estrutura fundiária do Ceará apresenta um alto grau de concentração da terra, que é um forte indicador da concentração da riqueza na sociedade e explica, em parte, o alto índice de pobreza rural no estado. A estrutura fundiária do Ceará revela que o estado conta com alto índice de concentração da terra na mão de pessoas que não são agricultores familiares: 10,4% dos estabelecimentos ocupando 55,9% da área⁶². Existem no estado 965 assentamentos perfazendo 13,88% da área. Por outro lado, o processo de minifundização do estado, em vigor no por meio de regularização fundiária, já tem colhido resultados uma vez que os minifúndios representam 20,10% da área⁶³. Porém, a criação de assentamentos (federais e estaduais) ainda não foi suficiente para resolver o problema da alta concentração da terra e o tema permanece um importante aspecto, embora altamente complexo, na agenda do desenvolvimento rural.

26. **As iniciativas do Governo do Ceará.** Conforme vimos anteriormente, a luta contra a pobreza no Brasil vem colhendo, nos últimos anos, resultados bastante animadores⁶⁴. Acompanhando o que acontece no Brasil, no Estado do Ceará a pobreza regrediu bastante nos últimos anos. Mas estes resultados positivos não podem fazer esquecer que ainda há um importante caminho a ser percorrido, naquilo que se refere ao enfrentamento da pobreza. Assim, as percentagens de população pobre cearense são significativamente maiores que a média nacional e a área do Projeto é uma das mais pobres do estado (ver tabela 1, seção IIA do Relatório Principal).

27. Este quadro levou o Governo do Estado do Ceará a definir que a luta contra a pobreza seria um das suas principais prioridades nos próximos anos. Esta definição, expressa, por exemplo, no Plano Plurianual 2012/2015, está em plena harmonia com a prioridade acordada ao tema pelo Governo Federal. Considerando esta prioridade do combate à pobreza, e tendo como marco de referência os programas definidos no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) 2008/2011, no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS) 2012/2015 e o planejamento realizado nas instâncias territoriais⁶⁵, o Governo Estadual definiu e está implementando um conjunto de políticas para diversos setores, entre os quais o setor agrário tem particular importância. Dentre as iniciativas do Governo Estadual que estão diretamente relacionadas aos processos de desenvolvimento rural cabe mencionar: o FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza (fundo de abrangência ampla que atende também o público da agricultura familiar), o recém-criado FEDAF – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, e todo um conjunto de iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (tais como a modernização da cultura da mandioca, o biodiesel, a irrigação na propriedade, a distribuição de sementes, etc.). Também devemos citar as iniciativas estaduais relacionadas à infraestrutura hídrica, tão importantes para o semiárido. A estas políticas se somam às políticas do Governo Federal que visam fortalecer o mesmo público, conforme vimos anteriormente.

VI. O Projeto Paulo Freire no contexto nacional e estadual

⁶² IBGE/Censo Agropecuário 2006.

⁶³ Cálculos da SDA com base nos dados do INCRA e IDASE.

⁶⁴ Por exemplo, durante a década 1999 a 2009, no estado do Ceará, a proporção de população pobre caiu 36,9%, e aquela de pessoas em situação de extrema pobreza diminuiu 51%.

⁶⁵ O Estado do Ceará está dividido em 13 territórios, dos quais seis são Territórios da Cidadania. Em todos existe uma instância deliberativa (conselho ou colegiado), além de outras instâncias de governança (câmaras técnicas, articulador, etc.), que têm conduzido os processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações territoriais.

28. Do que foi apresentado, é possível dizer que, na atualidade, existe um esforço manifesto tanto do governo federal como do governo do estado no sentido de diminuir a incidência da pobreza no meio rural. Além das políticas de garantia de renda, existem diversas políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar que visam promover uma crescente inclusão social e econômica desse segmento da população. Também existe uma preocupação com a sustentabilidade ambiental. O Projeto Paulo Freire foi desenhado para ser um instrumento que potencialize este esforço num conjunto de municípios que têm uma situação de especial necessidade.

VII. Referências citadas

ANDRADE, M. C. D. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1980 (1963).

BARBOSA, E. et al. **A pobreza no Ceará: o tamanho do desafio e uma proposta**. Fortaleza, CE: IPECE. Texto para Discussão No. 68 2010.

BESERRA CAMPOS, J. N. **II.2 - Vulnerabilidade do Semi-Árido às secas, sob o ponto de vista dos recursos hídricos**. Projeto Aridas. GT II - Recursos Hídricos, p.49 p. 1994

BRASIL, M. D. P. S. **Anuário Estatístico da Previdência Social - 2010**. Brasília: MPS/DATAPREV, sd. 870

FERREIRA LOUREIRO, A.; SULIANO, D.; LIMA DE OLIVEIRA, J. **Uma análise da pobreza no Ceará com base em diferentes linhas de mensuração**. Fortaleza: IPECE. Texto para Discussão No. 87 2010.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340 p.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar - Primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009

IBGE. **Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IPEA. **Radar Social**. Brasília: IPEA: 135 p. 2005.

IPECE. **Indicadores sociais do Ceará**. Fortaleza, CE: IPECE 2010.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza rural no Brasil em 2003**. X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, SP: Sociedade Brasileira de Economia Política 2005.

MOLLE, F.; CADIER, E. **Manual do pequeno açude**. Recife: SUDENE/ORSTOM/TAPI, 1992. 511 p.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

COUNTRY DATA BRAZIL

Land area (km2 thousand) 2009 1/	8 459 193.7	GNI per capita (USD) 2009 1/	8 070
Total population (million) 2009 1/	3	GDP per capita growth (annual %) 2009 1/	-2
Population density (people per km2) 2009 1/	23	Inflation, consumer prices (annual %) 2009 1/	5
Local currency Brazilian Real (BRL)		Exchange rate: USD 1 = 1.75 BRL	
Social Indicators		Economic Indicators	
	1		1 594
Population growth (annual %) 2009 1/		GDP (USD million) 2009 1/	490
Crude birth rate (per thousand people) 2009 1/	16	GDP growth (annual %) 1/	
Crude death rate (per thousand people) 2009 1/	6	2000	4.3
Infant mortality rate (per thousand live births) 2009 1/	17	2009	-0.6
Life expectancy at birth (years) 2009 1/	73		
	101.4	Sectoral distribution of GDP 2009 1/	
Total labour force (million) 2009 1/	5	% agriculture	6
Female labour force as % of total 2009 1/	44	% industry	25
		% manufacturing	16
Education		% services	69
School enrolment, primary (% gross) 2009 1/	112		..
Adult illiteracy rate (% age 15 and above) 2009 1/	n/a	Consumption 2009 1/	22
		General government final consumption expenditure (as % of GDP)	62
Nutrition		Household final consumption expenditure, etc. (as % of GDP)	16
Daily calorie supply per capita	n/a	Gross domestic savings (as % of GDP)	
Malnutrition prevalence, height for age (% of children under 5) 2007 1/	7		
Malnutrition prevalence, weight for age (% of children under 5) 2007 1/	2	Balance of Payments (USD million)	
			152
Health		Merchandise exports 2009 1/	995
Health expenditure, total (as % of GDP) 2009 1/	9.0	Merchandise imports 2009 1/	133
Physicians (per thousand people) 2008 1/	n/a		669
Population using improved water sources (%) 2008 1/	97	Balance of merchandise trade	19 326
Population using adequate sanitation facilities (%) 2008 1/	80	Current account balances (USD million)	
		before official transfers 2009 1/	-29
Agriculture and Food		after official transfers 2009 1/	038
Food imports (% of merchandise imports) 2009 1/	5		-24
Fertilizer consumption (kilograms per ha of arable land) 2008 1/	166	Foreign direct investment, net 2009 1/	302
Food production index (1999-01=100) 2009 1/	148		36 033
Cereal yield (kg per ha) 2009 1/	3 526	Government Finance	
		Cash surplus/deficit (as % of GDP) 2009 1/	-4
Land Use		Total expense (% of GDP) a/ 2009 1/	26
Arable land as % of land area 2008 1/	7	Present value of external debt (as % of GNI) 2009 1/	17
Forest area as % of total land area 2006 1/	56.1	Total debt service (% of GNI) 2009 1/	3
Agricultural irrigated land as % of total agric. land 2008 1/	n/a	Lending interest rate (%) 2009 1/	45
		Deposit interest rate (%) 2009 1/	13

a/ Indicator replaces "Total expenditure" used previously.

1/ World Bank, *World Development Indicators* database CD ROM 2011-2012

ANEXO 2. POBREZA, FOCALIZAÇÃO E GÊNERO

I. Pobreza e focalização social

1. A área de abrangência do projeto é composta por 31 municípios localizados nos territórios do Cariri Oeste (10 municípios), Inhamuns-Crateús (9), Sobral (11) e Vales do Curu-Aracatiaçu (1) (ver Mapa e tabela 1). Os critérios de seleção dos municípios escolhidos foram: (i) alta incidência de pobreza rural (entre 30,3% e 56,4% da população rural em condição de pobreza extrema) com moradores em situação de insegurança alimentar; (ii) presença de potencial para o desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, agrícolas e não agrícolas, diversificadas e com potencial de crescimento; (iii) presença de um contexto favorável no âmbito das políticas públicas para a população rural que têm como alvo o desenvolvimento rural e a redução da pobreza; (iv) ausência de outros projetos financiados pelo FIDA na região (Projeto Dom Helder Câmara, Projeto Sertão-GEF). Além disso, se considerou a contiguidade territorial como um critério de seleção importante, visando fortalecer a identidade territorial, apoiar a troca de experiências entre os municípios e facilitar o desempenho das operações do Projeto.

2. Por estar localizada na região semiárida, a área do Projeto apresenta como característica o clima tropical quente semiárido, sendo o bioma predominante a Caatinga com solos, vegetação e pluviosidade característicos. A ocorrência de secas estacionais e periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios; os períodos de chuva vão aproximadamente de janeiro a abril com índices pluviométricos que variam entre 580 a 1.500 mm anuais. Embora a área do projeto abrigue grande riqueza de corpos hídricos, todos os municípios se inserem precariamente quanto ao volume de abastecimento e de acesso à água potável, e mostram índices elevados de poluição e contaminação das águas, por causa de esgotos, lixo e uso de agrotóxicos na produção agrícola. Alguns municípios possuem áreas em processo de degradação complexa, com solos suscetíveis à erosão, áreas em processo de desertificação e altos índices de desmatamento, como é o caso de Tauá e Irauçuba (esta última com 87,57% índice de degradação ambiental).

3. Os municípios que compõem a área do projeto tem um total de 55.847 estabelecimentos agropecuários que se estendem sobre uma superfície de 1.479.927 ha, sendo que mais de 90% destas unidades são propriedades individuais e o resto pertence a consórcios, sociedades ou cooperativas (Censo Agropecuário 2006). Um total de 926 estabelecimentos são ocupados por assentados sem titulação definitiva; os assentamentos concentram-se sobretudo na região sul de Inhamuns/Crateús (345 unidades nos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá), na área rural do município de Sobral (312), no município de Campo Sales (129 assentamentos) e no município de Irauçuba (82), sendo muito escassos nos outros municípios do território de Sobral (12 em total) e nos municípios do Cariri Oeste (com a exceção de Campo Sales). Existe um número percentualmente maior de estabelecimentos agropecuários arrendados pelos produtores, que tem uma média de 14% da área do Projeto; em alguns municípios este índice aumenta de forma considerável (43% em Altaneira, 35,7% em Santana do Cariri, 34% em Graça e 36% em Tarrafas).

4. Um total de 168.691 pessoas que residem nos municípios escolhidos estão trabalhando em estabelecimentos agropecuários; delas, 117.608 (69,7%) são homens e 51.083 (30,3%) mulheres; 91,7% do total tem mais de 14 anos de idade. Comparando este dado com o número da população rural da área do Projeto, é possível estimar que 62% dela esteja envolvida em atividades agropecuárias; porém, se compararmos este mesmo valor com o total da população rural e urbana da área do Projeto, esse percentual diminui para 22%. Cabe destacar que, no Brasil, a distinção oficial adotada pelo IBGE considera como urbana toda sede municipal, independentemente do número de seus habitantes e das funções econômicas e/ou produtivas que esta aglomeração exerça efetivamente. No caso da área do projeto, todos municípios registram baixa densidade demográfica (média de 36,3 habitantes por Km²)⁶⁶, presença de

⁶⁶ Entre os municípios da área do projeto, Aiuaba (Inhamuns/Crateús) é o que registra a menor densidade demográfica (6,6 por Km²), Varjota (Sobral) a maior (98,7 por Km²). A tendência é que municípios com

idades de pequeno tamanho (com exceção da cidade de Sobral) e desenvolvem atividades produtivas relacionadas de alguma forma ao meio rural.

Tabela 1: População e pobreza extrema na área do Projeto por município, 2010.

Territórios e Municípios ⁶⁷	População residente			População		
	Total	Urbana	Rural	Total	Rural	% pobreza rural extrema
Cariri Oeste						
Altaneira	6.856	4.957	1.899	2.235	873	46
Antonina do	6.984	4.999	1.985	2.045	987	49,7
Araripe	20.685	12.733	7.952	8.406	4.384	55,1
Assaré	22.445	11.952	10.493	7.046	4.661	44,4
Campos Sales	26.506	19.081	7.425	7.693	3.582	48,2
Nova Olinda	14.256	9.696	4.560	3.967	1.868	41
Potengi	10.276	5.714	4.562	3.463	2.112	46,3
Salitre	15.453	6.263	9.190	5.699	4.246	46,2
Santana do	17.170	8.822	8.348	6.789	4.039	48,4
Tarrafas	8.910	2.624	6.286	3.148	2.669	42,5
Inhamuns / Crateús						
Auiaba	16.203	3.951	12.252	5.856	5.233	42,7
Arneiroz	7.650	3.879	3.771	1.740	1.143	30,3
Hidrolândia	19.325	11.054	8.271	5.555	3.351	40,5
Ipu	40.296	25.581	14.715	9.786	5.171	35,1
Ipueiras	37.862	18.358	19.504	15.032	9.607	49,3
Parambu	31.309	14.106	17.203	9.964	7.255	46,1
Pires Ferreira	10.216	3.354	6.862	3.554	2.429	42,2
Quiterianópolis	19.921	6.305	13.616	7.641	6.278	35,4
Tauá	55.716	32.259	23.457	14.517	9.329	39,8
Sobral						
Coreaú	21.954	14.223	7.731	7.751	4.209	54,4
Frecheirinha	12.991	7.636	5.355	3.578	2.338	43,7
Graça	15.049	5.815	9.234	6.408	4.606	49,9
Massapê	35.191	23.983	11.208	8.126	4.082	36,4
Moraújo	8.070	3.604	4.466	3.244	2.274	50,9
Mucambo	14.102	9.066	5.036	5.041	2.538	50,4
Pacujá	5.986	3.723	2.263	1.314	744	32,9
Reriutaba	19.455	10.590	8.865	7.082	4.310	48,6
Senador Sá	6.852	5.068	1.784	2.331	1.006	56,4
Sobral	188.233	166.310	21.923	22.290	6.847	31,2
Varjota	17.593	14.416	3.177	4.180	1.190	37,5
Vales do Curu-Aracatiaçu						
Irauçuba	22.324	14.343	7.981	8.008	3.558	44,5
Área total do	755.839	484.465	271.374	203.489	116.919	43,1

extensão geográfica maior tenham um número de habitantes por Km² inferiores aos municípios com extensão territorial pequena, onde a população é mais concentrada.

Não foi considerado o IFDM do município de Sobral porque hospeda a segunda maior cidade do Estado, pelo que o IFDM desse município distorce os dados sobre a área de atuação do projeto que é somente rural

Territórios e Municípios	População residente			População		% pobreza rural extrema
	Total	Urbana	Rural	Total	Rural	
Ceará	8.452.381	6.346.557	2.105.824	1.502.924	776.654	36,9
Nordeste	53.081.950	38.821.246	14.260.704	9.609.803	5.049.317	35,4
Brasil	190.755.799	160.921.592	29.834.206	16.267.197	7.593.352	25,5

Fonte: preparado pela equipe de desenho do Projeto com informação da Sinopse do Censo Demográfico/ IBGE (2010)

5. Aproximadamente 125.672 famílias da área do Projeto são atendidas como beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF)⁶⁸, o que corresponde a 12,4% do total de famílias atendidas pelo PBF do Estado do Ceará (1.013.241)⁶⁹. O PBF atende o 100% das famílias pobres enquadradas no perfil Bolsa Família da área do Projeto, mas não cobre a totalidade das famílias em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no Cadastro Único (onde são cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa), que na área do Projeto são 137.640. No caso de muitas famílias rurais da área do Projeto, o PBF representa a única fonte de renda destas famílias que, dadas as condições de vulnerabilidade e de insegurança alimentar em que se encontram, ainda têm dificuldade em saírem das políticas compensatórias de transferência direta de renda para políticas de inclusão produtiva.

6. É neste âmbito que o projeto se demarca, visando fortalecer os/as agricultores/as familiares e suas organizações/associações comunitárias e econômicas para que possam aumentar sua produção agrícola e não agrícola, agregar valor a seus produtos, acessar ou ampliar o acesso aos mercados, acessar a políticas públicas desenhadas para agricultores familiares (PRONAF e outras) e, desta forma, sair das condições de pobreza em que vivem.

7. Focalização social. A focalização social centra-se em: (i) agricultores familiares, com terra e sem terra, trabalhando na agricultura e/ou em atividades rurais não agrícolas, com disposição e potencial para desenvolver práticas produtivas sustentáveis, diversificadas, e com potencial de crescimento; (ii) pelo menos 50% destes agricultores são elegíveis para o PRONAF A ou B⁷⁰; (iii) mulheres rurais, para as quais o Projeto definirá medidas de auto focalização e umas linhas de ação específicas; (iv) jovens rurais, entre 15 e 29 anos aproximadamente, para os quais o Projeto viabilizará o acesso a cursos de formação orientados para o desenvolvimento da capacidade empreendedora e assistência técnica especializada para acesso à terra e outras oportunidades. As comunidades e famílias rurais mais vulneráveis e marginalizadas terão prioridade pelo projeto. No caso de comunidades sem acesso a terra (por exemplo, quilombolas) o projeto poderá começar empreendimentos não agrícolas para geração de renda.

8. A estratégia de focalização social prevê a adoção de um enfoque centrado na demanda e no envolvimento dos beneficiários por sua vontade própria; isto significa que as atividades apoiadas serão selecionadas a partir das demandas dos beneficiários. Por outro lado, se implementarão estratégias de difusão e promoção das atividades do Projeto para estimular a participação dos atores locais e assegurar a inclusão dos grupos mais marginalizados e prioritários para o projeto (mulheres, jovens, comunidades quilombolas).

⁶⁸ O PBF associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos (saúde, alimentação, educação e assistência social) para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda *per capita* até 140,00 reais/mês.

⁶⁹ MDS em números, Relatório de Informações Sintético, 2010.

⁷⁰ Como mencionado no Documento Principal do Projeto, parágrafos 28 e 29, o Paulo Freire adotou os critérios de elegibilidade dos Grupos A, B e Variável do Pronaf, por se tratar do maior e mais importante programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, cujos critérios são referência para as políticas de desenvolvimento rural. Ademais, nota-se a predominância de agricultores familiares com o perfil dos Grupos A e B, os mais pobres, na área de atuação do Projeto Paulo Freire, o que demonstra a adequação da adoção dos critérios. Os critérios elegibilidade e de acesso aos serviços e investimentos promovidos pelo Projeto, estão detalhados na versão preliminar do Manual de Implementação do Projeto, Anexo 11

9. Mulheres rurais. O número de mulheres residentes na área do projeto, em 2010, era de 725.857 (51% da população total, urbana e rural) e de 132.282 na área rural (48,7% da população rural) (Censo Demográfico/IBGE). Estes dados refletem as características demográficas do Estado: 48% da população rural do Ceará é de sexo feminino. A maioria das mulheres rurais está envolvida no trabalho de produção agrícola familiar, mesmo se a sua contribuição nem sempre está formalmente reconhecida ou retribuída. O número de mulheres ocupadas em atividades agropecuárias é de 51.083 na área do Projeto, o que representa 39% das mulheres rurais.

10. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, em 2010 as mulheres eram chefes de família nos 20% dos domicílios mono-parentais nos municípios da área do Projeto, (zona rural e urbana). Este dado supera a média estadual de mães chefes de família, sozinhas e com filhos, que no Ceará é de 16%. Nesta situação, a abordagem do Projeto para o desenvolvimento de atividades produtivas rurais nas comunidades deverá tomar em conta os vários arranjos e oferecer soluções que respondam às necessidades específicas deste segmento prioritário de público-alvo; por exemplo, a priorização de atividades geradoras de renda nas quais participam principalmente mulheres, a criação de creches comunitárias para apoiar as mães no cuidado dos filhos enquanto elas recebem capacitação, etc.

11. O índice de mães adolescentes (de 10 a 19 anos), atinge na área do projeto uma média de 21% (a mesma do Estado do Ceará) com percentuais maiores em municípios como Senador Sá (26,9%) e Pacujá (25,6%)⁷¹. É possível relacionar este indicador a uma condição sócio educacional que é a baixa escolaridade destas mães e ao acesso prematuro ao mercado informal de trabalho. De fato, comparando os dados por sexo relativos à ocupação em estabelecimentos agropecuários de jovens com menos de 14 anos, nota-se que o percentual de meninas envolvidas neste trabalho é maior do que aquela dos meninos (10,5% contra 7,2%).

12. A violência contra a mulher, principalmente em âmbito doméstico, continua tendo índices elevados na área do Projeto; somente no território do Cariri Oeste, em 2010, os homicídios foram causas de 1/3 das mortes de mulheres na faixa etária do 20 a 29 anos⁷². Isso reforça a necessidade do Projeto de trabalhar as relações de gênero tanto com os prestadores de assistência técnica que atendem às comunidades, como com as próprias famílias rurais, visando equilibrar relações desiguais de gênero no âmbito familiar.

13. Jovens rurais. Dentro do grupo-alvo do projeto, os jovens constituem uma população prioritária. Jovens entre 15 e 29 anos representam o 28% da população total da área do Projeto e o 27% da população rural. Crianças, adolescentes e jovens são as faixas etárias mais atingidas pela pobreza extrema: nas áreas rurais e urbanas, a população de 0 a 25 anos compõe 59% da população extremamente pobre do Estado. Para atingir este grupo, o Projeto contará com uma linha específica de formação e acesso à oportunidades para jovens. A principal atividade desta linha será dirigida aos jovens, entre aproximadamente 15 e 29 anos, que queiram desenvolver diferentes tipos de empreendimentos econômicos, tanto na agricultura como em outros âmbitos.

14. Formação e acesso a oportunidades para jovens. A falta de oportunidades no meio rural determina a migração de muitos jovens para os principais centros urbanos, o que frequentemente se traduz em afluxo da mão de obra rural para a periferia das cidades e crescimento dos bolsões de miséria, ou para trabalhar como assalariados temporários no corte de cana de açúcar ou outros cultivos como café nos estados vizinhos. É para responder a esta situação e oferecer oportunidades reais para os jovens que querem se dedicar às atividades agropecuárias e permanecer no meio rural, que o projeto proporcionará formação técnica especializada a 1.200 famílias lideradas por jovens para o desenvolvimento de atividades produtivas. Como parte desta linha serão organizados cursos de formação técnica orientados para o desenvolvimento da capacidade empreendedora destes jovens. Esta linha trabalhará

⁷¹ Fonte: SINASC Situação de base de dados nacional Dezembro 2009.

⁷² Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território do Cariri - MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.

principalmente com a capacitação de jovens que desejem assumir atividades empreendedoras no âmbito da produção agropecuária sustentável e também em outros âmbitos. Esta formação deverá abranger temas conceituais e também práticos (a exemplo dos cursos para jovens organizados pela FETRAECE). Os jovens que passarem por esta capacitação serão estimulados a se engajarem em empreendimentos relacionados com a produção agropecuária sustentável e o manejo dos recursos ambientais, com o beneficiamento da produção, os serviços para a população rural, entre outros. A formação aqui mencionada desembocará na preparação de um projeto (individual ou coletivo), para a implementação do qual os jovens receberão acompanhamento e apoio. Espera-se que uma parte importante destes jovens possa instalar-se como agricultores familiares. Neste caso, tratar-se-á de apoiar a formação de grupos de jovens candidatos para poder pleitear a obtenção de terra, por exemplo, através do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Os grupos formados terão um acompanhamento e um apoio específico para a elaboração do projeto que deve ser apresentado ao Programa mencionado. Após a instalação, estes grupos continuarão tendo acompanhamento e poderão ter acesso aos investimentos do Projeto, beneficiando-se do apoio das suas assessorias.

15. O baixo nível educacional da população tem sido identificado como um dos principais fatores determinantes dos elevados níveis de pobreza no Estado⁷³. Na área do projeto registra-se um alto nível de abandono escolar depois do Ensino Fundamental (de 5 a 14 anos) e de ingresso prematuro de jovens no mercado informal de trabalho. O número de matrículas no Ensino Médio mostra que quase 50% dos matriculados no Ensino Fundamental não se matriculam para o Ensino Médio (Fonte: MEC 2007). Como causas dessa descontinuidade estão a absorção dos jovens pelo mercado de trabalho informal, migração, gravidez na adolescência entre outros fatores. Neste contexto, e visando evitar o ingresso prematuro dos jovens no mercado informal do trabalho, o Projeto buscará favorecer o acesso de jovens (homens e mulheres) ao ensino médio profissionalizante. Fará isto através de parcerias com as Prefeituras locais, para que sejam organizados cursos de reforço escolar para os interessados e fornecido apoio para que este anseio de muitos jovens possa se realizar.

16. Estas ações respondem à visão conjunta do FIDA e do Governo do Estado do Ceará que, para enfrentar as situações de pobreza e exclusão social, devem eliminar-se os fatores estruturais geradores da pobreza, o que implica reduzir a desigualdade de oportunidades entre pobres e não pobres e entre gênero e gerações, e ampliar o capital humano dos grupos mais desfavorecidos e marginalizados, reforçando sua participação à vida socioeconômica e política comunitária e sua capacidade futura de geração autônoma de renda.

II. Estratégia de gênero

17. No meio rural, as mulheres desenvolvem atividades produtivas fundamentais em diferentes contextos socioeconômicos da agricultura familiar, jogando um papel ativo na organização familiar, nas atividades agrícolas, na transformação e beneficiamento da produção agropecuária e em outras estratégias produtivas que resultam na geração da renda familiar. Apesar disso, as mulheres rurais ainda são identificadas principalmente com o espaço doméstico e seu trabalho, em geral, não é remunerado, omitindo-se assim sua contribuição nas estratégias de produção da família. Nesse contexto o trabalho feminino acaba sendo definido como "ajuda", em contraposição às atividades econômicas de responsabilidade masculina, o que se reflete na desvalorização e invisibilidade do trabalho das mulheres⁷⁴.

18. Por isso, dar visibilidade e valorizar a contribuição das mulheres na produção familiar e traduzi essa contribuição em valores monetários, não ficaria restrito só à vantagem do incremento da renda das famílias, mas também fornecerá elementos para o reconhecimento social do papel das mulheres como produtoras (e não só como reprodutoras ou consumidoras) em benefício da construção de relações de gênero mais equilibradas e justas.

⁷³ Governo do Estado do Ceará, SEPLAG, IPECE, A pobreza no Ceará: o tamanho do desafio e uma proposta, Texto para discussão n.68, Fortaleza-CE, 2010.

⁷⁴ Mulher Rural: projeto especial de formação de formadores para participação das mulheres no mundo do trabalho, Convênio MTE/SPPE/CODEFAT, capacitação para participação das mulheres no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, Manual técnico, Salvador 2007

19. É a partir destas considerações que o Projeto propõe uma estratégia de gênero que vise a: (i) assegurar que mulheres e homens possam de igual forma acessar e beneficiar das atividades e dos incentivos do Projeto; (ii) reforçar as capacidade das mulheres, para que elas possam exercer um papel ativo e ser reconhecidas socialmente como sujeitos relevantes no âmbito econômico-produtivo familiar e comunitário; (iii) aumentar o poder econômico das mulheres através do acesso e controle sobre recursos fundamentais; (iv) promover equidade de gênero em âmbito intra e extra familiar.

20. Para isto, o projeto atuará adotando o enfoque de gênero de forma transversal no desenvolvimento das atividades de seus componentes mantendo, ao mesmo tempo, linhas de atuação e mecanismos operacionais específicos - que contam com indicadores concretos incluídos no marco lógico - orientados para estimular e garantir o envolvimento das mulheres nas atividades do Projeto, a sua inclusão na esfera econômica-produtiva comunitária e para promover a equidade de gênero em geral.

21. Em particular, estratégia de gênero prevê a implementação de ações específicas voltadas às mulheres rurais:

- (i) Realização de diagnósticos participativos com enfoque de gênero, que servem para identificar as necessidades das mulheres e orientar a preparação dos Planos de Desenvolvimento e dos Planos de Negócios, criando espaços e oportunidades específicas que respondam as demandas delas.
- (ii) Fortalecimento das capacidades das mulheres e suas associações: se identificarão e se oferecerá apoio aos grupos de mulheres já associadas e se suportará a criação de novas associações e organizações de mulheres para o desenvolvimento de atividades econômicas produtivas.
- (iii) Reforço das capacidades das mulheres para gerir associações e liderar grupos, o que envolve temas como alfabetização funcional, contabilidade, planejamento, gestão, etc.
- (iv) Investimento em empreendimentos produtivos liderados por mulheres, em particular naquelas áreas onde as mulheres têm vantagens comparativas e um papel predominante como o artesanato e as atividades de beneficiamento de produtos agrícolas. Neste âmbito o projeto apoiará as mulheres tanto no aumento da produção de produtos agrícolas e não agrícolas, como em estratégias para agregar valor a estes produtos.
- (v) Capacitação das mulheres para que possam acessar às políticas públicas (PRONAF Mulher, entre outras) e a mercados institucionais (PNAE, PAA).
- (vi) Sensibilização e capacitação em gênero das equipes de assessoria técnica. Os provedores de serviços de assistência técnica serão capacitados para adotar um enfoque de gênero no trabalho com as famílias e as comunidades. Além disso, se promoverá a presença de equipes mistas (mulheres/homens) no terreno, para assegurar a inclusão das mulheres nas atividades do projeto.
- (vii) Presença de um/a especialista em gênero que será contratado/a pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP) e atuará como ponto focal para coordenar a inclusão de um enfoque de gênero e de ações orientadas á equidade de gênero dentro das atividades do projeto.

- (viii) Sensibilização em gênero das famílias e comunidades atendidas por parte das equipes técnicas, o que também poderá incluir a organização de oficinas temáticas nas comunidades e/ou nas escolas.
- (ix) Articulação com programas, projetos, órgãos governamentais e não governamentais com foco nas mulheres rurais, com o objetivo de promover sinergias e integrar ações entre o projeto e os principais programas e organizações que atuam no território e que têm como principais beneficiárias as mulheres rurais.

22. Para assegurar a efetiva participação das mulheres nas atividades do Projeto, se estabeleceram quotas que contam com indicadores incluídos no marco lógico e que orientarão o processo de planejamento, monitoramento e avaliação:

- (x) Mínimo de 50% dos beneficiários do Projeto são mulheres ou jovens;
- (xi) 500 líderes comunitários capacitados são mulheres (50% do total);
- (xii) Pelo menos 90 técnicos provedores de assistência técnica são mulheres (30% do total)
- (xiii) Pelo menos 25 % do orçamento global do Projeto será destinado para atividades dirigidas por jovens ou mulheres.

APÊNDICE 1. IFAD'S TARGETING POLICY - CHECKLIST FOR DESIGN

	Score 1-6	Issues and Recommendations
1) Does the main target group - those expected to benefit most- correspond to IFAD's target group as defined by the Targeting Policy (the extremely poor and food insecure)?		Yes. The target group is composed by approximately 60.000 poor rural families living in the project area, including both small-holders and landless families, involved in productive agricultural and no-agricultural rural activities. The project area covers 31 municipalities, located in the semi-arid region, with the highest incidence of rural poverty in the Ceará state (between 30% and 56% of extremely rural poor); indicators show that approximately 48,2% of the state population suffers food insecurity. Within the main target group, special regard will be given to the inclusion of women and young people.
2) Have target sub-groups been identified and described according to their different socio-economic characteristics, assets and livelihoods - with due attention to gender differences?		<p>Yes. The project identifies as target sub-groups rural women and rural youth, which are amongst the most disadvantaged and vulnerable people within the target group.</p> <p>In the project area, women represent 48,7% of the rural population; approximately 39% of rural women is involved in agricultural activities. 20% of rural households are headed by women, alone and with children; these households are amongst the poorest and will be prioritized by the project.</p> <p>Young people, between 15 and 29 years-old, represents 27,5% of the project area's rural population, being the group most affected by extreme poverty (59% of the extremely poor people of the Ceará state is between 0 and 25 years-old). The poverty situation has to be related to early school dropout, teenage pregnancies and migration caused by the lack of opportunities in rural areas.</p> <p>Therefore, the project has designed specific components in order to address rural women and youth.</p> <p>The project will also give priority to vulnerable and marginalized groups present in the territory, such as <i>quilombolas</i> communities.</p>
3) Is evidence provided of interest in and likely uptake of the proposed activities by the identified target sub-groups?		Yes. In November 2011, as part of the project design mission, IFAD project team carried out an intense fieldwork in the project area. The fieldwork provided great evidence of interest of women and youth and their associations in participating at the proposed project activities. This was confirmed during the second mission carried out by IFAD project design team in March 2012. Furthermore, in order to respond to

	Score 1-6	Issues and Recommendations
		people's needs and aspirations, the project will adopt a demand-driven strategy.
4) Does the design document describe a feasible and operational targeting strategy in line with the Targeting Policy? The targeting strategy will involve either all or some of the following measures and methods.		Yes. Please refer to sections below.
4.1) Geographic targeting – based on poverty data or proxy indicators to identify, for area-based projects or programmes, geographic areas (and within these, communities) with high concentrations of poor people		The project area comprehends 31 municipalities, all located in the semi-arid region, with the highest incidence of rural poverty in the Ceará state: according to the Municipal Development Index, 85% of total population living in the project area is poor and 43% of rural population is extremely poor. Within these municipalities, the most vulnerable groups and communities have been identified (young people, women, <i>quilombola</i> communities).
4.2) Enabling measures – <i>These include measures to strengthen stakeholders' and partners' attitude and commitment to poverty targeting, gender equality and women's empowerment, including policy dialogue, awareness-raising and capacity-building, and appropriate project/programme management arrangements (references in ToR, PCU composition); language in describing staff positions (s/he; masculine/feminine).</i>		<p>As part of its Component 1 (Capacity Building) the project will be directly address enabling measures by strengthening the human and social capital of the target group. This will include:</p> <p>1) Organization and Social Accountability: oriented to strengthening community organization, development of local leadership, stimulating accountability of public policies through the participation of community organizations in local (municipal, territorial) decision-making bodies.</p> <p>2) Capacity Building: of individuals and strengthening of producers' organizations to produce, efficiently manage their business and market products. In this regard, individuals, associations, cooperatives and small enterprises will benefit from a capacity building Programme.</p> <p>The focus on gender will be maintained throughout the development of these activities; special attention and priority will be also given to rural women and young people (main target sub-groups of the project). This will be done by designing specific capacity building and training sessions in order to respond to women and young people' needs and conditions.</p> <p>In order to ensure the adoption of a gender-sensitive approach in the development of project-supported activities and gender mainstreaming in the work with local communities, the project will count on a Focal Point on gender; in addition, project team and local technicians will receive training on gender issues and</p>

	Score 1-6	Issues and Recommendations
		<p>approaches.</p> <p>The project has designed a specific access to opportunities' line devoted to young people which includes the development of their entrepreneurial capacity through tailored training and capacity-building.</p>
4.3) Empowerment and capacity-building measures including information and communication, focused capacity- and confidence-building measures, organizational support, in order to empower and encourage the more active participation and inclusion in planning and decision making of people who traditionally have less voice and power.		<p>The Project Component 1 (Capacity Building) is specifically oriented to strengthen individuals and associations' capabilities. In this frame, and in order to encourage active participation and inclusion in planning and decision-making of marginalised groups, the project will conduct participatory diagnostics (with focus on gender) together with local communities that will help to identify people's needs and that will orient the preparation of the Community Development Plans. The focus on gender and youth will transversally cut all project-supported activities.</p>
4.4) Direct targeting when services or resources are to be channelled to specific individuals or households. Such measures may include eligibility criteria, to be developed and applied with community participation; quotas (e.g for women), earmarked funds.		<ul style="list-style-type: none"> - At least 50% of project beneficiaries will be women or young people; - 1200 young families will receive specific technical assistance and training for the development of their entrepreneurial capacity in order to set up rural businesses; - 50% of the community leaders trained will be women; - 30% of the technicians that will provide technical assistance to rural communities will be women; - 25% of the overall project budget will be destined to activities leaded by women or young people.
4.5) Attention to procedural measures that could militate against participation by the intended target groups (such as, excessive beneficiary contributions; cumbersome legal requirements, etc)		<p>Specific measures have been taken in order to ensure the full participation of the target group to project's activities, such as:</p> <ul style="list-style-type: none"> - criteria for the selection of families/communities: both small-holders and landless family will be eligible by the project; - criteria for the selection of associations: both formal and informal association will be eligible by the project; - beneficiary contribution: communities will not be asked for high counterparts by the project. <p>These measures intend to facilitate inclusiveness and participation of the most vulnerable groups to project activities.</p>
5) Monitoring targeting performance. Does the design		<p>The project will establish a Monitoring & Evaluation System (MAS) which will be simple and pragmatic and</p>

	Score 1-6	Issues and Recommendations
document specify that targeting performance will be monitored using participatory M&E, and also be assessed at Mid-term review?		the main objective is to allow the System to be participatory so that it seems not only as a management decision-making tool but to engage beneficiaries in such a way that they could participate in monitoring the various activities and results of the project. In this regard community and economic organizations will be used in applying questionnaires and collecting data because they have closer links to the target population. The Mid-term evaluation will involve evaluation of the System so that corrective action is taken. In order to keep track of the Project's targeting it is important that the System is applied taking into context the Logical Framework which has well defined targeting performance indicators.
AVERAGE SCORE		

PRE-REQUISITES OF GENDER-SENSITIVE DESIGN – CHECKLIST FOR DESIGN

	Score 1-6	Issues and Recommendations
1. Does the design document contain a context-specific gender strategy that aims to: Expand women's access to and control over fundamental assets – capital, land, knowledge and technologies; Strengthen their agency – thus their decision-making role in community affairs and representation in local institutions; Improve well-being and ease workload.		Yes. The project's gender strategy aims to: Expand women's access to and control over fundamental assets by: addressing women's needs, that will be identified through the development of participatory diagnostics; providing capacity-building and organizational strengthening with focus on gender; facilitating access to land to young families by providing specific training (Component 1. Capacity Building). Strengthen women's agency, providing capacity-building and training to women's associations and providing training on gender mainstreaming to local communities/ families. Women will be also trained in order to be able to access to public policies targeting women (Pronaf Mulher and others). Improve well-being and ease workload, by facilitating the establishment of nurseries where women can leave their children while participating in training and capacity-building sessions.
2. The project identifies operational measures to ensure gender- equitable participation in, and benefit from, planned activities, and in particular:		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 2

2.1. Allocating adequate resources to implement the gender strategy;		
2.2 Establishes women's participation in project-related decision-making bodies (such as Water User Associations; committees taking decisions on micro-projects; etc)		The project will ensure women's participation in project-related decision-making bodies by focusing on women's groups for capacity building and training and by training 500 women as community leaders.
2.3 Reflects attention to gender equality/ women's empowerment in project/ programme management arrangements (e.g including in Terms of Reference of project coordinating unit or project management unit (PMU) responsibilities for gender mainstreaming; inclusion of gender focal point in PCU, etc).		The project will count on a Focal Point on Gender that will ensure that gender mainstreaming is included in all project-supported activities. Project staff and local technicians will also receive training on gender mainstreaming, with the objective of ensuring that a gender-sensitive approach is used while working with local communities on the ground. 30% of the technicians that will provide technical assistance to rural communities will be women.
2.4 Explicitly addresses the issue of outreach to women (e.g through female field staff; NGO group promoters, etc) especially where women's mobility is limited		In order to enhance women participation in project activities, the establishment of mixed working team (male/female) will be encouraged by the project. 30% of the technicians that will provide technical assistance to rural communities will be women.
3. The project logframe and suggested monitoring system specify sex-disaggregated performance and impact indicators.		<ul style="list-style-type: none"> - At least 50% of project beneficiaries will be women or young people; - 50% of the community leaders trained will be women; -30% of the technicians that will provide technical assistance to rural communities will be women; -25% of the overall project budget will be destined to activities leaded by women or young people.
AVERAGE SCORE		

ANEXO 3. DESEMPENHO DO PORTFÓLIO E LIÇÕES APRENDIDAS

I. Desempenho do Portfólio.

1. O FIDA começou suas atividades no Brasil ao início dos anos 80 e, até agora, financiou através de empréstimos cinco projetos por um montante total de 118 milhões de dólares, que somados aos 254 milhões dos cofinanciadores (principalmente Governo Federal e governos estaduais) chegam a 372 milhões de dólares. Esses cinco projetos são: i) Projeto de Desenvolvimento Rural no Estado do Ceará; ii) Projeto de Apoio a Famílias de Baixa Renda no Semiárido do Estado de Sergipe (Pro Sertão); iii) Projeto de Desenvolvimento Comunitário na Região do Rio Gavião, Bahia (Pro Gavião); iv) Projeto Dom Helder Câmara que abrangeu seis estados do Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe); e v) Projeto Gente de Valor no Estado da Bahia.

2. Além dos projetos mencionados, o FIDA financiou também várias doações que apoiaram atividades associadas aos projetos e outras de gestão do conhecimento e de diálogo sobre políticas públicas para a agricultura familiar. A combinação dos projetos financiados através de empréstimos e dos apoiados com doações, permitiu ao FIDA acrescentar sua presença no país, principalmente na região Nordeste, onde existe uma boa valoração do seu trabalho e suas contribuições na luta contra a pobreza e o desenvolvimento rural.

3. Em 2007 foi realizada uma Avaliação do Programa do FIDA no Brasil, cujas principais conclusões sublinham que, apesar do reduzido montante de recursos alocados no país, o FIDA é importante para o Brasil devido ao seu foco na pobreza rural, ao interesse do Brasil nas práticas inovadoras que o FIDA pode contribuir, à flexibilidade e aos baixos custos de transação das operações. Em 2010 foi também realizada a avaliação do projeto Dom Helder Câmara, cujos resultados foram considerados pelos avaliadores como altamente satisfatórios. Em termos financeiros, todos os projetos fechados terminaram suas atividades com o 100% de desembolso.

4. Baseado na avaliação do Programa no Brasil, em 2008 o FIDA trabalhou junto ao Governo na preparação do Programa de Oportunidades Estratégicas (COSOP), no qual foram aproveitadas as conclusões e recomendações dessa avaliação e foram definidos os seguintes objetivos estratégicos: i) incrementar a produção comercial agrícola dos pequenos produtores e melhorar o acesso aos mercados; ii) melhorar o acesso a emprego não agrícola e a geração de negócios rurais, com prioridade para as mulheres e os jovens; iii) impulsionar atividades de gestão do conhecimento que ajudem à população rural a conviver com as condições do semiárido; e iv) aprofundar a discussão sobre políticas públicas para a agricultura familiar. Através do COSOP, o FIDA também concordou com o Governo do Brasil que continuará focado no Nordeste semiárido, priorizará o fornecimento de empréstimos aos governos estaduais e que estabelecerá um escritório no país para acompanhar e apoiar mais de perto a implementação dos projetos.

5. No marco definido pelo COSOP, entre 2009 e 2011 foram desenhados quatro novos projetos nos estados de Piauí, Paraíba, Sergipe e Ceará. Os projetos para Piauí e Paraíba já foram aprovados pela Junta Executiva do FIDA, os correspondentes acordos de empréstimo tem que ser assinados em 2012 e a implementação começará imediatamente depois. O projeto para o Estado de Sergipe será aprovado pela Junta Executiva do FIDA em Setembro de 2012 e se espera que o acordo de empréstimo seja assinado ainda em 2012. O projeto para o Estado do Ceará está na fase de desenho e se espera sua aprovação em dezembro de 2012. Além disso, os governos dos estados de Bahia e de Pernambuco tem expressado seu interesse em novos projetos nesses estados, e o Governo federal pediu para o FIDA iniciar o desenho da segunda fase do Projeto Dom Helder Câmara. Esta situação mostra o potencial de crescimento do Programa do FIDA no Brasil.

6. Embora as perspectivas para o trabalho do FIDA são muito boas, para aproveitar esse potencial é necessário resolver problemas importantes gerados pelo atraso na assinatura dos

acordos de empréstimo depois da aprovação dos projetos pela Junta Executiva do FIDA. Esses atrasos tem se devido principalmente aos complexos procedimentos para que os governos estaduais obtenham a autorização do Governo Federal para assinar os acordos de empréstimo, aos câmbios políticos e institucionais produzidos pelas eleições nacionais e estaduais de finais de 2010, e também pela fraqueza institucional de alguns dos estados do Nordeste. Neste sentido, a principal prioridade nos próximos meses é acelerar a assinatura e início dos projetos desenhados desde 2009.

II. Lições aprendidas

7. Sobre a base da avaliação do Programa do FIDA no Brasil, da avaliação do projeto Dom Helder Câmara e da experiência recente na qual o FIDA tem se aproximado muito mais aos projetos através da supervisão direta, é possível extrair as lições a seguir.

8. Os projetos co-financiados pelo FIDA no Brasil priorizaram e apoiaram com sucesso o desenvolvimento de organizações e lideranças comunitárias, o fortalecimento da participação social nas decisões locais, a alocação de recursos baseada nas prioridades e decisões da população envolvida, o exercício efetivo dos direitos cidadãos da população que participou nos projetos, e a inclusão de mulheres e jovens que em muitos casos têm se convertido em importantes líderes das suas comunidades. O Projeto Gente de Valor, em implementação no estado da Bahia, é um bom exemplo de altos níveis de participação comunitária e do desenvolvimento de lideranças de mulheres e jovens.

9. As comunidades identificaram e priorizaram suas necessidades, a partir da qual os Projetos financiaram investimentos sociais de alta prioridade para toda a comunidade. Num contexto de escassez de água e insuficientes serviços básicos, a maioria das comunidades priorizaram a construção de cisternas para captação de água de chuva para consumo humano, o que teve um impacto notável na saúde das crianças e na qualidade de vida das mulheres.

10. No âmbito produtivo, os projetos tiveram sucesso no apoio à agricultura em pequena escala destinada ao consumo familiar e aos mercados locais, em menor medida aos "mercados institucionais" por meio dos programas de compras públicas, e uma pequena porção se destinou a mercados orgânicos e solidários dentro e fora do Brasil. Também foi bem-sucedido o apoio às atividades produtivas que incorporam valor agregado como farinha e outros derivados de mandioca, mel de abelha, processamento de frutas nativas, produção de queijo de cabra e artesanato para os mercados locais. Os projetos têm trabalhado junto a organizações de produtores com interesses comuns, de modo que embora as atividades produtivas estivessem abertas a todas as famílias da comunidade, participaram nelas somente as que decidiram espontaneamente se envolver. As principais razões para o sucesso foram o fornecimento de serviços de assessoria técnica, o fortalecimento das organizações de produtores e o uso da água de pequenas fontes e de chuva.

11. Nos projetos apoiados pelo FIDA existem casos de sucesso relacionados à inovação tecnológica de apoio à agricultura sustentável em termos produtivos, econômicos e ambientais, por exemplo, a produção e exportação de algodão orgânico, culturas consorciadas e manejo biológico de pragas. O Projeto Dom Helder Câmara e o Projeto Sertão (financiado com recursos do GEF) apoiaram estas ações e, embora estes exemplos são relativamente pequenos, mostram um grande potencial que pode ser aproveitado.

12. Em termos institucionais os projetos contribuíram à construção de redes locais que conectam diferentes atores com capacidades e necessidades complementares, o que gera um cenário institucional mais favorável para o desenvolvimento rural. Este foi um dos maiores logros do Projeto Dom Helder, que contribuiu ao desenvolvimento de associações locais de jovens profissionais que fornecem assessoria técnica (AT) aos pequenos produtores e que permanecem após a conclusão do Projeto. O Projeto também contribuiu ao fortalecimento de espaços de encontro e intercâmbio entre instituições, organizações sociais e de produtores em

nível local, que favorecem a gestão pública participativa e a solução dos problemas da população rural.

13. As experiências mencionadas deixam lições que serão aproveitadas neste Projeto:
- Em projetos anteriores, as ações com maior sucesso combinaram o fortalecimento organizativo, o desenvolvimento de capacidades, o desenvolvimento produtivo e a geração de renda. A experiência mostra que somente organizações sociais e produtivas fortes e sólidas podem identificar seus próprios problemas e resolvê-los e que, por outro lado, não é possível reverter a pobreza sem gerar renda de maneira sustentável.
 - O desenvolvimento de novas capacidades foi chave para o sucesso e para a sustentabilidade das ações apoiadas pelos projetos. Permitiu fortalecer as organizações sociais e produtivas, incorporar inovações tecnológicas, iniciar novas atividades, gerir as unidades produtivas de forma mais eficiente e chegar aos mercados em melhores condições, usando para isso as novas capacidades que permanecem depois que os projetos terminam. Sem dúvida, os jovens têm o maior potencial para desenvolver essas novas capacidades. O projeto levará em conta esta experiência e por isso o Componente 1 está focado no desenvolvimento de capacidades com prioridade aos jovens.
 - Devido às características da população com a qual trabalha o FIDA, em muitos casos o desenvolvimento produtivo e a geração de renda necessitam períodos de tempo relativamente longos. Em Projetos prévios, o fortalecimento organizativo foi bem-sucedido, mas em alguns casos ao início dos projetos essas atividades ocuparam demasiada atenção à custa do apoio à produção e, portanto, não havendo tempo suficiente para consolidar o desenvolvimento produtivo e a geração de renda. Por isso, este Projeto trabalhará simultaneamente desde o início no fortalecimento das organizações e na identificação e aproveitamento de oportunidades produtivas e dos mercados.
 - A assessoria técnica (AT) foi chave para o sucesso das atividades produtivas, principalmente das mais inovadoras; dito de outro modo, os investimentos que não tiveram apoio de AT tiveram pouco ou nenhum sucesso. A experiência mostra que é necessária uma AT contínua para desenvolver a base produtiva, combinada com AT mais especializada para o apoio às inovações produtivas, agregação de valor, desenvolvimento de capacidades e acesso aos mercados. Esta combinação de AT contínua e especializada é um eixo do Projeto que será atendido através do Componente 1.
 - O Governo do Brasil tem configurado um conjunto de políticas públicas para os pequenos produtores que foram pouco aproveitadas pelos projetos apoiados pelo FIDA até o momento. A política de financiamento opera por intermédio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) que oferece crédito subsidiado, principalmente para capital de giro. Também vale destacar os programas de compras públicas ("compras institucionais") que, por exemplo, determinam aos governos municipais de adquirir pelo menos 30% das suas compras provenientes de produtos dos agricultores familiares. Para poder se beneficiar destes programas é necessário cumprir algumas normas e procedimentos que, embora não são muito complexos, dificultam o acesso de muitos pequenos produtores. Neste sentido, o Projeto facilitará o acesso a estas políticas públicas mediante o apoio para a preparação de propostas a serem financiadas pelo PRONAF, AT para assegurar que os alimentos produzidos cumpram as normas de qualidade e sanidade exigidas pelas compras públicas, etc. Isso coincide com o objetivo do Governo de Ceará de aproveitar mais e melhor as mencionadas políticas financiadas principalmente pelo Governo Federal.

ANEXO 4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO PROJETO

I. Abordagem.

O ponto de partida

1. Orientado pelos seus objetivos (cf. item B deste Anexo), o Projeto Paulo Freire trabalhará com a seguinte hipótese básica: é possível construir maiores oportunidades com o aproveitamento do potencial de desenvolvimento da população rural pobre. Levando em consideração as diversas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, ele buscará aprimorar a valorização produtiva de recursos existentes – tais como a terra, a disponibilidade d'água criada pelos investimentos governamentais e privados e a biodiversidade local – para ampliar a capacidade produtiva das unidades familiares atendidas, cuidando para que isto seja feito de maneira a conservar os recursos ambientais. Também estimulará a criação de novas oportunidades de geração de renda, no âmbito do beneficiamento da produção agropecuária e de outras atividades econômicas. Finalmente, o Projeto deverá promover o acesso da população atendida a diferentes mercados e fazer uma difusão ampla de informação sobre as políticas públicas que estão disponíveis para a população rural.

2. Cabe mencionar brevemente alguns aspectos metodológicos, que são importantes para compreender a lógica mais geral do Projeto. Conforme veremos a seguir, o Projeto trabalhará inicialmente com a população rural em geral, para depois intensificar o trabalho com comunidades, com organizações econômicas (associações de produtores, cooperativas, empreendimentos associativos, etc.) e com grupos de jovens. No caso do trabalho mais intensivo, o trabalho – que combinará atividades dos Componentes 1 e 2 – terá uma abordagem participativa, que permita que a demanda do público beneficiário seja a principal fonte de orientação da ação do Projeto. No trabalho com as comunidades e com as organizações econômicas⁷⁵ o método de trabalho terá como primeiro passo um diagnóstico, o que deverá permitir a elaboração de um Plano de Desenvolvimento e, mais tarde, um Plano de Negócios.

3. A implementação destes Planos será objeto de acompanhamento e avaliação participativa de forma regular, o que dará lugar a um novo ciclo de planejamento e avaliação. Os referidos Planos serão instrumentos metodológicos importantes, que permitirão a construção de sinergias entre os Componentes 1 e 2 do Projeto e também com outros projetos, programas ou iniciativas que potencializem a sua ação. É de destacar que este método de trabalho tem um caráter pedagógico intrínseco, o que permite dizer que o conjunto do trabalho terá um caráter eminentemente educativo, fazendo jus ao nome escolhido: Projeto Paulo Freire.

As linhas de trabalho

4. O Projeto Paulo Freire organizará a sua atuação em quatro linhas, em função das diferentes formas de se relacionar com o público beneficiário: o trabalho com a população rural em geral; o desenvolvimento de comunidades; fortalecimento de organizações econômicas (cooperativas, associações de produtores, empreendimentos associativos, etc.) e uma linha especial para jovens. Durante todo o processo descrito buscar-se-á criar sinergias e favorecer possibilidades de cooperação com o setor privado.

a) O Trabalho de capacitação em políticas públicas para a população rural dos municípios atendidos

⁷⁵ Embora mantenha a abordagem participativa, o formato metodológico do trabalho junto aos jovens deverá ser algo diferente (cf páginas a seguir).

5. O Projeto Paulo Freire fará um trabalho amplo de difusão de informação e de capacitação sobre as políticas públicas que existem na atualidade para a agricultura familiar e para a população rural em geral. Esta linha tem como público potencial a totalidade das comunidades dos 31 municípios da área de intervenção do Projeto – calcula-se que serão atendidas aproximadamente 1.600 comunidades.

6. A principal atividade desta linha será a realização de oficinas de informação e capacitação sobre temas relacionados com as políticas públicas em cada comunidade. Em paralelo, também será feito um trabalho de apoio às equipes técnicas locais que têm responsabilidades na implementação destas políticas.

b) Desenvolvimento de comunidades

7. Considerando a área de atuação definida e os recursos disponíveis, o Projeto trabalhará neste formato mais intensivo em somente 600 comunidades. O primeiro passo na estratégia junto a este público será a escolha das comunidades a serem atendidas.

8. Em cada comunidade trabalhada será realizado um processo de diagnóstico e planejamento inicial, que fará uma leitura analítica da realidade da comunidade e definirá ações a serem realizadas nas unidades produtivas familiares e no âmbito comunitário. A prioridade deverá ser dada às atividades que busquem o incremento da produção e da renda. Haverá especial atenção à experimentação de inovações, buscando criar espaços de aprendizagem que aceleram os processos de mudança nos sistemas produtivos. Quando necessário, serão incluídas ações referidas especificamente à proteção e recuperação dos recursos naturais. Eventualmente, outros temas de particular importância para a comunidade poderão ser trabalhados. O resultado deste momento inicial será a elaboração de um Plano de Desenvolvimento (PD), que também deverá registrar os acordos estabelecidos entre a comunidade e o Projeto Paulo Freire, naquilo que se refere aos temas a serem trabalhados, assim como às atividades de capacitação, experimentação, intercâmbio e à identificação dos investimentos que seria necessário realizar. Estes acordos servirão como marco para a continuidade do trabalho.

9. Num segundo momento será elaborado um Plano de Negócios (PN), que será o instrumento pelo qual a comunidade solicitará apoio financeiro para realizar investimentos. Os recursos repassados pelo Projeto Paulo Freire para financiamento deste Plano serão administrados pela organização local (associação comunitária), que receberá capacitação e acompanhamento para realizar esta tarefa. Outras fontes de apoio, principalmente junto às políticas destinadas à Agricultura Familiar (PRONAF, programas do governo estadual, etc.) deverão ser acionadas para financiar as questões incluídas no PD e que não forem contempladas neste PN. Os Planos de Desenvolvimento também serão a referência de base para a elaboração de Planos de Trabalho Simplificados para a implantação de Unidades de Aprendizagem e iniciativas de proteção e/ou recuperação ambiental.

10. O processo de planejamento, implementação e avaliação do conjunto de atividades realizadas nas comunidades deverá ser cíclico, renovando-se periodicamente com um novo planejamento, implementação e avaliação.

11. Sendo bastante apropriado para esta tarefa, o trabalho no âmbito comunitário deverá também buscar a criação de espaços e oportunidades específicas para as mulheres. De maneira semelhante, atenção especial deverá ser dada aos jovens.

12. Inicialmente, caberá principalmente às equipes de assessoria técnica contínua e aos mobilizadores sociais a animação, coordenação e o registro destes processos participativos de

diagnóstico, planejamento, implementação, monitoramento avaliação e replanejamento. Com o avanço do trabalho, espera-se que as lideranças locais assumam um papel crescente nestes processos. Dependendo das ações inclusas em cada plano e projeto, poderá ser necessário mobilizar pontualmente competências fora da equipe que presta assessoria contínua à comunidade em questão. Caberá a esta equipe, junto com a equipe do próprio Projeto Paulo Freire, identificar e viabilizar estes aportes que serão efetivados através de uma assessoria técnica especializada.

c) O fortalecimento das organizações econômicas

13. A terceira linha de atuação do Projeto Paulo Freire será junto às organizações econômicas, que podem ter a forma de cooperativas, associações de produtores (apicultores, criadores de ovinos e outros), empreendimentos solidários, microempresas, etc. Tratar-se-á de fortalecer organizações existentes e, na medida em que for oportuno, estimular a criação e o desenvolvimento de novas organizações deste tipo. A hipótese, neste caso, é que estas organizações poderão potencializar as oportunidades econômicas – principalmente pelo acesso aos mercados – para o público das comunidades atendidas e também para um público mais amplo da Agricultura Familiar nos municípios de atuação do Projeto.

14. Como acontecerá no trabalho nas comunidades, o método junto às organizações econômicas também partirá de um diagnóstico da situação existente, para depois montar um planejamento da ação que, de forma análoga ao que deve acontecer com as comunidades, também será materializado em um Plano de Negócios que será implementado com apoio do Projeto Paulo Freire. Será feita uma busca de apoios junto a outras fontes quando for pertinente.

d) Linha especial de criação de oportunidades para jovens

15. O Projeto também promoverá iniciativas visando criar mais oportunidades para os jovens. A idéia é que o recrutamento para tal trabalho seja feito nos municípios de atuação do Projeto, partindo das comunidades atendidas diretamente, para depois abranger outros locais.

16. Esta linha trabalhará principalmente com a formação de jovens que desejem assumir atividades empreendedoras. Esta formação deverá abranger temas conceituais e também práticos (a exemplo dos cursos para jovens organizados em anos recentes pela FETRAECE). Os jovens que passarem por esta capacitação serão estimulados a se engajarem em empreendimentos relacionados com a produção agropecuária sustentável e o manejo dos recursos ambientais, com o beneficiamento da produção, os serviços para a população rural, etc. A formação aqui mencionada desembocará na preparação de um projeto produtivo, que poderá ser individual ou coletivo. Os jovens formandos receberão acompanhamento e apoio para a implantação destes projetos. Espera-se que um grupo importante destes jovens possa instalar-se como agricultores familiares. Neste caso, tratar-se-á de apoiar a formação de grupos de jovens candidatos(as) para que possam pleitear a obtenção da terra necessária, por exemplo, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Os grupos formados terão um acompanhamento e um apoio específico para a elaboração do projeto que deve ser apresentado ao Programa mencionado. Após a instalação, estes grupos continuarão tendo acompanhamento e poderão ter acesso aos investimentos do Projeto, beneficiando-se do apoio das suas assessorias.

17. O Projeto também trabalhará para favorecer o acesso de jovens (mulheres e homens) ao ensino médio profissionalizante. Fará isto por meio de parcerias que serão estabelecidas com as Prefeituras municipais, para que sejam organizados cursos de reforço escolar para os interessados e fornecido apoio para que este anseio de muitos jovens possa se realizar.

A abordagem participativa

18. Considerando a atuação do Projeto Paulo Freire de forma mais ampla, um elemento central da abordagem será a participação dos beneficiários. Ela se dará, num primeiro nível, na definição das atividades a serem priorizadas e no seu planejamento e execução. Um segundo elemento a destacar é a administração dos recursos dos investimentos, que deverá ser feita diretamente pelos beneficiários. Ao mesmo tempo, as famílias beneficiárias deverão aportar uma contrapartida, participando assim do financiamento dos investimentos que serão feitos. O caráter recorrente do planejamento, monitoramento e avaliação, deverá permitir que a participação dos beneficiários se mantenha ao longo da vida do Projeto e, espera-se, além dela. O trabalho das equipes de mobilização social representa um reforço desta característica.

A busca de parcerias

19. Outra característica do Projeto que é importante destacar se refere ao seu papel no acesso da população atendida às políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar e de luta contra a pobreza. Além disso, buscará criar sinergias com as diversas instituições que podem contribuir neste labor. Assim, a busca de parcerias com entidades públicas e com organizações da sociedade civil, sejam elas do setor empresarial ou do terceiro setor, será uma marca do Projeto.

Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental

20. Outro elemento definidor da abordagem do Projeto Paulo Freire diz respeito à integração da sustentabilidade ambiental com o desenvolvimento produtivo. Buscar-se-á que a ação do Projeto promova o desenvolvimento da produção e da renda por meio de sistemas produtivos que façam um uso sustentável dos recursos naturais. Considerando que a área de intervenção do Projeto pertence à região semiárida, o enfoque agroecológico adotado pela SDA se materializa na perspectiva de trabalhar para que as unidades produtivas possam 'conviver com a seca'. As intervenções de proteção e recuperação de ambientes degradados serão uma medida extremada, a ser utilizada quando for imprescindível. No trabalho de fortalecimento das unidades produtivas, a agroecologia, vista como instrumental conceitual e metodológico, deverá ajudar a implantar e manejar "agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores dos recursos naturais e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis". (p. 15)

II. Objetivos do Projeto

21. A meta do Projeto é reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida de agricultores familiares em 31 municipalidades do Estado do Ceará beneficiando diretamente um total de 60,000 famílias. O objetivo de desenvolvimento do Projeto Paulo Freire é contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres. Os objetivos específicos do Projeto Paulo Freire são os seguintes:

- a) Fortalecer as capacidades da população rural e das organizações comunitárias e econômicas para identificar, priorizar e solucionar seus problemas, formar lideranças e melhorar sua capacidade de participação nos processos decisórios locais.
- b) Apoiar o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas produtivas comunitárias e familiares, aumentando suas capacidades e habilidades para desenvolver negócios rurais e acessar aos mercados, incluindo os mercados institucionais (PAA, PNAE e outros), e às políticas públicas para agricultura familiar (Pronaf, PNCF, etc).
- c) Fomentar o desenvolvimento produtivo sustentável – agrícola e não agrícola – que incremente a produtividade de comunidades e unidades familiares gerando

oportunidades de renda e emprego e levando em conta à adoção e promoção de práticas agroecológicas e o manejo sustentável de recursos naturais.

22. Os objetivos específicos "a" e "b" estão orientados ao fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos beneficiários do Projeto para gerir as organizações comunitárias e econômicas, melhorar a produção, gerir seus próprios negócios, acessar aos mercados em melhores condições e gerar renda. O objetivo específico "c" visa à realização de investimentos produtivos sustentáveis, em cadeias produtivas selecionadas, apoiados com base em princípios agroecológicos e no manejo sustentável de recursos naturais.

23. Os indicadores que buscam mediar de forma quantitativa e qualitativa as mudanças na renda e qualidade e condições de vida dos agricultores familiares foram definidos de acordo com os objetivos e os resultados esperados. Em termos de impacto, o Projeto ajudará no alcance da redução da pobreza, que é um indicador chave no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e no aumento dos ativos dos beneficiários:

- 35% de redução na pobreza extrema na área de abrangência do Projeto de 43% a 28%;
- 30% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por assessoria técnica e/ou investimento produtivo

24. De modo a alcançar o objetivo de desenvolvimento do Projeto, os seguintes indicadores foram estabelecidos:

- 60.000 famílias de agricultores familiares e de outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do Projeto; entre elas, a totalidade recebe treinamento em acesso às políticas públicas e 30.000 recebem assistência técnica e investimentos;
- 80% das 30.000 famílias beneficiárias de assessoria técnica e investimentos produtivos, aumentam sua renda média em pelo menos 30%;
- Mínimo de 50% dos beneficiários são mulheres ou jovens;
- Pelo menos 25% do orçamento do Projeto destinado para assistência técnica e investimentos será destinado para atividades dirigidas por jovens e/ou mulheres.

III. Descrição Detalhada do Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades

25. O objetivo deste componente é fortalecer as capacidades individuais e coletivas necessárias para a promoção de um desenvolvimento sustentável para as famílias, comunidades e áreas de atuação do Projeto. O Componente 1 também trabalhará para fortalecer as capacidades das equipes técnicas de diversas entidades parceiras, para que elas possam fornecer serviços de maior qualidade, e implementará um trabalho de mobilização e controle social, com o intuito de reforçar a participação das famílias beneficiárias e a eficiência do Projeto.

Os eixos de trabalho do Componente

26. As atividades deste componente serão organizadas em torno de sete eixos: a) Capacitação em políticas públicas; b) Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças; c) Desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais; d) Desenvolvimento organizacional e capacitação para a gestão e comercialização; e) Formação de jovens; f) Fortalecimento das capacidades das equipes de assessoria; g) Mobilização e controle social.

a) Capacitação em políticas públicas

27. Conforme foi dito anteriormente (por exemplo, nas seções III e V do Anexo 1), existe atualmente um conjunto bastante amplo de políticas públicas federais e estaduais de apoio à Agricultura Familiar. Ao mesmo tempo, é possível observar que muitas famílias ficam à margem delas.

28. Informações colhidas junto a gestores das políticas e também junto às famílias rurais mostraram que existem diversas causas para esta situação. A principal delas é uma falta de informação mais detalhada e consistente sobre as próprias políticas, incluindo aspectos tais como as regras de elegibilidade e os mecanismos de acesso⁷⁶. Também foram identificadas deficiências nas equipes técnicas que têm a responsabilidade de fazer com que as políticas funcionem no campo. Em alguns casos é falta de informação mais geral. Em outros casos, sentem dificuldades específicas, relacionadas com o encaminhamento das diferentes tarefas que lhes cabem na implementação de algumas destas políticas (a exemplo das equipes de muitas Secretarias Municipais de Educação, que não conseguem realizar a contento todas as tarefas que são necessárias para o bom funcionamento do PNAE).

29. O público a ser atendido pelo Projeto Paulo Freire deveria poder recorrer a estas políticas. Por isso, o Projeto buscará ser um agente facilitador deste acesso. Para tal, fará uma campanha ampla de informação e capacitação sobre as políticas públicas disponíveis e os mecanismos de acesso a elas, com a realização de oficinas em todas as comunidades dos municípios da área de intervenção do Projeto. Também será necessário capacitar as famílias para que possam, quando seja o caso, prestar contas e acompanhar o desenvolvimento das atividades.

30. Este eixo de atividades atingirá potencialmente o conjunto da população dos 31 municípios atendidos pelo Projeto (o que significa, aproximadamente, 1.600 comunidades). A principal atividade será a realização de uma oficina de capacitação – pensada, inicialmente, para durar dois dias – em cada uma destas comunidades. Além disso, será necessário realizar um trabalho de capacitação sobre o mesmo tema junto às equipes locais de prefeituras, ONGs, órgãos públicos de extensão rural. Neste segundo caso, poderá ser necessário fazer também um acompanhamento prático, após o trabalho de capacitação.

31. A implementação desta linha de trabalho deverá ser feita por meio da contratação de uma equipe técnica específica em cada uma das quatro microrregiões na quais atuará o Projeto.

b) Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças

32. As atividades deste eixo buscarão desenvolver as capacidades das famílias e de suas organizações comunitárias e econômicas para melhor identificar e analisar os seus problemas e potencialidades, planejar as ações necessárias para enfrentar os desafios e executar as ações planejadas. Este processo será deslançado com a realização de diagnósticos rápidos e participativos (DRP). A partir deles serão preparados os Planos de Desenvolvimento (PD), que depois serão implantados, monitorados e avaliados. Estes Planos abordarão temas ligados ao desenvolvimento das unidades familiares de produção e de iniciativas associativas, tanto no âmbito da produção propriamente dita quanto do manejo dos recursos naturais. Assim, por exemplo, poderão ser incluídas atividades relacionadas à produção primária, atividades de beneficiamento da produção agropecuária, artesanato, etc. Em alguns casos, poderá ser apropriado incluir ações de proteção e/ou recuperação de recursos naturais ameaçados ou já degradados. Um dos resultados mais importantes desta primeira fase do planejamento será a explicitação e o registro dos acordos estabelecidos entre a comunidade e o Projeto Paulo Freire, que servirão de marco para a continuidade do trabalho. Em particular, deverão ser planejadas as atividades de capacitação e intercâmbio que serão necessárias.

⁷⁶ Contrariamente ao que acontece em outros estados nordestinos, a obtenção da Declaração de Aptidão (DAP), que é um documento que habilita a família como possível beneficiária de programas para a Agricultura Familiar, não é um grande problema no Ceará: segundo dados da própria SDA, nos municípios de atuação do Projeto Paulo Freire, o número de DAPs ativas é maior que o número de famílias rurais.

33. Os PDs elaborados serão a base para a preparação de Planos de Negócios (PN), no qual serão detalhados os investimentos a serem solicitados ao Projeto Paulo Freire. Contemplarão investimentos materiais para as unidades familiares e/ou investimentos associativos (como, por exemplo, uma máquina forrageira destinada ao uso de um grupo de criadores de cabras da comunidade, ou um kit destinado ao beneficiamento de frutas). Também poderá incluir o financiamento de iniciativas que busquem melhorar o acesso aos mercados, além de outras ações que serão realizadas com recursos e assessoria do Projeto Paulo Freire. Em certos casos, poderá ser oportuno preparar Planos de Trabalho Simplificados, para acessar recursos necessários à implantação de Unidades de Aprendizagem. Estes Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados serão analisados pelo Projeto. Uma vez aprovado o PN (ou o PTS), recursos serão repassados para uma organização da comunidade, que fará a gestão e depois prestará contas.

34. Algumas das atividades e/ou investimentos definidos no Plano de Desenvolvimento poderão não ser contempladas pelo PN apresentado ao Projeto Paulo Freire. Será então necessário buscar recursos de outras fontes para poder realizá-las.

35. O trabalho de planejamento deverá ser seguido da implementação daquilo que foi planejado. O andamento do conjunto deverá ser avaliado periodicamente. Este processo de planejamento, implementação e avaliação deverá ser cíclico, renovando-se anualmente em cada comunidade e organização econômica atendida. Caberá dar especial atenção às necessidades e aspirações das mulheres e dos jovens neste processo. O processo aqui descrito será o principal instrumento pelo qual o Projeto apoiará a formação de lideranças locais, fundamentais para a participação social, a consolidação das organizações e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento social e produtivo.

36. A realização do trabalho deste eixo será de responsabilidade das equipes de assessoria técnica (principalmente a contínua) contratadas pelo projeto.

c) Desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais

37. Para o Projeto Paulo Freire será de crucial importância fortalecer o conhecimento e o saber-fazer técnico necessários para o aperfeiçoamento das atividades produtivas e de manejo dos recursos naturais. Em geral, a identificação e o detalhamento das atividades deste tipo a serem realizadas será o produto do trabalho de diagnóstico e planejamento mencionado na seção anterior, a ser feito nas comunidades e junto aos empreendimentos como quais trabalhará o Projeto.

38. Exemplificando, podemos prever que em algumas comunidades, onde a criação animal tem especial importância, poderá ser realizado um conjunto de atividades de capacitação sobre a produção e conservação de forragem para os rebanhos. Em outros casos, o tema prioritário de capacitação poderá ser a condução de uma horta irrigada, ou a criação intensiva de galinhas caipiras. No caso das organizações econômicas, as necessidades de capacitação detectadas no diagnóstico e planejamento, poderão estar ligadas a temas técnicos (tais como o processo de coleta de mel), e também poderão considerar aspectos de gestão e acesso a mercados, entre outros. O acompanhamento das unidades produtivas também terá um papel no desenvolvimento de capacidades. Outro instrumento que poderá ser muito útil é o intercâmbio de experiências entre pares (agricultores e agricultoras).

39. Estas atividades deverão ser implementadas, em grande parte, pela assessoria contínua. Em certos casos, caberá organizar uma capacitação com o aporte de outras entidades especializadas.

d) Desenvolvimento organizacional e capacitação para gestão e comercialização

40. Conforme vimos, os Planos de Desenvolvimento terão como desdobramento a elaboração de Planos de Negócios (e/ou em Planos de Trabalho Simplificados), a serem financiados e assessorados pelo Projeto Paulo Freire. Os recursos para financiar esses Planos serão administrados diretamente pelas organizações beneficiárias, comunitárias e econômicas, e para tal, será necessário desenvolver capacidades específicas de gestão destas organizações – o que envolve temas como planejamento, contabilidade, prestação de contas, legislação pertinente, etc. Também poderá ser necessário capacitar membros das unidades familiares nesta temática.

41. Conforme vimos, o Projeto apoiará a preparação e execução de Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados tanto das organizações comunitárias como das organizações econômicas (cooperativas, associações de produtores, empreendimentos associativos, etc.) já existentes, e outras que venham a ser constituídas no decorrer da atuação do Projeto. As organizações precisarão desenvolver suas capacidades de gerenciamento dos investimentos e, se for o caso, das unidades produtivas associativas, o que inclui temas contábeis, de governança e legais. O acompanhamento da implementação dos Planos também será um instrumento de capacitação muito utilizado por esta linha. Além disso, uma melhoria nas condições de acesso aos mercados, incluindo o acesso a novos mercados (tais como os institucionais – PAA, PNAE, etc.), requer o desenvolvimento de capacidades que normalmente essas organizações não apresentam em maturidade ou grau suficiente.

42. Em todos os casos mencionados, o Projeto fornecerá assessoria técnica, contínua e especializada, tanto para resolver necessidades concretas como para desenvolver as capacidades das próprias organizações e famílias envolvidas. Também haverá assessoria para capacitação no tema das políticas públicas.

e) Formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra

43. A estratégia geral do Projeto estabelece a necessidade de criar mais oportunidades para os jovens (homens e mulheres). A formação destes jovens e a articulação das assessorias necessárias serão instrumentos importantes nesta busca. O Projeto organizará as iniciativas deste tipo que sejam necessárias para que os jovens possam alcançar diferentes oportunidades.

44. A principal atividade desta linha será orientada para os jovens que queiram desenvolver diferentes tipos de empreendimentos econômicos, principalmente no âmbito agropecuário, mas também em outros âmbitos. Para tal, serão organizados programas de formação orientados para o desenvolvimento da capacidade empreendedora destes jovens, que deverão desembocar na elaboração de projetos de empreendimentos, abrangendo atividades de produção agropecuária sustentável, o seu beneficiamento e a conservação e recuperação dos recursos naturais, entre outros.

45. Os programas pensados deverão ter a duração de um ano. Cada programa incluirá eventos de mobilização e seleção de formandos, cinco módulos de formação sobre temas conceituais e práticos, e um evento de avaliação. Deverá incluir também o contato com órgãos que poderão apoiar a instalação dos empreendimentos, um apoio na elaboração de projetos para poder ter acesso às diferentes políticas e um acompanhamento na implantação destes projetos.

46. Cabe enfatizar que uma parte dos jovens que passarão por esta formação deverá buscar a sua instalação como agricultores familiares. Para tal, os interessados deverão formar grupos, que buscarão obter o acesso a um pedaço de terra, através do Programa Nacional de Crédito Fundiário⁷⁷ e outras formas de acesso à terra. Esta iniciativa de estímulo e apoio à instalação de

⁷⁷ Nos últimos meses houve mudanças neste Programa que deverão agilizar o seu funcionamento. A principal delas refere-se ao formato do crédito, que deixa de ser um crédito ao grupo, para ser um conjunto de créditos individuais. Além disso, o trabalho de regularização fundiária empreendido pelo Governo do Estado também favorecerá a agilidade do Programa, ao fornecer a documentação necessária para os proprietários que

jovens para serem agricultores familiares é inovadora e será tratado de forma 'experimental' pelo Projeto. Ela deverá alimentar uma discussão sobre o tema das políticas de assentamento de novas famílias na terra, no qual o FIDA tem o maior interesse em participar. Após a conclusão desta capacitação, os jovens terão um acompanhamento periódico, visando a articulação das assessorias e o acesso a oportunidades que permitam a realização prática dos seus projetos.

47. Outros temas de formação para jovens relacionados com o desenvolvimento produtivo e de negócios rurais liderados por jovens poderão ser identificados durante a implementação do Projeto. O Projeto irá contratar entidades (e pessoas, quando for o caso) com as competências necessárias para a realização das atividades aqui relacionadas.

48. Além disso, o Projeto Paulo Freire buscará favorecer o acesso de jovens (mulheres e homens) ao ensino médio profissionalizante. Para tal, buscará que sejam organizados cursos de reforço escolar para os interessados, levando em conta que a maioria dos jovens rurais não consegue ter acesso a essas escolas pelo nível precário da sua formação básica. Neste caso, o Projeto buscará estabelecer parcerias, principalmente junto às Prefeituras Municipais.

f) Fortalecimento das equipes das entidades parceiras

49. O bom andamento do Projeto dependerá, em grande parte, da qualidade do trabalho da assessoria técnica. Esta deverá ter características específicas (cf. o parágrafo sobre as assessorias, a seguir), tais como a capacidade de ser polivalente, trabalhando tanto os aspectos produtivos, quanto os econômicos e sociais, de forma participativa. Ela também terá um papel fundamental para garantir a sustentabilidade ambiental nas áreas trabalhadas pelo Projeto.

50. No entanto, os profissionais disponíveis nem sempre têm todas estas qualidades. Partindo da experiência de outros projetos do Brasil apoiados pelo FIDA (como, por exemplo, Projeto Dom Helder Camara e o Projeto Sertão), é possível enumerar alguns dos assuntos que precisarão ser tratados neste esforço de reciclagem e formação das equipes de assessoria contínua. Será necessário aprimorar as capacidades dos(as) técnicos(as) nos seguintes temas: i) Abordagem participativa da assessoria (incluindo a elaboração de diagnósticos e planos); ii) Enfoque técnico baseado nos princípios da 'convivência com o semiárido' e da agroecologia; iii) Práticas de preservação, proteção e recuperação dos recursos naturais; iv) Conhecimentos sobre os mercados e comercialização e temas afins; v) Políticas públicas para a população rural. Por estes motivos, o Projeto deverá apoiar o aprimoramento das equipes de assessoria, oferecendo diversas modalidades de reciclagem e capacitação para as equipes.

51. A realização deste serviço será feita por meio da contratação de entidades ou pessoas (consultores) com domínio dos temas em questão. Existem no Nordeste brasileiro diversas entidades com experiência naquilo que se refere a uma assessoria técnica mais contemporânea. Podemos citar diversas ONGs que desenvolveram um excelente trabalho junto ao PDHC nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Também existem centros universitários com um bom acúmulo, tal como o grupo de Extensão Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entre outros. Finalmente, existe a possibilidade de contratar consultores, que tenham um bom domínio de destes temas.

52. Por outro lado, existem casos em que o acesso a políticas públicas fica aquém das expectativas porque as equipes de campo que cuidam dos processos de incorporação das famílias encontram dificuldades para fazer este trabalho⁷⁸. A equipe de assessoria em políticas

desejavam vender, mas não podiam fazê-lo por este empecilho. O Projeto Paulo Freire deverá fornecer apoio aos grupos de jovens para formular os projetos específicos que são necessários para dar entrada no Programa.

⁷⁸

Por exemplo, a inscrição de famílias agricultoras para que possam vender mercadorias ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) depende das equipes das Secretarias de Educação dos municípios, que têm encontrado muitas dificuldades na operação das exigências administrativas do Programa. Também será oportuno fornecer apoio às Secretarias Municipais de Agricultura, naquilo que se refere ao PAA. Etc.

públicas do Projeto terá como função reforçar as capacidades destas equipes e acompanhá-las para que possam aprimorar o ritmo pelo qual novas famílias são atendidas por estas políticas.

g) Mobilização e controle social

53. Experiências anteriores nas quais participou o FIDA⁷⁹ mostram que é vantajoso para uma iniciativa como o Projeto Paulo Freire ter uma ação específica no campo da organização e mobilização social. Para tal, contar-se-á com a figura do(a) "mobilizador(a) social"⁸⁰.

54. As principais tarefas deste agente serão o fortalecimento da participação das famílias e das organizações nas atividades do Projeto, um trabalho de monitoramento do andamento das suas iniciativas, além de facilitar a comunicação entre os diversos parceiros institucionais envolvidos nas atividades e a população das comunidades beneficiárias. Acompanhando a experiência do Projeto Dom Helder, buscar-se-á uma parceria com organizações de agricultores com experiência no assunto para que estas organizem (do ponto de vista metodológico e operacional) o trabalho destes agentes.

As assessorias

55. A realização das atividades deste Componente⁸¹ apoiar-se-á em três ferramentas complementares. Em primeiro lugar, as equipes de assessoria contínua que darão apoio e seguimento às comunidades e organizações econômicas atendidas. Outras atividades serão realizadas por entidades contratadas para proverem a capacitação requerida. Também haverá uma assessoria específica que cuidará da capacitação para as políticas públicas.

56. A primeira destas ferramentas é o serviço de assessoria contínua. Para cumprir o seu papel, este serviço deverá ter as seguintes características.

- Em primeiro lugar, a assessoria deverá ter uma presença regular e continuada junto ao público do Projeto. Isto exigirá a montagem de equipes para o atendimento das comunidades, assentamentos, comunidades quilombolas ou indígenas e organizações econômicas a serem beneficiadas. É muito importante que estas equipes, dimensionadas em função do número de famílias a serem atendidas (numa relação aproximada, no caso do trabalho junto às comunidades, de um(a) técnico(a) para cada quatro comunidades – o que representa cerca de 160 famílias), possam se dedicar exclusivamente ao atendimento deste público.
- Em termos da cobertura temática, pensa-se num desenho do sistema de assessoria no qual haverá, em cada território de atuação, um conjunto de agentes de extensão 'generalistas' que farão o trabalho diretamente nas comunidades. Estes agentes poderão contar com o apoio de alguns 'especialistas' (ver *assessorias especializadas*, a seguir).

57. Finalmente, cabe fazer menção ao enfoque e ao método de trabalho que deverá ser utilizado pelo serviço de assessoria. Espera-se que ele trabalhe adotando um enfoque participativo, e que seja capaz de montar um sistema de planejamento das ações do projeto que priorize as necessidades e demandas reais do público beneficiário. Dever-se-á preocupar com a equidade de gênero e com a criação de oportunidades para os jovens. Caberá também a estas equipes de assessoria a implementação do enfoque agroecológico para a produção

⁷⁹ Referimo-nos, neste caso, à experiência do Projeto Dom Helder Câmara, iniciativa do Governo Federal, em parceria com o FIDA, que atuou (no período 2003 – 2010) em seis estados nordestinos.

⁸⁰ Na experiência do Projeto Dom Helder, os 'mobilizadores sociais' foram recrutados nas comunidades, e atuaram sob a coordenação das organizações sindicais que atuavam na área de intervenção do Projeto.

⁸¹ As ações do Componente 2 também contarão com as ferramentas descritas nesta seção.

agropecuária e o manejo dos recursos naturais, garantindo assim uma maior sustentabilidade das atividades agropecuárias na área de atuação do Projeto.

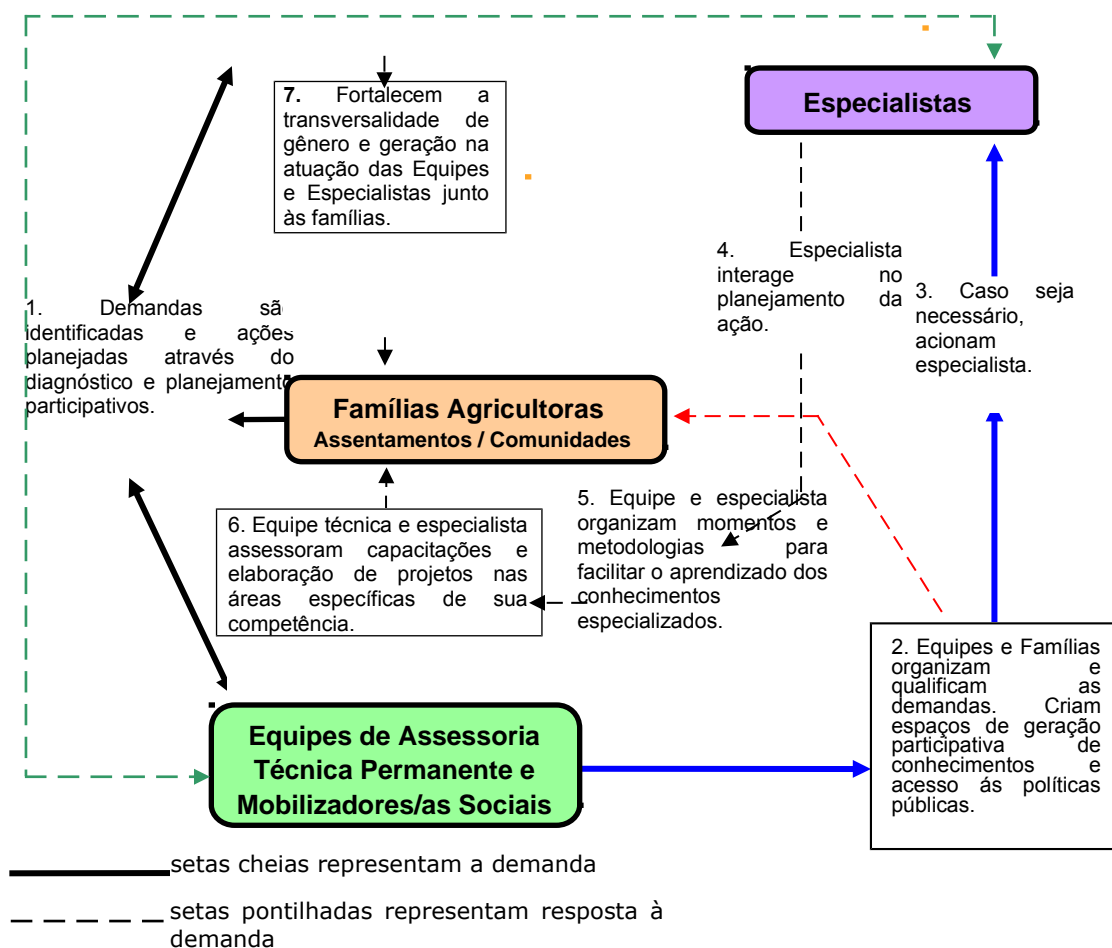
58. As assessorias especializadas. As atividades de desenvolvimento de capacidades que não possam ser realizadas pelo serviço de assessoria contínua deverão ser implementadas mediante 'especialistas', escolhidos em função de competências específicas em temas de ampla incidência no conjunto de comunidades atendidas no território⁸². Assessoria especializada também deverá ser mobilizada para atender as necessidades das organizações econômicas (cooperativas, empreendimentos associativos, etc.) e dos grupos de jovens com os quais trabalhará o Projeto Paulo Freire. À diferença do que será o serviço de assessoria contínua, a contratação de assessoria especializada deverá ser realizada por períodos definidos, geralmente de curta duração (algumas semanas ou, eventualmente, meses). Serão contratadas instituições que tenham as capacidades apropriadas. Para tal, buscar-se-á o estabelecimento de parcerias (que poderão ter diversos formatos) com entidades tais como a EMBRAPA, o SEBRAE, universidades, ONGs, cooperativas ou empresas especializadas. Em certos casos poderão ser contratados profissionais individuais (consultores) que tenham as características desejadas para desenvolver uma atividade de assessoria especializada.

59. O conjunto de elementos mencionados acima – as opções técnicas, metodológicas, institucionais – devem combinar-se num sistema coerente de planejamento e execução das ações da assessoria técnica. A figura apresentada a seguir é uma representação esquemática do funcionamento de um sistema deste tipo.

⁸²

Por exemplo, poderia se contratar, segundo as necessidades, 'especialistas' em piscicultura, irrigação, criação de galinhas, beneficiamento, elaboração de Planos de Negócios e de projetos, contabilidade, prestação de contas, etc.

Figura Nº 01 - Esquema simplificado do funcionamento do sistema de assessoria



Fonte:

60. O tema da capacitação da população rural para o acesso às políticas públicas será tratado por equipes específicas. Para tal, deverão ser contratadas entidades, como no caso da assessoria contínua mencionada anteriormente. Está prevista a contratação de uma equipe técnica deste tipo em cada uma das quatro microrregiões na quais atuará o Projeto. Estas equipes atuarão durante três anos (iniciando, por exemplo, no ano I e terminando no ano IV) e deverão realizar aproximadamente 1.600 oficinas comunitárias para 60.000 famílias. Deverão oferecer orientação sobre o tema para os jovens que passarão pela capacitação oferecida pelo Projeto. Além disso, realizarão eventos de capacitação para equipes técnicas locais, assim como atividades de acompanhamento presencial. Outras atividades relacionadas ao tema deverão surgir a partir das atividades realizadas nas comunidades e junto aos jovens e às equipes técnicas. No início do trabalho, haverá necessidade de contratar uma assessoria especializada, para definir os conteúdos a serem trabalhados nas comunidades e preparar material didático sobre o assunto.

Sobre a participação do setor privado

61. Em termos gerais, vale ressaltar que o desenvolvimento das capacidades também deve estar associado a um maior engajamento com o setor privado de modo a que surjam possibilidades de troca de experiência e conhecimento entre beneficiários e o setor privado neste âmbito. Assim sendo, na implementação das atividades de capacitação e nas assessorias, será necessário elaborar mecanismos que permitam uma participação ativa (direta ou indireta) do setor privado, pois possui interessante acúmulo de conhecimento técnico. Além disso, muitas empresas privadas (processadoras, redes de supermercados, exportadores, etc.) poderão ter interesse específico no aumento da capacidade dos agricultores(as) familiares da região de atuação do Projeto, para que possam garantir um fornecimento de produtos de maior qualidade de forma constante.

Os resultados esperados

62. Das atividades a serem realizadas pelo componente de desenvolvimento de capacidades são esperados os seguintes resultados principais:

- 60.000 famílias capacitadas em acesso a políticas públicas;
- 30.000 famílias beneficiadas por assistência técnica, contínua e/ou especializada;
- 24.000 famílias rurais recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizacional, produção agrícola e não agrícola, gestão e comercialização;
- 12.000 famílias rurais recebem assistência técnica especializada;
- 1.200 jovens rurais recebem (entre as 12.000 acima) recebem apoio e assistência técnica para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; destes, 400 terão apoio para instalar-se como agricultores(as) pleiteando o acesso à terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ou outros programas de acesso à terra.
- 1.200 líderes comunitários capacitados, dos quais 50% serão mulheres ou jovens;
- 600 organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, sistema de governança e de gestão. 80% delas sustentáveis ao final do Projeto;
- 600 Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa;
- 600 Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados elaborados e submetidos Projeto Paulo Freire e a outras fontes para consideração e financiamento, dos quais aproximadamente 500 corresponderão a iniciativas das comunidades e 100 às das organizações econômicas;
- 300 provedores de assistência técnica recebem treinamento para melhorar seus serviços (pelo menos 30% mulheres)

IV. Descrição Detalhada do Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental

63. Na área de atuação, a agricultura familiar é de sequeiro, geralmente praticada de forma extensiva. 70% das propriedades têm menos de 20 hectares (e ocupam 19% da superfície agrícola)⁸³, o que pode ser considerada de pequena superfície tomando em consideração a baixa qualidade dos solos e as variações do regime de chuva, que constituam fatores de riscos. O clima é de tipo semiárido, com pluviometria que oscila entre os territórios de 500 à 1000 mm. A maioria da área se situa entre 300 a 500 metros, com máxima de 900 metros e mínimo

⁸³ Fonte: Cadastro das propriedades do INCRA-2005

de 100. A mecanização, para as famílias quem têm acesso, é limitada no preparo da terra que se faz cada vez mais com trator (aluguel por hora) ou com tração animal. Todos os outros tratos culturais são manuais, realizados na enxada. A reprodução da fertilidade se articula em torno de um conjunto de 3 práticas principais: i) o uso de esterco produzido na propriedade: geralmente insuficiente por causa do tamanho limitado do rebanho. As parcelas cultivadas recebem esterco de forma irregular e em quantidades abaixo das necessárias, ii) a prática do repouso do solo, que varia de 2 a 10 anos, duração em diminuição por causa da redução das superfícies disponíveis. A queima praticada no preparo da terra é uma técnica muito frequente e destrói boa parte da fertilidade e da vida dos solos. Depois de alguns anos de cultivo estas áreas estão se transformando em pastagens pobres, que rapidamente se degradam, iii) a compra de adubos comerciais é uma prática limitada, por 2 motivos: a avaliação pelo agricultor/a de custo-benefício que não garante resultados diante do risco e a falta de condições financeiras. O uso de tratamentos químicos é pontual e limitado pelo custo que ele representa. A maior parte da mão de obra é familiar e a contratação de serviços é pontual (preparo da terra, capinagem). A pluriatividade é bastante praticada.

64. O milho e o feijão são a base dos cultivos anuais. Dependendo dos solos, o milho é cultivado de forma mais expressiva. No Cariri Oeste, por exemplo, a mandioca é bastante cultivada. O cultivo de caju tradicional é presente mas ainda pouco desenvolvido (a produção da área do Projeto representa 10% da produção do Estado). A criação mista de ovinos e caprinos é generalizada na maioria das propriedades, orientada para produção de carne. A produção de leite de cabra está aumentando desde alguns anos e vai crescendo. Esta criação, muito tradicional, constitui a poupança das famílias e é geralmente conduzida de forma extensiva. Algumas famílias conseguem desenvolver a criação de bovinos para produção mista de leite e carne, a comercialização do leite constitui um aporte de renda regular. A baixa qualidade dos pastos e a fraca produção de forragens cultivados, explica que a produtividade dos rebanhos está baixa. No quintal de casa é frequente encontrar galinhas e suínos. A apicultura com abelha africanizada se desenvolve há aproximadamente 10 anos. A caatinga bastante presente na região e com forte potencial melífero permite atingir bons resultados econômicos e ambientais com esta produção, graças aos elevados rendimentos e a boa qualidade do mel produzido. Essa vegetação natural é a base da alimentação dos caprinos e ovinos, com alto potencial forrageiro particularmente adaptado aos caprinos. Os cultivos irrigados ainda estão muito pouco praticados. Quando tem irrigação ela é destinada à produção de pastagem ou de hortaliças e frutas.

65. A situação de pobreza na qual se encontram as famílias beneficiárias impede, em muitos casos, a realização dos investimentos necessários e adequados para fortalecer e desenvolver as suas capacidades produtivas. Ao mesmo tempo, existe na área de intervenção um alto potencial e diversos fatores favoráveis para atividades agrícolas e não agrícolas. Neste contexto, o Componente 2 do Projeto Paulo Freire tem como objetivo o apoio à atividades que permitam o incremento e a intensificação da produção e a geração de renda para as famílias beneficiárias, numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais. A proposta técnica deste componente está alinhada com a estratégia de apoio à agricultura familiar da SDA, construída segundo os princípios da convivência com o semiárido e a agroecologia, o que cria condições para que o Projeto Paulo Freire, em parceria e complementaridade com as outras iniciativas em curso, possa contribuir plenamente para a redução da pobreza rural no semiárido cearense.

Três linhas de ação complementares constituem este componente:

- O apoio a atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas,
- O incentivo a iniciativas inovadoras,
- A promoção de atividades de proteção e recuperação dos recursos naturais.

Apoio às atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização

66. Para elaborar o Projeto, foi necessário selecionar algumas produções agrícolas e cadeias produtivas. Essa seleção foi conduzida de forma concertada entre as equipes do FIDA e do Governo do Estado, a partir dos dados disponíveis e das visitas de campo. Para a seleção do conjunto das cadeias selecionadas, os seguintes critérios foram considerados como prioritários:

- i. Ter uma expressão significativa nos sistemas de produções atuais e por isso apresentar uma boa adaptação às condições locais e ser bem aceitas culturalmente,
- ii. Abranger as produções agrícolas, a criação animal e as atividades não agrícolas mas diretamente vinculadas com o meio rural,
- iii. Permitir o emprego e a valorização do trabalho da família na sua integralidade: homens, mulheres e jovens,
- iv. Reunir as condições para permitir uma intensificação dos sistemas de produção,
- v. Apresentar um bom potencial para melhorar as condições de vida das famílias beneficiárias, aumentar a segurança alimentar e renda,
- vi. Corresponder às prioridades de trabalho do Governo do Estado e por isso ser mencionadas como tal nos Planos de Desenvolvimento Plurianual do Estado e dos territórios de intervenção do Projeto,
- vii. Permitir estabelecer relações de complementaridade com outros projetos ou programas em curso, e evitar a redundância,
- viii. Oferecer a possibilidade de trabalhar de forma complementar no fortalecimento das capacidades produtivas e no beneficiamento,
- ix. Ter um caráter inovador para a região ou permitir introduzir inovações,
- x. Poder gerar impactos ambientais positivos e duradouros ou diminuir impactos negativos sobre o meio ambiente.

67. As atividades agrícolas serão apoiadas com a finalidade de estruturar, valorizar e diversificar a produção. Isso deverá propiciar um aumento da produtividade e da escala de produção, dentro dos padrões sanitários exigidos, tanto nas unidades familiares quanto em empreendimentos associativos de diversos tipos.

68. Uma conta de investimentos não reembolsáveis (realizados dentro dos tetos financeiros definidos no Manual de Implementação), será a principal ferramenta operacional deste componente. Conforme vimos na seção anterior (II C1), o detalhe dos investimentos comunitários, para organizações econômicas e para unidades familiares será mencionado nos Planos de Negócios, a ser elaborados a partir dos resultados dos Planos de Desenvolvimento. No caso das organizações econômicas, esses Planos poderão ser mais abrangentes que o nível comunitário e atender beneficiários e fornecedores de várias comunidades ou municípios. Em ambos casos (organizações comunitárias e econômicas) os Planos de Desenvolvimento e os Planos de Negócios deverão incluir atividades apoiadas e financiadas por outras instituições e o Projeto ajudará a acessar a essas instituições e aos seus financiamentos.

69. Destacamos que se por um lado o formato das ferramentas de implementação serão comuns a todas as comunidades, por outro lado o conteúdo de cada Plano de Negócio deverá

se adaptar às especificidades de cada contexto, sem buscar uma padronização ou a difusão de pacotes predefinidos.

70. Conforme já foi dito, a execução dos investimentos será diretamente assumida pelas associações (ou outra forma jurídica formalizada) que representem as comunidades ou as organizações econômicas. Os beneficiários terão uma participação no financiamento dos investimentos que poderá ser realizada, por exemplo, com bens, materiais, trabalho e inclusive contribuições financeiras. Os desembolsos, diretamente realizados pelo Projeto na conta bancária de cada associação, seguirão um cronograma de desembolso especificadamente definido através de um acordo formal entre a UGP e a associação, condicionado à realização e a prestação de conta relativa a cada etapa de implementação.

71. Um eixo forte do componente 2 será o apoio à produção agrícola *stricto sensu*. Para isso as seguintes produções agropecuárias foram identificadas como sendo as mais frequentes e com maior potencial de impacto sobre a renda e a qualidade de vida dos beneficiários: mandiocultura, apicultura, cajucultura, produção de carne e leite (ovinos, caprinos), horticultura e fruticultura irrigada. O artesanato foi também identificado com potencial para melhorar a situação dos beneficiários. Para essas produções, o Projeto vai apoiar a aquisição e instalação de: i) material reprodutivo adequado (matrizes, reprodutores, sementes, mudas); ii) infraestruturas de produção primária (colmeias, apriscos, outras); iii) equipamentos de estruturação da propriedade como cercas para manejo de caatinga, implantação de pastagem, equipamentos de processamento dos forragens, material de irrigação, etc); iv) infraestruturas de beneficiamento de uso coletivo.

72. Para manter uma flexibilidade que permite se adaptar à realidade local, além das produções agrícolas ou não analisadas detalhadamente durante a elaboração, outras atividades poderão ser apoiadas pelo Projeto quando responder aos critérios de viabilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental.

73. Outra linha de atuação forte do componente 2 será a implantação de infraestruturas de uso coletivo para beneficiamento com o objetivo de agregar valor à produção primária e de gerar novos empregos. A título de exemplo, para as produções agrícolas anteriormente mencionadas poderão ser construídas e equipadas casas de farinha, casa de extração e fracionamento de mel, unidades de armazenamento e beneficiamento do leite, unidades de beneficiamento do pedúnculo do caju, pequenas fábricas de beneficiamento do milho, dentre outros.

74. Diretamente vinculados às intervenções na produção e no beneficiamento, investimentos realizados no âmbito da comercialização permitirão a elaboração de estratégias de venda, um melhor acesso às informações sobre os mercados, a diversificação dos canais de comercialização, melhores formas de organização e o fortalecimento das capacidades de negociação. Várias oportunidades de mercado serão assim contempladas:

75. O mercado privado convencional é a forma a mais generalizada de comercialização que opera via os atravessadores e nas feiras locais e regionais. A intervenção do Projeto vai propiciar melhores capacidades de negociação, organizações mais estruturadas e para os produtos beneficiados (iogurte, farinha de mandioca, mel, etc.) infraestruturas adequadas à legislação em vigor, permitindo assim melhores condições de escoamento da produção. O Projeto atuará para articular os produtores e suas organizações com operadores privados (redes de distribuição, exportadores, etc.) e incentivará o aproveitamento de outros recursos, como por exemplo, o acesso ao CEASA de Barbalha recentemente inaugurado, que recebeu o apoio do Governo do Estado.

- Os mercados institucionais (compras públicas), nas suas diversas modalidades como PAA, Programa do Leite e PNAE oferecem um bom potencial de aumento. Por

exemplo, para o Programa do Leite⁸⁴, dos 5200 produtores do estado cadastrados início de 2012, como potenciais fornecedores de leite (cabra e vaca) 2800 (ou seja, 54%) entregam diariamente leite ao Programa. O Objetivo da SDA é envolver 3600 produtores até o final de 2012, ou seja, passar a trabalhar com 70% dos produtores cadastrados. No caso do PAA, dos 2210 agricultores cadastrados (Março de 2012), 1581 (ou seja, 70 %) vendem efetivamente produtos ao PAA⁸⁵. Esses números mostram as duas possibilidades de dar mais amplitude à este programa: i) dentro dos agricultores já cadastrado aumentar o percentual de agricultor que venda ao PAA, e ii) aumentar o número de agricultores cadastrados. O recurso financeiro para aumentar a compra de leite está disponível. O acréscimo efetivo do número de produtores e volume coletado diariamente depende principalmente da capacidade de assessoria técnica para trazer e acompanhar mais produtores dentro deste programa. O apoio do Projeto será orientado tanto para responder às exigências administrativas (obtenção da DAP⁸⁶ principalmente) como para garantir os volumes, a qualidade e a diversidade e a regularidade de abastecimento de produtos necessários.

- Por outra parte, as boas práticas agroecológicas permitirão o acesso a mercados diferenciados. Ademais, a região de intervenção do Projeto oferece vantagens comparativas importantes para a produção orgânica de mel, caju e de outros produtos produzidos em áreas sem contaminação de transgênicos ou de produtos químicos. Esses mercados especializados, e especialmente o orgânico, conhecem um forte crescimento, o que garante uma boa valorização da produção.

76. Os dados acima mostram a boa capacidade de absorção do mercado em geral e principalmente do mercado institucional. A atuação do Projeto vai aproximar os beneficiários desse potencial de mercado pelas seguintes razões:

- A assessoria técnica continuada terá um impacto sobre as quantidades produzidas, a diversificação da produção primária, e a qualidade dos produtos (in natura ou beneficiados). Este conjunto de fatores deverão permitir uma melhora aceitação e valorização dos produtos dos beneficiários no mercado.
- As produções apoiados pelo Projeto, são item que entram nos mercados institucionais: mel, carne, leite e iogurte, hortaliças e frutas, farinha de mandioca, polpa de caju, etc.,
- As infraestruturas de beneficiamento que serão implantadas terão as características e os selos necessários para comercializar dentro das normas exigidas, inclusive ambientais,
- O planejamento, a diversificação e a organização da produção primária permitirá entregas regulares e com uma gama mais ampla de produtos,

⁸⁴ Entre 2004 e 2012, o número de produtores beneficiados pelo programa passou de 600 para 2200. Em 2010 o recurso executado pelo programa foi de \$ 24 milhões e a previsão 2012 está estabelecida em R\$ 55.000.000.

⁸⁵ Entre 2009 e 2012 o número de agricultores atendidos pelo PAA passou de 49 para 1581 e o recurso mobilizado para isso passou de R\$ 36.000 para R\$ 6.900.000.

⁸⁶ DAP: Declaração de Aptidão, que é a principal condição formal para acessar aos benefícios do Pronaf

- No caso dos mercados institucionais, as equipes de assessoria especializadas para o acesso as políticas públicas vão ter um papel importante para ajudar os beneficiários a conhecer as diferentes modalidades, atender as exigências e percorrer os tramites administrativos, permitindo assim que um maior número de famílias reúnem as condições exigidas.

77. Numa perspectiva de diversificação e fortalecimento das capacidades de inserção nos canais de comercialização, a equipe do Projeto ficará atenta para acompanhar os beneficiários na identificação e na construção de novas parcerias com empresas e outros atores do setor privado que já assumem funções-chaves nas cadeias identificadas (exportadores, processadores, redes de supermercados, etc.). Esta conexão com esses outros atores do setor privado tem um caráter importante na sustentabilidade do Componente 2, e do Projeto como um todo, pois permitirá aos beneficiários a possibilidade de acessar novos mercados, mas também de ganhar em termos de transferência de tecnologia (por exemplo, em áreas como processamento, empacotamento, rotulagem e definição de marca, atender exigências sanitárias, estratégia de gestão de negócios, etc.). Por fim, a parceria com o setor privado também pode significar a possibilidade de novos investimentos para além do marco temporal do Projeto, levando a formação de coligações estratégicas que podem representar um vetor de sustentabilidade das atividades levadas a cabo pelo Projeto. Certamente, neste sentido, como explicitado no Componente 1, a formação e consolidação das capacidades terá importância fundamental.

78. A busca das complementaridades, a procura de sinergias e a coerência com outros projetos e programas governamentais que atuam neste setor (por exemplo, com o Projeto São José) será uma constante durante a realização dos investimentos produtivos e de beneficiamento. Embora o Projeto possa financiar integralmente a maioria das iniciativas, quando pertinente contribuirá para a consolidação ou a conclusão de empreendimentos já existentes, maximizando os resultados e levando a maiores ganhos de escala (scaling-up).

79. No intuito de diversificar as fontes de renda e a geração de emprego, o Projeto vai apoiar investimentos necessários para desenvolver atividades não agrícolas com provado potencial de rentabilidade e sustentabilidade. Durante o desenho do Projeto foram identificados diversos tipos de artesanato e manufatura com os quais seria possível trabalhar: artesanato com madeira, couro, palha de carnaúba e milho, cipó, crochê, fabricação de pequenas ferramentas. Ao decorrer do Projeto, outras atividades ou serviços poderão ser apoiadas, como, por exemplo, o turismo rural e cultural. O procedimento será semelhante àquele das atividades agropecuárias e deverá passar por um diagnóstico, e se concretizar num Plano de Negócio.

80. O Componente 2 deverá ter impactos significativos e efetivos no fortalecimento e no melhoramento das condições sócio-econômicas das mulheres e dos jovens beneficiários. Para isso as equipes do Projeto darão prioridade às propostas de atividades e investimentos dirigidos por mulheres e jovens. Que seja para a produção, o beneficiamento ou para a comercialização, várias das atividades apoiadas pelo Projeto são tradicionalmente assumidas por mulheres ou jovens, o que oferece as condições de atuar numa perspectiva de maior equidade de gênero.

81. Das atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização, são esperados os seguintes resultados:

- Implementação de 600 planos de negócios preparados pelo Componente 1 (eles incluem os Planos de Trabalho Simplificados);
- Pela implementação dos planos de negócios acima, 30.000 famílias serão beneficiadas pelos investimentos produtivos, entre as quais:
 - 20.000 famílias receberão investimentos (pela conta de investimentos não reembolsável do Projeto) no componente 2, para fortalecer suas capacidades

- produtivas, de beneficiamento e comercialização. Esses investimentos abrangerão iniciativas inovadoras e atividades de recuperação ambiental;
- 10.000 famílias receberão financiamento para investimentos produtivos por outras fontes
 - 500 famílias receberão investimentos para pequenos sistemas de irrigação;
 - Aumento de pelo menos 30% no volume de produção das famílias beneficiárias com investimentos produtivos;
 - Aumento de pelo menos 30% nas vendas das famílias beneficiárias com investimentos produtivos
 - 60% dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de adição de valor;
 - O fortalecimento da produção, do beneficiamento e o acesso aos mercados, complementados com a assessoria técnica do Componente 1, permitirão um aumento da renda familiar de 30% em 80% das famílias beneficiárias de investimentos produtivos,
 - Pelo menos 30% dos empreendimentos associativos serão liderados por mulheres,
 - Pelo menos 70% das famílias beneficiárias de investimentos terão acesso às políticas públicas tais como Pronaf (financiamento), Seguro Safra, e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite);
 - 70% dos investimentos utiliza práticas agroecológicas de conservação do solo ou manejo sustentável do bioma da caatinga;
 - 100% das unidades de beneficiamento atende às normas ambientais de tratamento de efluentes.

Incentivo a iniciativas inovadoras

82. A inovação é uma ferramenta relevante quando se trata de acompanhar as evoluções das condições edafoclimáticas, do acesso aos mercados e de outros fatores vinculados ao contexto rural. Será importante que o Projeto contribua para abrir novos caminhos, tanto no âmbito da produção, como do beneficiamento e da comercialização. Neste sentido, especial atenção será dada à identificação, experimentação e introdução de práticas consideradas como inovações na área de atuação, tanto na perspectiva de aperfeiçoar os sistemas existentes assim como para diversificar as práticas (a título de exemplo, alguns temas foram apontadas: consórcio de cultivos de sequeiro, piscicultura, cultivos irrigados incluindo a mandioca, sistemas de energias renováveis, processamento do umbu, substituição de copa dos cajueiros, etc.⁸⁷). O Projeto trabalhará, junto com as famílias envolvidas, para instalar Unidades de Aprendizagem. Estas Unidades serão ferramentas de reflexão e capacitação em torno das inovações, em relação direta com o trabalho do Componente 1. Nelas os/as agricultores/as serão os/as experimentadores/as, construindo e adaptando novas técnicas de produção e de gestão sustentável dos recursos naturais. A implantação dessas Unidades de Aprendizagem será condicionada à validação de um Plano de Trabalho Simplificado para permitir que a implementação seja rápida, sempre atendendo à necessidade de critérios transparentes. A assessoria técnica deverá ficar atenta para identificar, estimular e acompanhar este tipo de experimento, que difere das práticas habituais de instalação de 'unidades demonstrativas'. Os processos e resultados serão sistematizados e divulgados no intuito de compartilhar e ampliar os impactos das inovações e do Projeto.

83. Os/as beneficiários/as diretamente envolvidos/as na implementação e na gestão dessas Unidades de Aprendizagem, pelo fato delas construir e acumular um conhecimento específico,

⁸⁷ Maiores detalhes sobre as inovações são apresentadas no Documento de Trabalho sobre os sistemas produtivos.

poderão se tornar pessoas de referência, contribuindo assim no acompanhamento e na difusão dentro da comunidade e no seu entorno, do conhecimento e da experiência obtidos. Esta atividade também estará vinculada com as atividades de Gestão do Conhecimento do Projeto levando a possíveis intercâmbios e troca de experiências.

84. O caráter inovador e a inclusão de Unidades de Aprendizagem serão critérios da seleção dos Planos de Negócios (com atividades agrícolas ou não). Em termos de resultados, espera-se que aproximadamente 10% dos recursos do componente 2 sejam destinados ao financiamento de Unidades de Aprendizagem.

Atividades de proteção e recuperação dos recursos naturais

85. O tema ambiental é parte integrante deste componente e será abordado por meio de três linhas de atuação. A sustentabilidade ambiental será tratada inicialmente nos diagnósticos, para ser inserida nos Planos de Desenvolvimento. No campo da produção agropecuária, práticas agroecológicas serão promovidas para manter e otimizar o potencial produtivo de forma sustentável. Concretamente, os Planos de Negócio e os investimentos realizados irão considerar a aplicação de práticas agropecuárias adequadas, como por exemplo: i) apoio à produção de caprinos ou de mel com manejo da caatinga, ii) trabalho do solo em curvas de nível, iii) quando as condições permitir, cultivos sem trabalho ou com trabalho reduzido do solo (no-till) iv) pequenas infraestruturas de conservação das águas e dos solos, v) sistemas agroflorestais e consórcios de cultivos, etc. A segunda linha será trabalhada no caso da realização de infraestruturas de beneficiamento. Os Planos de Negócios e os investimentos deverão contemplar as exigências ambientais tais como a obtenção das licenças, autorizações necessárias, e a construção das infraestruturas de tratamento dos efluentes e resíduos, etc.

86. A segunda linha de atuação sobre o tema será constituída por ações especificamente ambientais. Apesar da área de atuação do Projeto ter um bom potencial para atividades agrícolas, existem riscos, a médio prazo, de acentuar a degradação dos recursos naturais, principalmente dos solos e da vegetação. Em alguns municípios o Plano Estadual de Combate a Desertificação aponta várias Áreas Susceptíveis à Desertificação e em processo avançado de desertificação, principalmente concentradas nos territórios dos Inhamuns-Crateús, Sobral e Vales do Curu-Aracatiaçu. Nestes casos, ações específicas serão realizadas no intuito de recuperar áreas degradadas. Em outros casos, temas como a recomposição de matas ciliares ou a questão do tratamento do lixo doméstico, cada vez mais apontado pelas comunidades como um problema ambiental, poderão ser o foco de trabalho. As atividades de recuperação ambiental serão implementadas por meio de Plano de Trabalho Simplificado. Esta ferramenta, idêntica à aquela utilizada para a implementação de inovações deverá permitir a realização rápida de ações pontuais.

87. O conjunto das práticas e ações serão realizadas pelos beneficiários com apoio das equipes de assessoria técnica contínua ou especializada. As referências e experiências adquiridas pelo Governo do Estado do Ceará na implementação de projetos específicos e, em particular, com o PRODHAM⁸⁸, serão valorizadas e divulgadas. A busca de parcerias com a Secretaria dos Recursos Hídricos, Superintendência Estadual do Meio Ambiente e outras instituições e projetos numa perspectiva de complementaridade será parte da estratégia de implementação dessas atividades.

88. Das linhas de ação acima apresentadas, os seguintes resultados são esperados:

- Os Planos de Negócios financiados permitirão que 70% das 20.000 famílias que recebem assessoria contínua, aplicam práticas de gestão dos recursos naturais ambientalmente sustentáveis nos seus sistemas produtivos,

⁸⁸ PRODHAM: Programa de Desenvolvimento Hidroambiental.

- A totalidade das infraestruturas financiadas pelo Projeto atende às exigências da legislação ambiental,
- Uma parte estimada em 5% do orçamento do componente 2 será destinada para financiar atividades ambientais como a recuperação de áreas degradadas.

Acesso à água

89. Levando em consideração o caráter semiárido da região de atuação, a questão do acesso à água é fundamental, tanto para otimizar as condições e a diversificação da produção agropecuária primária, como para o abastecimento das unidades de beneficiamento. Quando a localização o permitir, o Projeto pretende contribuir na valorização do grande potencial de acesso à água construído pelo Governo do Estado (açudes e lagoas, rios perenizados, barragens subterrâneas). Isto passará principalmente pela implementação de sistemas de irrigação complementares aos investimentos de grande porte já feitos pelo Governo Estadual, permitindo assim a criação de áreas de produção intensiva (hortifruticultura, produção de forragem...) com forte rentabilidade no contexto do semiárido, gerando renda e produzindo alimentos para as famílias. Por razões de coerência e para evitar a dispersão do Projeto Paulo Freire, ficou definido que a construção de infraestruturas de abastecimento e armazenamento de água para o consumo humano será assumida por outras fontes e organizações especializadas no atendimento desta necessidade. O Projeto Paulo Freire financiará apenas a instalação de pequenos sistemas de irrigação. Por esses motivos, serão estabelecidas relações de cooperação com os projetos e programas que disponibilizam recursos para o acesso a água. Trata-se principalmente do Projeto São José III, do Programa Um Milhão de Cisternas P1+2, assim como os outros programas que serão implantados pelo Governo do Estado e pela Sohidra. Um mapeamento inicial dos programas em atuação permitirá organizar essas cooperações.

Sobre o financiamento dos investimentos produtivos

90. Em relação aos investimentos: Das 30.000 famílias que receberão assessoria técnica do Projeto, 20.000 serão também beneficiadas por investimentos produtivos a título do Componente 2. No que diz respeito as 10.000 famílias que receberão exclusivamente do Projeto a assessoria técnica, estima-se que: i) 5.000 serão beneficiadas por meio de financiamentos assumidos por outros projetos em atividade na área do Projeto (São José III por exemplo) e que ii) as outras 5.000 famílias financiarão os seus investimentos produtivos com acesso ao crédito e receberão apoio do Projeto para isso (por meio das equipes de assessoria de acesso às políticas públicas). Sendo que o valor médio do investimento com recurso do Projeto Paulo Freire por família é de USD 1.746 e considerando isso como base do investimento para aquelas 10.000 famílias, pode-se estimar que a intervenção do Projeto permitirá alavancar USD 17.460.000 oriundos de crédito e de outras fontes de investimentos. Neste sentido, parcerias poderiam ser construídas com instituições financeiras públicas ou privadas (Banco do Nordeste, Instituto Nordeste Cidadania, etc.).

91. Em relação ao financiamento de capital de giro: Não foi avaliado relevante inserir o acesso a custeio, pelo fato que não representa uma parte significativa para o público e o tipo de produção. No caso do capital de giro, para as unidades de beneficiamento e dos empreendimentos econômicos, estima-se que aproximadamente 10.000 famílias serão envolvidas no acesso a este tipo de financiamento com instituições bancárias.

92. Numa perspectiva de fortalecimento dos sistemas produtivos, de sustentabilidade e ampliação das atividades, o acesso ao financiamento das atividades produtivas será um tema diretamente trabalhado pelo Projeto. As políticas públicas oferecem uma grande diversidade de linhas de financiamento, tais como várias modalidades do Pronaf (B, semiárido, jovens, mulheres, agroecologia), o Proinf de abrangência territorial e o Agroamigo. Geralmente os

recursos disponibilizados pelo sistema bancário e o Governo Federal não são utilizados na sua totalidade e um percentual importante não é aplicado, principalmente por falta de conhecimento e por causa das dificuldades de acesso por parte dos/as produtores/as. A assessoria contínua e as equipes de assessoria para o acesso as políticas públicas deverá desenvolver as capacidades das famílias para que possam ter acesso a estas políticas. Em particular, será necessário preparar as famílias para que elas possam reunir as condições administrativas exigidas. Os investimentos feitos via o Projeto, acoplados ao sistema de assessoria, poderão servir de alavanca para obter crédito no sistema bancário. Neste sentido, parcerias formais poderiam ser construídas com instituições públicas ou privadas (Banco do Nordeste, Instituto Nordeste Cidadania). Esses financiamentos poderão contemplar necessidades de investimentos e também de recursos operacionais, principalmente no caso de empreendimentos (cooperativas unidades de beneficiamento, etc).

Complementaridade entre o Componente 1 e as políticas públicas

93. A proposta do Projeto, tanto com o Componente 1 que com o Componente 2, vai contribuir para melhorar o acesso e a implementação das políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares. O Projeto vai também permitir alavancar mais recursos financeiros por meio do crédito, aumentar o volume dos contratos passados no âmbito dos mercados institucionais. Enfim, as atividades de recuperação ambiental e as atividades realizadas em geral no sentido da conservação das águas e dos solos, poderão contribuir no esforço de implementação do Plano Estadual de Combate à Desertificação.

94. Todas as atividades acima mencionadas serão selecionadas a partir das demandas dos beneficiários. A atuação do Projeto para melhorar o acesso às políticas públicas (principalmente financiamento e comercialização) será uma alavanca importante para garantir a continuidade, com a reprodução e a manutenção dos investimentos e das atividades.

ANEXO 4.1. SISTEMAS PRODUTIVOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO (Síntese do Documento de Trabalho)

Introdução

1. Este documento apresenta de forma sintética as características gerais e os principais sistemas produtivos da área de atuação e para cada um deles é feita a descrição da proposta de apoio e atuação do Projeto Paulo Freire. Maiores detalhes podem ser encontrados no Documento de Trabalho 1.

I. Características gerais da área de intervenção e produção agropecuária.

1. A agricultura familiar na área de atuação é de sequeiro, geralmente praticada de forma extensiva. A irrigação principalmente para horticultura, fruticultura, se limita nos municípios com potencial hídrico favorável e infraestrutura disponível.

2. As propriedades na área de intervenção do Projeto têm as seguintes estruturas fundiárias: 70% têm menos de 20 hectares (e ocupam 19% da superfície agrícola), o que pode ser considerada de pequena superfície tomando em consideração a qualidade dos solos e as características do clima. 25% das propriedades têm entre 20 e 100 hectares (e ocupam 39% da superfície agrícola)⁸⁹.

3. A mecanização é limitada no preparo da terra que se faz geralmente com trator (contratação por hora) ou com tração animal, todos os outros tratos são manual, realizados na enxada. Vale a pena mencionar que o uso cada vez mais frequente do trator, ao mesmo tempo em que ele é um elemento muito positivo em relação ao alívio da carga de trabalho e permite otimizar as primeiras chuvas, tem muitas vezes impactos negativos sobre a compactagem e erosão dos solos, essencialmente pela falta de conhecimento dos motoristas. A maior parte da mão de obra é familiar e a contratação de serviços é pontual (preparo da terra, limpeza). A pluriatividade é bastante praticada.

4. A reprodução da fertilidade depende de 3 práticas principais:
- O uso de esterco produzido na propriedade: geralmente insuficiente por causa do tamanho limitado do rebanho e das condições de estocagem do esterco que ocasionam perdas importantes.
 - A prática do repouso do solo, que varia de 2 a 10 anos segundo a disponibilidade de terra e permite a reinstalação de uma vegetação geralmente arbustiva e menos diversificada que a vegetação anterior.
 - A compra de adubos comerciais, prática muito limitada.

1. O uso de tratamentos químicos é pontual e limitado pelo custo que ele representa. Os tratamentos são geralmente curativos e muito pouco preventivos.

As principais produções da área de intervenção:

5. Encontra-se na área do Projeto as seguintes produções:
- Lavouras permanentes:** cajucultura, fruticultura irrigada, banana, pequi, cana de açúcar, manga, goiaba, coco, limão.
 - Lavouras temporárias:** milho, mandioca, mamona, feijão, fava, arroz, mamão, batata doce, melancia.

⁸⁹ Fonte: Cadastro das propriedades do INCRA-2005

- vi. **Pecuária:** ovinocaprinocultura, caprinocultura de leite, bovinocultura de leite e corte, piscicultura, apicultura, avicultura caipira, suinocultura.

II. Informações gerais sobre o beneficiamento e a comercialização.

6. A questão da comercialização para pequenos produtores rurais constitui uma dificuldade para manter a viabilidade econômica das suas atividades. Os hábitos e as práticas ainda predominantes de venda para atravessadores diretamente na propriedade e logo depois da safra impedem uma boa valorização das produções por causa dos preços baixos geralmente praticados nestas condições.

7. A comercialização deve ser considerada de forma diferenciada conforme o tipo de produto vendido: i) os produtos não transformados ou in natura como os grãos, a castanha de caju, o leite, os animais em pé, as frutas e hortaliças e ii) os produtos transformados ou beneficiados, como o iogurte, o mel, a farinha de mandioca, a polpa de caju, produtos para os quais o acesso aos mercados é cada vez mais submetidos à regulamentação sanitária. No caso dos produtos in natura, as dificuldades principais encontram-se na pouca diversidade dos canais de venda. A grande maioria das vendas se faz com atravessadores. Mesmo se eles não praticam os melhores preços, eles oferecem condições que não deixam de ser interessantes para o agricultor: o atravessador se encarrega do transporte, paga na hora de compra e as vezes antecipado. Já no caso dos produtos beneficiados, o nível de exigência sanitária atual se traduz em investimentos totalmente fora do alcance dos pequenos produtores. Sem ajuda externa o sistema irá, na maioria dos casos, permanecer tal como ele é, traduzindo-se em: i) Dificuldade de se inserir em novos mercados e de permanecer nos mercados já conquistados, e ii) Falta de condições para garantir o acesso à alimentos saudáveis ou que diz respeito às questões de saúde pública.

8. Todas as possibilidades de comercialização serão contempladas pelo Projeto, tendo dois focos principais: i) o fortalecimento e o melhoramento das condições de comercialização já existentes e ii) a diversificação dos canais de venda como estratégia para os agricultores e as organizações.

9. O mercado institucional constituído pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA sob execução da CONAB, dos Estados e dos municípios, se desdobra em 4 modalidades : i) a Compra direta da agricultura familiar, ii) a compra para doações simultâneas, iii) a formação de estoque pela agricultura familiar, e iv) o programa do leite: visa propiciar o consumo de leite (de vaca e cabra) às famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e incentivar a produção familiar.

10. O PNAE tem base legal e então perenidade (lei 11.947 de Junho 2009) e deve garantir que ao menos 30% da alimentação escolar seja da agricultura familiar. A atuação do Projeto Paulo Freire, irá focar na melhoria das condições de acesso à essas modalidades para as famílias beneficiárias. Isto passará por um fortalecimento das condições de produção e também apoiando os/as agricultores/as na obtenção de todas as exigências administrativas do programa.

11. O Projeto Paulo Freire vai também atuar para ampliar as relações comerciais com o setor privado e as outras formas de mercado, mais convencional (feiras, empresas de processamento, supermercados, lojas especializadas, empresas de comercialização, restaurantes, exportadores). A complementaridade entre mercado institucional e mercado convencional é forte e o acesso aos dois deve ser considerado. Os programas do mercado institucional são estruturantes, permitem trabalhar a organização da base produtiva. Toda a prática adquirida no contexto e nas condições do mercado institucional deve ser considerada como experiência, para que os produtores familiares sejam mais preparados para enfrentar a realidade e as exigências das outras formas de mercado, principalmente do mercado privado, e garantir assim melhor inserção neles e melhores capacidades de negociação nas formas atuais

de venda (com atravessadores, por exemplo, que é um mercado privado). Para muitos agricultores e grupos de produtores, a transição entre a situação atual e o acesso ao mercado privado representa ainda um salto demasiadamente arriscado e de difícil alcance.

Considerações sobre os aspectos ambientais

12. O Projeto Paulo Freire vai considerar a questão ambiental através de dois objetivos: i) introduzir nos sistemas de produção e nas unidades familiares, práticas agrícola e de criação animal que façam um uso sustentável dos recursos naturais e que permite a recuperação de áreas degradadas, e ii) atender a legislação ambiental vigente.

13. Quanto ao licenciamento ambiental, foi frequentemente constatado, ao longo das entrevistas e trabalho de campo, a ocorrência de atividades exercidas informalmente, assim como de atividades paralisadas por falta de licenciamento ambiental. O quadro atual é de progressiva regularização dessas atividades de produção e beneficiamento, inclusive com a participação do Ministério Público em parceria com os órgãos ambientais competentes. Esses órgãos têm exercido crescente pressão sobre os proprietários rurais, para a regularização ambiental dos imóveis rurais através da cooperação com órgãos estaduais de licenciamento ambiental e com as agências de financiamento, que tornam a regularização um pré-requisito para aprovação de financiamentos. No caso de implementação de unidades de beneficiamento de produtos agropecuários, o respeito da legislação ambiental é cada vez mais estrito e condiciona a possibilidade de funcionar e de comercializar na legalidade. Estas exigências devem ser consideradas pelos gestores do Projeto Paulo Freire e internalizadas nos procedimentos de análise e aprovação de Planos de Negócios.

14. Sobre as práticas agropecuárias, a área do Projeto está situada na região semiárida, com manifestações crescentes de desertificação. As condições de clima e solos necessitam a introdução e difusão de práticas de preservação e conservação dos solos, das águas e da vegetação. Os sistemas e as técnicas de produção geralmente extensivos tendem a ter impactos degradantes sobre esses recursos. Tomando em consideração a urgência de introduzir outras práticas, a equipe do Projeto vai assumir todas as capacitações necessárias e a assessoria técnica adequada para inverter os processos atuais e garantir a difusão de práticas sustentáveis de ponto de vista ambiental: manejo sustentável da caatinga, diminuição do uso do fogo, recuperação de áreas degradadas, preservação e reconstituição das matas ciliares, etc.

15. Destacamos a questão da conservação das águas e dos solos: na área de atuação como em todo o semiárido, o solo é submetido a uma forte e crescente degradação devido ao mudo de cultivo, à pressão cada vez maior, a dificuldade de recompor e manter a fertilidade e também por causa do tipo de trabalho e das ferramentas utilizadas para o preparo do terra. Especial atenção será dada pelas equipes de assessoria técnica para introduzir novas práticas permitindo a recuperação e a conservação do solo: construção de infraestruturas anti erosivas de pedra ou com material vegetal, cultivo em curvais de nível, trabalho apropriado ao tipo de solo e relevo das parcelas (ou que inclui a capacitação dos motoristas de trator para garantir um melhor uso do trator e ferramentas de aração). Em função do tipo de solo e do tipo de cultivo praticado, poderão ser introduzidas técnicas de cultivo sem trabalho ou com trabalho reduzido do solo.

III. As cadeias produtivas selecionadas para o projeto

Generalidades:

16. Lembramos que haverá um esforço para aumentar a produção agropecuária *strictu sensu* (animais, leite, caju, mandioca, mel) ou que representa uma prioridade evidente para famílias em situação de pobreza. Por outro lado, haverá possibilidade para realizar investimentos para o beneficiamento. Em todos os casos, um estímulo à produção não precisará estar necessariamente ligada à montagem de uma estrutura de beneficiamento.

17. Para elaborar o Projeto, foi necessário selecionar algumas produções agrícolas e cadeias produtivas. Essa seleção foi conduzida de forma concertada entre as equipes do FIDA e do Governo do Estado, a partir dos dados disponíveis e das visitas de campo. Para a seleção do conjunto das cadeias selecionadas, os seguintes critérios foram considerados como prioritários:

- i. Ter uma expressão significativa nos sistemas de produções atuais e por isso apresentar uma boa adaptação às condições locais e ser bem aceitas culturalmente;
- ii. Abranger as produções agrícolas, a criação animal e as atividades não agrícolas mas diretamente vinculadas com o meio rural;
- iii. Permitir o emprego e a valorização do trabalho da família na sua integralidade: homens, mulheres e jovens;
- iv. Reunir as condições para permitir uma intensificação dos sistemas de produção;
- v. Apresentar um bom potencial para melhorar as condições de vida das famílias beneficiárias, aumentar a segurança alimentar e renda;
- vi. Corresponder às prioridades de trabalho do Governo do Estado e por isso ser mencionadas como tal nos Planos de Desenvolvimento Plurianual do Estado e dos territórios de intervenção do Projeto;
- vii. Permitir estabelecer relações de complementaridade com outros projetos ou programas em curso, e evitar a redundância;
- viii. Oferecer a possibilidade de trabalhar de forma complementar no fortalecimento das capacidades produtivas e no beneficiamento;
- ix. Ter um caráter inovador para a região ou permitir introduzir inovações;
- x. Poder gerar impactos ambientais positivos e duradores ou diminuir impactos negativos sobre o meio ambiente.

18. Este trabalho se concluiu com a seleção das seguintes cadeias produtivas: i) os caprinos e ovinos para produção de leite e de carne; ii) a apicultura para produção, extração e fracionamento do mel; iii) a cajucultura e o beneficiamento do pedúnculo; iv) o cultivo e beneficiamento da mandioca; v) a implantação de sistemas de irrigação; e vi) o artesanato. Para essas cadeias foi realizado um estudo técnico econômico detalhado.

19. A lista de cadeias acima mencionadas não é fechada. Por esse motivo e por vontade de deixar certa flexibilidade para se adaptar à evolução do contexto, ao decorrer do Projeto outras produções poderão ser identificadas e selecionadas para entrar na lista das ações apoiadas, a partir do momento que elas respondem aos critérios do Projeto.

20. A proposta de fortalecimento das capacidades produtivas e de melhorar as condições de comercialização, será orientada pelos seguintes objetivos:

- i. Garantir as capacitações necessárias, incluindo visitas de intercâmbio para fortalecer as capacidades e conhecimentos dos/as beneficiários/as e das equipes técnicas;
- ii. Garantir o acompanhamento necessário por parte das equipes de assessoria, para permitir a presença regular e frequente dos técnicos ao lado dos beneficiários;

- iii. Elaborar Planos de Negócios adaptados à necessidade de cada caso. Por isso eles deverão ser flexíveis para atender necessidades de investimentos comunitários e organizacional. Eles serão ferramentas de apoio para o planejamento, a implementação e o monitoramento dos investimentos. Eles poderão conter os seguintes pontos: estudo de viabilidade, plano de funcionamento, plano de produção e itinerário técnico, medidas ambientais a serem implementadas, estratégia e plano de comercialização, articulação com outros projetos e fontes de recursos complementares públicos ou privados, articulação com os programas de políticas públicas (financiamento e comercialização, acesso a energia);
- iv. Implantar infraestruturas de beneficiamento que respondem às exigências sanitárias, para entre outros, conseguir a obtenção dos selos de inspeção municipais, estaduais ou federais, considerados como condições indispensáveis para a saúde pública e a competitividade do setor agrícola em termo de acesso aos mercados;
- v. Estabelecer quando possível as articulações com instituições financeiras (Banco do Nordeste, etc.) para acessar as linhas de financiamento oportunas e facilitar o acesso aos recursos financeiros para investimento, custeio e capital de giro;
- vi. Melhorar as condições de acesso ao crédito, acompanhando os/as produtores/as na elaboração dos projetos e na obtenção das condições administrativas exigidos para beneficiar do Pronaf;
- vii. Buscar parceria com outros projetos ou programas atuando na área do Projeto Paulo Freire, numa perspectiva de complementaridade dos recursos. Isto se fará necessário, por exemplo, quando o nível o investimento planejado pela comunidade ou a organização é superior aos tetos dos financiamentos definidos para o Projeto;
- viii. Estabelecer parcerias com os atores do setor público e privado que possam fortalecer a viabilidade e a abrangência das atividades, numa perspectiva de sinergia e busca de complementaridade;
- ix. Valorizar as experiências bem sucedidas em nível do estado ou da região Nordeste, por meio de intercâmbios e visitas;
- x. Valorizar as competências presentes no Estado além das entidades diretamente envolvidas na execução do Projeto, que sejam do setor público (universidades, órgãos de pesquisa) e do setor privado (ONG, produtores que possuem um saber fazer, consultores e empresas).

2. Para cada produção escolhida para realizar o desenho do Projeto, são apresentados os seguintes pontos: i) o sistema produtivo e de comercialização, ii) os principais desafios para os produtores, iii) a proposta do Projeto e iv) os aspectos ambientais.

A. A ovinocaprinocultura para produção de carne, couro e leite.

21. Embora a caprinovinocultura do Ceará possua grande importância sócio econômica (carne, couro e leite) a atividade ainda é caracterizada por baixos índices produtivos. O plantel da área do Projeto representa aproximadamente 20% do rebanho de caprino e ovino cearense (IBGE – Pesquisa de Pecuária Municipal 2010). A caprinocultura tem forte presença nas

pequenas unidades produtivas e a média do rebanho por produtor está em torno de 20 a 30 cabeças (todas as categorias). A gestão da produção é extensiva, os animais passam a maior parte do dia soltos nas áreas de caatinga (que fornecem mais de 80% da alimentação dos animais) e de cultivos, fora do inverno. Em alguns casos, o cultivo de palma, pasto e capim de corte complementa a ração para os animais em lactação. A produção média de leite por dia de 0,6 litro é baixa. O nível de produção de carne apresenta indicadores baixos também, os animais são vendidos vivos com 30 kg e 7 a 8 meses de idade.

22. A partir dos desafios identificados junto aos produtores, foi elaborada a proposta do Projeto que se articula em torno de dois eixos: i) o aumento e a intensificação do rebanho e da produtividade; e ii) diretamente vinculado ao primeiro eixo, o apoio a instalação de pequenas unidades de beneficiamento do leite.

Desafios	Proposta do Projeto*
Necessidade de melhorar o manejo da caatinga e a produção/conservação de forragens	Aumentar a capacidade de produção e armazenamento de forragens na propriedade (quantidade, qualidade e diversidade), com investimentos em técnicas sustentáveis de manejo dos pastos (cercas, sementes, silos, motoforrageira, etc.)
Problemas de saúde e sanidade animal	- Investimentos para melhorar o alojamento e manter bom nível de sanidade dos animais e de higiene: financiamento de apriscos e plataforma de ordenha, instrumentos de contenção, cochos, áreas de armazenamento de esterco, etc. - Melhorar as condições de sanidade e cuidados veterinários, com introdução de práticas adaptadas (vacinação, controle de verminoses) e aquisição de material para cuidados veterinários básicos (seringas e <i>pistolas</i> dosificadoras, alicate castrador...)
Necessidades de organizar e controlar a reprodução e adquirir matrizes e reprodutores adaptados à região e com aptidão mista carne e leite.	Permitir a seleção e a aquisição de animais com melhores qualidades genéticas (aquisição de 10 matrizes e um macho).
Falta de organização dos/as produtores/as para enfrentar as exigências e os desafios do beneficiamento e da comercialização.	Apoiar a organização dos produtores na gestão da produção e da comercialização: compra associada de insumos ou de transporte para alcançar mercados e feiras com melhor potencial de venda
O acesso ao mercado constitui um dos principais gargalos para escoar a produção nos padrões sanitários exigidos.	- Construir unidades de beneficiamento (capacidade de 400 litros de leite /dia, para produção de iogurte, queijo e doces) que respondam às normas sanitárias e exigências ambientais. - Adquirir os equipamentos necessários: tanque de resfriamento, freezers, fogões, painéis, embaladeiras, material informático para realizar a gestão, etc.

* A apresentação das propostas do Projeto se limita aqui ao apoio do Componente 2. Não são detalhadas todas as capacitações e a assessoria técnicas (continuada ou especializada) que serão sistematicamente realizadas e fornecidas junto à estes investimentos.

23. Os seguintes resultados são esperados em relação ao aumento do rebanho e da produtividade: i) aumentar o potencial produtivo da unidade familiar; ii) introduzir numa produção muito marcada por hábitos tradicionais, novas práticas em termo de manejo sustentável dos recursos naturais e gestão do rebanho; iii) ao introduzir novas práticas para a alimentação do rebanho de ovinocaprinos, espera-se uma melhoria na gestão da alimentação dos bovinos, iv) intensificar a produção por animal: diminuir a mortalidade de 8 % para 3 %, passar de 0,5 litro a 1 litro de leite/dia, diminuir de 8 meses para 7 o tempo de engorda, produzir animais de descarte de boa conformação; v) intensificar a produção por hectare de forragem; vi) introduzir inovações por meio das Unidades de Aprendizagem, no campo do manejo da caatinga, produção de forragens e outras técnicas produtivas, vii) introduzir e permitir o cultivo e armazenamento de forragem e viii) valorizar a produção de couro de boa qualidade e estabelecer relações com os curtumes da região.

24. Para as implantação de unidades de processamento de leite, os seguintes resultados são esperados: i) permitir aos grupos beneficiários, geralmente constituídos por mulheres, de acessar localmente à uma atividade econômica e de ter um emprego regular; ii) implantar infraestruturas dentro do marco legal; iii) agregar valor à produção de leite: a produção de iogurte permite multiplicar o preço do litro de leite por três; iv) estimular o desenvolvimento da criação de cabras leiteiras, atividade bastante adaptada à região, valorizando a vegetação natural e a mão de obra familiar; e v) fornecer dentro dos padrões legais sanitários e ambientais, um alimento de qualidade para o mercado local.

B. Apicultura para produção e beneficiamento de mel

1. Sistema produtivo e comercialização

25. O Ceará é em 2011 primeiro exportador de mel do Nordeste e ocupa em nível nacional a segunda posição. A atividade está presente em 74% dos municípios do estado e envolve mais de 6.000 pessoas. A produção da área do Projeto é de aproximadamente 1.400 toneladas/ano, o que representa em torno de 40 % da produção do estado. O estado conta com cerca de 5.000 produtores, 77 associações, 4 cooperativas e 6 empresas com SIF e certificado para exportação, das quais duas Cariri.

26. O perfil da maioria dos apicultores é de agricultor familiar, possuindo em média 30 colmeias (SFA/MDA 2005; IBGE - Censo Agropecuário 2006). A media da produção se situa em torno de 20 Kg por colmeia/ano (média nacional: 15kg/ano/colmeia), num sistema de produção extensivo. Para um número crescente de famílias, o impacto da produção na renda anual é importante e compete com outras produções mais tradicionais. Três características essenciais destacam a apicultura cearense: i) a diversidade e o alto potencial melífero das floradas na caatinga, ii) a apicultura com as abelhas africanizadas- Apis Mellifera que são muito rústicas e resistentes às doenças e iii) a ausência de cultivos transgênicos na área do Projeto permite produzir um mel que atende os pré-requisitos para certificação de mel orgânico.

27. Existem para o produtor duas formas de comercialização: i) a granel (95 % da produção) geralmente vendido em baldes de 25 kg a R\$ 3,6/kg; e ii) fracionado (sachês, potes, garrafas e garrafinhas) vendido entre R\$ 6,5 e 7,5/kg.

2. Principais desafios e propostas do Projeto

28. O Projeto vai atuar em duas frentes complementares: i) o aumento da capacidade produtiva e da produtividade nas unidades familiares; e ii) a instalação de casas de extração e entrepostos de fracionamento do mel.

29. A partir da identificação dos desafios, foram elaboradas as propostas seguintes:

Desafios	Propostas do Projeto
Ausência de práticas para aumentar a produtividade,	- Permitir a compra de 10 colméias com 2 melgueiras / família, com todas as ferramentas e equipamentos necessários (cera, cavaletes, fardamento, fumigador, formão, baldes). - Apoiar a prática de alimentação complementar. - A produção de abelhas rainhas com substituição anual
Valorizar o potencial do pasto apícola	Elaborar planos de manejo da caatinga e da vegetação
Falta de infraestruturas construídas nas normas sanitárias para a extração (as casas de mel, ou pontos de extração) e o fracionamento (os entrepostos).	- Construção de casas do mel, obedecendo às normas sanitárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (portaria nº 006/986) incluindo obtenção de licenças ambientais, - Compra dos equipamentos necessários para processar o mel (mesas desoperculadoras, tanques de decantação, tanques de estocagem, máquina para sachês, etc), - Estudos de mercado para definir estratégias de venda, tipo de embalagem, promoção do produto e definição de marca comercial, circuito potencial de comercialização tanto no mercado privado assim como no mercado institucional.
Manter a área ou parte da área do Projeto sem OGM para preservar o acesso ao mercado orgânico.	Fortalecer a organização dos produtores para: i) melhorar as capacidades de barganha na hora de comercializar; ii) melhorar o conhecimento sobre o funcionamento das associações ou das cooperativas, para defender os interesses dos produtores
Pouca organização dos produtores para realiza as compras e as vendas.	

3. Resultados esperados

30. Esperam-se os seguintes resultados: i) impacto imediato sobre o rendimento avaliado em um aumento de 30 %; ii) aumento da renda de pelo menos 30 %, iii) maior mobilização e capacidades das organizações de produtores para preservar as condições de produção e comercialização; iii) experimentar a través das inovações formas de diversificação da atividade apícola (produção de cera, pólen, própolis).

C. Cajucultura e beneficiamento do caju

1. Sistema de produção e comercialização

31. O caju (*Anacardium occidentale L.*) é originário do Nordeste brasileiro. O cajueiro ocupa lugar de destaque entre as plantas frutíferas tropicais em fase da crescente comercialização dos seus principais produtos, que são: i) A amêndoa de castanha de caju que representa 10 % da fruta, ii) a casca da castanha polpa que contem alcaloides e taninos (usados como base na fabricação de resinas fenólicas), iii) o pedúnculo, que representa 90 % do peso da fruta. Estima-se que mais de 90% da produção de pedúnculo não é aproveitada, por falta de capacidade de beneficiamento, iv) a madeira: obtida nos tratamentos culturais do cajueiro gigante (poda, substituição de copa) vem ganhando importância econômica nos últimos anos v) Além desses produtos, as áreas cultivadas com cajueiro, constituem pastagem para o rebanho ovino e permitem a criação de abelhas, produções que constituem formas importantes de diversificação e composição da renda familiar. De grande variabilidade genética, o cajueiro é trabalhado em dois grupos: o comum ou gigante e o anão, definidos, basicamente, em função do porte das plantas.

32. O Estado do Ceará responde por 52 % da superfície cultivada do Brasil e 50% da produção nacional de castanha (Embrapa – 2009). O Estado é o primeiro exportador nacional de castanha de caju, além disso, ocupa a segunda posição no ranking das exportações do Estado. A área de intervenção do Projeto Paulo Freire representa, com 9000 toneladas de castanhas/ano, entre 8 a 10 % da produção de castanha do Estado. Apesar de ocupar uma parte limitada em termos de produção, o cultivo se concentra em pequenas áreas produtivas e ocupa uma posição importante na composição da renda dessas unidades familiares.

33. A castanha é geralmente vendida in natura para atravessadores em conexão com as indústrias de beneficiamento. O crescimento do consumo de pedúnculo de cajueiro-anão-precocemente como fruta de mesa, vem aumentando consideravelmente a cada safra, tanto pela abertura de novos mercados como pela consolidação dos mercados tradicionais.

2. Principais desafios e propostas do Projeto

34. O Projeto se propõe de trabalhar duas frentes complementares: i) aumentar a produtividade e a capacidade produtiva das unidades familiares e ii) instalar unidades de beneficiamento do pedúnculo.

Desafios	Propostas do Projeto
- Baixa produtividade dos pomares (em torno de 250 kg/hectare com o caju comum, ou seja, um pouco mais de 1kg de castanha /árvore),	- No caso de pomares do cajueiro gigante, instalados e com vários anos de produção, será financiada a substituição de copa. - Implantação de novos pomares: o Projeto vai financiar a instalação de 1,5 hectares por unidade familiar. - Favorecer o desenvolvimento do cultivo do caju em consórcio agroecológico com apicultura, culturas do feijão, mandioca e milho, além da criação de ovinos para engorda.
- Impossibilidade de aproveitar o pedúnculo por falta de unidades de beneficiamento	- A construção de unidades de beneficiamento do pedúnculo em polpa, cajuína, doces, permitindo a obtenção do SIE (selo de inspeção estadual) abrirá as possibilidades de comercializar de forma regular. As exigências ambientais dessas unidades serão cumpridas no que diz respeito à obtenção de licenciamento e construção das infraestruturas de tratamento dos efluentes.
- Falta de organização dos produtores e alto grau de intermediação na comercialização.	- Realizar os investimentos necessários para permitir elaborar e implementar estratégias de comercialização
- Dificuldades de acessar ao financiamento para as despesas de implantação ou para o custeio dos tratamentos culturais (manutenção e melhoria dos pomares).	- As equipes de assessoria técnica e especialmente aquelas orientadas para o acesso as políticas públicas serão um apoio importante para melhorar o acesso à financiamento.

3. Resultados esperados

35. Os principais resultados esperados para o fortalecimento da produção são: i) aumento em 40 % da produtividade de caju por árvore e por hectare; ii) diversificação do sistema produtivo pela cultura de caju e das outras produções associadas; iii) possibilidade de acessar ao mercado orgânico com preços e condições mais favoráveis, iv) diversificação e aumento do nível de renda em aproximadamente 30 %.

36. No caso da instalação de unidades de beneficiamento, os principais resultados esperados são: i) melhor aproveitamento de uma matéria prima até agora desperdiçada em 90%; ii) criação de empregos locais e principalmente femininos; iii) aumento da renda pelo aporte de valor agregado; iv) melhor aproveitamento do mercado institucional.

D. Cultivo e beneficiamento da mandioca

1. Sistema de produção e comercialização

37. O Nordeste é a principal região produtora de mandioca, com 35,9% da produção nacional. No Ceará, em 2005, a mandioca apresentou o 4º maior valor bruto da produção. Mais de 85% da produção de mandioca do Ceará é transformada em farinha, sendo totalmente destinada à alimentação humana. O processamento é realizado em centenas de casas de farinha, com infraestrutura e equipamento geralmente muito precários. 62.400 produtores foram identificados e a atividade criava em 2006, 30.900 empregos diretos na produção e 11.700 no processamento.

38. A produção média no Estado de 8.820 kg/ hectare o que pode ser considerada como baixa. Dos 5 principais municípios produtores de mandioca em 2006, Salitre e Araripe, no Cariri Oeste pertencem à área do Projeto, apresentam um rendimento médio de aproximadamente 12.000 kg/ hectare.

2. Principais desafios e propostas do Projeto

39. A proposta do Projeto Paulo Freire se articula em torno de dois eixos complementares: i) fortalecer a capacidade produtiva aumentando a produtividade e ii) implantar unidades de beneficiamento que garantem produtos de qualidade.

Desafios	Propostas do Projeto
As técnicas de plantio, as variedades utilizadas e o baixo nível de adubação aparecem como principais limitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução de novas técnicas focadas em práticas agroecológicas, tais como o uso de material genético (manivas) selecionado, trabalho do solo utilizando práticas das curvas de nível e favorecendo a construção de pequenas obras anti erosivas, plantio com densidade adequada, uso de fertilização adaptada privilegiando o esterco, a adubação verde e outros adubos naturais. Os investimentos para realizar essas melhorias serão principalmente em capacitações, intercâmbios e assistência técnica; - Serão incentivadas a implantação de unidades de aprendizagem para criar espaços de inovação e adaptação de melhores práticas,
A grande maioria das infraestruturas de beneficiamento apresenta condições muito precárias em termos de mecanização e condições de trabalho e de higiene.	<ul style="list-style-type: none"> - As unidades serão construídas nos padrões exigidos para permitir a obtenção do Selo de Inspeção Estadual; - Todas as medidas ambientais, como obtenção de licenças prévias, construção das infraestruturas de tratamento dos efluentes serão realizadas, no intuito de limitar os impactos ambientais negativos.

3. Resultados esperados

40. Em relação ao fortalecimento da produção os seguintes resultados são esperados: i) aumento da produção em pelo menos 30%, de forma sustentável, ii) diminuição da degradação dos solos pela introdução de práticas de conservação e preservação, iii) espera-se que as novas práticas introduzidas sejam reproduzidas em outras parcelas de sequeiro das unidades familiares, iv) as partes aéreas do cultivo serão melhor utilizadas na alimentação animal.

41. Da implantação das unidades de beneficiamento os seguintes resultados são esperados: i) produção de farinha e outros derivados dentro das normas sanitárias, ii) aumento do emprego e da renda das famílias envolvidas na produção e no beneficiamento, iii) acesso à novos mercados, institucionais e privados, como melhora valorização dos produtos, iv) a intervenção do Projeto vai permitir buscar maior complementaridade com os outros programas do Governo do Estado sobre este tema.

E. Implantação de sistemas de irrigação

1. Sistema produtivo e de comercialização

42. Em nível do Estado, o potencial para irrigação é importante e fruto de grandes investimentos realizados pelo Governo Cearense. Existem mais de 5500 espelhos de água de mais de 5 ha, foram perenizados nos últimos anos mais de 2500 km de rios, e foi realizada uma quantidade importante de barragens subterrâneas. Este potencial é ainda subvalorizado, principalmente pelos agricultores familiares. Na região, a produção de frutas e hortaliças é pouco difundida. Os mercados locais (as feiras) e o mercado institucional (PNAE principalmente) têm uma boa capacidade de absorção. Lembramos que o Projeto vai concentrar sua contribuição sobre o tema da água na irrigação. Isso vai demandar uma boa coordenação com os outros projetos e programas (São José III, P1MC, P1+2, etc.) para atender as demandas vinculadas ao abastecimento para consumo humano e para evitar duplicidade com infraestruturas de irrigação financiadas por esses outros programas.

2. Principais desafios e propostas do Projeto

43. O Projeto de apoiar a instalação de pequenos sistemas de irrigação para permitir o desenvolvimento de perímetros irrigados de produção de hortaliças, frutos, capim de corte, mandioca (vendida como hortaliça) ou outra cultura julgada pertinente.

Desafios	Propostas do Projeto
- Dificuldade de acessar aos investimentos necessários.	A aquisição dos equipamentos necessários para cercar o terreno e instalar um sistema de irrigação adaptado (bomba, tubulações primárias e secundárias, sistemas de gotejamento ou aspersão, pequeno material necessário para trabalhar na horta)
- Falta de prática para produzir com técnicas agroecológicas.	- Quando oportuno serão implantados sistemas PAIS (produção agroecológica Integrada e Sustentável) ou mandala, numa base de 0,33 ha. para o grupo. - Poderão ser apoiadas iniciativas inovadoras sobre o uso de energias renováveis como a energia solar ou eólica,

3. Resultados esperados.

44. Os seguintes resultados são esperados: i) diversificar os sistemas produtivos com a introdução de cultivos de ciclo curto e com impactos sobre a alimentação e a renda das famílias; ii) introdução de sistemas intensivos de produção irrigada ii) acessar aos mercados locais diversificados, com crescente capacidade de absorção, como as feiras municipais, e também o mercado institucional geralmente deficitário para produtos como frutas e hortaliças (PNAE e PAA); iii) criação de novos empregos familiares e diversificação da renda principalmente para mulheres frequentemente envolvidas neste tipo de produção; iv) produção de alimentos sadios e difusão de práticas agroecológicas e iv) valorizar as infraestruturas existentes no âmbito do abastecimento de água para uso agrícola.

F. Artesanato

1. Sistema de produção e comercialização

45. Os principais produtos de artesanato no Estado são: o couro, os bordados e a renda, o metal, os utensílios e peças decorativas em argila, as esculturas e objetos decorativos de madeira, os utensílios em palhas, cabendo aos artesões do couro e dos bordados o maior potencial. Em geral, o artesão rural é também agricultor, que ganha no artesanato uma diversificação da renda. Esta atividade tem capacidade de absorver parte da mão de obra disponível, muitas vezes feminina, em decorrência da sazonalidade de outras atividades. A comercialização ocorre de forma direta nas feiras municipais da região e nas feiras ou exposições anuais em Fortaleza ou nas outras capitais vizinhas. Mas para escoar maiores quantidades a comercialização geralmente acontece através de intermediários.

2. Principais desafios e propostas do Projeto

46. A proposta do Projeto para apoiar atividades de artesanato, será permitir a pequenos grupos adquirir os equipamentos necessários ao fortalecimento da produção seguinte (além dos pontos apresentados no parágrafo sobre as generalidades no ponto IV):

Desafios	Propostas do Projeto
Falta de adequação do produto às exigências do mercado consumidor	Apoiar pequenos grupos de artesões/ãs, para a realização de um estudo de mercado e realização de capacitações necessárias sobre novas técnicas, novos designs e formas de produção.
Ausência de linhas de financiamento atraentes e adaptadas	Apoiar os artesões no acesso a financiamento.
Precariedade e inadequação das instalações para a confecção e comercialização	Apoio para aquisição dos equipamentos e ferramentas necessárias à atividade, o que poderá, em alguns casos, incluir a construção de um local para fabricação ou venda dos produtos.

3. Resultados esperados

47. Os principais resultados esperados são: i) diversificar a renda, com atividades muitas vezes assumidas por mulheres ou grupo de mulheres; ii) melhorar a qualidade dos produtos, aumentar a escala e regularidade da produção; iii) definir estratégias de comercialização adaptadas e diversificadas; iv) organizar e fortalecer as relações com os compradores, buscando estabelecer contratos; e v) identificar novos canais de comercialização e novas demandas.

G. Outras produções que poderiam receber o apoio do Projeto Paulo Freire

- i) O cultivo do **algodão em consórcio agroecológico**, que se destaca com relevância e entra perfeitamente na estratégia do Projeto Paulo Freire de melhorar as condições de vida de agricultores familiares pobres. A experiência do Projeto Dom Helder Câmara que atua com esta produção há 3 anos em 2 territórios do Ceará traz dados concretos sobre essa prática: i) Trata-se de um consórcio de sequeiro com os principais cultivos da região, ii) O trabalho, relativamente importante devido ao controle manual da principal praga do algodão (o bicudo) é assumido pela mão de obra familiar, iii) o sistema exige formas de organização dos produtores específicas para que o sistema funcione (Sistema de Controle Interno para assumir parte da Certificação Orgânica Externa) o que necessita uma boa coordenação entre as famílias de cada território, iv) Este sistema provoca impactos ambientais positivos, v) do ponto de vista comercial, essa produção se insere num nicho específico, da agricultura orgânica e do comércio justo.
- ii) **Apoio à produção e beneficiamento de milho:** A área de atuação do Projeto e principalmente alguns municípios do Cariri Oeste, apresentam um forte potencial para o cultivo do milho. A implantação de pequenas unidades de beneficiamento poderia ser estudado, numa perspectiva de aportar valor agregado a esta produção, gerando localmente emprego e renda para as famílias.
- iii) **Apoio à criação de galinha caipira**, este tipo de criação valoriza os produtos da unidade familiar e é perfeitamente adaptada a agricultura familiar em situação de pobreza.
- iv) Lembrando o potencial de água disponível para produção, a **piscicultura** apresenta possibilidades interessantes tanto para a produção como para as possibilidades de comercialização.
- v) A **bovinocultura de leite** tem uma função alimentar e econômica importante na agricultura familiar com uma possibilidade de se articular com o Programa do leite.
- vi) Foi identificado que o **turismo rural** tem forte potencial, devido às riquezas naturais do Estado e a autenticidade do meio rural na área do Projeto.

ANEXO 5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ARRANJOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

I. Instituição Responsável e Executora do Projeto

1. O arranjo institucional do Projeto Paulo Freire está alinhado ao modelo de gestão territorial adotado pelo Governo Estadual para fins do planejamento e da promoção do desenvolvimento rural sustentável; às lições aprendidas em outros projetos apoiados pelo FIDA no Brasil; e à estratégia de implementação do Projeto. A idéia é facilitar o engajamento das equipes gerenciais e técnicas do Projeto, dos parceiros institucionais e, principalmente, das comunidades rurais e de suas organizações.

2. Neste contexto, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) será a Agência Executora do Projeto Paulo Freire por ter o mandato institucional de "promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social"⁹⁰. Cabe, portanto, à SDA formular, coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar programas e projetos de desenvolvimento rural, com vistas à superação da pobreza rural e ao desenvolvimento territorial.

3. Para realizar sua missão institucional, a SDA está estruturada em sete coordenadorias programáticas, que respondem pela coordenação e implementação de programas, projetos e ações que integram a política estadual de desenvolvimento rural sustentável; 19 unidades administrativas definidas como células e núcleos vinculados às coordenadorias, que são responsáveis pela execução direta das ações; três assessorias especializadas que apóiam à direção superior e as coordenadorias; além de duas secretarias, uma adjunta e outra executiva, que auxiliam o secretário na administração geral da SDA. Essa estrutura pode ser visualizada no Apêndice 1 deste Anexo 5.

4. Também fazem parte da estrutura da SDA as seguintes empresas vinculadas: (i) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematerce) responsável pela prestação dos serviços de ATER em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); (ii) Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) que responde pela política agrária, desenvolvendo entre outras ações o Programa de Ação Fundiária; (iii) Agência de Defesa Agropecuária (Adagri), que executa as ações de vigilância sanitária de vegetais, animais e seus subprodutos; (iv) Central de Abastecimento (Ceasa), que abastece os mercados com produtos hortigranjeiros e (v) Instituto Agropolos, que promove ações de apoio ao desenvolvimento rural associadas à agricultura, pecuária, piscicultura e biocombustíveis.

5. A ação da SDA é orientada pelo Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS), que sintetiza as prioridades pactuadas entre o governo e a sociedade visando o desenvolvimento rural do Estado do Ceará. Para o período de 2012-2015 o PDRSS⁹¹ mantém o foco no fortalecimento e na expansão da agricultura familiar, com base na agroecologia e na economia solidária. Comprometida com a implementação dessa diretriz e com a execução das prioridades pactuadas, a SDA vêm ampliando as parcerias com o Governo Federal, executivos municipais, organizações dos agricultores familiares, organizações estaduais e do setor privado, e com os organismos internacionais.

6. Adicionalmente, a SDA vem reforçando a sua presença nos 13 Territórios Rurais⁹² instituídos em articulação com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Destacam-se os investimentos que vêm sendo realizados no fortalecimento institucional da Ematerce, que em 2012 passará de 114 para 177 unidades descentralizadas de atendimento ao agricultor, juntamente com mais 540 técnicos de nível superior e nível médio, que serão lotados nessas

⁹⁰ Plano de Ação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Vinculadas - 2001.

⁹¹ Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, 2012-2015, Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, versão preliminar, em arquivo.

⁹² De acordo com o PDRSS 2012-2015, o espaço rural do Ceará está organizado em 13 Territórios Rurais.

unidades. Com essa ampliação, a SDA pretende expandir os serviços de assistência técnica a um maior número de agricultores familiares, bem como melhorar o alcance dos programas nacionais e estaduais de apoio à agricultura familiar. Neste contexto, o Projeto se beneficiará do processo de fortalecimento institucional da SDA e da experiência acumulada pelas suas equipes gerencial e técnica na implementação de políticas de desenvolvimento rural no estado, bem como dos avanços alcançados pelos movimentos sociais dos trabalhadores rurais na ampliação dessas políticas.

7. Assim, na condição de Agência Executora do Projeto a Secretaria de Desenvolvimento Agrário será responsável por: (i) assegurar a inclusão dos recursos previstos para execução do Projeto no orçamento anual do estado; (ii) promover articulações institucionais necessárias à implementação do Paulo Freire com os governos federal, estadual e municipal; e (iii) implementar e supervisionar a execução do Projeto de acordo com os termos negociados e o que estabelecerá o Manual de Implementação do Projeto.

II. Organização e Administração

8. Para responder pela gestão e execução do Projeto, a SDA constituirá uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP), no mesmo nível hierárquico das coordenadorias programáticas da Secretaria e na condição de ordenadora de despesas no que se referir aos atos de gestão orçamentária dos recursos do Projeto Paulo Freire.

9. A estrutura organizacional da UGP prevê uma Equipe Central sediada em Fortaleza e quatro Equipes Locais, que funcionarão em unidades descentralizadas da SDA. As Equipes Locais responderão pelas ações do Projeto nos 31 municípios selecionados localizados em 4 territórios: i) Sertão de Sobral; ii) Vales do Curu-Aracatiagu; iii) Sertão dos Inhamuns e Crateús; e iv) Cariri Oeste.

10. A Equipe Central estará sob a orientação do Secretário de Desenvolvimento Agrário, respondendo pelo gerenciamento técnico-operacional, financeiro e administrativo do Projeto. Essa equipe será formada por seis profissionais de nível superior, que exercerão as funções de: coordenador geral, gerente do Componente de Desenvolvimento de Capacidades, gerente do Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental, gerente de aquisições, gerente de monitoramento e avaliação, e gerente financeiro. Para apoiar a coordenação geral e a equipe gerencial, serão contratados cinco profissionais de nível superior, com experiência nas áreas de atuação do Projeto e cinco técnicos de nível médio que executarão atividades administrativas. O organograma da UGP pode ser visto no Apêndice 1 deste Anexo 5.

11. As Equipes Locais atuarão sob a orientação da coordenação geral da UGP e serão formadas por profissionais de nível superior e técnicos de nível médio. Os Territórios de Sobral e do Cariri Oeste aglutinarão 19 municípios, sendo nove no primeiro e dez no segundo. Cada uma dessas Equipes Locais contará com cinco profissionais de nível superior que exercerão as funções de: coordenador de equipe e responsável pelo monitoramento e avaliação das ações apoiadas pelo Projeto; dois responsáveis pelas ações do Componente de Desenvolvimento de Capacidades e dois responsáveis pelas ações do Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental, além de um técnico de nível médio que responderá pelas atividades administrativas. No caso do Território dos Inhamuns-Crateús, que é o maior em extensão geográfica e reunirá doze dos municípios de atuação do Projeto, incluindo três localizados ao sul do Território de Sobral por razões de proximidade e logística, funcionarão duas Equipes Locais. Uma atenderá a sete municípios ao norte do território, com uma equipe formada por seis profissionais, e a outra atenderá a cinco municípios ao sul do território, com uma equipe formada por três profissionais de nível superior e um administrativo. No total, as Equipes Locais mobilizarão 22 técnicos, sendo dezoito de nível superior e quatro de nível médio.

12. Essas equipes realizarão ações e procedimentos que estarão previstos no Manual de Implementação do Projeto tais como: divulgação do Projeto, mobilização das comunidades e dos agricultores e agricultoras familiares, orientação técnica para elaboração e implementação das propostas de investimentos apoiadas pelo Paulo Freire, análise prévia técnica, financeira e ambiental das propostas de investimento a serem financiadas pelo Projeto e monitoramento das ações. Ademais, caberá às equipes locais supervisionar os serviços prestados pelas instituições contratadas para fornecer assessoria técnica aos beneficiários, assegurando que esses serviços sejam executados com qualidade, no prazo e em conformidade com o contratado.

13. O funcionamento da estrutura organizacional do Projeto mobilizará aproximadamente trinta e oito profissionais de nível superior e nível médio, de forma permanente, que comporão a Equipe Central e as Equipes Locais da UGP. Esses profissionais serão contratados para trabalhar em regime de dedicação exclusiva ao Projeto, mediante a promoção de seleção competitiva pela SDA, de acordo com os perfis profissionais e as responsabilidades definidas no Apêndice 2 deste Anexo 5.

14. A seleção e nomeação do coordenador geral da UGP e dos cinco gerentes, será de responsabilidade do secretário da SDA, observados os procedimentos adotados pelo Governo Estadual e o perfil profissional definido para cada uma das funções, como pode ser observado no Apêndice 2 deste Anexo 5. A nomeação do coordenador geral da UGP estará condicionada ao pedido de não objeção ao FIDA. No caso de uma eventual substituição do coordenador geral, a SDA deverá justificar a razão da mudança ao FIDA e promover numa nova seleção competitiva para escolha do sucessor, solicitando a não objeção ao FIDA antes da nomeação.

15. Essas definições relativas à organização e administração do Projeto farão parte do Manual de Implementação do Projeto, que ainda trará todas as orientações quanto a: (i) arranjo institucional para operação do projeto; (ii) critérios de elegibilidade dos beneficiários; (iii) área de atuação; (iv) critérios de acesso aos investimentos e serviços do Projeto; (v) estratégia de implementação; (vi) procedimentos para aprovação dos investimentos; e (vii) monitoramento e avaliação, conforme versão preliminar constante no Anexo 11, do Relatório Principal. Uma vez consolidado o texto do Manual de Implementação do Projeto pela SDA, o Governo Estadual encaminhará ao FIDA solicitando a não objeção. Sempre que forem promovidas alterações e/ou atualizações no texto do Manual, em qualquer momento da execução do Projeto, estas deverão ser submetidas à aprovação do FIDA.

Instâncias de gestão do projeto

16. Para facilitar a articulação do Projeto Paulo Freire com outros programas e projetos de combate à pobreza e de desenvolvimento rural, a exemplo do São José, Pronaf, PAA e PNAE, além de dar transparência à ação do Projeto, o arranjo institucional prevê a participação da UGP nas seguintes instâncias de gestão e coordenação de políticas de desenvolvimento rural:

17. **Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável** - presidido pelo Secretário de Desenvolvimento Agrário, tem como finalidade a promoção do "planejamento, a execução e o acompanhamento das ações de desenvolvimento rural" no estado do Ceará. Para tanto, o Conselho reúne entidades do setor público e privado, organizações dos agricultores familiares e da sociedade civil, dentre as quais a Delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, instituições financeiras como o Banco do Nordeste, Banco do Brasil e a Caixa Econômica, além da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) que representa os agricultores e agricultoras familiares. Para efeito da ação do Projeto, esse Conselho funcionará como um espaço de debates, intercâmbio e articulação entre o Paulo Freire e os programas e projetos estaduais e federais, e as iniciativas da sociedade civil, facilitando a colaboração interinstitucional e a coordenação das ações de desenvolvimento rural.

18. **Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da SDA** - coordenado pelo Secretário e formado pelos Secretários Adjunto e Executivo, o titular das coordenadorias e dos órgãos vinculados à secretaria, esse Comitê funciona como um fórum de coordenação e decisão estratégica da SDA. A UGP participará deste comitê, que terá as seguintes responsabilidades relacionadas ao Projeto Paulo Freire: (i) aprovar o Plano Operativo Anual e viabilizar os acordos necessários à sua execução e à consecução dos seus objetivos; (ii) aprovar o Manual de Implementação do Projeto; (iii) analisar e comentar os relatórios de execução semestrais e anuais; (iv) analisar e comentar os relatórios anuais de auditoria; (v) analisar e comentar a revisão de meio termo do projeto; e (vi) promover a articulação do Paulo Freire com os demais programas e projetos coordenados pela SDA, principalmente com o Projeto São José que poderá atender às demandas por investimentos produtivos de parte das famílias beneficiadas pela assistência técnica prestada pelo Paulo Freire. Além dessa articulação prioritária, o Comitê facilitará a coordenação das ações do Paulo Freire com o Programa Crédito Fundiário, com o Brasil sem Miséria, Garantia Safra, Pronaf e outros.

19. **Comitê Local⁹³ do Projeto** - durante a etapa de mobilização dos agricultores e agricultoras familiares para participarem do Projeto será constituído um Comitê Local em cada um dos territórios de atuação do Paulo Freire, com os seguintes objetivos: (i) debater a realidade dos municípios e das comunidades selecionadas para atuação do Projeto; (ii) estabelecer acordos sobre as prioridades comunitárias das suas organizações; (iii) apoiar as comunidades na elaboração e acompanhamento dos Planos de Desenvolvimento comunitários; (iv) dar transparência às ações do Projeto, possibilitando o controle social; e (v) promover as articulações necessárias à implementação dos Planos de Desenvolvimento e dos Planos de Negócios aprovados. Os Comitês Locais aglutinarão representantes de: comunidades rurais selecionadas para participar do Projeto; mulheres de cada comunidade; jovens de cada comunidade; organizações comunitárias e econômicas dos agricultores familiares (associações, cooperativas); órgãos governamentais com atuação nos municípios, que respondem por projetos de apoio ao desenvolvimento rural (São José, Crédito Fundiário, Pronaf, Brasil Sem Miséria); organizações de representação dos agricultores e agricultoras familiares (sindicatos, FETRAECE); órgãos não governamentais, fornecedoras de assistência técnica e Equipes Locais do Projeto.

20. **Unidade de Gestão do Projeto** – na condição de responsável pela execução do Projeto Paulo Freire, a UGP desempenhará as atividades de coordenação, planejamento, implementação e monitoramento das ações do Projeto, as quais incluem algumas das principais responsabilidades gerenciais, relacionadas abaixo:

21. A Coordenação Geral da UGP responderá pelos atos administrativos, financeiros e técnicos, pela articulação institucional e pelo alcance dos resultados do Projeto. Destaca-se a responsabilidade pela aprovação dos Planos de Negócios a serem apresentados pelas organizações comunitárias e econômicas para financiamento do Projeto. A coordenação da UGP partilhará essa responsabilidade com as Gerências dos Componentes 1 e 2, de Monitoramento e de Aquisições, mediante a constituição da Comissão de Análise e Aprovação dos Planos de Negócios, que se reunirá periodicamente na unidade central da UGP. Caberá ainda à coordenação geral da UGP participar das reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Comitê Gestor da SDA.

- As gerências dos Componentes I e II serão responsáveis por: (i) coordenar a implementação dos Componentes; (ii) orientar tecnicamente às equipes locais na execução das ações previstas em cada Componente; (iii) analisar tecnicamente as

⁹³ Neste caso, a definição de local se limita ao perímetro que engloba o conjunto de municípios selecionados para atuação do Projeto Paulo Freire, em cada um dos três Territórios de Identidade priorizados, Sertão de Sobral, Crateús-Inhamuns e Cariri.

propostas de investimento a serem apoiadas pelo Projeto; (iv) acompanhar a execução dos Planos de Negócios; e (v) assegurar o enfoque de equidade de gênero, a inclusão dos jovens e a transversalidade da dimensão ambiental em todas as ações do Projeto.

- A gerência de Aquisições será responsável pelas aquisições necessárias à operação do Projeto, incluindo a seleção e contratação de organizações qualificadas técnica e operativamente, para executar nas comunidades atendidas pelo Projeto as ações finalísticas de desenvolvimento de capacidades, como previstas no Componente I do Projeto.
- A gerência Financeira será responsável pela execução financeira e contábil e atuará em articulação com a Coordenadoria de Planejamento e Gestão da SDA.
- A gerência de Monitoramento e Avaliação será responsável pelo acompanhamento das metas e resultados previstos, conforme definido no Marco Lógico do Projeto.

III. Etapas de Implementação do Projeto

22. A implementação do Projeto prevê um conjunto de atividades a ser coordenado pela UGP, que terá início a partir da assinatura do Acordo de Empréstimo entre o Governo Federal, Governo Estadual e o FIDA. Essas atividades estão agrupadas em sete etapas sequenciadas para facilitar a compreensão e apresentação, mas na prática elas acontecerão de forma integrada, e na maioria das vezes simultaneamente. Essas etapas podem ser observadas no quadro abaixo:

Etapas de Implementação	Atividades Previstas	Atores Envolvidos
Etapa I – Preparação	1-Constituição da UGP – definição do coordenador geral e dos gerentes setoriais; 2-Seleção e contratação da equipe técnica da UGP e das Equipes Locais; 3-Elaboração e aprovação da versão final do Plano Operativo Anual, Plano de Aquisições e Plano de Implementação do Projeto; 3-Sistematização de informações disponíveis sobre os 31 municípios para seleção das 600 comunidades que participarão mais intensivamente do Projeto; 4-Instalação da UGP - aquisição de equipamentos e mobiliário 5-Seleção e contratação dos mobilizadores sociais e da assessoria técnica contínua; 6-Preparação e capacitação da equipe do Projeto para implementação do projeto, incluindo: a equipe central da UGP, as Equipes Locais, os mobilizadores sociais e a assessoria técnica contínua; 7-Concepção do Sistema de Monitoramento do Projeto; 8-Criação e produção de material promocional	-Secretário da SDA -Secretarias Adjunta e Executiva -Assessoria Jurídica -Coordenadoria de Planejamento e Gestão -UGP Central - -Coordenação Geral da UGP e Gerências -Equipes Locais -Mobilizadores Sociais -Assessoria Contínua
Etapa II - Promoção do Projeto	1-Realização de eventos de comunicação do Projeto nos municípios, em reunião do CEDRS, nos Colegiados Territoriais; 2- Construção da linha de base do Projeto; 3-Implantação do Sistema de Monitoramento do Projeto; 4-Seleção das comunidades para participarem do Projeto; 5- Identificação de potenciais parceiros ao Projeto	-UGP Central -Equipes Locais -Mobilizadores Sociais -Assessoria Contínua -Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural -Colegiados Territoriais -Prefeituras -ONGs

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

Etapas de Implementação	Atividades Previstas	Atores Envolvidos
		-Organizações comunitárias e econômicas e outras organizações privadas com atuação nos municípios.
Etapa III - Mobilização para participação	1-Mobilização dos agricultores e agricultoras, de organizações comunitárias e econômicas; das organizações governamentais e não governamentais que atuem nos municípios nos municípios do Projeto; 2-Promoção de informações sobre as políticas públicas para a população rural dos municípios priorizados; 3-Constituição dos Comitês Locais do Projeto	-UGP Central -Equipes Locais -Mobilizadores sociais -Assessoria contínua Prefeituras/PNAE -Projeto São José -MDA-PRONAF/ PAA -Agricultores e agricultoras -Jovens rurais
Etapa IV – Diagnóstico e planejamento participativo	1-Promoção de oficinas comunitárias de diagnóstico e planejamento; 2-Formulação dos Planos de Desenvolvimento de comunidades, com indicação dos Planos de Trabalho Simplificados e dos Planos de Negócios a serem apoiados; 3-Oficinas de Formulação dos Planos de Negócios 4-Formulação dos Planos de Desenvolvimento das organizações e dos Planos de Negócios	-Gerências de Desenvolvimento de Capacidades e Produtivo -Assessoria contínua -Mobilizadores sociais -Equipes Locais -Assessoria especializada se necessário
Etapa V – Análise e aprovação dos Planos de Negócios	1-Apresentação dos Planos de Negócios às Equipes Locais para análise técnica prévia e possíveis ajustes; 2-Análise e aprovação final pela UGP sob a responsabilidade da coordenação compartilhada com as Gerências de Desenvolvimento de Capacidades, Desenvolvimento Produtivo e a Financeira; 3-Autorização do convênio com a organização.	-Equipes Locais -Coordenação da UGP -Gerências de Desenvolvimento de Capacidades, Produtivo e Financeira -SEMACE -Comitê Gestor da SDA
Etapa VI – Execução dos Planos de Negócios	1-Capacitação das comunidades e das organizações para execução dos Planos de Negócios ou Planos de Trabalho Simplificados e do convênio a ser firmado com a SDA; 2-Licitação e aquisição de serviços e equipamentos; 3-Execução dos serviços contratados e das aquisições, de acordo com o cronograma físico-financeiro; 4-Monitoramento da execução das ações apoiadas pelo Projeto 5-Prestação de contas pelas organizações comunitárias e econômicas apoiadas pelo Projeto	-Gerências de Desenvolvimento de Capacidades e Produtivo -Gerências de Aquisições, Financeira e de Monitoramento -Assessoria contínua e Especializada -Organizações contratadas para capacitar -Organizações comunitárias e econômicas -Comitês Locais do Projeto
Etapa VII – Avaliação	1-Definição da linha de base do Projeto 2-Avaliação de meio-termo 3-Avaliação de impacto	- UGP Central - Gerência de Monitoramento -IPECE -Organizações Comunitárias - Comitês Locais

IV. Organizações parceiras na implementação do Projeto

23. A estratégia de implementação do Projeto pressupõe a parceria com organizações públicas e privadas, visando à complementaridade de ações com outros projetos e programas e ao assessoramento técnico às famílias, comunidades e organizações comunitárias e econômicas participantes do Projeto Paulo Freire. Neste sentido, o Projeto se articulará com organizações governamentais e privadas que promovem ações voltadas ao desenvolvimento rural, as quais figuram como principais parceiras da SDA. Dentre estas, se destacam as seguintes organizações e projetos:

- Secretaria de Planejamento e Gestão que responde pelo orçamento, planejamento e coordenação das ações de governo promoverá as articulações institucionais necessárias à implementação do Projeto, assim como apoiará no monitoramento e na avaliação dos resultados previstos no Marco Lógico. Além disso, o impacto das ações do Paulo Freire também será avaliado por meio do Sistema de Monitoramento da Extrema Pobreza do Estado que está sendo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE). O Sistema que tem o Cadastro Único (cadÚnico) como a base de identificação das famílias mais pobres do estado, monitorará os resultados dos programas e projetos cujas ações incidem sobre elas, com vistas à superação da condição de pobreza extrema;
- Projeto São José III - coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e financiado pelo Banco Mundial, tem como objetivos melhorar a sustentabilidade da produção rural e a geração de renda dos agricultores familiares e contribuir para a universalização do acesso à água. O Projeto de US\$ 150 milhões, incluindo a contrapartida do Governo Estadual, poderá financiar os investimentos produtivos de parte das famílias atendidas pelo Paulo Freire que receberão assistência técnica contínua, além de somar esforços para melhorar o acesso dos agricultores familiares aos mercados;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf é um programa de crédito rural que tem como objetivo fortalecer as atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar, mediante o financiamento de projetos individuais e coletivos para aumentar a renda dos agricultores e assentados da reforma agrária e do Programa do Crédito Fundiário. Neste caso, as famílias apoiadas pelo Paulo Freire com investimentos produtivos serão orientadas pela assessoria técnica contínua a captarem junto ao Pronaf o crédito necessário ao desenvolvimento dos Planos de Negócios aprovados. Além do Pronaf outros programas igualmente relevantes ao desenvolvimento rural, como: PNAE, PAA e Seguro Safra serão informados aos agricultores familiares apoiados pelo Projeto, por meio das atividades desenvolvidas pelo Componente 1, no eixo de Acesso a políticas públicas;
- Programa Brasil sem Miséria – principal programa social do Governo Federal, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, tem como meta retirar da miséria 16,2 milhões de brasileiros, dos quais 59% concentram-se na Região Nordeste. Este programa que está estruturado nos eixos da garantia de renda, da inclusão produtiva e do acesso aos serviços públicos, faz parte das prioridades do Governo do Ceará e, portanto, do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da SDA, que assumiu o compromisso de focar a sua atuação nos 776 mil cearenses que vivem na zona rural em extrema pobreza, público prioritário do Projeto Paulo Freire. Assim, as ações do Paulo Freire coordenadas com as do Brasil Sem Miséria, podem ampliar as possibilidades de inclusão produtiva dessas famílias, de forma sustentável;
- Banco do Nordeste – de um lado o Projeto Paulo Freire informará aos agricultores familiares sobre as linhas de crédito disponíveis e orientará como acessá-las, de outro o Projeto promoverá esforços junto ao BN para que disponibilize o crédito aos agricultores e agricultoras familiares atendidos pelo Projeto. Para os agricultores familiares da Região Nordeste essa ação adquirir relevância quando observamos

alguns dados recentemente analisados e apresentados por Mattei⁹⁴, os quais confirmam um declínio no acesso ao Pronaf dos assentados da reforma agrária a partir da safra de 2003/2004, se mantendo em queda até a safra de 2009/2010. Nesse período, o número de contratos e o montante de crédito na modalidade dos Grupos A+A/C⁹⁵ sobre o total do Pronaf declinaram de 4,7% para 1,6% e de 12,8% para 2,7%, respectivamente. Esses números parecem confirmar a existência de dificuldades crescentes de acesso ao crédito por aqueles que compõem a parcela mais pobre dos rurais, concorrendo juntamente com outros fatores para a não consolidação dos assentamentos da reforma agrária.

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Caprinos e Ovinos e Embrapa Agroindústria Tropical, colaborará com a capacitação de técnicos da SDA e da UGP, das organizações de assessoria técnica contínua e dos agricultores e agricultoras familiares beneficiárias, nas áreas de produção e beneficiamento de produtos da agricultura familiar. Além da capacitação a Embrapa apoiará no desenvolvimento e validação de soluções e tecnologias que ajudem aos agricultores e agricultoras familiares a desenvolverem suas atividades produtivas.
- Além dessas organizações, o Projeto também poderá estabelecer parcerias com as Superintendências do Meio Ambiente (Semace) e a de Obras Hidráulicas (Sohidra), que respondem pela política ambiental e pela execução da infraestrutura hídrica, respectivamente. A primeira poderá contribuir com ações de orientação e licenciamento ambiental dos investimentos produtivos apoiados pelo Projeto, e a segunda com a oferta de água e ou licenciamento de investimentos em infraestrutura hídrica, quando requeridos pelos Planos Negócios financiados pelo Projeto.

24. Por outra parte, os parceiros privados, sejam organizações ou profissionais fornecedores de assessoria técnica, serão selecionados e contratados pela UGP, segundo as necessidades dos beneficiários e as capacidades dessas instituições e/ou profissionais. Estará a cargo desses parceiros a assistência técnica contínua, o assessoramento na elaboração e execução dos Planos de Desenvolvimento e dos Planos de Negócios aprovados e financiados pelo Projeto e a assistência em temas relevantes ao desenvolvimento dos arranjos produtivos apoiados. Neste sentido, um possível provedor de assistência técnica de grande relevância para o Projeto é a Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural do Ceará (EMATERCE)

25. Os fornecedores de assessoria técnica contínua poderão se beneficiar de ações de fortalecimento das capacidades promovidas pelo Projeto, que serão realizadas em parceria com instituições de ensino e pesquisa, orientadas a reforçar a formação dos recursos humanos para a prestação de serviços de maior qualidade aos beneficiários do Projeto e a outros pequenos produtores rurais.

26. Nesta perspectiva, foi possível identificar que, no momento, existem trinta e duas organizações no estado do Ceará cadastradas pelo MDA para prestar assistência técnica aos agricultores familiares. Dentre essas, onze organizações estão credenciadas também pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para elaboração dos projetos a serem financiados pelo Pronaf A e A/C.

27. No entanto, de acordo com gestores de alguns programas federais com atuação nos territórios selecionados pelo Projeto, o número de organizações especializadas e de técnicos em

⁹⁴ "Evolução do Crédito do Pronaf para as Categorias de Agricultores A e A/C entre 2000 e 2010", trabalho apresentado no 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, em Belo Horizonte, de 24 a 27 de julho,

⁹⁵ Linhas de crédito destinadas aos assentados da Reforma Agrária e do Programa Crédito Fundiário, do MDA.

assistência técnica e extensão rural atuando nos territórios do Projeto, em particular, tem sido insuficiente para atender a demanda por parte dos agricultores familiares. Essa constatação ressalta a importância da ação do Projeto em fortalecer as capacidades locais, contribuindo com a formação e qualificação de profissionais em assistência técnica, tendo em vista o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas da agricultura familiar, apoiadas pelo Projeto.

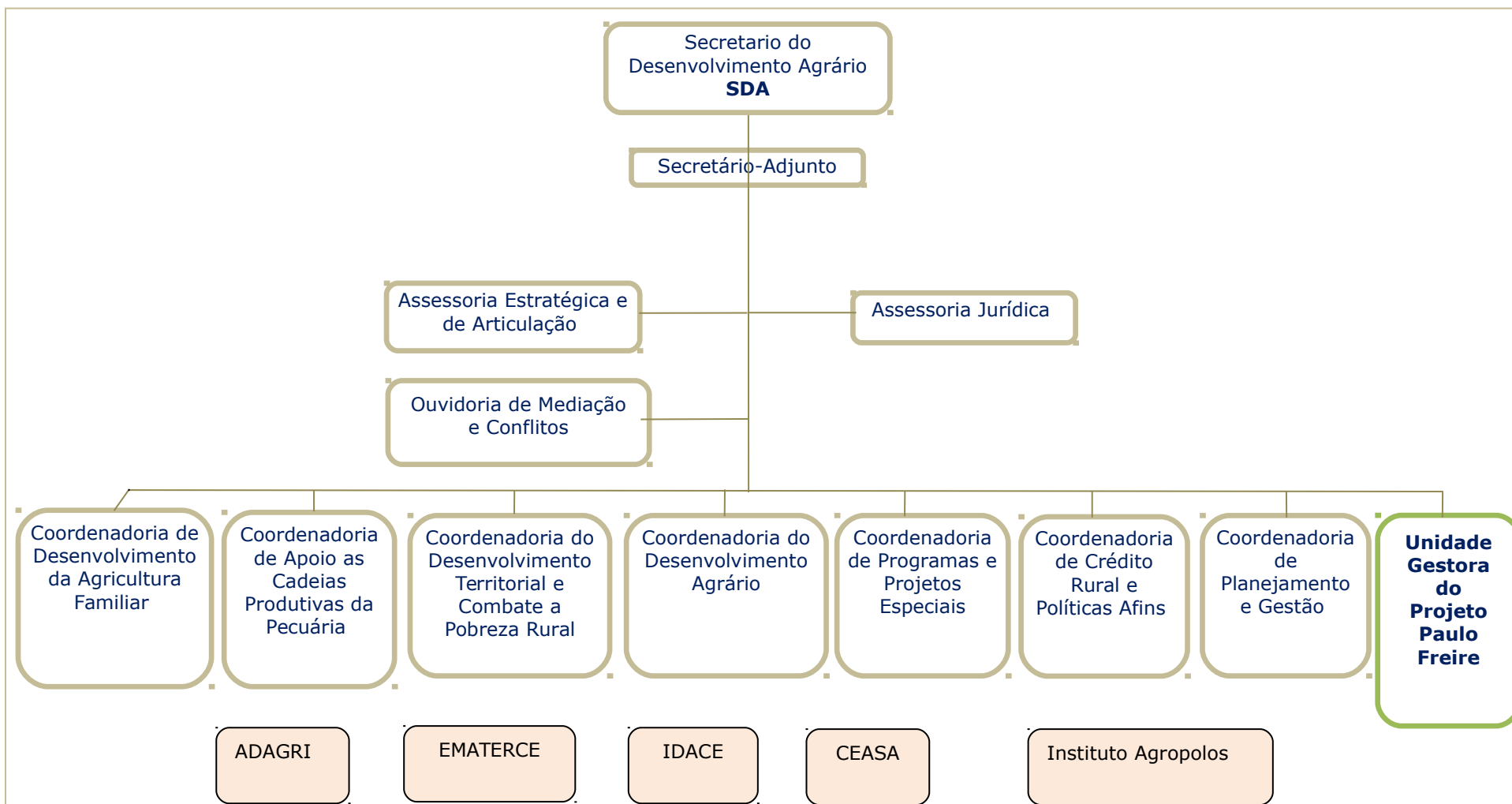
28. Por outra parte, a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Ceará (FETRAECE) que representa os agricultores e agricultoras familiares, presente em todos os municípios do estado, terá uma atuação destacada na implementação do Projeto. A FETRAECE desempenhará um importante papel na mobilização das comunidades rurais e de suas organizações para participar do Projeto, assim como no processo de definição das prioridades de ação no âmbito dos Comitês Locais do Projeto.

29. A FETRAECE poderá ainda colaborar com a assistência técnica aos agricultores familiares, em razão da experiência desenvolvida junto a 30 assentamentos rurais da reforma agrária. Essa experiência está ancorada numa parceria entre a Federação, o INCRA e a Rede Cearense de Ater, que aglutina treze organizações não governamentais que assistem tecnicamente aos assentamentos de forma sistemática.

30. Ademais, FETRAECE tem acumulado experiência em outras áreas que são convergentes com as de atuação do Projeto, como as ações de apoio ao protagonismo juvenil, à organização das mulheres trabalhadoras rurais e aos grupos étnicos, quilombolas e indígenas. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se as de apoio aos jovens e às mulheres no acesso às políticas públicas, tais como: (i) Pronaf para incrementar as atividades econômicas desenvolvidas; (ii) Crédito Fundiário para os homens e as mulheres sem terra que querem produzir de forma associativa; (iii) formação profissional por meio dos Programas Jovem Saber e Projovem Campo; e (iv) formação de jovens multiplicadores criativos para educação sexual e orientação ao não uso de drogas. O Projeto, portanto, poderá somar esforços com a Federação em várias áreas de atuação, principalmente, no que diz respeito à inclusão social das mulheres e jovens do campo.

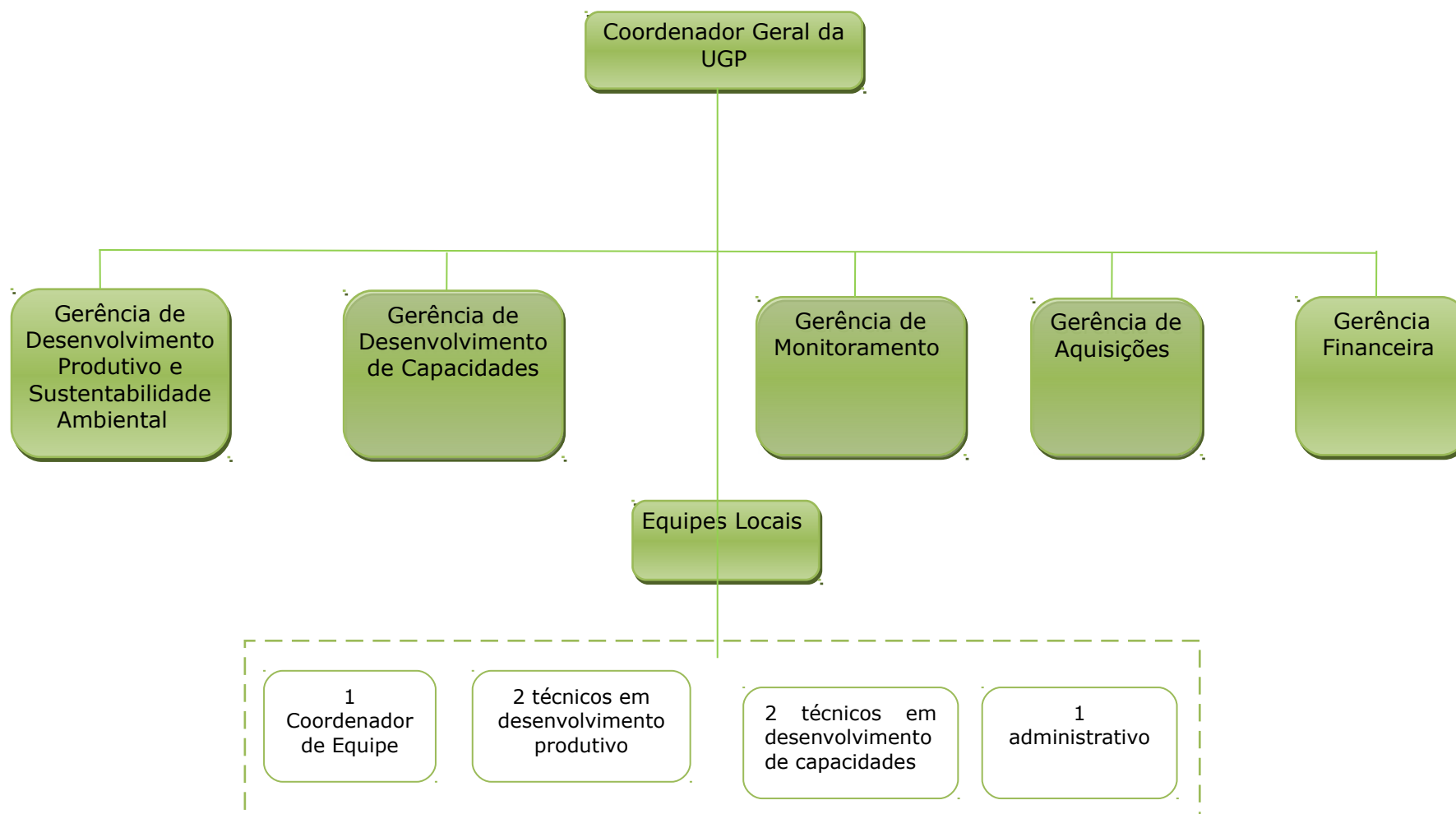
31. Finalmente, as universidades e as organizações do "Sistema S" (Sebrae, Senar, Senai, Senac) poderão reforçar as ações de capacitação técnica e de gestão do conhecimento promovidas pelo Projeto, nas áreas de sua competência. Ressalte-se que essas organizações contam com unidades descentralizadas, que poderão ser utilizadas para a promoção de eventos de capacitação do Paulo Freire. Além dessas instituições, a Ematerce dispõe de três Centros de Treinamento que poderão ser utilizados para realização de atividades de campo e de orientação técnica aos agricultores assistidos pelo Projeto. A Fazenda Normal é um desses Centros que tem funcionado como centro de capacitação de técnicos e de agricultores familiares do Programa Nacional de Assistência Técnica (PNATER), em convênio com o MDA.

APÊNDICE 1.1 – ORGANOGrama DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



APÊNDICE 1.2 – ORGANOGrama DA UNIDADE GESTORA DO PROJETO PAULO FREIRE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
ANEXO 5



Apêndice 1.3. Cargos da Unidade de Gestão do Projeto

Nº	Cargos	Quantidade
Unidade Central		
1	Coordenador Geral	1
2	Gerente do Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1
3	Gerente do Componente de Desenvolvimento de Capacidades	1
4	Gerente de Monitoramento e Avaliação	1
5	Gerente de Aquisições	1
6	Gerente Financeiro	1
7	Profissionais de nível superior especialistas em: desenvolvimento produtivo e de capacidades, monitoramento, aquisições e execução financeira para apoiar o coordenador e as gerências	5
7	Técnicos de nível médio para executar atividades administrativas	5
Equipes Locais		
8	Coordenador de Equipe e responsável pelo monitoramento	4
9	Especialistas em Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	7
10	Especialistas em Desenvolvimento de Capacidades	7
11	Responsável pela área administrativa	4
Total de profissionais mobilizados		38

Apêndice 2. Perfis Profissionais da Equipe do Projeto

Cargo	Responsabilidades	Perfil	Formação Profissional	Experiência
Coordenador Geral da UGP	<ul style="list-style-type: none"> - Dirigir técnica, financeira e administrativamente a Unidade de Gestão do Projeto; - Coordenar e supervisionar as áreas técnica, administrativa e financeira para execução do planejado, no prazo e com qualidade; - Coordenar a elaboração e execução do Plano Operativo Anual, do Plano de Aquisições, do orçamento e dos relatórios anuais; - Acompanhar, apoiar e integrar o trabalho das gerências e equipes locais; - Articular o Projeto com os demais programas e projetos da SDA; - Estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas de interesse do Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de coordenação de equipes, levando-as a trabalharem visando o alcance dos resultados do Projeto; - Capacidade de comunicação e articulação institucional; - Habilidade para negociar e estabelecer acordos de interesse do Projeto; - Conhecimento sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de economia, agronomia, arquitetura, administração pública e sociologia; - Mestrado em área interesse do trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de no mínimo seis anos no exercício da profissão; - Experiência relevante em gestão de projetos de desenvolvimento, preferivelmente com financiamento externo.
Gerente do Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar a implementação do Componente 2; - Orientar e supervisionar a equipe responsável pela execução das atividades desse componente; - Apoiar tecnicamente a elaboração e execução das propostas de investimentos produtivos; - Integrar a Comissão e Análise e Aprovação de Planos no âmbito da UGP; - Assegurar a inclusão das mulheres, dos jovens e grupos étnicos, conforme previsto no Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade para coordenar equipe e de trabalhar de forma integrada com a UGP e SDA; - Conhecimento sobre políticas públicas de desenvolvimento rural, mercados e arranjos produtivos da agricultura familiar; - Conhecimento e prática em elaboração de propostas de investimentos produtivos rurais e tecnologias adaptadas ao semiárido. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de economia, agronomia e afins, com conhecimento em atividades produtivas agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na região semiárida do Brasil; - Com ao menos um curso de especialização em área de interesse da gerência; - Habilidade no uso da tecnologia da informação, incluindo georreferenciamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de pelo menos 5 anos no exercício da profissão e de 3 anos na coordenação de equipe e como responsável pela elaboração e execução de projetos produtivos em região semiárida.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

Cargo	Responsabilidades	Perfil	Formação Profissional	Experiência
Gerente de Desenvolvimento das Capacidades	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e a implementação do Componente 1; - Orientar e supervisionar a equipe responsável pela execução desse Componente; - Apoiar tecnicamente a elaboração e execução dos Planos de Desenvolvimento; - Assegurar a inclusão das mulheres, dos jovens e grupos étnicos, como previsto no Projeto; - Integrar a Comissão e Análise e Aprovação de Planos no âmbito da UGP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade para coordenar equipe e trabalhar integrado com a UGP e SDA; - Conhecimento sobre: políticas públicas de desenvolvimento rural, fortalecimento de capacidades humanas e organizacionais para o desenvolvimento, arranjos produtivos da agricultura familiar e metodologias participativas de elaboração de planos e projetos de desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior, preferencialmente das áreas de ciências humanas e sociais; - Com ao menos um curso de especialização em área de interesse da gerência; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de pelo menos 5 anos no exercício da profissão; - Experiência de 3 anos na coordenação de equipe e como responsável pela formulação de Planos de Desenvolvimento, de forma participativa.
Gerente de Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar os Termos de Referência para a contratação do desenho e implantação do sistema informatizado de M&A do Projeto; - Coordenar, orientar e supervisionar a implantação do sistema informatizado de M&A; - Coordenar e orientar tecnicamente a equipe responsável pelo monitoramento das ações do Projeto. - Integrar a Comissão e Análise e Aprovação de Planos no âmbito da UGP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de coordenar equipe e trabalhar integrado com as áreas da UGP e SDA; - Conhecimento em concepção, adaptação e implantação de sistemas de informática de M&A; - Conhecimento sobre projetos de desenvolvimento rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de ciências humanas e sociais, administração, informática e engenharia, com conhecimento em avaliação e monitoramento de projetos governamentais de desenvolvimento rural e social; - Domínio no uso da tecnologia de sistemas de informação gerencial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de 5 anos no exercício da profissão e ao menos 4 em concepção e implantação de sistemas de monitoramento de projetos de desenvolvimento rural.
Gerente de Aquisições	<ul style="list-style-type: none"> - Orientar as equipes na elaboração dos Termos de Referência para aquisição dos bens e serviços requeridos pelo Projeto; - Preparar a documentação de cada processo de aquisição, conforme previsto na legislação; - Acompanhar junto à Central de Licitação os processos relativos ao Projeto; 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de coordenar equipe e trabalhar integrado com as demais áreas da UGP e SDA; - Conhecimento da legislação pública para aquisições de bens e serviços; - Conhecimento sobre as diretrizes para aquisições de bens e serviços de organismos 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de administração pública, ciências contábeis e direito; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de 5 anos no exercício da profissão e ao menos 3 anos na área administrativa e de aquisições.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

Cargo	Responsabilidades	Perfil	Formação Profissional	Experiência
	- Integrar a Comissão e Análise e Aprovação de Planos no âmbito da UGP.	internacionais;		
Gerente Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Gerenciar as informações do POA relativas aos custos e despesas do Projeto; - Executar as operações financeiras e contábeis; - Elaborar relatórios de acompanhamento para análise e decisões pela coordenação da UGP; - Acompanhar e executar pagamentos e recebimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de coordenar equipe e trabalhar integrado com as áreas da UGP e SDA; - Conhecimento sobre gestão de finanças públicas, contabilidade e matemática; - Conhecimento dos procedimentos de gestão financeira de empréstimos internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior em economia e administração pública; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	- Experiência de 5 anos no exercício da profissão e ao menos 4 anos em gestão e execução financeira.
Especialista em desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o gerente na implementação das ações do Componente 2; - Prestar orientação e apoio técnico às equipes locais e comunidades rurais na identificação das atividades econômicas potenciais e na elaboração dos Projetos de Investimentos Produtivos; - Acompanhar a execução das ações do Componente 2. - Preparar relatórios de execução das ações do Componente 2. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de trabalhar em equipe; - Capacidade de se comunicar e negociar com os agricultores familiares e suas organizações; - Conhecimento sobre políticas públicas de desenvolvimento rural, mercados e tecnologias adaptadas ao semiárido; - Conhecimento em elaboração de propostas de investimentos produtivos rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de economia, agronomia e áreas afins, com conhecimento em atividades produtivas agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na região semiárida do Brasil; - Habilidade no uso da tecnologia da informação, incluindo georeferenciamento. 	- Experiência de 4 anos no exercício da profissão e ao menos 3 anos em desenvolvimento de arranjos produtivos da agricultura familiar e na formulação e execução de Projetos de Investimentos Rurais

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

Cargo	Responsabilidades	Perfil	Formação Profissional	Experiência
Especialista em Desenvolvimento de Capacidades	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o gerente na implementação das ações do Componente 1; - Apoiar às equipes locais na mobilização das comunidades e de suas organizações para participar do Projeto; - Orientar tecnicamente às equipes locais na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Comunitário e de desenvolvimento das organizações; - Supervisionar os serviços prestados de assessoramento continuado às comunidades; - Preparar relatórios de execução das ações do Componente 1 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de trabalhar em equipe; - Capacidade de se comunicar e negociar com os agricultores familiares e suas organizações; - Conhecimento sobre políticas públicas de desenvolvimento rural e social; - Conhecimento em formulação e execução de Planos de desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais e em metodologias participativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior, preferencialmente das áreas de ciências humanas e sociais; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de 4 anos no exercício da profissão e ao menos 3 anos em formulação e execução de Planos de desenvolvimento e em fortalecimento de capacidades humanas e institucionais
Especialista em Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o gerente da área na elaboração dos Termos de Referência para a contratação do desenho e implantação do sistema informatizado de M&A do Projeto; - Acompanhar a elaboração e implantação do sistema; - Prestar apoio técnico à equipe no uso do sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de interagir com a equipe prestando as orientações técnicas necessárias; - Conhecimento em concepção, adaptação e implantação de sistemas de informática de M&A; - Conhecimento sobre projetos de desenvolvimento rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de ciências humanas e sociais, administração, informática e engenharia, com conhecimento em avaliação e monitoramento de projetos de desenvolvimento rural e social. - Domínio no uso da tecnologia de sistemas de informação gerencial 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de 4 anos no exercício da profissão e ao menos 3 anos em concepção e implantação de sistema de informação gerencial.
Especialista em Aquisições	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o gerente da área; - Preparar, acompanhar e concluir os processos de aquisição; - Orientar as equipes sobre os procedimentos de aquisição; - Preparar relatórios de acompanhamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento da legislação pública para aquisições de bens e serviços; - Conhecimento sobre as diretrizes para aquisições de bens e serviços de organismos internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de administração pública, ciências contábeis e direito - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de 4 anos no exercício da profissão e ao menos 3 anos em processos de aquisição

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

Cargo	Responsabilidades	Perfil	Formação Profissional	Experiência
Especialista em finanças públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o gerente da área; - Executar operações financeiras e contábeis; - Orientar as equipes sobre os procedimentos de execução de gastos; - Preparar relatórios de acompanhamento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento sobre execução de financeira, contabilidade e matemática; - Conhecimento dos procedimentos de gestão financeira de empréstimos internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior em economia e administração pública; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	Experiência de 4 anos no exercício da profissão e ao menos 3 anos em execução em operações financeiras e contábeis pública
Coordenador de Equipe Local	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar e monitorar a implementação do Projeto no território de atuação; - Coordenar e supervisionar a equipe local e as organizações contratadas; - Reportar ao Coordenador da UGP o andamento do Projeto; - Estabelecer articulações institucionais no âmbito local; - Estimular a participação das mulheres, dos jovens e grupos étnicos nas ações promovidas pelo Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de coordenar equipe; - Capacidade de negociar e viabilizar acordos com os agricultores familiares e suas organizações; - Promover articulações com as organizações parceiras; - Conhecimento sobre políticas públicas de desenvolvimento rural, mercados e tecnologias adaptadas ao semiárido - Reside no território de atuação do Projeto e da equipe local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de economia, agronomia, arquitetura; administração pública e sociologia; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	Experiência de 4 anos no exercício da profissão e ao menos 3 anos em coordenação de projetos de desenvolvimento rural
Técnico em Desenvolvimento de Capacidades – equipe local	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar o coordenador local na implementação das ações do projeto; - Mobilizar as comunidades e suas organizações para participar do Projeto; - Apoiar o processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Comunitário; - Orientar e supervisionar os mobilizadores sociais e as organizações responsáveis pelo assessoramento continuado; - Analisar previamente as propostas de investimentos produtivos, emitindo e parecer e encaminhando para a UGP 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de negociar e viabilizar acordos com as comunidades e suas organizações tendo em vista as possibilidades e limites do Projeto; - Conhecimento em metodologias participativas de elaboração de planos e projetos de desenvolvimento rural; - Conhecimento sobre políticas públicas de desenvolvimento rural e social; - Reside no território de atuação do Projeto e da equipe local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior, preferencialmente das áreas de ciências humanas e sociais; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	Experiência de 3 anos no exercício da profissão e ao menos 2 anos em processos participativos de formulação de planos de desenvolvimento rural e em execução de políticas públicas de desenvolvimento rural.
Técnico em	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar o coordenador local 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de negociar 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível 	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de 3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

Cargo	Responsabilidades	Perfil	Formação Profissional	Experiência
Especialista em finanças públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o gerente da área; - Executar operações financeiras e contábeis; - Orientar as equipes sobre os procedimentos de execução de gastos; - Preparar relatórios de acompanhamento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento sobre execução de financeira, contabilidade e matemática; - Conhecimento dos procedimentos de gestão financeira de empréstimos internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior em economia e administração pública; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	Experiência de 4 anos no exercício da profissão e ao menos 3 anos em execução em operações financeiras e contábeis pública
desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental – equipe local	<ul style="list-style-type: none"> - na implementação das ações do Componente 2; - Orientar o processo de elaboração dos Projetos de Investimentos Produtivos; - Orientar e supervisionar a prestação dos serviços de Ater junto às comunidades; - Analisar previamente as propostas de investimentos produtivos, emitindo e parecer e encaminhando para a UGP. 	<ul style="list-style-type: none"> - e viabilizar acordos com as comunidades e suas organizações; - Conhecimento sobre políticas públicas de desenvolvimento rural, mercados e tecnologias adaptadas ao semiárido; - Conhecimento em elaboração de propostas de investimentos produtivos rurais; - Reside no território de atuação do Projeto e da equipe local. 	<ul style="list-style-type: none"> - superior das áreas de economia, agronomia e áreas afins, com conhecimento em atividades produtivas agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na região semiárida do Brasil; - Habilidade no uso da tecnologia da informação, incluindo georeferenciamento 	anos no exercício da profissão e ao menos 2 anos em processos participativos de formulação de Projetos de Investimentos e em execução de políticas públicas de desenvolvimento rural.
Cargo	Responsabilidades	Perfil	Formação Profissional	Experiência
Técnico em administração – equipe local	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar o coordenador da equipe local na organização e funcionamento da unidade; - Executar as rotinas administrativas necessárias; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento dos procedimentos administrativos governamental; - Capacidade de trabalhar em equipe; - Reside no território de atuação do Projeto e da equipe local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional de nível superior das áreas de administração pública e contabilidade; - Habilidade no uso da tecnologia da informação. 	- Experiência de 3 anos no exercício da profissão e ao menos 2 anos na execução de procedimentos administrativos na esfera pública.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

Apêndice 3. Análise de SWOT das instituições que participarão das ações de desenvolvimento de capacidades

INSTITUIÇÕES / PROGRAMAS	FORTALEZAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES E RISCOS	COMENTÁRIOS
Setor Público				
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	<ul style="list-style-type: none"> • Coordena a política pública estadual de desenvolvimento rural; • Compromisso com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, apoiando a inserção dos seus produtos nos mercados; • Secretário e equipe empenhados em fazer o Projeto acontecer; • Experiência na implementação de projetos com financiamento internacional; • Preside o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; • Ação descentralizada em 13 Territórios Rurais • Boa articulação com o Governo Federal, Prefeituras e movimentos sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido quadro de pessoal técnico; • Insuficiente monitoramento e avaliação das ações de responsabilidade da secretaria e empresas vinculadas; • Frágil coordenação e integração das ações entre as coordenadorias da SDA e destas com empresas vinculadas; • Reduzida cobertura da ATER governamental; 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos oriundos de outros programas federal e estadual, a exemplo do Pronaf, do São José III, do PAA-Leite e do Água para Todos, favorecem um maior alcance e impacto das ações do Paulo Freire; • Descentralização das ações da SDA e maior estruturação das Secretarias Municipais de Agricultura; • O Projeto poderá contribuir para uma nova forma de atuação da SDA, a partir da experiência da assessoria contínua aos agricultores; • A parceria entre o Paulo Freire e o São José poderá melhorar as condições de fomento das atividades econômicas, com maiores investimentos na infraestrutura à produção e no acesso aos mercados; 	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

INSTITUIÇÕES / PROGRAMAS	FORTALEZAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES E RISCOS	COMENTÁRIOS
EMATERCE	<ul style="list-style-type: none"> • Organização governamental vinculada a SDA responsável pelo fornecimento da assistência técnica aos agricultores familiares; • Estrutura descentralizada em processo de expansão, juntamente com a contratação de mais técnicos de nível médio e superior; • Monitoramento da ação no campo por meio de sistema corporativo em ambiente web; • Articulação institucional com as Prefeituras, Fetraece, sindicatos e organizações privadas de ATER 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro técnico limitado frente à demanda por assistência técnica; • Limitada cobertura da assistência técnica e extensão rural no estado; • Frágil supervisão e capacitação dos executores, já que os serviços de ATER são delegados em parte às organizações da sociedade civil; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do atendimento ao agricultor familiar; • Política Nacional de Ater e Pacto Federativo dirigidos ao fortalecimento das empresas estaduais de Ater; 	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

INSTITUIÇÕES / PROGRAMAS	FORTALEZAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES E RISCOS	COMENTÁRIOS
Setor Privado				
<p>Durante o Desenho do Projeto Paulo Freire, a equipe encarregado do desenho tomou conhecimento da atuação de organizações privadas, tanto associativas de agricultores familiares como prestadoras de serviços técnicos. De acordo com a PNATER, cabe ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS habilitar organizações privadas para prestar assistência técnica aos agricultores familiares na elaboração e execução de projetos ao Pronaf e a outros projetos governamentais de desenvolvimento rural. No momento, são 32 organizações credenciadas pelo MDA para prestar assistência técnica aos agricultores familiares do Ceará, das quais 13 também são cadastradas pelo CEDRS para elaborar projetos para o Pronaf A e A/C. Além dessas, outras organizações, a exemplo do Sebrae e do IFC, têm tido uma atuação relevante na qualificação técnica e educação profissional de jovens rurais para o trabalho e a geração de renda. Há, portanto, um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento das ações previstas pelo Projeto e ao alcance dos objetivos propostos, o qual tem melhorado com o estímulo das políticas públicas sociais que vêm investindo na capacidade técnica e institucional do conjunto dos atores envolvidos no processo de implementação (organizações governamentais, prestadoras de serviços e organizações de beneficiários).</p>				
Organizações Privadas de Assistência Técnica – ONGs, OSCIPs e Empresas	<ul style="list-style-type: none"> • Localização e atuação nos municípios do meio rural; • Proximidade com as comunidades rurais e as famílias dos agricultores; • Flexibilidade e agilidade para atuar; • Experiência em metodologias participativas e tecnologias adequadas ao semiárido; • Conhecimento da realidade local; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física e operacional limitada; • Reduzido quadro técnico permanente; • Rotatividade de mão de obra; • Cobertura geográfica limitada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Agendas específicas, que podem não coincidir com a do projeto; • Em razão das limitações institucionais as organizações podem ter dificuldades de honrar contratos; • Facilidade de promover articulações locais necessárias ao desenvolvimento das ações do Projeto; • Boa relação institucional com o Governo do Ceará e outras organizações governamentais e privadas; 	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

INSTITUIÇÕES / PROGRAMAS	FORTALEZAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES E RISCOS	COMENTÁRIOS
Organizações de Beneficiários				
Fetraece	<ul style="list-style-type: none"> • Representatividade e legitimidade por parte dos agricultores familiares; • Mobilização e organização dos agricultores familiares e trabalhadores e trabalhadoras rurais; • Experiência acumulada em ATER aos assentados rurais e nas áreas de: protagonismo juvenil, organização das trabalhadoras rurais e dos grupos étnicos, quilombolas e indígenas; • Parceria com o Governo do Estado e Governo Federal na implementação de diversos projetos de desenvolvimento rural; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física e operacional limitada; • Reduzido quadro técnico permanente; • Rotatividade de mão de obra; • 	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação para além da luta sindical; • Parceria bem sucedida com o Projeto Dom Helder Câmara, atuando na mobilização social das comunidades rurais atendidas, na difusão das políticas públicas nacionais e estaduais e protagonismo juvenil; • 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de natureza sindical, que congrega boa parte dos sindicatos dos trabalhadores rurais. • Filiada a CUT e a CONTAG

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 5

INSTITUIÇÕES / PROGRAMAS	FORTALEZAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES E RISCOS	COMENTÁRIOS
Associações e Cooperativas de Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Grande número de organizações em toda a área do Projeto, alcançando muitos dos beneficiários potenciais; • Experiências bem sucedidas em curso nos territórios de atuação do Projeto; • Vivência comunitária e laços de confiança facilitam as parcerias e os projetos coletivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitada participação dos associados na gestão das organizações; • Despreparo para produção e comercialização associativa; • Precária infraestrutura para produção e logística; • Dificuldade em elaborar e implementar projetos de maior complexidade e exigência de gestão (Planos de Negócios); 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidades de fortalecimento institucional a partir do Projeto; • A comercialização dos produtos da agricultura familiar no mercado institucional está melhorando as condições de organização e produção dos agricultores; • Em razão das limitações institucionais projetos de maior complexidade podem fracassar; 	<ul style="list-style-type: none"> • A articulação dessas organizações ao mercado privado pode resultar em avanços na comercialização.

Apêndice 4 – Plano de Desenvolvimento de Capacidades

Apresentação

1. Uma parte importante dos esforços e dos recursos do Projeto Paulo Freire será dedicada ao desenvolvimento das capacidades dos diversos públicos com os quais ele irá trabalhar. O Componente 1 será totalmente dedicado a esta tarefa. As atividades de desenvolvimento de capacidades da Agência Executora serão realizadas pelo Componente 3.
2. Assim, o Projeto Paulo Freire dará ênfase aos processos de aprendizagem, formação e capacitação em todas as suas etapas e entre todos os participantes. Neste sentido, a ideia de desenvolvimento de capacidades que norteia este Plano é a do apreender a aprender, em que se estimulam as pessoas a resolverem os problemas, buscando ou criando as soluções possíveis. Essa pedagogia valoriza a trocar de saberes e de experiências entre os envolvidos no processo de aprendizagem, bem como a produção coletiva e individual de novos conhecimentos e tecnologias que poderão ser disseminadas, debatidas e testadas entre as comunidades rurais participantes do Projeto.
3. Este trabalho, que está alicerçado numa avaliação inicial das capacidades atuais (ver Análise FOFA (SWOT) no Apêndice 3, deste Anexo), dirige-se a diferentes tipos de público. Assim, o presente Plano está organizado em duas partes: a) atividades destinadas a desenvolver as capacidades da agência implementadora, provedores de serviços e outros parceiros de implementação; b) atividades destinadas ao reforço das organizações de base e da população rural em geral. Cada uma destas partes considera diferentes subgrupos, como veremos a seguir.
4. Cada um dos subgrupos considerados tem as suas deficiências específicas relacionadas com o tema das capacidades. Estas serão mencionadas brevemente em cada caso, assim como serão enumerados os principais tipos de eventos que serão implementados para desenvolver as capacidades necessárias. Sendo assim, O Plano será revisado e terá sua programação detalhada para os primeiros 18 meses na etapa de preparação para implementação do Projeto. Esta programação continuará sendo feita regularmente ao longo da vida do Projeto.
5. Dadas às características do Projeto Paulo Freire, que tomará como ponto de partida a situação local e as necessidades identificadas no campo, o Plano de Desenvolvimento de Capacidades deverá moldar-se à realidade na qual ele vai atuar. A cada ano serão identificados os temas e os instrumentos a serem utilizados, com o qual poderão ser definidas as atividades a serem incluídas no POA. Também haverá uma avaliação regular do andamento e dos resultados das atividades realizadas, o que alimentará um novo ciclo de planejamento.

1. Objetivos:

6. O Plano terá como objetivo geral contribuir com o desenvolvimento das capacidades dos agricultores e agricultoras familiares, de suas organizações comunitárias e econômicas, das organizações parceiras e dos profissionais provedores de assessoria técnica, bem como da Agência Executora do Projeto, com vistas à dinamização das atividades econômicas da agricultura familiar, com o incremento da renda e a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.
7. Os objetivos específicos serão: (i) realizar ações de capacitação que promovam o desenvolvimento humano e social dos grupos apoiados pelo Projeto; (ii) capacitar e instrumentalizar os agricultores familiares em organização, técnicas de produção e comercialização, especialmente as mulheres e os jovens; (iii) fortalecer as capacidades institucionais e técnicas das organizações públicas e privadas na prestação de serviços técnicos necessários ao desenvolvimento sustentável de atividades agrícolas e não agrícolas da agricultura familiar; (iv) preparar os jovens rurais para empreender ou acessar o mercado de trabalho; e (v) fortalecer as capacidades técnicas e gerenciais da Agência Executora.

2. Público Meta

8. As ações de desenvolvimento de capacidades a serem promovidas pelo Projeto Paulo Freire serão destinadas aos seguintes subgrupos: comunidades rurais, agricultores e agricultoras e suas famílias, com prioridade às mulheres, aos jovens e grupos étnicos, organizações comunitárias e econômicas (cooperativas, pequenas empresas, condomínios e outras formas de organização), organizações pública estadual e privadas de assistência técnica e extensão rural, equipe gerencial e técnica da Agência Executora.

3. Eventos de Desenvolvimento de Capacidades

9. De acordo com a concepção do Projeto serão promovidos diferentes tipos de eventos de capacitação, formação e aprendizagem, adequadas às realidades e necessidades dos grupos a serem apoiados, tais como:

- Oficinas;
- Visitas para intercambio de experiência e de conhecimentos;
- Cursos técnico-operacionais de curta e média duração nos municípios em diferentes áreas: técnicas de produção, gestão, finanças, tecnologias, meio ambiente, organização para produção, comercialização e outras igualmente relevantes ao fortalecimento dos grupos e dos arranjos produtivos;
- Seminários de planejamento e avaliação das ações do Projeto;
- Seminários de intercambio com outros Projetos apoiados pelo FIDA;
- Capacitação continuada por meio da assessoria técnica direta às comunidades;
- Capacitação técnica por meio da assessoria especializada;
- Unidades de Aprendizagem.

4. Local de Realização dos Eventos

10. Considerando a concepção pedagógica que orienta o Plano, os eventos de desenvolvimento de capacidades mencionados serão realizados, em sua maioria, nas próprias comunidades rurais para facilitar a participação dos agricultores e agricultoras familiares, possibilitando a prática do aprender na própria comunidade onde as famílias desenvolvem suas atividades econômicas e comunitárias. No caso de cursos técnicos especializados, que requeiram instalações específicas, a UGP mobilizará os parceiros que dispõem de instalações adequadas nos territórios de atuação do Projeto, a exemplo de: universidades, IFCE, Escolas Estaduais Profissionalizantes, Sebrae, Embrapa, Ematerce e outras instituições.

11. O material didático será previsto nos Termos de Referência de seleção e contratação das instituições executoras.

5. Vigência do Plano

12. O Plano terá a duração de 6 anos. As ações de capacitação terão início na etapa de preparação para implementação do Projeto, com a capacitação de toda a equipe da UGP para gestão e implementação do Projeto, incluindo os mobilizadores sociais e a assessoria contínua.

6. Planejamento e Acompanhamento da Execução e dos Resultados

13. O Plano de Desenvolvimento de Capacidades estará a cargo da Gerência do Componente de Desenvolvimento de Capacidades da Unidade de Gestão do Projeto, que se responsabilizará por viabilizar as ações de capacitação indicadas nos Planos de Negócios e nos Planos de Trabalho Simplificados, além de outras ações indispensáveis ao desenvolvimento das comunidades e de suas organizações. As ações de desenvolvimento de capacidades constarão no Plano Operativo Anual.

14. No caso das ações de desenvolvimento de capacidades voltadas ao fortalecimento institucional da Agência Executora, a Coordenação da UGP será responsável por viabilizá-las com o apoio da Gerência de Desenvolvimento de Capacidades.

15. Para a implementação das ações previstas no Plano, a UGP poderá promover parcerias com instituições governamentais de ensino e formação técnica mediante convênio, bem como selecionar e contratar organizações privadas especializadas nas áreas técnicas requeridas pelas propostas de investimentos produtivos, apresentadas pelos agricultores e agricultoras familiares.

16. O acompanhamento e monitoramento da execução das ações de desenvolvimento de capacidades estarão a cargo das Equipes Locais do Projeto e da assessoria contínua, sob a orientação da Gerência de Desenvolvimento de Capacidades.

7. Estratégia do Plano de Desenvolvimento de Capacidades por Tipo de Público

7.1 Agência executora e entidades 'parceiras'

7.1.1 Agência executora

17. Na condição de responsável pela execução do Paulo Freire, a Agência Executora terá as suas capacidades técnica e de gestão reforçadas pela ação do Projeto. Esta ação que se realizará durante os seis anos de execução, se dirigirá prioritariamente às equipes gerências e técnica da UGP, incluindo as Equipes Locais do Projeto. Para atender a essas necessidades serão organizados cursos de curta duração, seminários e treinamentos, que abordarão os temas a seguir:

- Planejamento, monitoramento e avaliação das ações;
- Orçamento, desembolso do empréstimo e execução financeira;
- Prestação de contas;
- Licitações e aquisições;
- Diagnóstico rápido participativo;
- Equidade de gênero;
- Ações transversais dirigidas aos jovens e às mulheres;
- Planejamento participativo, incluindo os Planos de Desenvolvimento;
- Formulação de Planos de Negócios;
- Acompanhamento e avaliação participativa das ações;

- Concepção e implantação de sistema de informática para gestão, execução e monitoramento das ações.

7.1.2 Entidades provedoras de serviços de assessoria contínua

18. As entidades que poderão ser contratadas⁹⁶ para prover os serviços de assessoria técnica contínua são diferentes entre si, em tamanho, estrutura organizacional e enfoques temáticos. Levando em consideração que o Projeto Paulo Freire espera contar com uma assessoria com características bastante inovadoras, quando comparada com a assistência técnica convencional, caberá realizar um esforço no sentido de preparar as equipes para corresponder a estas expectativas. Considerando estas características da assessoria proposta, foram identificadas algumas deficiências que normalmente são comuns às equipes técnicas de assessoria contínua. Para responder a estas deficiências o Projeto Paulo Freire organizará sessões de formação (cursos, oficinas de formação, etc.) sobre os seguintes temas:

- Abordagem participativa da assessoria;
- Enfoque técnico baseado nos princípios da 'convivência com o semiárido' e da agroecologia;
- Práticas de preservação, proteção e recuperação dos recursos naturais;
- Conhecimentos sobre os mercados e comercialização e temas afins;
- Políticas públicas para a população rural.

19. Para a realização destas sessões de formação serão contratados consultores ou entidades (universidades, ONGs) que tenham as qualificações necessárias⁹⁷. No caso específico das políticas públicas, as equipes do Projeto que tratarão este tema terão a tarefa de atualizar os conhecimentos das equipes de assessoria técnica contínua.

20. Há ainda uma necessidade das entidades contratadas dominarem os procedimentos administrativos utilizados pelo Projeto. Esses procedimentos dizem respeito à gestão do contrato, considerando a execução das atividades programadas e a obtenção dos resultados acordados, bem como a prestação de contas dos recursos repassados. Este tema deverá ser objeto de pequenos cursos de capacitação para os dirigentes e responsáveis administrativos das entidades contratadas.

7.1.3 Outras entidades 'parceiras' nos municípios

21. É frequente que as equipes de Prefeituras, Sindicatos, ONGs e outras organizações locais, de municípios com o perfil dos de atuação do Projeto Paulo Freire pouco conheçam as políticas públicas disponíveis para a população rural. Por isso, elas serão alvo do trabalho das equipes de assessoria em políticas públicas, visando sanar as principais dificuldades sentidas por estas equipes. Além disso, essas organizações participarão de oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação de ações de desenvolvimento rural, coordenação e integração de ações, elaboração de Planos de Desenvolvimento e Planos de Negócios, intercâmbio de

⁹⁶ Lembramos que existe no Ceará um conjunto de entidades, tanto privadas como públicas, que atuam na prestação de serviços de assessoria técnica.

⁹⁷ O Projeto Dom Helder Câmara e o Projeto Sertão têm utilizado estes expedientes, utilizando consultores e entidades presentes no país, para desenvolver as capacidades das equipes que fazem a assessoria técnica.

experiências e conhecimentos associados aos arranjos produtivos apoiados pelo Projeto e outros temas relevantes ao aperfeiçoamento dessas organizações.

7.1.4 Sobre as entidades de assessoria especializada e outros possíveis parceiros

22. As entidades de assessoria especializada serão contratadas em função de uma competência específica que elas já possuem. Em princípio, o Projeto não trabalhará com o desenvolvimento das capacidades destas entidades. Espera-se que entidades parceiras como Embrapa, Banco do Nordeste, Banco do Brasil prestem assessoramento técnico às equipes do Projeto, aos agricultores e agricultoras familiares, às organizações econômicas e às organizações de assessoria técnica contínua, não requerendo uma ação de capacitação do Projeto.

7.2 População rural atendida e as suas organizações

7.2.1 Organizações (associações) comunitárias

23. O trabalho com as organizações locais buscará desenvolver as capacidades destas para a ação. Assim, as atividades buscarão, inicialmente, desenvolver as capacidades das famílias e das organizações comunitárias para melhor identificar e analisar os seus problemas e potencialidades, planejar as ações necessárias para enfrentar os desafios e executar as ações planejadas. O fortalecimento destas entidades iniciará com:

- A elaboração de um diagnóstico e um Plano de Desenvolvimento (PD) para a comunidade;
- A elaboração de um (ou mais de um) Plano(s) de Negócios (PN).

24. De forma concomitante, será dado apoio para que as organizações locais possam funcionar melhor, através da realização de:

- Eventos de capacitação (cursos, oficinas, etc.) para dirigentes e sócios no tema da governança e outros aspectos gerais do funcionamento de uma associação.

25. Com a chegada dos recursos dos Planos de Negócios, o Projeto cuidará de desenvolver as capacidades necessárias para a implementação, mediante as ações de:

- Capacitação da equipe da associação nos diversos aspectos relacionados com a administração dos recursos repassados pelo Projeto Paulo Freire: contabilidade, procedimentos de compra, etc.
- Acompanhamento da implementação dos PNs.

26. O trabalho de fortalecimento de capacidades neste nível também incluirá eventos anuais de avaliação do trabalho realizado e de (re)planejamento do trabalho futuro.

27. A participação no processo de elaboração dos planos, além de ser crucial para a organização comunitária, é também um instrumento de fortalecimento das capacidades das pessoas (homens e mulheres das comunidades). Mas o trabalho com as pessoas, membros das unidades familiares da comunidade, irá mais longe: os Planos de Desenvolvimento (e os PNs) identificarão os temas para os quais será importante organizar diferentes tipos de eventos de capacitação. (Cf. item 7.2.3 a seguir)

7.2.2 Organizações econômicas da população rural

28. No caso do trabalho do Projeto Paulo Freire com as organizações econômicas (que poderão ter diferentes formatos, tais como: cooperativa, microempresa, condomínio, etc.) da população rural dos municípios envolvidos, a sequência de atividades de desenvolvimento de capacidades dependerá, em grande parte, da situação de cada organização, já que o PPF poderá atender organizações já estabelecidas e também poderá estimular e orientar grupos 'novatos' no processo de montagem de uma organização econômica.

29. Em todos os casos haverá a elaboração de um diagnóstico com o seu Plano de Desenvolvimento. Ele será seguido, quando for o caso, da elaboração de Plano de Negócios. Estes instrumentos indicarão quais temas deverão merecer a atenção do PPF no sentido de desenvolver as capacidades destas organizações. Assim, por exemplo, imaginamos que um grupo que quer constituir a sua organização econômica necessitará um apoio que trate do processo administrativo e jurídico inicial, que os ajude a preparar e processar a documentação necessária. Também precisará de assessoria para estabelecer os seu sistema de contabilidade e prestação de contas, questões bancárias, etc. Já uma cooperativa bem estabelecida não deverá requerer este tipo de apoio. Em ambos os casos, o Plano de Negócios elaborado deverá identificar os temas – que abrangerão questões técnicas, de comercialização, gestão, organização etc. – a partir dos quais será montado um plano específico de desenvolvimento de capacidades para cada organização atendida.

7.2.3 População rural atendida

30. Embora exista um conjunto bastante importante de políticas públicas destinadas à população rural, em muitos casos a informação que chega até os potenciais beneficiários é deficitária. Por isso, o Projeto Paulo Freire fará uma ampla campanha de capacitação da população rural dos municípios atendidos. Esta campanha terá como principal instrumento a realização de oficinas de capacitação sobre o tema em praticamente todas as comunidades rurais (estimadas em 1.600).

31. No caso das comunidades que receberão uma atenção mais intensiva do Projeto Paulo Freire – principalmente através da assessoria técnica contínua – a ação de desenvolvimento de capacidades afetará as organizações locais (associações, etc.) e também as unidades produtivas familiares e, em última instância, os homens e mulheres destas comunidades. Vimos, no item 7.2.1 acima, que a participação nos processos de diagnóstico, planejamento, avaliação e replanejamento será da maior importância para o desenvolvimento das capacidades das pessoas. A isto se agregará o trabalho de capacitação nos diversos temas, que estarão ligados principalmente às atividades produtivas escolhidas como prioritárias pela comunidade. Em geral, os temas tratados estarão ligados diretamente às atividades produtivas mais importantes do local e com iniciativas inovadoras vistas como oportunidades pelos membros da comunidade. Também serão tratados temas ligados mais diretamente com a preservação e recuperação dos recursos naturais. Este trabalho deverá contribuir significativamente para o fortalecimento as unidades produtivas familiares, que é um objetivo importante do Projeto.

Apêndice 5. Cronograma de trabalho para os 18 primeiros meses

32. Abaixo esta um planejamento por trimestre dos 18 primeiros meses do Projeto Paulo Freire. Nele foram identificadas as principais atividades a serem realizadas. Neste período de lançamento do projeto, prioridade será dada para a constituição das equipes (UGP e dos 4 escritórios locais). Assim constituídas essas equipes receberão as capacitações necessárias para que todo o quadro do Projeto tenha uma visão compartilhada da estratégia e da metodologia. Junto à constituição das equipes, serão adquiridos todos os equipamentos e meio de trabalho necessários. De uma maneira geral para a elaboração deste cronograma foi considerada a possibilidade de realizar essas atividades de forma progressiva, para poder se adaptar as capacidades e a realidade de cada território. Neste sentido prevê-se que nas comunidades que reúnem as condições necessárias, seja possível elaborar e iniciar a implementação dos primeiros planos de negocio no final deste período.

Principais atividades	Trimestres					
	1	2	3	4	5	6
- Seleção e contratação das equipes (UGP e Equipes Locais).	x	x	x			
- Elaboração e aprovação por parte do FIDA da versão final do POA, Plano de Aquisições e Manual de Implementações do Projeto.	x					
- Instalação da UGP e das Equipes Locais (aquisição de equipamentos).	x	x	x			
- Definição e implementação do sistema de monitoramento /avaliação.			x	x		
- Identificação, seleção e contratação das equipes de assessoria contínua e dos mobilizadores sociais.			x	x	x	
- Identificação de provedores de assessoria especializada.		x	x	x	x	x
- Contratação de serviços de assessoria especializada.						x
- Identificação, seleção e contratação das equipes de assessoria/acesso a políticas.				x	x	x
- Criação e produção de material de divulgação do Projeto.	x	x				
- Treinamento da equipe para implementação do Projeto.	x	x				
- Realização de contatos com atores sociais locais e divulgação do Projeto nos municípios de intervenção.			x	x	x	
- Constituição e Funcionamento dos Comitês Locais do Projeto.			x	x	x	x
- Seleção das comunidades.			x	x	x	x
- Identificação de organizações econômicas que atuam nos municípios de atuação do projeto.			x	x	x	x
- Atividades de assessoria contínua.				x	x	x
- Elaboração de Planos de Desenvolvidimentos					x	x
- Elaboração de Planos de Negócios						x
- Elaboração de Planos de Trabalho Simplificados						x
- Implementação dos primeiros Planos de Negócios						x
- Implementação dos primeiros Planos de Trabalho Simplificados						X
- Auditoria das contas ano 1					x	
- Avaliação do primeiro ano de trabalho				x		
- Elaboração relatório de atividades ano 1 e planejamento ano 2					x	

ANEXO 6. PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, APRENDIZAGEM E GESTÃO DO CONHECIMENTO

1. O projeto irá utilizar o princípio da gestão baseada em resultados e irá estabelecer um sistema informático de Monitoria e Avaliação (M&A) que terá como escopo principal gerar informações relevantes para a implementação do Projeto incluindo procedimentos de coleta, processamento, análise e uso de informações sobre as mudanças evidenciadas na população alvo do projeto. Neste sentido, os indicadores do projeto devem estar bem definidos, e passar por revisões sistemáticas, de modo a facilitar o melhor acompanhamento das várias atividades e variáveis.

Monitoramento

2. O monitoramento terá como objetivo acompanhar e orientar a execução do Projeto, dirigir na gestão dos objetivos esperados promovendo ações de correção quando necessário, avaliar o desempenho do Projeto frente aos objetivos propostos, orientar a alocação eficiente de recursos e fornecer elementos e dados confiáveis para divulgação de resultados ampliando a transparência e a participação dos beneficiários e parceiros. As funções de monitoramento, que são definidas como acompanhamento permanente das atividades, serão responsabilidade da SDA, por meio da UGP. As informações para o monitoramento seriam fornecidas pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A) que será desenvolvido ao início do Projeto. Finalmente, vale sublinhar que o monitoramento será feito no contexto do Marco Lógico e de seus indicadores. Por estarem envolvidas na implementação do Projeto como interessadas nos melhores resultados, as organizações comunitárias e econômicas serão convidadas a participar do monitoramento das ações do Projeto. Assim, a ação de monitoramento do Projeto incorporará os resultados do processo de planejamento, avaliação e replanejamento que acontecerá anualmente com a participação direta das comunidades e organizações comunitárias e econômicas participantes do PPF.

Sistema de M&A

3. O Sistema de M&A será um instrumento importante e servirá principalmente para melhorar o desempenho do Projeto. O sistema será simples e pragmático e viabilizará o processamento dos dados de maneira a permitir o registro das atividades realizadas, incluindo um detalhamento de avanços físico e financeiro. Além disso, o sistema será reativo ao focar nos resultados e deverá fazer uma medição dos impactos alcançados, considerando a evolução da situação a partir daquela encontrada no momento inicial (estudo de linha de base). Por meio do sistema, a equipe poderá extrair dados que forneçam informação de lições aprendidas e possíveis correção de curso das atividades.

4. O sistema será desenvolvido pela equipe técnica da SDA, que contará com apoio de consultoria especializada e consultores técnicos, e poderá ser interligado, ou usar como modelo, sistemas existentes e em utilização na SDA, entre os quais vale destacar o Sistema de Informações da SDA (SISDA) - que foi desenhado internamente comprovando capacidade existente para desenvolver tais sistemas - e o Sistema de Programas e Projetos (SPP-WEB) da EMATERCE, que têm seus dados atualizados em tempo real. O Sistema, desta forma, buscará maximizar todo aparato existente de M&A disponível na SDA, evitando duplicações, minimizando custos e potencializando as capacidades instaladas. Além disso, o sistema estará em consonância com o Sistema por Gestão de Resultados e Impactos (RIMS) do FIDA.

5. Um importante aspecto, é que para construção do sistema a SDA irá efetuar uma parceria estratégica com Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE) da Secretaria de Planejamento e Gestão por meio de arranjo de cooperação na modalidade Convênio ou Termo de Cooperação para que o órgão se encarregue de parte significativa do sistema de M&A, incluindo o possível desenho do sistema, a preparação de questionários para aplicação no campo, tratamento de dados e a preparação de relatórios e informações analíticas. Além disso,

o sistema do Projeto será integrado ao sistema do IPECE atualmente em desenvolvimento (Sistema de Monitoramento de Extrema Pobreza do Estado do Ceará). Isso permitirá um acompanhamento mais próximo do desempenho de alguns indicadores chaves do projeto, como, por exemplo, o indicador de renda, permitindo cruzar informações quanto ao benefício de outros programas como o Bolsa Família.

6. Vale mencionar que os Escritórios Locais terão um papel importante na coleta dos dados para o sistema. Por estarem mais estreitamente vinculadas ao território onde as operações do Projeto serão desenvolvidas e devido ao fato de constituírem parte da população alvo, as organizações comunitárias e econômicas do Projeto têm maior facilidade para coleta de informações. Treinamento será provido, coordenado pela UGP, e contará com consultores técnicos e especialistas para apoiar e monitorar o trabalho, entre os quais a coleta de dados e aplicação de questionários.

7. Espera-se que essa estratégia resulte em um sistema que seja mais participativo de modo que permita um maior engajamento das comunidades no processo de M&A e ao mesmo tempo nos resultados produzidos pelo sistema. Isso também explica a importância do sistema ser simples e de fácil manipulação, pois a finalidade é que o sistema sirva não somente aos gestores do Projeto, mas também à comunidade e aos beneficiários. A participação estratégica do IPECE na construção do sistema também poderá garantir que o sistema produza relatórios e informações que possam servir de instrumento para auxiliar e/ou orientar na tomada de decisão no estado.

8. Em termos de gestão, o Sistema proporcionará a informação e a análise requeridas para a gestão do projeto nos diferentes níveis de implementação, apoiando simultaneamente o processo decisório mediante uma análise baseada em resultados. O Sistema de M&A envolverá as seguintes dimensões: (i) definição de cadeias de resultados realistas, com base em análises apropriadas; (ii) clara identificação dos beneficiários do programa e elaboração de um projeto que corresponda às suas necessidades e prioridades, (iii) uso da informação sobre resultados para a adoção de efetivas decisões de gestão; (iv) monitoramento do progresso dos resultados previstos e recursos aplicados, com o uso de indicadores apropriados; (v) aumento do conhecimento e melhoria da prática com as lições aprendidas; (vi) identificação e gestão de riscos; (vii) relatórios sobre resultados e recursos utilizados.

9. Mediante o estabelecimento de um banco de dados, o Sistema coletará e, com assistência de consultoria especializada, analisará os dados e relatórios relevantes relacionados com atividades, gestão e avaliação de projetos, inclusive de execução financeira. Isto tornará possível:

- (a) Elaborar relatórios sobre avanços físicos e demonstrações financeiras por componentes, categorias de despesa e financiadores, atendendo a exigências nacionais e do FIDA em matéria de gerência e auditorias financeiras;
- (b) Assegurar a eficiência dos fluxos de informação entre as partes interessadas no projeto, e contribuir para o fortalecimento dos processos de coordenação local do planejamento;
- (c) Acompanhar resultados, produtos e impactos do projeto, atendendo a exigências da SDA, bem como ao RIMS do FIDA;
- (d) Acompanhar a implementação da estratégia de focalização, incluindo as questões de gênero e jovem, de modo a assegurar que o projeto alcance a população alvo;
- (e) Verificar se as atividades e os investimentos do projeto levam em contato questões de manejo sustentável ou requisitos ambientais;

- (f) Examinar a possibilidade de incluir um sistema geográfico simples que produza os mapas relevantes, necessários para o monitoramento e a comunicação dos produtos e resultados do projeto.

Avaliação

10. Definido como mecanismo periódico de revisão da abordagem geral e dos objetivos do Projeto, o sistema de avaliação é baseado na análise da gestão e atividades do Projeto vis-à-vis o alcance dos resultados e impactos esperados. Esta função será supervisionada pela UGP. Novamente, a parceria com o IPECE será estratégica e poderia servir como instrumento de cooperação para a realização do levantamento de entrada de dados (baseline survey) e dos estudos de avaliação final e de impactos. O processo de avaliação também servirá para organizar a revisão de meio-termo (3 anos após declaração de efetividade do Projeto), e o relatório de encerramento do Projeto. Um estudo de base será realizado logo após o início do projeto e servirá de ponto de referência para determinar os valores iniciais dos indicadores do Marco Lógico, incluindo os indicadores RIMS. Este estudo deverá mostrar os dados qualitativos e quantitativos sobre as condições iniciais vigentes na área do Projeto à luz de indicadores estabelecidos, contra os quais os resultados do Projeto serão examinados por meio da revisão de meio termo e do relatório final.

Planejamento

11. O Governo do Estado do Ceará adotou um modelo de planejamento participativo do desenvolvimento territorial que resultou na definição de territórios e em planos de desenvolvimento para cada um deles, incluindo os territórios onde o Projeto executará suas ações. O resultado desse trabalho são os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que contêm uma série de ações governamentais e do setor privado a serem adotadas para promover o desenvolvimento territorial sustentável, e que deveriam ser aplicadas de acordo com os atributos naturais, as especificidades da economia local e a identidade cultural. Esses PTDRS servirão de marco de referência para a implementação do Projeto.

12. Em termos programáticos, o Projeto usará o Marco Lógico (ML) como referência de planejamento, determinando os produtos, efeitos e impactos do programa e os indicadores (incluindo indicadores RIMS) que permitirão medir os resultados. O ML será revisado anualmente e adequado segundo as necessidades e a dinâmica de execução do Projeto. Esse processo deve ser analítico e participativo envolvendo os diversos atores participando no Projeto entre os quais SDA, equipes centrais e locais, organizações comunitárias e econômicas, beneficiários, setor privado, federação de agricultores, entre outros.

13. Em termos de planejamento operacional, no início do projeto a UGP revisará as metas, etapas e indicadores definidos, conforme estabelecido no Marco Lógico. A UGP preparará o Plano Operativo Anual (POA) e o correspondente orçamento que serão aprovados no âmbito do Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da SDA e o submeterá à anuência do FIDA. Utilizando o Sistema de M&A, a UGP preparará relatórios de atividades, para sintetizar e analisar produtos, realizações e dificuldades do Projeto. As equipes locais do Projeto têm um papel central na geração de informação para relatórios e indicadores de atividade. Ao final do ano, a UGP preparará o relatório anual de atividades, que determinará e orientará a elaboração do próximo POA.

IV. Organização Administrativa

14. O Escritório Central da UGP contará com um técnico responsável por M&A e nos Escritórios Locais o Coordenador terá a responsabilidade de lidar com temas de M&A. A fim de assegurar a adequada gestão do sistema de M&A, todo o pessoal da UGP, as organizações comunitárias e econômicas que participem de atividades de M&A serão treinados em metodologias e instrumentos de M&A, tais como, entre outros, a formulação e gestão de estruturas lógicas, coleta e análise de dados, estudos básicos e processos de aprendizagem.

V. Aprendizagem e Gestão do conhecimento (GC).

15. A UGP também terá a responsabilidade de executar ações que permitam a aprendizagem além do acúmulo e difusão do conhecimento gerado pela implementação do Projeto. Neste sentido, deverá instituir um processo permanente de sistematização de experiências e processos bem sucedidos, da sua ampla divulgação, e de outras ações de gestão do conhecimento (tais como a promoção de intercâmbios e visitas, seminários, oficinas, etc). Caberá também participar de iniciativas que permitam estabelecer colaboração com o Programa FIDA de Gestão de Conhecimento (GC) em Zonas Semiáridas do Nordeste do Brasil, que foi lançado em setembro de 2011 em Salvador da Bahia.

16. As atividades do Programa de GC se enquadrarão dentro de áreas temáticas estratégicas que respondem a desafios fundamentais para o desenvolvimento rural do Nordeste semiárido e, portanto, tem ligação direta com a área de atuação do Projeto e as atividades antecipadas: (a) inovações produtivas e tecnológicas; (b) manejo dos recursos naturais e mudança climática; (c) negócios rurais. Neste contexto, serão priorizadas as seguintes atividades: sistematizações de experiências bem-sucedidas, estudos específicos, seminários e oficinas, estágios individuais, visitas de intercâmbio, rotas de aprendizagem, feiras de saberes e concursos locais. Os resultados destas atividades serão traduzidos em um conjunto de produtos (publicações impressas, relatórios, vídeos, websites e outros materiais de comunicação) por meio dos quais serão difundidas as experiências, inovações e conhecimentos sistematizados e/ou gerados durante a execução do Programa de GC, com o fim de colocá-los à disposição do público em geral. Finalmente, o grupo alvo do Programa de GC, igual ao Projeto, será composto por jovens e mulheres.

17. A colaboração com esse Programa será de suma importância para atividades de GC e para assegurar sinergias com outros projetos e atividades desenvolvidas pelo FIDA no Brasil, incluindo os Projetos Gente de Valor e Projeto Sertão atualmente em implementação. Por meio da colaboração com o Programa importantes processos de aprendizagem, trocas de experiência e conhecimento, permitirão galvanizar um sistema que potencializará as várias atividades do Projeto para além da área delimitada das intervenções previstas. Ademais, as informações fornecidas neste contexto permitirão alimentar um programa de comunicação para garantir a visibilidade do projeto em nível do Estado, do Nordeste e do país, que será importante para capturar as boas práticas, experiência e conhecimentos gerados de modo a permitir a máxima sistematização e disseminação de informações.

ANEXO 7. GESTÃO FINANCEIRA, DESEMBOLSOS E FLUXO DE FUNDOS

I. Responsabilidade sobre a administração e a execução financeira

1. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA é responsável pela administração e execução financeira, pela coordenação geral e administrativa, pelo gerenciamento orçamentário, financeiro e contábil, bem como pelas prestações de contas do Projeto. Conta, para este fim, não apenas com os técnicos da UGP (Especialista Administrativo-Financeiro e técnico), mas também com o suporte da Coordenadoria de Planejamento e Gestão – COPLAG, que terá papel importante na execução das funções de gestão financeira do Projeto. Ressalta-se que os técnicos da UGP devem ser capazes de fornecer informações financeiras relevantes e confiáveis, de forma adequada, além de dar apoio à Coordenação do Projeto nas áreas de controle, planejamento, implementação e monitoramento. Caso haja repasse de recursos para execução por outros entes públicos, as atribuições das partes serão estabelecidas nos termos de compromisso firmados com cada uma das co-executoras. Tais instrumentos definirão as obrigações técnicas, de salvaguarda e fiduciárias, inclusive quanto às normas de aquisições, fazendo menção, também e quando cabível, ao pagamento por serviços técnicos prestados ao Projeto e aos seus Beneficiários.

II. Desembolsos

2. O Projeto pode solicitar desembolsos por meio de Declaração de Gastos (SOE). A alocação inicial na Conta Designada será por meio de adiantamento e alcançará o teto de US\$ 5 milhões. Os demais desembolsos ocorrerão por meio de reembolso. A documentação de suporte exigida para a modalidade reembolso está descrita a seguir: (i) Registros evidenciando despesas elegíveis (ex: cópias de recibos e faturas de fornecedores) para pagamentos de contratos que estão sujeitos à revisão prévia; (ii) Declaração de Gastos (SOE) para todas as outras despesas / contratos, neste caso conforme anexo fornecido na Carta ao Mutuário; e (iii) Lista de pagamentos sob contratos sujeitos à revisão prévia, neste caso conforme anexo fornecido na Carta ao Mutuário.

3. Os passos para efetivar um desembolso através do procedimento SOE são: (i) a UGP solicita ao FIDA o depósito inicial, através do Pedido de Saque, de acordo com instruções contidas na Carta ao Mutuário; (ii) o FIDA efetua o depósito inicial na conta designada; (iii) a UGP solicita a internalização dos recursos na Conta Operativa; (iv) com base nas notas fiscais recebidas dos fornecedores, a UGP efetua, através da Caixa Econômica Federal, os pagamentos necessários; (v) no período definido, a UGP elabora a prestação de contas através de Declaração de Gastos (SOEs), documentos comprobatórios, resumo por categorias de gasto, reconciliação da conta designada e extrato da conta designada, solicitando depois ao FIDA a recomposição da conta designada; e (vi) após análise, o FIDA recompõe a conta designada. Os SOEs serão elaborados por meio de planilhas eletrônicas, a partir de informações extraídas dos Sistema de Gerenciamento Financeiro. A COPLAG será responsável pelo empenho e pagamentos; a UGP, pelo cadastramento nos referidos sistemas, pelo monitoramento e pelo fornecimento de informações gerenciais.

4. A Carta ao Mutuário definirá que deverão ser elaborados e enviados SOEs com comprovantes para os contratos passíveis de revisão prévia pelo FIDA, de acordo com limites estabelecidos no Plano de Aquisições. Já os contratos que terão revisão posterior do FIDA serão incluídos nos SOEs sem Comprovantes.

III. Fluxo de desembolso

5. Os recursos serão desembolsados, em dólares americanos (US\$) e movimentados através de três contas descritas a seguir: (i) Conta do Empréstimo em dólares (US\$), aberta e movimentada pelo FIDA, de acordo as solicitações de desembolsos/reembolsos enviados pela UGP; (ii) Conta Designada em dólares (US\$), aberta e mantida pelo Mutuário na Caixa Econômica Federal (CEF) de Fortaleza em nome do Governo do Estado do Ceará (SEFAZ -

Secretaria da Fazenda), destinada aos depósitos (desembolsos ou reembolsos) do FIDA, diretamente debitados da Conta do Empréstimo e aos rendimentos, que passam a serem recursos do Mutuário; (iii) Conta Operativa em reais (R\$), movimentada pelo Governo do Estado do Ceará (Via SEFAZ) e, por delegação, pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, aberta na Caixa Econômica Federal (CEF) de Fortaleza, destinada aos depósitos dos créditos de fechamento de Contratos de Cambio da Conta Designada. Um gráfico do fluxo de desembolso é apresentado no apêndice 1 deste anexo. A partir da Conta Operativa a UGP fará pagamentos ao pessoal do Projeto, consultores, executores de obras, fornecedores de bens e serviços, transferências diretas às organizações de produtores ou outras entidades envolvidas na implementação do Projeto, de acordo com delegação concedida pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Esses procedimentos têm que ser registrados e processados através do Sistema de Gerenciamento Financeiro Estadual, discriminada adequadamente entre as categorias de despesas, os componentes do programa e fontes de financiamento. As despesas devem ser aplicadas nos objetivos do projeto devidamente justificada e apoiado oportunamente por meio de Declarações de Gastos.

6. O projeto prevê repasses a entidades para a execução de atividades previstas no Projeto. A UGP justificará ao FIDA quando efetuar os repasses. Estes repasses deverão ser acompanhados pela UGP e os arranjos para seu acompanhamento e prestação de contas estarão detalhados no Manual de Implementação do Projeto.

IV. Procedimentos Contábeis

7. Os registros contábeis das operações decorrentes da execução do Projeto serão escriturados de forma destacada e separados dos demais registros que não envolvem recursos do empréstimo, através do Sistema Integrado de Contabilidade do Governo do Estado (SIC), capaz de apresentar fidedignamente a situação e os resultados das operações financeiras dos recursos ou grupo de contas dos Executores, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, e de acordo com a Lei Federal Nº.4.320, de 17.03.1964, a Lei Estadual Nº 9.809, de 18.12.1973 (Código de Contabilidade do Estado do Ceará) e as Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). A contabilidade do Projeto deverá permitir a apresentação da informação financeira nos Demonstrativos Financeiros, identificando as fontes dos recursos, as despesas por categoria de desembolso e por componente, de maneira anual e acumulada.

8. O Plano de Contas para o Projeto seguirá o padrão único do Estado utilizado para todos os Órgãos da Administração Direta. A contabilidade do Projeto será realizada através do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR). No entanto, para a prestação de contas ao FIDA e para a auditoria serão utilizadas informações advindas dos seguintes sistemas: Sistema de Gestão Governamental por Resultados(S2GPR); Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios (SACC); Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas (SIAP); e Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF).

V. Orçamento

9. O orçamento e a contabilidade do Projeto e da Secretaria do Desenvolvimento Agrário fazem parte do sistema geral do Estado. Portanto todas as transações tramitarão pelos sistemas públicos de contabilidade do Estado – S2GPR (para pagamentos) e SIAP interligado (para relatórios). Os pagamentos seguirão as rotinas de compromissos oficiais (empenho e pagamentos / liquidação). Essas funções serão realizadas pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão da SDA, em articulação com a Gerencia Financeira da UGP.

VI. Sistemas de Gerenciamento Financeiro

10. O Estado do Ceará utiliza os seguintes sistemas para apoiar o planejamento, execução e acompanhamentos dos projetos e atividades:

- i. Sistema Gerencial de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários/SIAP/WebMapp - serve como apoio à elaboração, execução e acompanhamento das despesas correspondentes a manutenção, custo final e investimentos (projetos Mapp). Fornecendo informações relevantes para avaliação de programas do Plano Plurianual.
- ii. Sistema Integrado de Orçamento e Finanças/SIOF - auxilia na elaboração do orçamento anual e do PPA. O SIOF também tem um importante papel no controle dos créditos adicionais.
- iii. Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios/SACC - atua no apoio à gestão dos órgãos no que se refere ao cadastramento e execução de contratos e convênios. O SACC constitui-se, também, em ferramenta essencial de auxílio às atividades de controle interno. A Controladoria Geral do Estado é a gestora do SACC.
- iv. Sistema de Gestão Governamental por Resultados/S2GPR - O Projeto S2GPR envolve a realização da modelagem e implementação dos sistemas de Compras Governamentais e Contabilidade integrando com os sistemas de Planejamento, Orçamento e Gestão de Contratos.

VII. Auditoria

11. A UGP deverá ter as contas do projeto auditadas anualmente por auditores independentes aceitáveis pelo FIDA de acordo com os Termos de Referência concordados com o FIDA (um rascunho desse Termos de Referência se apresenta no apêndice 2 deste anexo). Os Termos de Referência e uma Lista Curta de auditores elegíveis devem ser revisados pelo FIDA. O relatório de auditoria deverá apresentar um parecer único sobre os demonstrativos financeiros, declarações de gastos e contas do projeto, e uma carta gerencial sobre as fragilidades do controle interno. Este relatório deverá ser apresentado ao FIDA dentro de seis meses após o fim do ano fiscal. A auditoria deverá ser realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (NIAs) e da INTOSAI.

12. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE, órgão de auditoria externa governamental, poderá realizar a auditoria das contas do projeto. O TCE/CE tem notada experiência em realizar auditorias independentes em Projetos financiados com recursos externos, tal como feito com os Projetos do Banco Mundial no Estado.

VIII. Manual de Implementação do Projeto/MIP

13. As atividades de gerenciamento financeiro serão detalhadas no Manual de Implementação do Projeto.

IX. Categorias de Despesa

14. As categorias de despesa para o projeto são as seguintes:

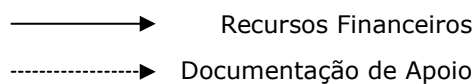
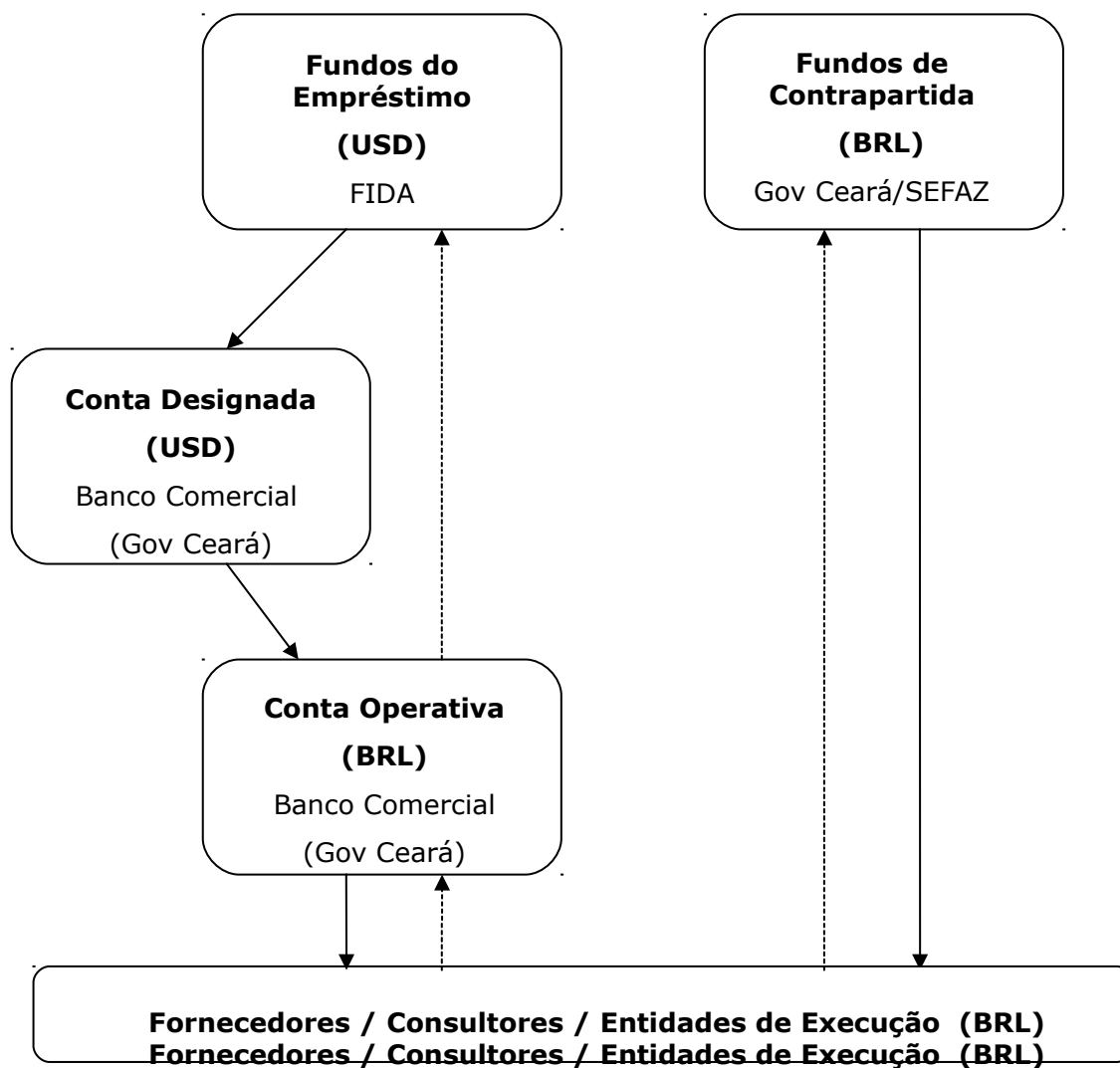
- **Categoria de despesa 1: Desenvolvimento de Capacidades.** Esta categoria está destinada a financiar totalmente o Componente 1 do Projeto que financiará a assessoria técnica para preparar e executar os Planos de Desenvolvimento e os Planos

de Negócios, formação de líderes, capacitação dos produtores, mobilizadores comunitários, formação profissionalizante de jovens e qualificação dos assessores técnicos.

- **Categoria de despesa 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental.** Esta categoria financiará totalmente o componente 2 do Projeto destinado a financiar os investimentos produtivos a serem incluídos nos Planos de Negócios das organizações comunitárias e econômicas apoiadas pelo Projeto.
- **Categoria de despesa 3: Gestão do Projeto.** Esta categoria financiará o funcionamento da UGP e consiste em 3 subcategorias: equipamento e veículos, pessoal do escritório central e dos escritórios locais, e custo operacional.
- **Categoria de despesa 4: Monitoramento e Avaliação.** Esta categoria de despesa financiará o estabelecimento do sistema de M&E do Projeto, os custos para alimentá-lo periodicamente e gerar as informações que necessitam o Governo do Ceará e o FIDA para dar seguimento à execução e logro de resultados.
- **Não alocados.** Uma parte dos recursos não será alocada inicialmente a nenhuma categoria de despesa, o que permitirá resolver contingências de preços.

Apêndice 1

Fluxo de Fundos



Apêndice 2

Termo de Referência de Auditoria

1. Introdução

1. O Governo do Estado do Ceará firmou com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA um empréstimo para a implementação do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades, Projeto Paulo Freire. O Projeto tem um custo total de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões proveniente do empréstimo e US\$ 40 milhões do Governo Estadual. O período de execução do projeto será de seis anos.

2. O Projeto Paulo Freire tem por meta reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida de agricultores familiares em 31 municipalidades do Estado do Ceará beneficiando diretamente um total de 30.000 famílias. O objetivo de desenvolvimento do Projeto Paulo Freire é contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres. Os objetivos específicos do Projeto Paulo Freire são os seguintes:

- a) Fortalecer as capacidades da população rural e das organizações comunitárias para identificar, priorizar e solucionar seus problemas, formar lideranças e melhorar sua capacidade de participação nos processos decisórios locais.
- b) Apoiar o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas produtivas comunitárias e familiares, aumentando suas capacidades e habilidades para desenvolver negócios rurais e acessar aos mercados, incluindo os mercados institucionais (PAA, PNAE e outros), e às políticas públicas para agricultura familiar.
- c) Fomentar o desenvolvimento produtivo sustentável – agrícola e não agrícola – que incremente a produtividade de comunidades e unidades familiares gerando oportunidades de renda e emprego e levando em conta à adoção e promoção de práticas agroecológicas e o manejo sustentável de recursos naturais.

3. O Projeto Paulo Freire terá dois componentes, que trabalharão com o desenvolvimento de capacidades das pessoas e das organizações locais, comunitárias e econômicas (Componente 1), e com o apoio ao desenvolvimento produtivo e à sustentabilidade ambiental (Componente 2). Será a ação coordenada destes dois componentes que permitirá alcançar os objetivos almejados.

4. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Agência Executora do Projeto Paulo Freire é a responsável técnica e executiva pela sua implementação. Para tanto, será constituída no âmbito da Secretaria uma Unidade Gestora do Projeto (UGP), com autonomia financeira e administrativa para operar o Projeto e no mesmo nível hierárquico das Coordenadorias. Tendo em vista à complementaridade de ações, a UGP atuará em estreita articulação com as Coordenadorias.

5. A estrutura organizacional da UGP prevê uma Equipe Central sediada em Fortaleza e quatro Equipes Locais, que funcionarão em unidades descentralizadas da SDA nos territórios de atuação do Projeto: i) Sertão de Sobral (1); ii) Sertão dos Inhamuns e Crateús (2); e iii) Cariri Oeste (1).

2. Objeto

6. Contratação de Serviços Técnicos Especializados para realização de Auditoria, objetivando garantir o cumprimento do Acordo de Empréstimo, segundo as normas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA e legislação nacional aplicável, a segurança e a legalidade das operações desenvolvidas pela Unidade Gerencial do Projeto – UGP e pelas suas Unidades Descentralizadas no exercício do ano ____.

3. Escopo da Auditoria

7. O objetivo principal da auditoria é emitir uma opinião profissional dos auditores sobre as demonstrações financeiras do projeto sobre a razoabilidade dos recursos recebidos e os gastos para o período contábil encerrado em ____, e do cumprimento das cláusulas contratuais e do controle interno.

8. A auditoria deve ser realizada de acordo com as normas da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

9. Estas normas requerem que o auditor planeje e realize a auditoria para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras não incluem erros materiais. A auditoria inclui uma revisão, baseada em amostras, de evidências que apóiam os valores e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras. A auditoria inclui também uma avaliação das normas contábeis utilizadas, as estimações feitas pela entidade auditada e a apresentação geral das demonstrações financeiras.

10. Com a finalidade de obter evidências quanto ao cumprimento das cláusulas do Acordo de Empréstimo, os auditores deverão realizar trabalhos de auditoria para confirmar que:

- Todos os relatórios que prestam conta ao FIDA durante o período, refletem fielmente os registros do projeto e que as despesas financiadas ou reembolsadas pelo FIDA com base nestes relatórios são elegíveis, com atenção especial aos requerimentos de economia e eficiência e a critérios de elegibilidade específicos definidos para o Projeto.
- Os recursos de contrapartida foram proporcionados e executados de acordo com o Acordo de Empréstimo e o Manual Operativo.
- Os bens, obras, consultores e outros serviços (não consultoria) foram adquiridos de acordo com os métodos e procedimentos estipulados no Acordo de Empréstimo e no Plano de Aquisições previamente aprovado pelo FIDA.
- O Projeto mantém todos os documentos necessários, incluindo os registros contábeis; documentos de suporte aos pagamentos; contas, extratos e conciliações das contas bancárias do projeto (Conta Designada e Conta Operativa); e outra documentação acessória ao Projeto, que dão respaldo às despesas reportadas nas demonstrações financeiras e Declarações de Despesas (Statements of Expenditures – SOEs).
- Os saldos do Projeto na data das demonstrações financeiras se conciliam com os registros do FIDA.
- Os bens e obras existem e foram adequadamente recebidos e patrimoniados, e os produtos resultantes dos serviços de consultoria e serviços (que não os de consultoria) foram produzidos, entregues e aceitos pelo Cliente;

- Os pedidos de não objeção foram devidamente obtidos pelo Projeto quando requeridos pelo Acordo de Empréstimo ou Plano de Aquisições.
- Há o cumprimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo.

11. Em cumprimento das normas internacionais de auditoria do INTOSAI, o auditor deve prestar atenção especial aos assuntos seguintes:

- 3.3: Exame e Avaliação do Controle Interno
- 3.4: Observância às Leis e Regulamentos Aplicáveis
- 4.0: Normas para Elaboração dos Relatórios de Auditoria Pública

12. Em cumprimento das normas internacionais de auditoria (NIA's), emitidas pelo IFAC, o auditor deve prestar atenção especial aos assuntos seguintes:

- ISA 240: Indícios de Fraudes e Corrupção e/ou outros atos ou Despesas Ilegais
- [ISA 250: Consideração das Leis e Regulamentos numa Auditoria de Demonstrações Financeiras.](#)
- [ISA 260: Comunicações de Assuntos de Auditoria com os Oficiais Responsáveis com Governança](#) da Entidade.
- ISA 330: Os Procedimentos do Auditor em Resposta à Avaliação de Riscos.

4. Responsabilidade pela Preparação dos Demonstrativos Financeiros

13. A UGP é responsável direta:

- Pela preparação de todos os Demonstrativos Financeiros e Notas Explicativas necessárias;
- Por manter um sistema de informação financeira adequado, incluindo os registros contábeis, a estrutura de controles internos, a seleção e aplicação de normas contábeis, a salvaguarda dos bens do projeto e todos os lançamentos e ajustes contábeis a serem feitos durante o período que está sendo auditado para a emissão final dos Demonstrativos Financeiros e Notas Explicativas necessárias;
- Pela apresentação formal dos documentos básicos do Projeto;
- Pelo atendimento às solicitações formalizadas pelos auditores, devendo se assegurar de que todos os registros, documentos e comunicações necessários lhes estejam disponíveis.

5. Demonstrativos Financeiros do Projeto

14. O auditor deve verificar se as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada no Setor Público - NICSP, publicadas pela Comissão de Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada no Setor Público (IPSASB) da Federação Internacional dos Contadores (IFAC), ou normas contábeis nacionais, desde que

as normas nacionais não se desviem significativamente das normas internacionais. O efeito desses desvios devem ser devidamente divulgado e explicado nas demonstrações financeiras.

15. As demonstrações financeiras usualmente incluem:

- Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos por categoria;
- Demonstrativo das despesas do projeto por componente;
- Demonstrativo de Conciliação da Conta especial
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Carta de Representação da Gerência do Projeto confirmando que os recursos do FIDA foram despendidos de acordo com os propósitos previstos e especificados no acordo de Empréstimo assinado com o FIDA.

16. As Notas Explicativas apresentam, de maneira sistemática, as políticas contábeis adotadas e qualquer outra informação explicativa, estabelecendo-se referência cruzada entre os itens das Demonstrações Financeiras e as Notas. Devem incluir uma conciliação entre os valores que o Projeto recebeu do FIDA e os valores que o FIDA desembolsou e um resumo dos movimentos da Conta especial.

17. As Notas Explicativas devem conter ainda, informações sobre: i) regime contábil adotado pelo projeto, ii) base de conversão de moedas para recursos do GEF e contrapartida, iii) acompanhamento das recomendações de auditorias anteriores e recomendações de missões de supervisão, iv) informativo do valor programado (POA) vs. executado no período, v) execução acumulada do projeto dos recursos do GEF e contrapartida, vi) o inventário dos bens patrimoniais, e vii) cumprimento das cláusulas de caráter contábil-financeiro.

6. Relatório de Auditoria

18. O relatório de auditoria para o Projeto conterá, no mínimo, os seguintes:

- Uma página com o título;
- Uma página com o índice/sumário;
- Uma carta endereçada ao Cliente com o parecer ou opinião única sobre as demonstrações financeiras do Projeto;
- As demonstrações financeiras auditadas;
- As notas explicativas;
- A carta gerencial.
- Um Relatório sobre o cumprimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo.

19. Quando falhas significativas que não estiverem representadas no parecer sobre a auditoria chamarem a atenção do auditor no decorrer da auditoria, as mesmas deverão ser relatadas em uma carta gerencial endereçada à gerência da UGP, tais como:

- Deficiências no sistema de controle interno, incluindo os procedimentos de controle na preparação dos SOEs;
- Práticas e políticas contábeis inadequadas;
- Falta de cumprimento das disposições legais do Acordo de Empréstimo;
- Questões relativas à conformidade com provisões gerais tais como a execução do projeto com economia e eficiência;
- O valor de despesas consideradas inelegíveis pagas da Conta especial ou apresentadas para reembolso do FIDA;
- Assuntos identificados no decorrer da auditoria que poderiam ter um impacto significativo sobre a execução do projeto
- Quaisquer outras questões que o auditor considere que devam ser trazidas à atenção do mutuário.

7. Critérios de Seleção

20. Para seleção da empresa a ser contratada deverão ser avaliados os seguintes aspectos:

Avaliação Técnica

- 1) Experiência da empresa na execução de trabalhos similares em organizações públicas, preferencialmente desenvolvendo projetos com financiamento externo;
- 2) Experiência da equipe na execução de trabalhos similares em organizações públicas, preferencialmente desenvolvendo projetos com financiamento externo; e,
- 3) Capacidade instalada da empresa: corpo técnico-gerencial, instalações físicas e equipamentos, etc.; e,
- 4) Programa de Trabalho proposto: alocação de pessoal e prazo para apresentação dos diversos produtos.

21. Os itens 1 e 2 supra, serão avaliados com base nos currículos da empresa e dos membros da equipe a ser envolvida no trabalho, acompanhados de atestados de capacidade técnica.

22. Para efeito de análise do item 3, deverá ser apresentada relação do quadro de pessoal fixo da empresa, área das instalações físicas da sede e relacionar eventuais filiais, assim como tabela dos equipamentos e programas utilizados, e outros aspectos que julgue relevante.

23. Quanto ao item 4, a empresa deverá apresentar Programa de Trabalho detalhado, Cronograma Físico, contemplando todas as atividades previstas e produtos relacionados, bem como pessoal envolvido.

Avaliação Financeira

24. Os preços apresentados deverão estar compatíveis com os praticados no mercado, e serão analisados com base na proposta detalhada dos custos em homem/hora, contemplando, no mínimo, os itens previstos no Programa de Trabalho.

8. Disposições Gerais

25. Quanto às outras responsabilidades, o auditor terá que:
- Conduzir as reuniões de início e de término da auditoria com a equipe da UGP para revisar o Plano de Trabalho de Auditoria e receber da UGP seus comentários e aprovação;
 - Iniciar o seu trabalho de auditoria em forma tempestiva de acordo com o combinado com o cliente, permitindo a entrega do relatório de auditoria na data estipulada neste Termo de Referência;
 - Examinar, preliminarmente, todos os documentos do Projeto (Acordo de Empréstimo, Manual de Operações do Projeto, Documento Básico do Projeto, Regimentos, Normas e Procedimentos da UGP)
 - Revisar toda correspondência entre o Projeto e o FIDA, que achar pertinente, incluindo as Ajudas Memória e os Relatórios das Missões.
26. O prazo para execução dos serviços não deverá ser superior a noventa dias, a partir da Contratação.
27. O pagamento de cada parcela relativa à prestação dos serviços ficará condicionado à apresentação de produto(s) previstos no Programa de Trabalho.
28. Este Termo de Referência fornecem as informações básicas e necessárias para o auditor entender suficientemente o trabalho a ser realizado e poder preparar sua proposta adequadamente. As informações aqui contidas serão complementadas pelas Diretrizes do FIDA para Aquisições, Seleção e Contratação de Consultores e para Auditoria de Projetos. Estes documentos são considerados partes integrantes deste Termo de Referência e constituem os critérios básicos que o FIDA utilizará para medir a qualidade do trabalho do auditor ao realizar a revisão do Relatório de Auditoria.

ANEXO 8. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

I. Aplicabilidade das normas do FIDA para aquisições

1. As aquisições de bens, as contratações de obras, contratações de serviços em geral e as contratações de serviços de consultoria obedecerão as diretrizes do FIDA que estão estabelecidas no documento "Diretrizes para a Aquisição de Bens e Serviços", nos termos do Acordo de Empréstimo e no Plano de Aquisições. Poderão ser adotados os procedimentos definidos na lei nacional, sempre que tais procedimentos sejam compatíveis com as diretrizes do FIDA e sempre que o Fundo manifeste expressamente sua concordância a tal, seja através da aprovação deste Plano de Aquisições, seja através de consulta prévia a ser submetida. A legislação federal de licitações (Lei nº. 8.666/93), em seu art. 42, § 5º, admite a recepção e, consequentemente, a aplicação das normas de aquisição provenientes de operações de crédito internacional. Dessa forma, as licitações para aquisição de bens, obras e serviços de não consultoria, bem como os processos de seleção de consultores, deverão seguir os procedimentos detalhados neste anexo.

II. Agência Executora de Licitações

2. Os processos de aquisição serão conduzidos por uma Comissão Especial de Licitações integrante da Central de Licitações do Estado que está instalada na Procuradoria Geral do Estado – PGE. Esta Comissão Especial de Licitação foi criada pela Lei Complementar nº 65 de 03/01/2008, Art. 2º, § Único e é destinada exclusivamente às licitações com financiamentos internacionais. Esta comissão possui atualmente seis membros com experiência e qualificações necessárias para conduzir as licitações segundo as normas de Organismos Internacionais, bem como as do FIDA, em número satisfatório para atendimento aos processos demandados pelo Projeto. Seus sistemas de informática utilizados, estrutura organizacional, procedimentos para arquivamento dos documentos licitatórios e controles internos são adequados às necessidades do Projeto e às normas do FIDA.

3. A equipe de licitações e áreas técnicas da UGP, em consonância com o Núcleo de Licitações da SDA, apoiará a atuação da Comissão Especial de Licitação na realização de todos os processos licitatórios. Deverá ser mantida, por parte da UGP, uma comunicação direta com o FIDA, submetendo, sempre que necessário, os documentos de licitação para não objeção. A UGP possuirá um Gerente de Aquisições e pelo menos um especialista em aquisições com conhecimento em normas do FIDA, inclusive para apoiar os escritórios regionais.

III. Plano de Aquisições

4. O Plano de Aquisições é o documento, que contém a programação de aquisições (bens, obras, serviços de não consultoria e seleção de consultores) necessárias à implementação do Projeto. O primeiro Plano de Aquisições cobre os primeiros 18 meses de implementação do Projeto; posteriormente deverá ser elaborado um novo Plano de Aquisições anualmente que, excepcionalmente, pode ser atualizado no curso do ano. Todas as aquisições e contratações deverão constar no Plano de Aquisições. O Plano de Aquisições indica, dentre outras informações: (i) sucinta descrição dos bens, obras, serviços de não consultoria e seleção de consultores a serem adquiridos ou contratados; (ii) o custo estimado de cada contrato; (iii) o método de aquisição e/ou seleção aplicável; (d) a aplicabilidade ou não de revisão prévia; e (iv) o cronograma previsto para a realização de cada etapa dos procedimentos de aquisição e seleção.

IV. Métodos de licitações

5. Para o Projeto ficam estabelecidos os seguintes métodos para aquisições e contratações de bens, obras, serviços de não consultoria e seleção de consultores: (i) Licitação Pública Internacional - LPI; (ii) Licitação Pública com Divulgação Nacional – LPN; (iii) Comparação de Preços – CP (Shopping / 03 Cotações); (iv) Seleção Baseada na Qualidade e no Custo – SBQC;

(v) Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor – SQC; (vi) Seleção Baseada no Menor Custo – SMC; e (vii) Seleção de Consultores Individuais – CI. Verifica-se que na legislação nacional a modalidade Pregão Eletrônico - PE é adequada para a aquisição de bens e serviços de não consultorias, considerando que leva em conta os princípios de economia, eficiência e equidade social conforme as Diretrizes do FIDA para aquisições de bens e serviços.

V. Limites para aplicação dos métodos de aquisições

6. Os arranjos de aquisições para a implementação do Projeto estabelece intervalos de valores/valores-limite para utilização de cada um dos diversos métodos de aquisições/seleções possíveis, bem como os processos que estarão sujeitos à revisão prévia do FIDA, conforme quadro a seguir.

• Limites por método de aquisição e revisão prévia

Obras, Bens e Serviços Especiais:

•

SIGLA	MÉTODO	LIMITE APLICÁVEL (US\$)	REVISÃO
LPI	Licitação Pública Internacional	acima de US\$ 5 milhões	Prévia
LPN	Licitação Pública Nacional	acima de US\$ 500 mil	Prévia
CP	Comparação de Preços	abaixo de US\$ 100 mil	Posterior
PE	Pregão Eletrônico	abaixo US\$ 100 mil	Posterior
CD	Contratação Direta	acima de US\$ 20 mil	Prévia

Serviços de Consultoria (Empresa Consultora, ONG, Fundação, Universidade, entre outros):

SIGLA	MÉTODO	LIMITE APLICÁVEL (US\$)	REVISÃO
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo	acima de US\$ 500 mil	Prévia
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo	entre US\$ 200 mil e US\$ 500 mil	Prévia ao TDR
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo	abaixo de 200 mil	Posterior
-	Outros métodos	abaixo de US\$ 100 mil	Posterior
CD	Contratação Direta	acima de US\$ 20 mil	Prévia

Serviços de Consultoria (Consultores Individuais):

SIGLA	MÉTODO	LIMITE APLICÁVEL (US\$)	REVISÃO
SCI	Seleção de Consultoria Individual	acima de US\$ 50 mil	Prévia
CD	Contratação Direta	acima de US\$ 20 mil	Prévia

VI. Lista curta de consultores

7. A lista curta para seleção de consultores cujo valor estimado do contrato for abaixo de US\$ 500 mil, poderá conter somente consultores nacionais.

VII. Participação Comunitária

8. As contratações de bens e obras através do método Participação Comunitária para investimentos e atividades que serão realizadas diretamente sob responsabilidade das organizações comunitárias ou econômicas beneficiárias, para contratação de pequenas obras, contratação de pequenos serviços com utilização de mão de obra local, além da aquisição de materiais produzidos localmente, através do financiamento do FIDA, seguirão os seguintes procedimentos segundo a modalidade: (i) Administração direta: a própria organização (comunitária ou econômica) executa as pequenas obras, adquirindo os materiais e equipamentos e contratando a mão de obra, procurando diretamente no mercado as alternativas de fornecimento e prestação de serviços que lhe sejam mais vantajosas; para tanto, farão os correspondentes levantamentos de preços e custos em pelo menos 3 (três) fontes alternativas de suprimento e/ou fornecimento; e (ii) Administração indireta: a organização beneficiária contrata empresas físicas prestadoras de serviços devidamente habilitadas para executar suas obras; serão realizadas mediante a convocação de pelo menos 3 (três) prestadores de serviços que apresentem propostas válidas para análise, sendo a escolha feita para o fornecedor que ofertar o menor preço, desde que atendidas as especificações e qualidade desejadas pela comunidade.

VIII. Arquivamento de registros de licitações

9. Todos os registros dos processos de aquisição de obras, bens e serviços diversos e seleção de consultorias deverão ser mantidos arquivados pela UGP para fins de revisão, supervisão e auditorias por pelo menos dez anos após a data de encerramento do projeto. Estes registros incluem avisos públicos, editais de licitação e adendos, informação da abertura das propostas, relatórios de avaliação da proposta, os recursos formais pelos licitantes e os resultados, contratos e aditivos e alterações relacionadas, registros de reclamações e de resolução de disputas, objeções e quaisquer outras informações pertinentes.

IX. Medidas mitigatórias de fraude e corrupção

10. O projeto deverá observar para que os funcionários, beneficiários, licitantes, fornecedores, empreiteiros e consultores em contratos financiados pelo FIDA, observem o mais alto padrão de ética e integridade durante a execução e contratação no âmbito desses contratos conforme indicado na Política do FIDA de Prevenção sobre a Fraude e Corrupção em suas Atividades e Operações (Políticas Anticorrupção).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
ANEXO 8

Apêndice 1. Plano de Aquisições para os primeiros 18 meses

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA/CE			PROJETO PAULO FREIRE		PLANO DE AQUISIÇÃO - Recursos FIDA			Cotação US\$ 1,75	
Ordem	Comp.	Descrição	Valor Estimado (R\$)	Valor Estimado (US\$)	Modalidade de Licitação	Revisão do processo pelo FIDA	Data do Edital	Abertura das Propostas	Data da Assinatura contrato
A - AQUISIÇÃO DE BENS e MATERIAL DE CONSUMO			786.650,00	449.514,29					
1	3	Aquisição de Equipamentos de T.I. Computadores, Notebooks e Acessórios.	269.400,00	153.942,86	LPN	Posterior	dezembro-12	janeiro-13	março-13
2	3	Aquisição de veículos (automóveis para UGP)	381.500,00	218.000,00	LPN	Posterior	dezembro-12	janeiro-13	março-13
3	3	GPS	4.800,00	2.742,86	CP	Posterior	fevereiro-13		
4	3	Aquisição de combustível	94.950,00	54.257,14	CP	Posterior	fevereiro-13	fevereiro-13	março-13
5	3 e 4	Aquisição de material de escritório e expediente	36.000,00	20.571,43	CP	Posterior	fevereiro-13	fevereiro-13	março-13
B - REPASSE A SUBPROJETOS			15.230.475,00	8.703.128,57					
6	2	Investimentos em Subprojetos Produtivos (1905 subprojetos x R\$ 7.995 média)	15.230.475,00	8.703.128,57	SBQC	Prévia	abril-13	abril-13	maio-13
C - SERVIÇOS DE NÃO CONSULTORIA			1.009.950,00	577.114,29					
7	3	Manutenção de automóveis	94.950,00	54.257,14	CP	Posterior	fevereiro-13	fevereiro-13	março-13
8	3 e 4	Passagens Aéreas e serviços correlatos	122.000,00	69.714,29	CP	Posterior	dezembro-12	dezembro-12	janeiro-13
9	3	Aluguel de escritórios (3 anos)	108.000,00	61.714,29	CP	Posterior	dezembro-12	dezembro-12	janeiro-13
10	4	Serviço de TI para Desenho, Apoio e Manutenção do Sistema Informático de Monitoria & Avaliação (M&A)	285.000,00	162.857,14	LPN	Posterior	dezembro-12	dezembro-12	janeiro-13
11	4	Serviço para Eventos Treinamento, Qualificação e Capacitação de Equipe para Coleta de Dados/Aplicação de Questionário e Sistema de M&A	100.000,00	57.142,86	CP	Posterior	fevereiro-13	fevereiro-13	março-13
12	1	Capacitação e eventos: promoção de seminários, cursos, oficinas.	300.000,00	171.428,57	LPN	Posterior	fevereiro-13	março-13	maio-13
E - SERVIÇOS DE CONSULTORIA			10.006.472,00	5.717.984,00					
13	3	Pessoal permanente nacional: pessoal especializado para completar a equipe técnica e de gestão da UGP e das UGT. (2 anos)	3.818.472,00	2.181.984,00	SBQC	Prévia	dezembro-12	janeiro-13	março-13
14	4	Contratos por resultados e serviço: consultores especializados nas áreas de monitoramento, supervisão e avaliação e aplicação de questionários para M&A	338.000,00	193.142,86	SBQC	Posterior	fevereiro-13	março-13	maio-13
15	4	consultor especializado para a realização de Estudo de Base - Ano 1	35.000,00	20.000,00	SCI	Posterior	dezembro-12	janeiro-13	março-13
16	4	consultor especializado para a realização Estudo de Acompanhamento de Resultados - Ano 2	35.000,00	20.000,00	SCI	Posterior	junho-13	julho-13	agosto-13
17	1	consultoria especializada nas áreas de desenvolvimento de capacidades - mobilizadores e engenheiros agrônomos	5.540.000,00	3.165.714,29	SBQC	Prévia	março-13	abril-13	maio-13
18	1	Consultorias Técnica Individual para apoio a jovens para acesso a terra	240.000,00	137.142,86	SBQC	Posterior	junho-13	junho-13	julho-13
TOTAL GERAL			27.033.547,00	15.447.741,14					
			Limites	Revisão prévia					
LPN	Licitação Pública Nacional / Pregão		> US\$ 100,000	> US\$ 500,000					
CP	Comparação de Preços		< US\$ 100,000	posterior					
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo		> US\$ 100,000	> US\$ 500,000					
SQC	Seleção Baseada na Qualidade do Consultor		< US\$ 100,000	posterior					
SCI	Seleção de Consultor Individual		< US\$ 50,000	> US\$ 50,000					

Apêndice 2 - Análise e Aplicação das Normas Nacionais de Aquisições e a Capacidade institucional da Central de Licitações – PGE/CE

I. Compatibilidade e Aplicabilidade das normas locais e as diretrizes do FIDA para aquisições

1. As normas do FIDA estabelecem que as aquisições de bens, obras e serviços financiados pelo Fundo serão efetuadas em conformidade com a regulamentação do mutuário, na medida em que sejam coerentes com as normas de aquisições do FIDA. Considerando que o FIDA avaliou que as normas brasileiras são coerentes com as normas do FIDA, o projeto poderia seguir as normas aplicáveis da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e do Decreto 10.520 referente ao Pregão Eletrônico, porém, os métodos de licitação aceitáveis pelo FIDA abaixo detalhados deverão ser aplicados de forma a facilitar a contratação dos insumos necessários na execução do Projeto:

- Licitação Internacional competitiva (*International Competitive Bidding, ICB*). Cada contrato de obras de construção civil, bens e serviços com custo estimado em US\$ 5 milhões ou mais deve ser licitado seguindo as normas NCB aceitável para o Fundo. Tais licitações devem ser submetidas à revisão prévia pelo FIDA. Verifica-se que no projeto não haverá aquisições neste montante.
- Licitação nacional competitiva (*National Competitive Bidding, NCB*). Cada contrato de obras de construção civil, bens e serviços com custo estimado em US\$ 500 mil ou mais deve ser licitado seguindo as normas NCB aceitável para o Fundo, como é geralmente aplicado pelos projetos financiados pelo FIDA no Brasil. Tais licitações devem ser submetidas à revisão prévia pelo FIDA.
- Comparação de Preços (*Shopping*). Cada contrato de obras de construção civil e bens de custo estimado abaixo de US\$ 100 mil deve ser licitado seguindo os procedimentos aceitáveis para o Fundo. Tais licitações serão submetidas à revisão posterior pelo FIDA.
- Seleção baseada na qualidade e no custo - SBQC (*Quality and Cost Based Selection, QCBS*). Este método utiliza um processo competitivo entre empresas pre-selecionadas que leva em conta a qualidade da proposta e o custo do serviço para a seleção. Cada contrato de serviços de custo estimado entre US\$ 100 mil e US\$ 500 mil deve ser licitado seguindo os procedimentos SBQC aceitável para o Fundo. Tais licitações devem ser submetidas à revisão prévia pelo FIDA. Este método aplica-se a gastos com Consultorias.
- Seleção baseada na qualidade - SBQ (*Quality Based Selection, QBS*). Este método utiliza um processo competitivo entre empresas consultoras que leva em conta a qualidade da proposta e/ou o custo do serviço para a seleção. Cada contrato de serviços de custo estimado até US\$ 100 mil deve ser licitado seguindo os procedimentos QBS aceitável para o Fundo quando este for o mais adequado. Tais licitações serão submetidas à revisão posterior.
- Seleção baseada na qualificação da consultoria - SQC (*Consulting Services: Consultant Quality, CQS*). Este método utiliza um processo competitivo entre empresas consultoras que leva em conta a qualificação dos consultores. Cada contrato de serviços de custo estimado até US\$ 100 mil deve ser licitado seguindo os procedimentos CQ aceitável para o Fundo quando este for o mais adequado. Tais licitações serão submetidas à revisão posterior pelo FIDA.
- Contratação direta (*Direct Contracting, DC*). Cada contrato de obras de construção civil e bens de custo estimado até US\$ 20 mil US\$ pode ser contratado diretamente com o fornecedor, consultor, quando não for possível a realização da Comparação de Preços ou quando a competição não for viável. Tais licitações serão submetidas à

revisão posterior pelo FIDA. As aquisições e contratações acima deste valor serão submetidas à revisão prévia pelo FIDA.

- Participação da comunidade nas aquisições (*Community Participation in Procurement, CPP*). Os procedimentos referentes à participação comunitária nas aquisições serão efetuados conforme descrito no Manual de Implementação do Projeto.
- Não financiado pelo Fundo. Este corresponde às despesas que não são financiadas pelo FIDA, e portanto não precisam seguir as normas internacionais de aquisições.

II. Capacidade institucional dos executores do Projeto Paulo Freire

Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) - Agência Executora

2. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário possui um Núcleo de Licitações, com pessoal qualificado com extenso conhecimento em licitações nacionais e conhecimentos básicos em normas internacionais. Possui um número de profissionais que apesar de reduzido permite apoiar a atuação da equipe de licitações da UGP a ser contratada. Possui instalações adequadas para o arquivamento dos registros licitatórios advindos da UGP.

Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP

3. A UGP irá conter em sua equipe de licitações, um Gerente de Aquisições e pelo menos um especialista em aquisições com conhecimento em normas do FIDA, inclusive para apoiar os escritórios regionais que contarão com um profissional técnico administrativo. A equipe de licitações da UGP irá conduzir as fases preliminares ao processo licitatório instruindo-o para ser encaminhado à Central de Licitações do Estado do Ceará e dará prosseguimento à contratação nas fases posteriores. Terá também como atribuição conduzir a interface com o FIDA para assuntos de licitações. Deverá possuir instalações adequadas de forma a permitir a realização dos trabalhos de instrução dos processos e da gestão dos contratos e processos.

Central de Licitações – Procuradoria Geral do Estado/CE

4. A Central de Licitações do Estado do Ceará tem como atribuição processar as modalidades de licitação Pregão, presencial e eletrônico, e Concorrência, Tomada de Preço, Convite, Leilão e licitações com financiamento de instituições financeiras internacionais, para todos os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo e para as suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme Lei Complementar nº 65, de 03 de janeiro de 2008 alterando dispositivos da Lei Complementar de nº 58 de 31 de março de 2006.

5. Os processos de aquisição serão conduzidos pela Comissão Especial de Licitações nº 4, integrante da Central de Licitações do Estado. Esta Comissão Especial de Licitação foi criada pela Lei Complementar nº 65 de 03/01/2008, Art. 2º, § Único, e é destinada exclusivamente às licitações com financiamentos internacionais. Esta comissão possui atualmente seis membros com experiência e qualificações necessárias para conduzir as licitações segundo as normas de Organismos Internacionais, bem como as do FIDA, em número satisfatório para atendimento aos processos demandados pelo Projeto. Durante sua vigência já realizou mais de 100 processos seguindo normas internacionais de financiadores como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

6. A Central de Licitações possui instalações e estrutura adequadas e satisfatórias para a gestão dos processos licitatórios, considerando que os registros retornam à UGP para seguimento e arquivamento. A Central disponibiliza acesso pela internet no endereço eletrônico

<http://www.pge.ce.gov.br/site/>. Possui ainda um sistema de câmeras e transmissão em tempo real dos procedimentos de licitação.

IV. Qualidade e confiabilidade na operação dos sistemas de aquisições vigentes

7. Seus sistemas de informática utilizados são satisfatórios, e em sua estrutura organizacional há a segregação de funções e interdependência dos setores envolvidos. Os procedimentos para arquivamento dos documentos licitatórios nos diversos executores são adequados obedecendo à legislação recomendada e os controles internos atendem às necessidades do Projeto e às normas do FIDA.

V. Avaliação

8. Após examinar os diversos atores no contexto institucional do Estado do Ceará envolvidos na condução dos procedimentos de aquisições para a implementação do Projeto Paulo Freire, conclui-se que a Central de Licitações - CL tem larga experiência na gestão processos de aquisições de projetos financiados com recursos externos, e que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA também acumulou considerável experiência na instrução de processos de aquisição de projetos com financiamento externos, tendo sido a agência executora de projeto financiado pelo BIRD.

9. Não obstante as necessidades de fortalecimento da UGP, há que se considerar que a SDA em conjunto com a CL reúne as condições e capacitações técnicas e institucionais para assumir a condução dos procedimentos licitatórios do Projeto Paulo Freire. As necessidades de fortalecimento serão observadas nos perfis a contratar da equipe da UGP, e poderão ainda ser complementadas por atividades e medidas específicas, tais como treinamentos.

ANEXO 9. CUSTO DO PROJETO E FINANCIAMENTO

I. Custo total, por categoria de despesa, componente, ano e financiador

Custo total do projeto

1. O custo base do projeto foi calculado em US\$ 94,9 milhões, que equivalem a R\$ 166 milhões num período de seis anos, considerando a taxa de câmbio na época da coleta de dados (novembro de 2011) de US\$ 1= R\$ 1,75. Este anexo apresenta as tabelas de custo total do Projeto por categoria de despesa e financiador e tabelas com a memória de cálculo detalhada de cada um dos componentes e principais atividades.

2. Este custo base inclui US\$ 40 milhões de um empréstimo do FIDA, US\$ 40 milhões a serem financiados pelo Governo do Estado do Ceará e US\$ 14,9 milhões que correspondem à contribuição dos beneficiários. Os recursos do FIDA e do Governo do Ceará serão alocados em todos os componentes e categorias de despesa. A contribuição dos beneficiários corresponde a em torno de 20.000 famílias beneficiárias, que se beneficiarão de investimentos produtivos e co-financiarão esses investimentos com sua contribuição dos \$US 14,9 milhões. Além disso, se espera que em torno a outras 10.000 famílias beneficiárias apoiadas pelo projeto com assessoria técnica, serão também apoiadas para acessar ao Pronaf, principalmente através do Banco do Nordeste; embora esse potencial financiamento não foi incluído nas tabelas de custos do projeto porque o acesso a esses recursos não fica sob controle do Governo do Ceará nem do FIDA.

3. Os US\$ 40 milhões do empréstimo do FIDA derivam das seguintes fontes: US\$ 32 milhões dos recursos regulares do FIDA e US\$ 8 milhões do "Fundo Fiduciário Espanhol para o Co-Financiamento da Segurança Alimentar", que é uma atividade auxiliar do FIDA.

4. Os impostos considerados na estimativa de custos foram o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 18%, o Imposto sobre Serviços (ISS) na média de 5%, e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cujo valor depende do produto. O total dos impostos será financiado pelo Estado do Ceará.

Custos por componente e categorias de despesa

5. **Categoria de despesa 1: Desenvolvimento de Capacidades.** Esta categoria está destinada a financiar totalmente o Componente 1 do Projeto. O montante chega a US\$ 33,1 milhões (35 % do custo total do projeto), dos quais US\$ 20,2 milhões financiados pelo FIDA e US\$ 12,9 milhões financiados pelo Estado do Ceará. Este componente financiará o desenvolvimento de capacidades e treinamento para facilitar o acesso a políticas públicas; assessoria técnica contínua e assessoria técnica especializada para preparar e executar os Planos de Desenvolvimento e os Planos de Negócios; formação de líderes; capacitação de produtores; mobilizadores comunitários para promover e fortalecer as organizações comunitárias; qualificação dos assessores técnicos fornecedores de serviços de assessoria técnica; e capacitação a jovens para o desenvolvimento de atividades económicas e para o acesso a terra.

6. **Categoria de despesa 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental.** Esta categoria financiará totalmente o componente 2 do Projeto, destinado a financiar os investimentos produtivos a serem incluídos nos Planos de

Negócios das organizações comunitárias e económicas . O montante total da categoria é de US\$ 49,8 milhões (52% do custo do total do Projeto), dos quais o FIDA financiará 35%, o Governo do Ceará 35% e os beneficiários 30% (14,9 milhões) como explicado acima. O componente financiará investimentos em atividades produtivas com potencial de desenvolvimento que foram analisadas durante a preparação do projeto, embora outras atividades poderão ser financiadas também, se é comprovado seu potencial produtivo e comercial. Este componente financiará investimentos individuais e associativos que beneficiarão a aproximadamente 20.000 famílias.

7. **Categoria de despesa 3: Gestão do Projeto.** Esta categoria financiará o funcionamento da UGP e seu montante total é de US \$ 10,4 milhões de dólares, equivalentes ao 11% do custo total do Projeto. Consiste em 3 subcategorias: equipamento e veículos, pessoal do escritório central e dos escritórios locais, e custo operacional. Dentro do 11% do custo total desta categoria, os custos de pessoal representam 9,7%, o custo operacional 0,9% e equipamentos e veículos 0,4%. O FIDA financiará 19% da categoria e o Governo do Ceará 81%. Os custos de equipamento e veículos serão financiados totalmente pelo Governo do Ceará; os custos de pessoal e de operação serão financiados 80% pelo Governo e 20% pelo FIDA.

8. **Categoria de despesa 4: Monitoramento e Avaliação.** US\$ 1,6 milhões serão alocados nesta categoria, o que representa 2% do custo total do projeto; dentro da categoria o FIDA financiará 20% e o Estado de Ceará 80%. Esta categoria de despesa financiará o estabelecimento do sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto, alimentação periódica de dados e geração das informações que necessitam o Governo do Ceará e o FIDA para dar seguimento à execução e logro de resultados do projeto.

9. **Recursos não alocados.** Depois de ter-se definido as quatro categorias de despesas indicadas acima e ter-se alocado o total dos recursos nessas categorias, foi calculado um montante de recursos que ficará como "não alocado", o que permitirá enfrentar contingências de preços. O montante estimado para enfrentar estas contingências é de US\$ 8 milhões, equivalentes a 8,5% do custo total do Projeto, que serão financiados pelo Estado do Ceará em 50% e pelo FIDA em 50%.

10. As tabelas a seguir mostram a composição dos custos do Projeto por categoria de despesa e a fonte de financiamento para cada categoria. A Tabela 1-A mostra a distribuição total dos recursos entre categorias de despesa, enquanto a Tabela 1-B inclui uma linha de recursos não alocados a nenhuma categoria, com a finalidade de enfrentar possíveis contingências de preços. A Tabela 2 apresenta os custos por categoria de despesa e componente, por ano.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 9

Tabela 1-A: Custo Total do Projeto por categoria de despesa, componente e financiador (US\$ 000)

Categoria de despesa	FIDA		Governo do Ceará		Beneficiarios		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Categoria 1: Comp. 1, Desenvolvimento de capacidades	20.209	61	12.855	39	0	0	33.063	35
Categoria 2: Comp. 2, Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade Ambiental	17.465	35	17.465	35	14.923	30	49.853	52
Categoria 3: Gestão do Projeto	2.006	19	8.400	81	0	0	10.406	11
• Equipamentos e veículos	0	0	375	100	0	0	375	0,4
• Pessoal	1.845	20	7.378	80	0	0	9.223	9,7
• Custo operacional	162	20	647	80	0	0	809	0,9
Category 4: Monitoramento e avaliação	320	20	1.280	80	0	0	1.600	2
TOTAL	40.000	42	40.000	42	14.923	16	94.923	100

Tabela 1-B: Custo Total do Projeto por categoria de despesa, componente e financiador; inclui recursos não alocados (US\$ 000)

Categoria de despesas	Organismo Financiador							
	FIDA		Governo do Estado do Ceará		Beneficiarios		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Categoria 1: Comp. 1 – Desenvolvimento de Capacidades	18.188	61	11.570	39	0	0	29.758	
Categoria 2: Comp.2 – Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	15.719	34	15.719	34	14.923	32	46.361	
Categoria 3: Gestao do Projeto	1.805	19	7.560	81	0	0	9.365	
• Equipamentos e veículos	0	0	338	100	0	0	338	0
• Pessoal	1.661	20	6.640	80	0	0	8.301	8
• Custo operacional	146	20	582	80	0	0	728	
Categoria 4: Monitoramento e avaliação do projeto	288	20	1.152	80	0	0	1.440	1
					0	0		
Não Alocado	4.000	50	4.000	50	0	0	8.000	8
TOTAL	40.000	42	40.000	42	14.923	16	94.923	16

Tabela 2: Custos por categoria de despesa, componente e ano (US\$)

Componente	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Total	%
C1: Desenvolvimento de capacidades	1,134,693	4,679,885	8,812,213	9,683,592	6,380,476	2,372,429	33,063,288	35%
C2: Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental	3,751,654	6,415,389	12,367,006	12,529,553	11,913,390	2,876,492	49,853,486	52%
C3: Gestão do projeto	2,046,642	1,671,956	1,671,956	1,671,956	1,671,956	1,671,956	10,406,422	11%
C4: Monitoramento e avaliação	266,667	266,667	266,667	266,667	266,667	266,667	1,600,001	2%
Custo Total	7,199,656	13,033,897	23,117,842	24,151,768	20,232,488	7,187,544	94,923,196	100%
Percentual	8%	14%	24%	25%	21%	8%	100%	

Financiamento do Projeto

11. Como foi dito previamente e se apresenta nas tabelas precedentes, o projeto será co-financiado pelo Estado do Ceará com US\$ 40 milhões (42% do custo total), o FIDA com outros US\$ 40 milhões (42% do total) e os beneficiários com US\$ 14,9 milhões (16%).

12. **O Estado de Ceará** pagará todos os impostos relacionados às despesas do projeto como parte da sua contribuição. Adicionalmente financiará uma parte de todas as categorias e subcategorias de despesa segundo o indicado nas tabelas acima.

13. **Os beneficiários**, que serão apoiados pelo projeto para preparar e implementar os Planos de Desenvolvimento e os Planos de Negócios, contribuirão ao financiamento dos investimentos produtivos incluídos no componente 2, por um valor aproximado a 14,9 milhões de dólares.

14. **O FIDA** financiará uma parte de todas as categorias e subcategorias de despesa, exceto a compra de equipamentos e veículos que será financiada integralmente pelo Governo do Ceará. O FIDA não financiará taxas nem impostos, que serão financiados integralmente pelo Governo do Ceará.



II. Componente de Desenvolvimento de Capacidades: custos por atividade

15. O componente de Desenvolvimento de Capacidades se desagrega em atividades, cujos custos totais e por ano são apresentados na tabela a seguir.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 9

Tabela 3: Componente 1 Desenvolvimento de Capacidades, custos por atividade e ano (US\$)										
Atividade	Unidade	Custo Unitario	Quantidade	Anos						Total
				2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Acesso a Políticas Públicas	Família beneficiária	33	60.000	-	399.260	798.521	798.521	-	-	1.996.301
Assessoria Técnica Contínua	Família beneficiária	340	24.000	699.950	3.033.118	6.766.185	7.466.136	5.132.968	1.399.900	24.498.257
Assessoria Técnica Especializada	Família beneficiária	296	12.000	-	709.214	709.214	709.214	709.214	709.214	3.546.070
Assesoria Técnica a Jovens	Família joven beneficiária	917	1.200	-	274.979	274.979	274.979	274.979	-	1.099.917
Mobilização Social	Movilizador /mes	366	720	263.314	263.314	263.314	263.314	263.314	263.314	1.579.886
Cualificação e fortalecimiento das equipes de assessoria técnica (*)	Extensionistas, assessores y técnicos participantes no projeto	571	600	171.429	-	-	171.429	-	-	342.857
Sub Total				1.134.693	4.679.885	8.812.213	9.683.592	6.380.476	2.372.429	33.063.288

(*) Serão capacitados 300 técnicos, cada um dos quais participará de dois cursos

Beneficiários de assessoria técnica contínua por ano

16. Na tabela a seguir se mostra o número de beneficiários de assistência técnica contínua por ano. Deve se levar em conta que cada beneficiário receberá assessoria técnica por três anos, e que cada grupo indicado na tabela entrará a participar do projeto de forma escalonada.

Tabela 4: Numero de beneficiários de Assessoria Técnica Contínua por ano							
	Ano						
	1	2	3	4	5	6	Total
Grupo I	2.057	2.057	2.057	-	-	-	2.057
Grupo II	-	6.857	6.857	6.857	-	-	6.857
Grupo III	-	-	10.971	10.971	10.971	-	10.971
Grupo IV	-	-	-	4.114	4.114	4.114	4.114
Total	2.057	8.914	19.886	21.943	15.086	4.114	24.000

17. No que se refere aos beneficiários da assistência técnica especializada, estima-se que a partir do segundo ano o projeto atenderá uma media de 2.400 produtores por ano.

Custos da Atividade 1.1: Mobilização social

18. *Bem ou serviço a ser provido:* Mobilizador Social para mobilização das comunidades e organizações económicas para promover sua participação ativa no Projeto, o monitoramento do andamento das suas iniciativas e facilitar a comunicação com os parceiros institucionais envolvidos nas atividades do Projeto.

19. Quantidade: 60 mobilizadores por um período de 6 anos. 1 mobilizador atinge 10 comunidades, espera-se atender 600 comunidades.

Tabela 5: Estimativa de custo unitário e total da mobilização social

Item	\$ Reais	US \$
Custo / mês	500	286
Deslocamento / mês	100	57
Taxa Coordenação	20	11
Material para atividades comunitárias em campo	20	11
Sub Total Movilizador / mês	640	366
Custo Total por mobilizador / ano (12 meses)	7.680	4.389
No de famílias beneficiárias média por comunidade	40	40
No de Comunidades por mobilizador	10	10
No de mobilizadores / ano	60	60
Custo Médio por Família/ano	192	110
No de Comunidades atendidas pelo Projeto	600	600
Custo por ano	460.800	263.314
Custo Total	2.764.800	1.579.886

Custos da Atividade 1.2: Assessoria Técnica Contínua

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
ANEXO 9

20. *Bem ou serviço*: Assistência Técnica Contínua com a finalidade de estruturar, valorizar, aperfeiçoar e diversificar a produção da população-alvo atendida.

21. *Quantidade*: 24.000 famílias atendidas por um período de três anos. 1 Técnico atende 4 comunidades, totalizando 160 famílias (estimativa de 40 famílias por comunidade).

Tabela 6: Estimativa do Custo Unitário e total da Assessoria Técnica Contínua

Ítem	\$ Reais	US \$
Salário Técnico / mês	4.941	2.823
Deslocamento Técnico / mês	1.120	640
Custos Operativos Técnico / mês	355	203
Material para atividades comunitárias em campo	402	229
20 Diárias x Reais \$20 / mês	400	229
Sub Total Técnico Mês	7.218	4.124
Custo Administração Agência (10%)	722	412
Total Custo Técnico / mês	7.939	4.537
Custo Total por Assessoria / ano (12 meses)	95.271	54.441
No de famílias beneficiárias média por serviço de assessoria	160	160
No de serviços de assessoria contínua / ano	125	125
Costo familia ano	595	340
No famílias assistidas no projeto	24.000	24.000
Custo Total Serviço Assistência Técnica Continua / ano	14.290.650	8.166.086
Custo Total Serviço Assistência Técnica Contínua total 3 anos	42.871.950	24.498.257

Custos da Atividade 1.3: Assessoria Técnica Especializada

22. *Bem ou Serviço:* Assessoria Técnica Especializada.

23. *Quantidade:* 12.000 famílias atingidas uma vez durante a vida do Projeto. 1 técnico atende 35 famílias por um período de 2 meses.

Tabela 7: Estimativo do Custo Unitário e total da Assessoria Técnica Especializada

Ítem	\$ Reais	US \$
Técnico Superior / mês	6.918	3.953
Deslocamiento Tecnico / mês	300	171
Custos Operativos Tecnico / mês	104	60
Material para actividades comunitarias em campo	105	60
Diarias (Reais \$ 40 veces 20) / mês	800	457
Sub Total Tecnico / Mês	8.227	4.701
Custo Administração Agência / mes (10%)	823	470
Custo Assistência Especializada/ mês	9.050	5.171
Custo Total por Assesoria (2 meses)	18.100	10.343
No de familias beneficiárias média por serviço de assesoría	35	35
No de serviço de Assistência Especializada	286	286
Custo Médio por Família	517	296
No familias assistidas no projeto	12.000	12.000
Custo Total	6.205.622	3.546.070

Custos da Atividade 1.4: Assistência Técnica Especializada a famílias jovens para atividades produtivas e acesso a terra

24. *Bem ou serviço:* Assistência Técnica Especializada para elaborar proposta produtiva para jovens e apoio ao acesso à terra.

25. *Quantidade:* 1.200 famílias jovens atendidas pelo Projeto. Uma família jovem recebe assistência técnica especializada orientada ao desenvolvimento da sua capacidade empreendedora e a apoiar seu acesso a terra. Estima-se que cada família jovem recebe esta assessoria por cinco meses.

Tabela 8: Estimativa do custo unitário e total da Assessoria Técnica Especializada a famílias jovens para atividades produtivas e acesso a terra

Ítem	Reais\$	US \$
Técnico Superior / mês	6.918	3.953
Deslocamento Técnico / mês	300	171
Custos Operativos Técnico / mês	100	57
Material para atividades em campo / mês	200	114
Diárias (Reais \$ 40 vezes 20) / mes	800	457
Sub Total Técnico Mês	8.318	4.753
Custo Administrativo Agência (10%)	832	475
Custo Assessoria Especializada / mês	9.150	5.228
Custo Total por Assessorias (5 meses)	45.749	26.142
No de famílias beneficiárias média por assessoria	35	
No de serviços de Assistência Especializada	29	
Custo Médio por Família	1.604	917
No famílias assistidas no projeto	1.200	
Custo Total	1.924.854	1.099.917

Custos da Atividade 1.5: Capacitação e apoio para acesso a políticas públicas

26. *Bem ou Serviço*: capacitação para acesso a políticas públicas. Esta capacitação será realizada por meio da contratação de equipes técnicas específicas (de 3 pessoas cada uma) em cada uma das quatro regiões na quais atuará o Projeto. Estas equipes atuarão durante três anos (iniciando no ano 1 e terminando no ano 4) e deverão realizar aproximadamente 1.600 oficinas comunitárias para 60.000 famílias. Também realizarão eventos de capacitação para equipes técnicas locais.

27. *Quantidade*: 60.000 famílias beneficiados durante o projeto.

Tabela 9: Estimativo de custo unitário e total da capacitação para acesso a políticas públicas

	Reais \$	US \$
No familias beneficiadas 60.000	60.000	60.000
No eventos Totales realizados en tres anos	1.600	1.600
No de eventos por técnico / ano (4 eventos por mes veces 11 meses)	44	44
No de famílias atendidas por técnico / ano	1.760	1.760
Custo Técnico / mês	7.939	4.537
Custo de 1 técnico(a) / ano	95.271	54.441
Custo de equipe de 12 tec. / ano	1.143.252	653.287
Custo de equipe por 3 anos	3.429.756	1.959.861
Assessoria especializada de 3 meses no início	8.914	5.094
Cuidado de crianças nos eventos comunitários	34	20
Cuidado de crianças nos 1600 eventos comunitários	54.857	31.347
Custo Total	3.493.527	1.996.301
Custo da línea por família beneficiaria	58	33

Custos da Atividade 1.6. Qualificação e fortalecimento das equipes de assessoria técnica

28. *Bem ou serviço:* Capacitação de técnicos para aperfeiçoar suas capacidades para fornecer apoio produtivo e em técnicas de gestão aos pequenos produtores rurais.

29. *Quantidade:* 300 técnicos capacitados. Estão previstos 20 cursos de 5 dias cada um, com participação de 30 técnicos em cada curso. Cada técnico participaria em dois cursos.

Tabela 10: Estimativa do custo unitário e total da qualificação e fortalecimento das equipes de assessoria técnica

Ítem	Reais\$	US \$
Custo Técnico capacitado por curso		
Diárias 6 dias x \$80	451	258
Deslocamento por Técnico capacitado evento	188	107
Local / Custo / semana / Técnico capacitado	7	4
Coordenação / curso / Técnico capacitado	13	8
Sub Total Custo / Técnico capacitado / evento	659	377
Custo Professor por aluno por curso inclui preparação material docentes	341	
Custo Total por Curso (5 dias) / Técnico capacitado	1.000	571
No de técnicos por curso	30	
Custo por evento / curso	30.000	
No de cursos totales	20	
No total técnicos treinados	300	
Custo Total	600.000	342.857

III. Componente Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental: custos por cadeia produtiva apoiada

30. O Componente apoiará investimentos incluídos nos Planos de Negócios a serem preparados pelos beneficiários com apoio do Projeto. Esses investimentos estarão orientados a incrementar e aprimorar a produção rural das famílias e de suas organizações econômicas e comunitárias. Será apoiada a produção primária e o beneficiamento, priorizando as atividades com capacidade de agregar valor, gerar emprego e renda. Uma conta de investimentos não reembolsáveis será a principal ferramenta operacional deste componente.

31. A Tabela 11 apresenta os custos e fontes de financiamento dos investimentos nas cadeias de valor a serem apoiadas pelo projeto. Porém, poderão se incluir outras cadeias na medida que tenham capacidade para gerar renda e emprego de forma sustentável.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 9

Tabela 11: Investimentos Componente 2: Desenvolvimento Produtivo Sustentável.

Cadeia Produtiva	Tipo de investimento	No famílias / investimento	No Total Unidades Investimentos	No Total Famílias por cadeia	Monto Unitario / investimento	Monto Unitario / investimento / família	Monto investimento / Projeto	Custo Investimento Projeto	Investimento Aporte Beneficiario	Custo Outros Fontes	Monto Total Investimentos
	\$ Reais										
Caprino Cultura de Corte	Familiar	1	5.000	5.000	7.500	7.500	4.730	23.650.000	9.170.000	4.680.000	37.500.000
Caprino Cultura de Leite	Familiar	1	2.000	2.000	7.500	7.500	4.730	9.460.000	3.668.000	1.872.000	15.000.000
Apicultura	Familiar	1	3.000	3.000	2.400	2.400	2.064	6.192.000	1.008.000	-	7.200.000
Plantio de Caju	Familiar	1	500	500	5.000	5.000	4.300	2.150.000	350.000	-	2.500.000
Laticínios (iogur queso)	Associativo	30	30	900	168.600	5.620	144.996	4.349.880	23.604	684.516	5.058.000
Casa de Farinha	Associativo	28	20	560	96.600	3.450	83.076	1.661.520	9.660	260.820	1.932.000
Entre posto de Mel (casa de mel)	Associativo	80	40	3.200	162.490	2.031	139.741	5.589.656	11.374	898.570	6.499.600
Beneficiamento do Pedúnculo de Caju	Associativo	30	20	600	135.000	4.500	116.100	2.322.000	12.600	365.400	2.700.000
Pequenos esquemas de Irrigação	Associativo	3	500	1.500	10.143	3.381	5.000	2.500.000	236.670	2.334.830	5.071.500
Artesanato	Associativo	8	340	2.720	11.125	1.391	9.568	3.252.950	66.194	463.356	3.782.500
Total			11.450	19.980				61.128.006	14.556.102	11.559.492	87.243.600

IV. Gestão do projeto: custos desagregados

32. Na condição de Agência Executora, a SDA será a responsável técnica e executiva pela execução do Projeto Paulo Freire. Para tanto, será constituída no âmbito da Secretaria uma Unidade Gestora do Projeto (UGP), com autonomia financeira e administrativa para operar o Projeto e no mesmo nível hierárquico das Coordenadorias.

33. A estrutura organizacional da UGP prevê uma Equipe Central sediada em Fortaleza e três Equipes Locais, que funcionarão em unidades descentralizadas da SDA, sendo uma por território de atuação do Projeto: i) Sertão de Sobral; ii) Sertão dos Inhamuns e Crateús; e iii) Cariri Oeste. A Equipe Central será formada por seis profissionais de nível superior, que assumirão as seguintes funções: um Coordenador Geral, um Gerente do Componente de Desenvolvimento de Capacidades, um Gerente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental, um Gerente de Aquisições, um Gerente de Monitoramento e um Gerente Financeiro e, aproximadamente, dez outros profissionais com experiência nessas áreas que comporão as equipes de cada gerência.

34. A memória de cálculo detalhada dos custos da Unidade Gestora do Projeto (UGP) se apresenta na Tabela 12.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 9

Tabela 12: Estimativa de custos da Unidade Gestora do Projeto (UGP)

ITEM	Unidade	Quantidade	Custo / unidades	No Total	Valor Total	
			\$ Reais		\$ Reais	US\$
EQUIPAMENTOS					655.700	374.686
VEÍCULOS	Unidade	5	76.300	1	381.500	218.000
EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA	Unidade	38	2.000	2	152.000	86.857
NOTEBOOK	Unidade	10	3.000	2	60.000	34.286
IMPRESORA	Unidade	6	1.000	2	12.000	6.857
DATASHOW	Unidade	5	1.500	2	15.000	8.571
GPS	Unidade	6	800	1	4.800	2.743
ESTACOES	Unidade	38	800	1	30.400	17.371
SERVICIOS					1.415.520	808.869
COMUNICACAO	R\$/ mês	1	2.110	72	151.920	86.811
COMBUSTIVEL	R\$/ mês	1	5.275	72	379.800	217.029
MANUTENCAO veículo	R\$/ mês	1	5.275	72	379.800	217.029
ALUGUEL predio	R\$/ mês	3	1.000	72	216.000	123.429
Papelaria e outros	R\$/ mês	1	2.000	72	144.000	82.286
Servicios generales	R\$/ mês	1	2.000	72	144.000	82.286
PERSONAL					16.140.020	9.222.869
Coordenador	R\$/ mês	1	7.906	72	569.232	325.275
Gerentes Central	R\$/ mês	5	6.918	72	2.490.480	1.423.131
Gerentes locais	R\$/ mês	4	6.919	72	1.992.672	1.138.670
Técnicos * Profissional	R\$/ mês	23	4.941	72	8.182.296	4.675.598
Administrativos	R\$/ mês	9	1.976	72	1.280.448	731.685
Diarias Central	R\$/ dia	40	80	72	230.400	131.657
Diarias Regional	R\$/ dia	158	80	72	907.200	518.400
Deslocamento pessoal fora do estado	R\$/ano	1	81.215	6	487.292	278.453
Total					18.211.240	10.406.423

V. Monitoramento e Avaliação do Projeto: custos desagregados

35. O monitoramento terá como objetivo acompanhar e orientar a execução do Projeto, dirigir na gestão dos objetivos esperados promovendo ações de correção quando necessário, avaliar o desempenho do Projeto frente aos objetivos propostos, orientar a alocação eficiente de recursos e fornecer elementos e dados confiáveis para divulgação de resultados ampliando a transparência e a participação dos beneficiários e parceiros. O Sistema de M&A será o um instrumento importante do Projeto e servirá principalmente para melhorar o desempenho do Projeto.

36. Definido como mecanismo periódico de revisão da abordagem geral e dos objetivos do Projeto, o sistema de avaliação é baseado na análise da gestão e atividades do Projeto vis-à-vis o alcance dos resultados e impactos esperados. Esta função será supervisionada pela UGP , que buscará uma consultoria especializada para a realização do levantamento de entrada de dados (baseline survey), dos estudos de avaliação final e de impactos. Também servirá para organizar a revisão de meio-termo (3 anos após declaração de efetividade do Projeto), e o relatório de encerramento do Projeto. Um estudo de base será realizado logo após o início do projeto e servirá de ponto de referência para determinar os valores iniciais dos indicadores do Marco Lógico, incluindo os indicadores RIMS.

37. A memória de calculo detalhada dos custos do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto se apresenta na Tabela 13.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 9

Tabela 13: Estimativa de custos do Sistema do Monitoramento e Avaliação do Projeto.

Item	Unidade	Custo Unitario	Quantidade	1	2	3	4	5	6	Total	
		\$ Reais		\$ Reais						\$ Reais	US \$
Desenho, Apoio e Manutenção do Sistema Informático de Monitoria & Avaliação (M&A)	total/ano	190.000	1	190.000	190.000	190.000	190.000	190.000	190.000	1.140.000	651.429
Estudo de Base	total/ano	35.000	1	35.000						35.000	20.000
Estudo de Acompanhamento de Resultados	total/ano		0	0	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	175.000	100.000
Especialista em Estatística Senior	técnico/mes	6.918	6 meses	41.508	41.508	41.508	41.508	41.508	41.508	249.048	142.313
Especialista em Estatística Junior	técnico/mes	4.941	6 meses	29.646	29.646	29.646	29.646	29.646	29.646	177.876	101.643
Especialista em IT/Sistemas	técnico/mes	6.918	6 meses	41.508	41.508	41.508	41.508	41.508	41.508	249.048	142.313
Treinamento, Qualificação e Capacitação de Equipe para Coleta de Dados/Aplicação de Questionário e Sistema de M&A	evento	50.000	1	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	300.000	171.429
Aplicação de Questionário	R\$/ano	30.000	1	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	180.000	102.857
Digitalização	R\$/ano	35.000	1	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	210.000	120.000
Controle de Qualidade	R\$/ano	10.000	1	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	60.000	34.286
Material Geral de Apoio	R\$/ano	4.005	1	4.005	4.005	4.005	4.005	4.005	4.005	24.030	13.731
Total				466.667	466.667	466.667	466.667	466.667	466.667	2.800.002	1.600.001

ANEXO 10. ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

I. Benefícios socioeconômicos do projeto

1. Os indicadores utilizados para estabelecer a viabilidade da proposta produtiva para os sistemas de agricultura familiar são benefício, renda líquida familiar e emprego (agrícola e não agrícola), além da taxa interna de retorno (TIRf) e o valor atualizado dos benefícios líquidos incrementais (VANf) com respeito à situação sem projeto, calculado com os preços de mercado. O período para o cálculo da TIRf e da VANf é de 20 anos e a taxa de desconto adotada é de 6.75% anual, equivalente ao custo estimado de oportunidade do capital no Brasil⁹⁸. O tipo de cambio adotado foi 1.0 USD = 1.75 R\$.

2. Esta seção apresenta indicadores de viabilidade financeira de três (3) modelos de sistemas de agricultura familiar, que melhoram a produtividade da produção de carne e leite de ovelhas e cabras, milho, feijão, mandioca, métodos de produção de caju e mel. Além disso, há um desenvolvimento de empresas associativas e melhoria da qualidade dos produtos nas seis (6) cadeias selecionados - planta de processamento de iogurte, a produção de farinha de mandioca, coleta de mel, processamento de falso fruto do caju, produção de hortaliças orgânicas e produção de artesanato.

3. O indicador socioeconômico de maior relevância para avaliar o resultado do projeto é o aumento na renda líquida familiar, que aumenta significativamente em todos os modelos e atinge valores que variam entre USD 2.850/ano (Sobral) e USD 4.300/ano (Inhamus).

Tabela 1: Incremento na Renda Familiar

Territórios/ regiões	Incremento da Renda Líquida Familiar Com Projeto ⁹⁹	
	US\$ / Ano	%
SOBRAL	2.85	43%
INHAMUS	4.30	83%
CARIRI	3.35	62%

4. Valores que expressos em termos de salário mínimo (SM), representam um aumento equivalente de renda familiar de 0,76, 1.15 e 0.9 unidades mensais respectivamente para cada um dos modelos de exploração proposto.

⁹⁸ Foi Justificada a utilização da taxa de desconto de 6.75%, com base a sua proximidade com a taxa de poupança garantida no Brasil pela lei de Poupança. A taxa de juros que remunera os títulos públicas federais, e afetas o custo do crédito para as empresas e os consumidores. E que serve de referência para todas as demais taxas de juros da economia está atualmente em 8,75%, com a projeção estimada de 6,75% para contratos de 5 a 6 anos.

⁹⁹ Espera-se que aproximadamente 80% das famílias envolvidas em atividades de assessoria técnica continuada tenham elevado seus níveis de produtividade em 75%.

5. A TIR financeira (TIRf) estimada para o Projeto em seu conjunto é de **40%**. Portanto, o VANf para uma taxa de desconto de 6,75% tem resultado bastante positivo – R\$ 1.398 milhões e uma relação Benefício / Custo de 2,23.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 10

Tabela 2: Indicadores econômicos dos sistemas agrícolas familiares

	BENEFICIO NETO Modelos / Família			INGRESSO NETO FAMILIAR			Empleo			TIRf	VAN	Relacao B/C
	Reais \$ / Ano			Reais \$ / Ano			Empeos / Ano				6.75%	
Modelos Familiares	SP	CP	Diferencia	SP	CP	Diferencia	SP	CP	Diferencia			
SOBRAL	3.382	7.873	4.491	11.663	18.313	6.649	1,25	1,58	0,33	30	23.617	1,55
SOBRAL 1	1.999	4.157	2.158	10.134	15.068	4.934	1,23	1,65	0,4	30	10.423	1,26
SOBRAL 2	1.999	5.800	3.801	10.134	16.311	6.177	1,23	1,59	0,4	22	17.745	1,40
SOBRAL 3	6.148	13.660	7.512	14.723	23.560	8.837	1,30	1,50	0,2	37	42.683	1,98
INAHMUS	5.429	14.922	9.493	9.089	19.122	10.033	0,55	0,64	0,08	81	66.854	3,94
INAHMUS 1	5.429	14.922	9.493	9.089	19.122	10.033	0,55	0,64	0,1	81	66.854	3,94
CARIRI	6.776	10.373	3.597	9.533	17.363	7.830	0,42	1,06	0,64	23	16.497	1,28
CARIRI 1	6.893	7.944	1.051	9.503	12.454	2.951	0,40	0,68	0,3	14	2.752	1,06
CARIRI 2	6.113	9.447	3.334	8.723	21.357	12.634	0,40	1,80	1,4	23	11.728	1,07
CARIRI 3	7.322	13.727	6.405	10.372	18.277	7.905	0,46	0,69	0,2	32	35.012	1,70
	BENEFICIO NETO Modelos / Família			INGRESSO NETO FAMILIAR			Empleo			TIRf	VAN	Relacao B/C
	Reais \$ / Ano			Reais \$ / Ano			Empeos / Ano				6.75%	
Modelos Associativos	SP	CP	Diferencia	SP	CP	Diferencia	SP	CP	Diferencia			
Laticinio		1.572	1.572		-	-		119	119	40%	6.123.664	1,12
Casa de Farinha		2.846	2.846		-	-		289	289	42%	2.547.452	1,04
Entre posto de Mel		782	782		-	-		159	159	62%	12.430.240	1,09
Beneficiame nto do Pedunculo de Caju		2.304	2.304		-	-		34	34	66%	7.027.528	1,24
Peñhos esquemas de Irrigacao		1.008	1.008		-	-		1.083	1.083	42%	7.708.632	1,09
Artesanato		320	320		-	-		225	225	28%	3.180.484	1,18

SP = Sem projeto
 CP = Com Projeto

6. Ao final do período de execução do Projeto, espera-se que aproximadamente 80% das famílias envolvidas em atividades de assessoria técnica tenham elevado seus níveis de produtividade em 75%. Isso leva em conta o pressuposto que das famílias envolvidas em empreendimentos ou Planos de Negócios co-financiados, espera-se que no final do Projeto cerca de 80% dos empreendimentos apoiados estejam funcionando de maneira sustentável.

7. A análise produtiva, econômica e financeira realizada durante o desenho do Projeto mostra que é possível incrementar em 30% a renda média das famílias atendidas. Este indicador junto aos demais resultados e impactos esperados referidos acima, permitem prever que, ao final da vida do Projeto, a pobreza extrema ter-se-á reduzido em 35% na área geográfica onde será implementado o Projecto Paulo Freire, o que é sem duvida o indicador mais importante dos benefícios esperados.

8. É importante sublinhar que o Projeto também gerará externalidades que beneficiarão um número substancial de famílias, além daquelas que participam diretamente das atividades. Essas externalidades referem-se a: (i) fortalecimento do associativismo e de cadeias locais de produção, com o estabelecimento de canais de comercialização, novos mercados e efeitos demonstrativos de negócios gerados pelo Projeto, que estimularão outros negócios locais; (ii) fortalecimento institucional, que beneficiará não apenas as famílias diretamente envolvidas nos negócios e os agricultores que fornecem matéria-prima, como também outras famílias nas comunidades; (iii) tecnologias adotadas por beneficiários e transferidas a outros membros da comunidade; (iv) demanda de outras atividades econômicas em áreas rurais e comunidades abrangidas pelo projeto, a partir dos negócios promovidos pelo Projeto; (v) acesso a outros programas do Governo.

Beneficiários do Projeto

9. Referente ao componente 1, 24.000 famílias em 600 comunidades serão beneficiadas diretamente das atividades de promoção e mobilização social e assessoria técnica contínua. A incorporação do projeto destas famílias através de seus modelos produtivos é apresentada na tabela 3. O primeiro componente focará no fortalecimento das capacidades dos produtores, mobilizadores e profissionais para identificar, planejar e implementar atividades de assessoria técnica e negócios rurais. O principal benefício de todas estas atividades será a construção de novas e maiores capacidades nas comunidades e organizações econômicas para se organizar, produzir mais e de melhor qualidade, inovar processos produtivos, acessar aos mercados em melhores condições e, o mais importante, aumentar a renda e gerar novas oportunidades de trabalho para a população envolvida no Projeto e para outras famílias que se beneficiarão de forma indireta.

Tabela 3: No de produtores atendidos com Assessoria Técnica Continua

Modelos Familiares	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6
SOBRAL						
Grupo 1	617	617	617	617	617	617
Grupo 2		2.057	2.057	2.057	2.057	2.057
Grupo 3			3.291	3.291	3.291	3.291
Grupo 4				1.234	1.234	1.234
Sub Total	617	2.674	5.966	7.200	7.200	7.200
INAHMUS						
Grupo 1	905	905	905	905	905	905
Grupo 2		3.017	3.017	3.017	3.017	3.017
Grupo 3			4.827	4.827	4.827	4.827
Grupo 4				1.810	1.810	1.810
Sub Total	905	3.922	8.750	10.560	10.560	10.560
CARIRI						
Grupo 1	535	535	535	535	535	535
Grupo 2		1.783	1.783	1.783	1.783	1.783
Grupo 3			2.853	2.853	2.853	2.853
Grupo 4				1.070	1.070	1.070
Sub Total	535	2.318	5.170	6.240	6.240	6.240
TOTAL	2.057	8.914	19.886	24.000	24.000	24.000

10. No segundo componente se apoiarão investimentos individuais e associativos para incrementar a produtividade, a produção e a renda gerada em atividades agrícolas e não agrícolas. As estimativas feitas durante o desenho do Projeto mostram que aproximadamente 20.000 famílias serão beneficiadas diretamente pelo financiamento para investimentos e assessoria técnica, com o objetivo de dar início a novos negócios ou melhorar aqueles que estão em operação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 10

11. Na tabela 4, apresentam-se o numero de produtores com investimentos individuais e associativos.

Tabela 4: No de Produtores com Assistência Técnica e Investimentos

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Total
Modelos Familiares	Atingidos com Asistencia Tecnica e Investimentos Individuais						
Caprino Cultura de Corte	379	687	1.218	1.272	1.066	379	5.000
Caprino Cultura de Leite	152	275	487	509	426	151	2.000
Apicultura	228	412	731	763	639	227	3.000
Plantio de Caju	38	69	122	127	107	38	500
Sub Total	796	1.442	2.557	2.672	2.238	795	0.500¹
Modelos Associativos	Atingidos com Asistencia Tecnica e Investimentos Associativos						
Laticinios (iogur queso)	68	124	219	229	192	68	900
Casa de Farinha	42	77	136	142	119	42	560
Entre posto de Mel	243	439	779	814	682	242	3.200
Beneficiamento do Pedunculo de Caju	46	82	146	153	128	45	600
Peñhos esquemas de Irrigacao	114	206	365	382	320	114	1.500
Artesanato	206	373	662	692	580	206	2.720
Sub Total	719	1.302	2.309	2.412	2.021	718	9.480
TOTAL	1.515	2.743	4.866	5.084	4.259	1.513	19.980

12. O Projeto prevê atingir diretamente 1.200 jovens empreendedores através da alocação de recursos para investimentos e assessoria técnica e para facilitar o acesso à terra e a exploração dessas novas unidades produtivas. A tabela 5 mostra a incorporação desses jovens ao Projeto.

Tabela 5: No de Jovens apoiados com Assistência Técnica Especializada

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Total
Jovens Agricultores		240	240	240	240	240	1.200

13. Adicionalmente se prevê atingir a 60.000 familias das comunidades dos 31 municípios que compõem a área de intervenção do Projeto com uma línea de de difusão de informação e de capacitação do conjunto de políticas públicas, tanto federais como estaduais, que existem atualmente para a população pobre rural.

14. Considerando que a falta de informação mais detalhada é o primeiro problema enfrentado pela população neste assunto, esta linha de trabalho terá como base um esforço abrangente de difusão de informação e de capacitação, por meio da realização de oficinas em nas comunidades. Os resultados esperados de estas atividades, entre outros, e uma melhoria em nas condições de venda dos produtos e menores custos do financiamento.

Tabela 6: No de Famílias apoiados com Capacitação Políticas Publicas e Informação

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Total
Famílias Beneficiárias		12.000	24.000	24.000			60.000

15. Para estimar o valor bruto da produção foram considerados três modelos de finca, cada um representante de cada uma das regiões abrangidas pelo projeto: Sobral, Inhamus e Cariri. Para cada modelo de exploração foram identificadas as atividades agropecuárias, a superfície e estimados parâmetros na situação sem e projeto com.

16. Os dados básicos dos modelos são apresentados na tabela 7.

Tabela 7. Característica básica dos Modelos de Finca dos produtores atendidos com Assistência Técnica Continua

Modelos de Finca	No de Productores	Area media has / Tamanho rebanho	
		Sem Proyecto	Com Proyecto
SOBRAL			
Milho/Feijao	7.200	2	2
Mandiocultura		4	4
Ovinocaprinocultura de corte		10	10
Apicultura		10	10
Caju		17	17
INAHMUS			
Milho Hibrido	10.560	4	4
Milho/Feijao		2	2
Ovinocaprinocultura de corte		10	10
Caprino de leite		10	10
CARIRI			
Mandiocultura	6.240	4	7
Caprinocultura de leite		10	10
Caju		4	5,5
Apicultura		10	10

17. Para a estimativa do aumento de produção do valor bruto, se considerou que os produtores aumentarão sua produtividade como resultado da assistência técnica continua, adotando melhorias tecnológicas e de gestão nos seus sistemas de produção. A evolução dos produtos agrícolas e a produção pecuária como resultado do projeto é apresentada na tabela 8.

Tabela 8: Valor líquido da produção produzida pelos beneficiários do projeto

	Reales /ano		Diferencia %
	Sim Projeto	Com Projeto Ano 7	
Milho	133.772.000	140.028.504	5%
Feijao	56.344.000	68.877.000	22%
Mandiocultura	75.546.000	144.504.000	91%
Ovinocaprinocultura de corte	25.882.000	37.496.200	45%
Apicultura	9.007.360	10.005.760	11%
Caju	7.550.400	19.236.800	155%
Caprino de leite	4.633.200	104.059.888	2.146%

18. O valor total da produção de todas as famílias beneficiárias (tabela 7) vai aumentar em média R\$ 127 milhões de reais ao ano (US\$ 72,7 milhões ao ano). Os produtos com maior incidência deste aumento são ovino-caprinocultura de corte, apicultura, e caprinocultura de leite.

19. É importante acrescentar que os produtos que mais influenciam o aumento do rendimento produtivo, são em grande parte devido ao número de famílias envolvidas na produção desses modelos, portanto, com relação direta no volume de produção.

ANEXO 10

Tabela 9: Valor da produção dos modelos agrícolas gerada com apoio do projeto a nível de finca, em Reais (R\$)

[illegible]

20. A procura de trabalho nas produções familiares vai aumentar desde o início do projeto (ver tabela 10). Assim, como resultado de que se intensificassem a produção e a adoção de tecnologias para a gestão sustentável do gado a produção agrícola familiar levará a um aumento da ocupação das famílias de mais de 2.840.112 jornadas permanentes – ou seja, uns 10.758 postos de trabalho anuais, contribuindo a estabilidade laboral para famílias rurais.

Tabela 10: Demanda incremental de mão de obra familiar dos sistemas productivos.

No Jornales / Trabajador / ano	No de Empleos / Ano			
	Sim Projeto	Com Projeto	Diferencia	
264		Ano 7	No	%
Modelos Familiares			8.850	
SOBRAL 1	1.354	1817	463	34%
SOBRAL 2	6.155	7.955	1.799	29%
SOBRAL 3	1.429	1.650	221	15%
INHAMUS 1	5.840	6720	880	15%
CARIRI 1	945	1636	691	73%
CARIRI 2	1308	5986	4.678	358%
CARIRI 3	240	358	118	49%
Modelos Asociativos			1.909	
Laticínios (iogur queso)		119	119	
Casa de Farinha		289	289	
Entre posto de Mel		159	159	
Beneficiamento do Pedunculo de Caju		34	34	
Peñhos esquemas de Irrigacao		1083	1.083	
Artesanato		225	225	
Total	17.272	28.031	10.758	62%

(*) Se estima que um emprego/ano es equivalente a 264 jornadas

II. Viabilidade Econômica do Projeto

21. Os indicadores utilizados para estabelecer a viabilidade econômica são a taxa interna de retorno (TIRe), o valor presente líquido econômico (VANE) e a razão do Benefício / Custo (B/C) incremental devido às ações do projeto, calculado com preços econômicos.

22. Para a avaliação econômica foi estimado um fluxo de dois benefícios incrementais líquidos a partir de: (a) benefícios anuais da produção agrícola e pecuária dos modelos de finca, com o suposto do uma taxa de adoção de um 80% dos produtores envolvidos; (b) benefícios anuais de produção dos empreendimentos ou Planos de Negócios individuais ou associativos; (c) custos anuais de produção desses

itens, incluindo investimentos e custos; operacionais e (c) custos do Projeto, deduzindo os fundos de investimento e impostos.

23. A estimativa dos benefícios econômicos da agricultura e produção pecuária se realiza transformando os preços financeiros em preços econômicos dos produtos utilizando fatores de conversão (CF).

24. Os preços foram calculados pela dedução do ICM (17%) dos preços de mercado.

25. A estimativa de custo considerados os seguintes itens:

- i. os preços dos produtos produzidos (saída) foram reduzido atribuído a cada produto taxas de ICMS de 17%;
- ii. os custos operacionais das fazendas a preços econômicos, ou por meio da dedução do ICMS a preços de mercado de insumos;
- iii. Ajuste ao custo do mão de obra a uma taxa del 0,92 % dado o nível de desemprego no Brasil estimado em 8%.
- iv. investimentos e os custos operacionais de investimento em empresas individuais ou associativas dos Planos de Negócios a preços econômicos ou dedução do ICMS a preços de mercado de insumos.
- v. os custos do Projeto, deduzindo os fundos de investimento (componente 2). Estes custos foram também a preços econômicos calculados deduzindo impostos sobre os preços de mercado (ICMS e imposto sobre o rendimento pessoal salários exceda o mínimo não tributáveis, e outros impostos, como ISS, IPI e Pessoal);

26. A taxa interna de retorno econômica (TIRe), o Valor Atualizado Neto econômico (VANE) e a razão Benefício / Custo (B/C) do Projeto foi calculada por um período de 20 anos e com uma taxa de desconto de 6,75 %.

27. A taxa de desconto adotada é extremamente cautelosa levando-se em conta que o empréstimo FIDA será em condições ordinárias com uma taxa de juro de 1,3% por ano (taxa variável). Outras taxas de referência também foram revistas para confirmar a prudência na seleção da taxa de desconto. Estas taxas de referência são:

- a) taxa desconto usado como referência nos Projetos do Banco Mundial no Brasil: 12%
- b) Prime Rate. 3.25% (dezembro 2011)¹⁰⁰;
- c) Lei da Poupança, 8,75%.

28. Os indicadores calculados (ver tabela 11) mostram que o Projeto é economicamente viável, bem como um bom investimento para o Governo do Estado do Ceará:

a) TIRe. = 29%

b) VANE do benefício neto incremental: R\$ 857 milhões (reais)

c) Razão B/C: 2,2

29. Estes indicadores também fornecem ao governo do Estado do Ceará valores de referência necessários para comparar o investimento no Projeto, relativamente a outros investimentos. Deve acrescentar-se que esta avaliação econômica não considerou medição complexa ou benefícios intangível tais como prestações sociais relacionados com a formação de capital social, da igualdade e da inclusão dos jovens no trabalho, benefícios ambientais associados com a melhoria da conservação dos recursos naturais.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 10

Tabela 11: Fluxo de caixa econômico do Projeto - Viabilidade Econômica do Projeto
Preços Econômicos (em milhares de Reais)

FLUXO DE FUNDOS	SIM PROJETO	COM PROJETO									
	1 ate 20	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 ... 20
I. VALOR DA PRODUCAO	322.001	38.954	163.980	369.402	470.930	509.207	539.787	558.252	565.548	566.761	566.761
Fincas Individuais	322.001	29.061	131.332	297.806	371.435	391.552	414.276	430.689	437.175	438.254	438.254
Emprendimientos Asociativos	-	5.691	14.753	31.240	48.234	62.455	67.013	67.013	67.013	67.013	67.013
Incremento Valor Renda Produtores Acessan Políticas Publicas (credito e compras publicas)	-	4.203	17.894	40.355	51.261	55.200	58.497	60.549	61.360	61.494	61.494
II. INVESTIMENTOS EMPRENDIMENTOS	-	12.991	41.646	67.080	28.567	4.702	1.633	-	-	-	-
III. CUSTOS EMPRENDIMENTOS ASSOCIATIVOS	-	3.126	8.141	17.127	26.406	34.107	36.571	36.571	36.571	36.571	36.571
Insumos Operacionales Emprendimientos Asociativos	-	2.203	5.643	11.844	18.237	23.545	25.204	25.204	25.204	25.204	25.204
Mano de Obra investimentos associativos	-	923	2.499	5.283	8.169	10.561	11.367	11.367	11.367	11.367	11.367
IV. CUSTOS OPERACIONALES FINCAS	207.542	20.442	92.179	206.324	249.332	251.603	255.585	258.231	260.034	261.332	261.675
Insumos Operativos Producao Fincas	-	9.416	42.073	94.100	113.712	114.592	115.986	116.501	116.501	116.501	116.501
Mano de Obra Producao Fincas	-	11.026	50.106	112.224	135.619	137.012	139.600	141.730	143.534	144.832	145.174
V. VSUBTOTAL CUSTOS PRODUCAO	207.542	23.568	100.321	223.451	275.738	285.710	292.157	294.802	296.606	297.904	298.246

[illegible]

Análise de sensibilidade

30. Testes de sensibilidade mostram que os indicadores de viabilidade financeira são pouco sensíveis para a redução das prestações, aumento dos custos, porém, relevantes para os benefícios, conforme mostrado na tabela 12:

Tabela 12: Sensibilidade de indicadores de viabilidade financeira.

	Análise de sensibilidade			
	Indicador	TIR	VAN	B/C
			Reais \$ (1000)	
Resultados base		40%	1,398,705	2.2
Redução de benefícios				
	-10%	26%	804,822	1.6
	-20%	12%	210,939	1.4
	-30%		382,944	1.3
Aumento de custos				
	15%	27%	903,162	1.6
	30%	16%	407,620	1.4
O acúmulo de benefícios				
	2 anos	18%	851,587	1.7
	3 anos	10%	339,065	1.7

ANEXO 11. VERSÃO PRELIMINAR DO MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Apresentação

1. Este documento apresenta a versão preliminar do Manual de Implementação do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Paulo Freire, com a finalidade de orientar a equipe do Governo do Estado, o público meta e as organizações parceiras quanto ao processo de implementação do Projeto.
2. O objetivo geral do Projeto Paulo Freire (PPF) é contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.
3. Neste contexto, foram definidos os seguintes objetivos específicos do Projeto:
 - a) Fortalecer as capacidades da população rural e das organizações comunitárias para identificar, priorizar e solucionar seus problemas, formar lideranças e melhorar sua capacidade de participação nos processos decisórios locais;
 - b) Apoiar o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas produtivas comunitárias e familiares, aumentando suas capacidades e habilidades para desenvolver negócios rurais e acessar aos mercados, incluindo os mercados institucionais (PAA, PNAE e outros), e às políticas públicas para agricultura familiar; e
 - c) Fomentar o desenvolvimento produtivo sustentável – agrícola e não agrícola – incrementando a produtividade de comunidades e unidades familiares, gerando oportunidades de renda e emprego e levando em conta à adoção e promoção de práticas agroecológicas e o manejo sustentável de recursos naturais.
4. Para alcance dos objetivos citados acima, o Projeto prevê um conjunto de ações que estão organizadas em dois Componentes que serão desenvolvidos de forma integrada: i) Componente I – Desenvolvimento de Capacidades fortalecerá as capacidades individuais e coletivas necessárias à promoção de um desenvolvimento sustentável para as famílias, comunidades e áreas de atuação do Projeto; e ii) Componente II – Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental apoiará as atividades que permitam um incremento da produção e a geração de renda das famílias beneficiárias do Projeto, segundo os princípios da convivência com o semiárido e a agroecologia.
5. O Projeto terá como área de atuação 31 municípios localizados nos Territórios do Sertão de Sobral, Vales do Curu-Aracatiagu, Inhamuns-Crateús e Cariri Oeste, todos na Região Semiárida Cearense. A meta é atender diretamente a um total de 60.000 famílias rurais pobres, com ou sem terra, o que envolve aproximadamente 228 mil pessoas, dentre as quais terão prioridade os jovens e as mulheres, principalmente as chefas de família.
6. O prazo previsto para implementação do Paulo Freire é de 6 anos, com um custo total de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões de empréstimo do FIDA outorgado ao Governo do Ceará com a garantia do Governo Federal e US\$ 40 milhões do Governo Estadual como contrapartida.
7. A versão final deste Manual de Implementação será resultado do debate entre a SDA e o FIDA. O Governo Estadual encaminhará a versão deste Manual ao FIDA para apreciação, juntamente com o pedido de não objeção. As mudanças ou ajustes efetuados no Manual, durante a implementação do Projeto, serão submetidas à apreciação e aprovação do FIDA.
8. O Manual de Implementação funcionará como um instrumento de orientação do processo de execução do Projeto Paulo Freire, instruindo os beneficiários, as equipes técnicas

do governo estadual e os parceiros institucionais envolvidos, quanto à estratégia de implementação e aos procedimentos operacionais adotados.

9. Esta versão preliminar do Manual de Implementação está organizada em três grandes tópicos. O primeiro tópico trata do arranjo institucional do Projeto, incluindo a Agência Executora e as instâncias de gestão do Projeto; o segundo apresenta os critérios gerais de elegibilidade dos beneficiários e de acesso aos serviços e investimentos produtivos; e o terceiro detalha a estratégia de implementação do Paulo Freire.

1. Arranjo Institucional para a Implementação do Projeto

10. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Governo do Estado do Ceará será a Agência Executora, sendo a responsável técnica e executiva pela implementação do Projeto Paulo Freire, e, portanto, pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP). Nessa condição, a SDA será responsável por: (i) assegurar a inclusão dos recursos previstos para execução do Projeto no orçamento anual do estado; (ii) promover articulações institucionais necessárias à implementação do Paulo Freire com organizações dos governos federal, estadual e municipal, do setor privado e dos agricultores familiares; e (iii) implementar e supervisionar a execução do Projeto de acordo com os termos negociados e o estabelecido neste Manual de Implementação do Projeto.

11. A UGP que responderá pela gestão e execução do Projeto será constituída no âmbito da SDA, no mesmo nível hierárquico das coordenadorias programáticas e na condição de ordenadora de despesas no que se referir aos atos de gestão orçamentária dos recursos do Projeto Paulo Freire. Para tanto, a UGP contará com uma Equipe Central sediada em Fortaleza e 04 Equipes Locais instaladas nos territórios de atuação do Projeto.

1.1. Instâncias de Gestão

12. Com a finalidade de estabelecer as sinergias necessárias ao desenvolvimento do PPF e dar transparência as suas ações, a UGP participará das seguintes instâncias de gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural:

1.1.1 Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS)

13. O CEDRS é um órgão deliberativo da política de desenvolvimento rural do estado, alinhado ao Conselho Nacional, que funciona sob a coordenação do Secretário de Desenvolvimento Agrário. Fazem parte do Conselho, representantes de organizações públicas estaduais e federais e dos agricultores familiares, a exemplo da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará (Fetraece) e da Cooperativa Central das Áreas da Reforma Agrária. Esse Conselho funcionará como fórum de debates, intercâmbio e complementaridade das ações do Projeto Paulo Freire com outros programas e projetos federais e estaduais, tais como: Projeto São José, Pacto Federativo, Pronaf, Crédito Fundiário, PAA, PNAE e outros.

1.1.2 Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA)

14. A coordenação da UGP participará do Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da SDA, o qual é coordenado pelo Secretário e formado pelos Secretários Adjunto e Executivo, os titulares das coordenadorias e dos órgãos vinculados à secretaria. Esse Comitê, que funciona como um fórum de coordenação e decisão estratégica da SDA terá as seguintes responsabilidades relacionadas ao Paulo Freire: (i) aprovar o Plano Operativo Anual e viabilizar os acordos necessários à sua execução e à consecução dos objetivos do Projeto; (ii) aprovar o Manual de Implementação do Projeto; (iii) analisar e comentar os relatórios de execução semestrais e anuais; (iv) analisar e comentar os relatórios anuais de auditoria; (v) analisar e comentar as revisões de meio termo do projeto; (vi) aprovar os Planos de Negócios e os Planos de Trabalho Simplificados com valor acima de US\$ 50.000 e até o valor máximo de US\$

100.000, considerando a análise técnica e financeira realizada pela UGP; (vii) promover a articulação do Paulo Freire com os demais programas e projetos coordenados pela SDA, a exemplo de São José, Crédito Fundiário, PAA, PNAE, Brasil sem Miséria, Garantia Safra, Pronaf e outros igualmente relevantes.

1.1.3 Comitês Locais do Projeto

15. Os Comitês Locais do Projeto serão constituídos na etapa de mobilização das comunidades rurais como os objetivos de: (i) debater a realidade dos municípios e das comunidades selecionadas para atuação do Projeto; (ii) acordar sobre as prioridades territoriais; (iii) apoiar na elaboração e acompanhamento da execução dos Planos de Desenvolvimento das comunidades; (iv) monitorar a participação e as responsabilidades dos parceiros na implementação dos Planos (v) consolidar um programa de trabalho com as ações a serem financiadas pelo PPF; (vi) promover as articulações necessárias à implementação do programa de trabalho e dos Planos de Desenvolvimento das comunidades; e (vii) avaliar anualmente o andamento das ações apoiadas pelo Paulo Freire. Os Comitês aglutinarão representantes de: comunidades rurais selecionadas para participar do Projeto; organizações comunitárias e econômicas dos agricultores familiares beneficiários, sediadas nas comunidades e municípios de atuação do Projeto (associações, cooperativas, sindicatos, condomínios e empreendimentos associativos); organizações governamentais, preferencialmente, as que coordenem projetos com possibilidades de estabelecer complementaridades com o Paulo Freire, a exemplo dos Projetos São José, Pronaf, Crédito Fundiário e outros; organizações não governamentais de assessoria técnica com atuação nos municípios e técnicos das Equipes Locais do Projeto.

1.1.4 Unidade de Gestão do Projeto (UGP)

16. A Unidade de Gestão do Projeto responderá pelas atividades de coordenação, planejamento, articulação institucional, implementação e monitoramento das ações promovidas pelo Paulo Freire. A equipe da UGP trabalhará em estreita colaboração com as Coordenadorias e assessorias técnicas da SDA. O princípio do modelo de gestão do Projeto é torná-lo parte da programação da Secretaria como todo, facilitando à colaboração com as várias áreas de atuação da SDA, com vistas à complementaridade de ações, a troca de conhecimento e informações resultantes tanto da ação do Projeto como dos demais projetos de coordenados pela SDA.

17. Dentre as responsabilidades gerenciais da UGP estará a análise técnica e financeira de todos os Planos de Negócios e os Planos de Trabalho Simplificados, e a aprovação dos Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados com valor máximo de até USD 50.000 de investimentos produtivos não reembolsáveis. No caso dos Planos com valores entre USD 50.000 e 100.000 de investimentos não reembolsáveis, depois da sua análise serão submetidos ao Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da SDA para sua consideração final e aprovação quando corresponda. Com o objetivo de garantir uma alocação eficiente dos recursos de investimento produtivo do projeto, a análise técnica dos Planos levará em conta os padrões e coeficientes técnicos que utiliza normalmente a SDA; no que tem a ver com a análise financeira, o BNB auxiliará à UGP fornecendo coeficientes técnicos e orçamentários, e treinando o pessoal da UGP para a análise financeira de projetos. Considerando o arranjo institucional e o modelo de gestão propostos, a coordenação da UGP exercerá essa responsabilidade de forma partilhada por meio da constituição de uma Comissão de Análise e Aprovação de Planos de Negócios e de Planos de Trabalho Simplificados composta por: coordenador geral da UGP, que coordenará os trabalhos da comissão, gerente do componente de desenvolvimento de capacidades, gerente do componente de desenvolvimento produtivo, gerente de aquisições e gerente de monitoramento. A Comissão em comum acordo poderá convidar representantes de organizações parceiras com experiência em elaboração e análise de Planos de Negócios para apoiar em seus trabalhos, quando necessário.

183	183	183
TANZ	183	183

18. A Unidade de Gestão do Projeto contará com um coordenador geral, cinco gerências e quatro Equipes Locais, que serão instaladas em unidades descentralizadas da SDA. Ainda como parte da UGP, cinco profissionais especializados apoiarão as gerências e a coordenação geral. As Equipes Locais dos Territórios do Cariri, de Sobral e Crateús-Inhamuns ao norte contarão com seis profissionais e a do Crateús-Inhamuns ao sul por reunir o menor número de municípios será formada por quatro profissionais. Ao todo o Projeto mobilizará um total de 38 profissionais que atuarão de forma permanente durante os seis anos de execução.

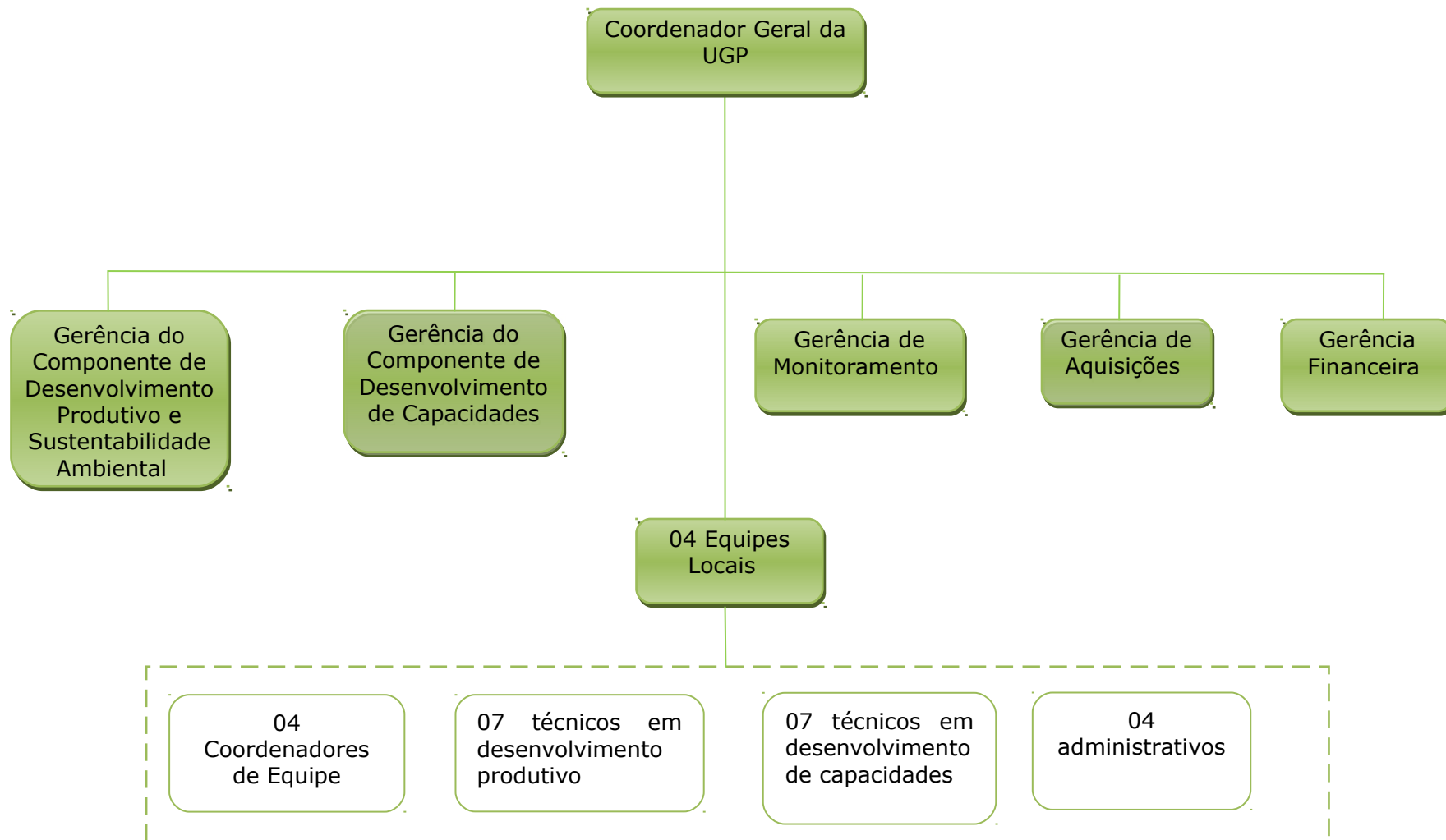
19. Apresenta-se a seguir a equipe e, ao final deste item, o organograma da UGP, como parte da estrutura organizacional da SDA:

- Um Coordenador Geral que responderá pelos atos administrativos, financeiros e técnicos, pela articulação institucional e pelo alcance dos resultados do Projeto.
- Um Gerente do Componente de Desenvolvimento de Capacidades, responsável por coordenar a implementação das ações de formação e capacitação dos beneficiários, de suas organizações e das assessorias; orientar tecnicamente às equipes locais na execução das ações previstas no Componente; acompanhar a preparação e execução dos Planos; e assegurar o enfoque de equidade de gênero, a inclusão dos jovens e a transversalidade da dimensão ambiental em todas as etapas do Projeto.
- Um Gerente do Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental, responsável por coordenar a implementação do Componente, incluindo a análise e seleção dos Planos para a apreciação e aprovação pela UGP;
- Um Gerente de Aquisições, que será responsável pelas aquisições necessárias à operação do Projeto, incluindo a contratação de organizações qualificadas técnica e operativamente para executar as ações de desenvolvimento de capacidades e assessoria técnica previstas no Componente 1 do Projeto.
- Um Gerente Financeiro responsável pela execução financeira e contábil, que atuará em articulação com a Coordenadoria de Planejamento e Gestão da SDA.
- Um Gerente de Monitoramento responsável pelo acompanhamento das metas e resultados previstos conforme definido no Marco Lógico, da avaliação dos resultados e impactos e da preparação dos relatórios de desempenho físico-financeiro do Projeto.
- 05 profissionais de nível superior, especialistas nas áreas temáticas do Projeto para apoiarem as gerências.
- 02 administrativos para as gerências técnicas, 01 administrativo para as gerências de aquisições e financeira, 01 estagiário de monitoramento e 01 administrativo para a coordenação.

20. Quatro Equipes Locais realizarão as ações de divulgação do Projeto, mobilização das comunidades e dos beneficiários, orientação técnica para elaboração e implementação dos Planos de Negócios apoiados pelo Paulo Freire, análise prévia técnica, financeira e ambiental dos Planos de Negócios propostos e monitoramento das ações. Ademais, caberá às equipes locais supervisionar os serviços de assessoria técnica prestados pelas instituições contratadas, assegurando que sejam executados com qualidade, no prazo e em conformidade com o contratado. As Equipes Locais mobilizarão vinte e dois profissionais, dos quais quatro exercerão a função de coordenador de equipe, sete serão responsáveis pelas ações do Componente I, sete pelas ações do Componente II e 04 pela execução de atividades administrativas.

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

ORGANOGRAMA: UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO PAULO FREIRE



2. Critérios Gerais de Elegibilidade de Beneficiários

21. O Projeto Paulo Freire está alinhado com a Lei 11.326¹⁰¹ que estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, a qual define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais¹⁰²; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

22. Neste sentido, os critérios gerais de elegibilidade de beneficiários do Projeto serão os instituídos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por se tratar do principal instrumento da política nacional da agricultura familiar e combate à pobreza rural, cujos critérios de elegibilidade são referência para os programas e projetos de desenvolvimento rural. Os beneficiários do Paulo Freire, portanto, atenderão aos critérios de acesso às linhas de crédito destinadas aos Grupos A, B e Variável¹⁰³ do Pronaf.

23. Assim, serão beneficiários do Projeto Paulo Freire os agricultores e agricultoras familiares que atenderem aos critérios gerais de elegibilidade, de forma cumulativa, indicados a seguir:

- Sejam elegíveis pelo PRONAF A, B e Variável;
- Desenvolvem atividades agrícolas ou não-agrícolas associadas aos arranjos produtivos apoiados pelo Projeto, com potencial de se tornarem empreendimentos rurais;
- Morem nos municípios selecionados para atuação do Projeto, conforme relação no Anexo I deste Manual;

¹⁰¹ Lei Federal de 24 de julho de 2006,.

¹⁰² Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: · tipo de exploração predominante no município; · renda obtida com a exploração predominante; · outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e · conceito de propriedade familiar".
http://www.fetape.org.br/documentos/pol_publicas_sociais/Modulo_Rural.pdf

¹⁰³ Pronaf - Grupo "A": agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf; (Res 3.559).

Pronaf Grupo "B": agricultores familiares que: (Res 3.559; Res 3.570 art 4º) I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; (Res 3.559); II - residam na propriedade ou em local próximo; (Res 3.559); III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; (Res 3.559); IV - obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; (Res 3.559); V - tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; (Res 3.559); VI - tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$6.000,00 (seis mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res. 3.559; Res. 3.731 art. 2º).

Pronaf "Variável" I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; (Res 3.559); II - residam na propriedade ou em local próximo; (Res 3.559) III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; (Res 3.559); IV - obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; (Res 3.559); V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes; (Res 3.559); VI - tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$6.000,00 (seis mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res 3.559; Res 3.731 art 2º).

- Participem de organizações comunitárias e/ou econômicas nas quais pelo menos 60% dos participantes sejam elegíveis pelo Pronaf A ou B.

2.1. Critérios de Acesso às Ações de Desenvolvimento de Capacidades e aos Investimentos Produtivos

24. As atividades de desenvolvimento de capacidades serão orientadas pelos sete eixos do Componente I do Projeto: 1) Capacitação em políticas públicas; 2) Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças; 3) Desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais; 4) Desenvolvimento organizacional e capacitação para a gestão e comercialização; 5) Formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra; 6) Fortalecimento das equipes de entidades parceiras; 7) Mobilização social, conforme detalhado no Anexo 4 do Documento Principal do Projeto.

25. As atividades previstas em cada um dos eixos se destinarão aos agricultores (as) e suas famílias que atenderem aos critérios gerais de elegibilidade do Projeto, com prioridade às mulheres e aos jovens na faixa etária de 16 a 29 anos; organizações comunitárias e econômicas da agricultura familiar; organizações públicas estaduais (SDA e Ematerce) e organizações privadas que assessorem os agricultores e agricultoras no desenvolvimento de suas atividades econômicas, agrícolas e não agrícolas.

26. As atividades de desenvolvimento de capacidades incluirão: assessoria contínua; unidades de aprendizagem; oficinas de trabalho, intercâmbios de experiência, visitas orientadas a instituições de referência; cursos de curta duração e cursos à distância e outras modalidades de formação. Estas atividades serão realizadas com apoio de instituições qualificadas em distintas áreas temáticas, técnicos especializados e assessoria técnica continuada, contratados pela UGP.

2.1.1. Capacitação em Políticas Públicas

27. O Projeto criará mecanismos de capacitação para garantir que a informação sobre as diferentes políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar (tais como Pronaf, PAA, PNAE, Crédito Fundiário, Garantia Safra, etc.) cheguem a um amplo contingente da população rural dos municípios atendidos. Essa ação será realizada através da contratação de uma assessoria específica.

28. Terão acesso a essa ação as famílias de agricultores e agricultoras e suas organizações comunitárias e econômicas, situadas nos territórios de atuação do Projeto.

2.1.2 Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças

29. Esse eixo de atuação buscará desenvolver as capacidades das famílias e das organizações comunitárias para melhor identificar e analisar os seus problemas e potencialidades; planejar as ações necessárias para enfrentar os desafios e executar as ações planejadas. Isto se dará a partir da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano de Desenvolvimento da comunidade (PD) e do Plano de Negócios. Este eixo será implementado pela assessoria contínua.

30. Terão acesso a essa ação as famílias de agricultores e suas organizações comunitárias e econômicas, localizadas nas comunidades e municípios de atuação do Projeto.

183	183
183	183
TANZ	

2.1.3 Desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais

31. Esse eixo fortalecerá o conhecimento e o saber-fazer técnico necessário ao aperfeiçoamento das atividades produtivas e de manejo dos recursos ambientais e será implementada com apoio de assessoria técnica e, quando necessário, de entidades especializadas em formação técnica. Terão acesso a essas ações:

- Agricultores e agricultoras das comunidades atendidas pelo Projeto
- Organizações comunitárias ou econômicas que apresentarem Planos de Negócios;
- Jovens rurais que se candidatarem a empreender de forma associativa e/ou que desejem adquirir terra para assentarem-se e produzir;
- Mulheres que se candidatarem a empreender de forma associativa.

2.1.4 Desenvolvimento organizacional e capacitação para gestão e comercialização

32. Esse eixo promoverá ações destinadas às associações comunitárias e econômicas apoiadas pelo Projeto, para desenvolver as capacidades de gestão das unidades familiares de produção e das organizações, em áreas como planejamento, gestão financeira, contabilidade, prestação de contas e comercialização. Terão acesso a essas ações:

- Organizações comunitárias ou econômicas que apresentarem Planos de Negócios;
- Jovens rurais que se candidatarem a empreender de forma associativa e/ou que desejem adquirir terra para se assentar e produzir;
- Mulheres que se candidatarem a empreender de forma associativa, adquirindo ou não terra para produzir.

2.1.5 Formação de jovens para atividades econômicas e acesso a terra

33. Esse eixo organizará atividades de formação de jovens com vistas a melhorar suas oportunidades de trabalho e de geração de renda. Terão acesso a essas ações:

- Jovens, homens e mulheres, na faixa etária de 16 a 29 anos, que residem nos municípios selecionados pelo Projeto;
- Jovens, homens e mulheres, que querem empreender de forma associativa ou ingressar no mercado de trabalho;
- Jovens, homens e mulheres, sem terra que querem acessar a terra para produzir;

2.1.6 Fortalecimento das Equipes de entidades parceiras

34. O bom andamento do Projeto dependerá, em grande parte, da qualidade do trabalho da assessoria técnica. A assessoria trabalhará os aspectos produtivos, econômicos e sociais das unidades familiares, das comunidades, e das organizações econômicas de forma participativa. Ela também terá um papel fundamental no apoio à sustentabilidade ambiental nas áreas trabalhadas pelo Projeto. Assim, o Projeto deverá apoiar o aprimoramento das equipes de assessoria, oferecendo diversas modalidades de reciclagem e capacitação às equipes.

2.1.7 Mobilização Social

35. Facilitar a comunicação entre as famílias e as comunidades, estimulando o exercício da participação e do controle social sobre a ação do Projeto será a principal tarefa dos (as) mobilizadores (as) sociais. Esses agentes serão selecionados entre as comunidades e famílias participantes do Projeto, por organizações de agricultores com experiência na temática, com as quais o Projeto estabelecerá parcerias. A seleção e contratação desses agentes observarão os seguintes critérios:

- Ter concluído o Ensino Fundamental
- Ter disponibilidade de tempo para realizar o trabalho
- Residir nos territórios, preferencialmente, nos municípios e comunidades de atuação do Projeto
- Conhecer a realidade do semiárido, principalmente a do Ceará;
- Ter experiência com famílias rurais

36. Os mobilizadores sociais, portanto, se encarregarão da mobilização das comunidades e de suas organizações para um engajamento ativo no Projeto, o que incluirá o monitoramento do andamento das iniciativas comunitárias e das organizações econômicas, além da comunicação entre os diversos parceiros institucionais envolvidos nas atividades e a população das comunidades. Os mobilizadores sociais atuarão em articulação com a assessoria contínua e as Equipes Locais.

2.2 Critérios de Acesso aos Investimentos Produtivos

37. O acesso aos investimentos produtivos previstos no Componente II do Projeto se dará por meio da formulação e apresentação pelos agricultores e agricultoras familiares de Planos de Negócios ou Planos de Trabalho Simplificados.

38. Os investimentos produtivos do Projeto serão não reembolsáveis para os agricultores e agricultoras atendidas, sendo o máximo de até US\$ 2.500 (dois mil e quinhentos dólares) por família beneficiada e um montante máximo de até US\$ 100.000 para os investimentos produtivos a serem financiados pelo Paulo Freire, previstos nos Planos de Negócios e nos Planos de Trabalho Simplificados.

39. Os beneficiários do Projeto financiarão parte do custo dos investimentos previstos nos Planos de Negócios e nos Planos de Trabalho Simplificados. O percentual de contrapartida dos beneficiários seguirá os padrões aplicados pela SDA em projetos de investimento sob sua responsabilidade como o São José III e outros. A contrapartida poderá advir dos seguintes aportes: crédito, recursos financeiros próprios, ativos associados às atividades produtivas contempladas nos Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados, mão de obra, insumos (sementes, esterco, etc.) e outros que sejam verificáveis.

2.2.1 Planos de Negócios

40. Os Planos de Negócios poderão ser de iniciativa comunitária ou de iniciativa de organizações econômicas. Os de iniciativa comunitária serão decorrentes dos Planos de Desenvolvimento da comunidade, elaborados de forma participativa com as famílias e suas organizações, sendo possível a apresentação de mais de um por comunidade. Já os Planos de Negócios de iniciativa de organizações econômicas, cooperativas, empreendimentos solidários, microempresas, condomínios e outras formas de organização aptas a concorrerem aos investimentos do Projeto, serão resultantes de um Plano de Desenvolvimento Organizacional,

porém não vinculados necessariamente a uma comunidade, podendo ser apresentado apenas um por organização.

41. Poderão apresentar propostas de Planos de Negócios de iniciativa comunitária os agricultores e agricultoras familiares das comunidades selecionadas, que atenderem aos critérios gerais de elegibilidade mencionadas no parágrafo 21 deste Manual e participem de organizações que atendem aos seguintes critérios cumulativos:

- Constituídas legalmente;
- Com no mínimo 2 anos de funcionamento;
- Estejam em pleno funcionamento, em situação regular perante o fisco e gerida com a participação dos associados;
- Sejam constituídas e dirigidas por agricultores familiares;
- No mínimo 60% dos associados ativos sejam elegíveis pelo Pronaf A ou B;
- Contemplem no mínimo 10 famílias participantes;
- Apresentem condições de viabilizar a contrapartida dos beneficiários;
- Os associados demonstrem compromisso em desenvolver as capacidades requeridas à implementação do Plano de Negócios apresentado;

42. Além dos seguintes critérios desejáveis:

- Reúnam condições para acessarem outros projetos e ações complementares às do Plano de Negócios apresentado;
- Demonstrem experiência na atividade econômica principal à que se refere o Plano de Negócios proposto;
- Contemplem a participação de pelo menos 50% de mulheres e jovens

43. Poderão apresentar propostas de Planos de Negócios de iniciativa de organizações econômicas os agricultores e agricultoras familiares que atenderem aos critérios gerais de elegibilidade mencionados no parágrafo 22 deste Manual e participem de organizações que atendem aos seguintes critérios cumulativos:

- Constituídas legalmente;
- Com no mínimo 2 anos de funcionamento, estejam ativas, em situação regular perante o fisco e geridas com a participação de seus associados;
- Sejam constituídas e dirigidas por agricultores familiares;
- No mínimo 60% dos associados ativos sejam elegíveis pelo Pronaf A ou B;
- No mínimo 50% da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas de cooperados ou associados enquadrados no Pronaf
- Contemplem no mínimo 10 famílias participantes;
- Apresentem condições de viabilizar a contrapartida dos beneficiários;

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

- Demonstrem compromisso em desenvolver as capacidades requeridas à implementação do Plano de Negócios apresentado;

44. Além dos seguintes critérios desejáveis:

- Reúnam condições para acessarem outros projetos e ações complementares às do Plano de Negócios apresentado;
- Demonstrem experiência acumulada na produção e comercialização;
- Disponibilidade de infraestrutura socioeconômica (água, energia, acesso vicinal, galpão e outras estruturas);
- Capacidade de implementar o Plano de Negócios;
- Contemplem a participação de pelo menos 50% de mulheres e jovens

2.2.2. Planos de Trabalho Simplificados

45. O Projeto apoiará a instalação de Unidades de Aprendizagem e a implantação de ações por parte das famílias de agricultores e agricultoras mediante a apresentação de Planos de Trabalho Simplificados. Esse Plano terá um roteiro diferenciado e simplificado para facilitar a elaboração e a execução num prazo de tempo mais curto do que os Planos de Negócios.

46. As Unidades de Aprendizagem funcionarão como ferramentas de capacitação de praticas inovadoras de produção, associadas aos arranjos produtivos apoiados pelo Projeto. Nelas os agricultores e agricultoras familiares serão os experimentadores (as), com o apoio da assessoria técnica a ser fornecida pelo PPF, seja construindo ou adaptando novas técnicas de produção.

47. Poderão apresentar propostas de Planos de Trabalho Simplificados os agricultores e agricultoras familiares das comunidades selecionadas, que atenderem aos critérios gerais de elegibilidade mencionadas no parágrafo 21 deste Manual e participem de organizações que atendem aos seguintes critérios cumulativos:

- Constituídas legalmente;
- Com no mínimo 2 anos de funcionamento;
- Estejam em pleno funcionamento, em situação regular perante o fisco e gerida com a participação dos associados;
- Sejam constituídas e dirigidas por agricultores familiares;
- No mínimo 60% dos associados ativos sejam elegíveis pelo Pronaf A ou B;
- Contemplem no mínimo 10 famílias participantes;
- Apresentem condições de viabilizar a contrapartida dos beneficiários;
- Os associados demonstrem interesse em experimentar novas técnicas de produção e desenvolver as capacidades requeridas à implementação do Plano de Trabalho Simplificado;

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

3. Estratégia de Implementação

48. A estratégia de implementação do Paulo Freire, está alinhada ao modelo de desenvolvimento territorial adotado pelo Governo Estadual, que incorpora a participação da sociedade no planejamento e acompanhamento das ações governamentais, por meio do Conselho de Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e dos Colegiados Territoriais. Nesta perspectiva, a estratégia reúne um conjunto de atividades que tem como objetivo promover o envolvimento das comunidades rurais, das famílias dos agricultores e de suas organizações em todo o processo de implementação do Projeto.

49. Assim, considerando que a promoção do desenvolvimento rural sustentável requer a junção de esforços do Estado, dos agricultores familiares e de organizações da sociedade, a estratégia de implementação do Paulo Freire prevê:

- A adoção da dimensão territorial como referência para o desenvolvimento das capacidades e das atividades produtivas da agricultura familiar;
- A focalização em municípios e comunidades pobres, em consonância com as Diretrizes Estratégicas definidas no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário 2012-2015, com vistas a contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades territoriais;
- A participação dos produtores rurais, de suas comunidades e organizações na definição das prioridades e dos investimentos financiados pelo Projeto;
- O fomento de negócios e empreendimentos rurais investindo, para tanto, no fortalecimento organizacional, na dinamização das atividades econômicas e na formação de capacidades técnicas dos beneficiários;
- A prioridade à participação das mulheres, principalmente das chefas de família, jovens rurais e grupos étnicos em todas as ações do Projeto;
- A produção e disseminação de conhecimentos e tecnologias voltadas ao desenvolvimento de negócios rurais ambientados na região semiárida;
- A adoção de um modelo de gestão que reforce a integração entre os diferentes atores sociais vinculados ao processo do desenvolvimento rural;
- A articulação com outros programas e projetos governamentais (federal, estadual, municipal), desenvolvendo sinergias e complementaridades;
- A implementação cooperada da estratégia do Projeto expressa no POA, entre os órgãos do governo e parceiros relevantes;
- A capacitação de gestores públicos e técnicos de instituições governamentais e não governamentais diretamente envolvidos na ação do Projeto.

50. As atividades de implementação do Projeto, descritas a seguir, estão organizadas em 7 Etapas, que serão apresentadas de maneira sequenciada por se tratar de um Manual, mas na prática serão desenvolvidas de forma dinâmica, simultânea e integradas.

3.1 Preparação para implementação do Projeto

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

- Comunidades indígenas e quilombolas;
- Infraestrutura instalada (energia, água, estradas, telefonia);
- Práticas comunitárias em andamento ou desenvolvidas anteriormente que podem ser resgatadas, fortalecidas e ampliadas;
- Atividades produtivas com potencial de desenvolvimento e inclusão de mais agricultores e agricultoras;
- Atuação de outros projetos e programas governamentais e não governamentais

3.3 Mobilização para participação

62. Uma vez selecionadas as comunidades pela UGP, as Equipes Locais juntamente com os mobilizadores sociais, a assessoria contínua, os representantes da Fetraece nos municípios, o executivo municipal e outros parceiros locais se encarregarão da mobilização, preparação e realização das oficinas de comunicação do Projeto nas comunidades selecionadas, mobilizando os agricultores e suas famílias para participarem do Projeto.

63. Ainda nesta etapa, serão constituídos os Comitês Locais do Projeto, que terão atuação destacada em todo processo de implementação do Projeto, debatendo os aspectos comuns entre as comunidades, que podem impulsionar o desenvolvimento das famílias de agricultores, apoiando na formulação de propostas de investimentos e acompanhando a sua execução. Na etapa de diagnóstico e planejamento participativo o Comitê contribuirá com a análise e definição das prioridades de investimentos a serem promovidos nas comunidades. Esses investimentos poderão ser apoiados tanto pelo Paulo Freire como por outros programas e projetos. Os Comitês Locais aglutinarão representantes, por território de atuação do Projeto, conforme definição contida no item 1, subitem 1.3, parágrafo 15 deste Manual.

3.4 Diagnóstico e Planejamento Participativo

64. A partir dessa mobilização, terá início o diagnóstico e o planejamento participativo comunitário, tendo em vista a elaboração dos Planos de Desenvolvimento (PD). Os Planos abordarão temas ligados ao desenvolvimento das unidades familiares de produção (tanto no âmbito da produção propriamente dita quanto do manejo dos recursos naturais), além de iniciativas produtivas associativas. Em alguns casos, poderá ser apropriado incluir ações de proteção e/ou recuperação de recursos naturais ameaçados ou já degradados. Estes Planos deverão ser elaborados numa perspectiva de orientar o desenvolvimento da comunidade como um todo, sem se limitar às atividades diretamente apoiadas pelo Projeto.

65. Os Planos de Desenvolvimento sintetizarão o processo de diagnóstico e planejamento participativo promovido pelo Projeto com as comunidades e as organizações, visando apoiar o desenvolvimento das famílias, comunidades e das organizações. Os Planos serão avaliados e replanejados anualmente subsidiarão a elaboração do Plano Operativo Anual do Projeto (POA), de responsabilidade da coordenação da UGP.

66. Os PDs serão a base para a preparação dos Planos de Negócios e dos Planos de Trabalho Simplificados, nos quais serão detalhado o trabalho a ser realizado conjuntamente pelas famílias e pelo Projeto Paulo Freire e os investimentos a serem financiados pelo Projeto. O andamento das ações previstas nos Planos deverá ser avaliado periodicamente. Este processo de planejamento – implementação – avaliação deverá ser cíclico, renovando-se anualmente em cada comunidade atendida. Caberá dar especial atenção às necessidades e aspirações das mulheres e dos jovens neste processo.

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

67. Assim, os Planos de Desenvolvimento terão como desdobramento a elaboração dos Planos de Negócios e dos Planos de Trabalho Simplificados, cujos recursos correspondentes aos investimentos a serem financiados pelo Projeto serão repassados às organizações proponentes, mediante convênio. Essas organizações se encarregarão de executar a aplicação dos recursos sob a orientação e supervisão da UGP. As organizações com as quais o Projeto irá trabalhar serão comunitárias ou econômicas (cooperativas, condomínios, empreendimentos coletivos e outras abrigadas pela legislação vigente).

68. Os Planos de Negócios de iniciativa da comunidade apoiados pelo PPF, serão resultantes dos Planos de Desenvolvimento, observados os critérios de elegibilidade mencionados no item 2, subitem 2.2.1, parágrafo 41, deste Manual.

69. Para as organizações econômicas que atendam aos critérios de elegibilidade mencionados no item 2, subitem 2.2.2, parágrafo 43 deste manual o ponto de partida será também um trabalho de diagnóstico e planejamento participativo, visando à elaboração de um Plano de Desenvolvimento, que identificará as possibilidades de fortalecimento das atividades econômicas e os investimentos requeridos.

70. Quando pertinente, o trabalho junto às organizações econômicas poderá resultar na elaboração de um Plano de Negócios a ser apoiado pelo PPF. Assim, o Plano explicitará os investimentos a serem financiados pelo Projeto, contemplando outras fontes de financiamento ou outros recursos possíveis de serem mobilizados.

71. Caberá a UGP disponibilizar o roteiro para elaboração dos Planos de Negócios, além da assistência técnica necessária.

72. O processo de elaboração dos Planos de Negócios deverá levar em conta as condições locais (infraestrutura básica e econômica, projetos complementares em execução, presença de outras organizações que atuam no fomento de negócios rurais, nível de organização dos produtores rurais, atividades produtivas existentes e viabilidade técnica, econômica e ambiental) e assegurar que os agricultores se apropriem da ideia dos investimentos que querem desenvolver e da metodologia de elaboração dos Planos. Deverá ainda, dar prioridade à participação das mulheres chefes de família e dos jovens.

73. Os Planos de Negócios, portanto, serão adequados às diferentes realidades comunitárias, aos diferentes tipos de negócios, estágios de produção e organização dos agricultores familiares, podendo apresentar propostas de investimento de implantação, ampliação ou modernização de negócios.

74. Destaca-se a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento produtivo com as características ambientais da região, articular com ações ambientais em desenvolvimento e incorporar custos, quando necessários, relacionados ao licenciamento ambiental e adoção de medidas mitigadoras de possíveis impactos ao meio-ambiente.

75. Nesta perspectiva, o Plano de Negócios conterá as principais informações relacionadas: i) descrição das características dos membros da organização proponente; ii) antecedentes e justificativa da proposta; iii) objetivos; iv) atividades do Plano de Negócios; v) características técnicas das atividades a desenvolver ; vi) ações de capacitação ou formação e assessoria técnica previstas; vii) sustentabilidade ambiental, impacto e medidas de mitigação; viii) identificação de demanda, com estimativas de volume, preço e qualidade; ix) organização e gestão do negócio; x) fatores chave de êxito e riscos; xi) investimentos necessários para viabilizar o negócio; xii) receitas, custos fixos e variáveis; xiii) disponibilidade da contrapartida correspondente; xiv) recurso de custeio e/ou capital de giro; xv) indicadores financeiros; xvi) cronograma de execução da implantação à emancipação; xvii) documentos legais necessários, planos e especificações de infraestrutura; xviii) verificação (screening), licenças e autorizações ambientais necessárias; xiv) condição da terra. A versão final deste Manual trará entre seus

	183
183	
183	
TANZ	

anexos os roteiros dos Planos de Negócio de iniciativa comunitária e de organizações econômicas, bem como dos Planos de Trabalho Simplificados.

76. Como ferramenta auxiliar de análise dos Planos, será organizada uma base de dados com valores e custos unitários de produtos e serviços requeridos pelos Planos, parâmetros técnicos dos sistemas produtivos e outras informações relevantes à análise dos Planos que existam em base de dados de outras instituições. Essa base de dados integrará o Sistema de Informações Gerenciais do Paulo Freire que permitirá às equipes locais informar sistematicamente o andamento dos Planos de Negócios aprovados.

77. Para elaboração dos Planos de Negócios e dos Planos de Trabalho Simplificado os agricultores familiares contarão com o assessoramento técnico necessário, sendo submetidos à análise e à aprovação pela UGP, de acordo com os procedimentos definidos neste Manual.

78. Os agricultores familiares que desenvolvem atividades econômicas com oportunidades de negócios, mas não atendem às condições requeridas pelo Projeto para a apresentação de propostas serão apoiados por meio de ações de assistência técnica, formação e capacitação técnica, viabilizadas pelo Componente I, para que mais adiante possam concorrer aos investimentos produtivos do PPF e de outros projetos.

79. Por outro lado, os Planos de Trabalho Simplificados apresentarão inovações a serem experimentadas pelos agricultores familiares, associadas às atividades produtivas apoiadas pelo Projeto, seja nas áreas de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Essas inovações serão testadas e estudadas por meio da implantação de Unidades de Aprendizagem nas comunidades selecionadas. Os Planos poderão ainda apresentar propostas de ações ambientais necessárias à conservação e recuperação ambiental de áreas dos territórios de atuação do Projeto.

80. Tanto os Planos de Negócios como os Planos de trabalho Simplificados serão financiados com os recursos da Conta de Financiamento dos Investimentos Produtivos do Projeto, cujo montante será de US\$ 34 milhões. A meta do PPF é aprovar e implementar 600 Planos durante os seis anos de execução do Projeto, incluindo os Planos de Negócios e os Planos de Trabalho Simplificados, sendo 500 Planos de iniciativa comunitária e 100 Planos de iniciativa de organizações econômicas. Cada organização econômica apresentará um Plano de Negócios, que poderá ser executado em mais de uma etapa.

3.5 Análise e aprovação dos Planos

81. Os Planos de Negócios e de Trabalho Simplificados serão apresentados primeiramente às Equipes Locais com todas as informações necessárias, incluindo uma descrição da organização proponente, a descrição dos investimentos e da assessoria técnica requerida, especificação das aquisições necessárias, a proposta produtiva na qual se foca o Plano, o plano de vendas e acesso a mercados, um análise dos benefícios esperados e a documentação da organização proponente (estatuto, ata de eleição da diretoria, CNPJ, registro legal, identidade e CPF dos participantes).

82. Os Planos serão apresentados pelas organizações comunitárias ou econômicas às Equipes Locais do Projeto, que verificarão as informações e a documentação contidas, e só formalizarão o recebimento caso estejam todas corretas e coerentes. Após a verificação, o Plano deve ser registrado no Sistema de Informação Gerencial do Projeto, o que gerará um número de protocolo que será utilizado para identificação e acompanhamento durante o processo de análise.

83. As Equipes Locais se encarregarão de analisar tecnicamente a proposta de forma preliminar. Quando necessário, as Equipes Locais poderão solicitar aos grupos proponentes ajustes na proposta apresentada, estipulando um prazo máximo de devolução. Após

183	183
183	183
TANZ	

equacionada essa fase de análise técnica inicial, a Equipe Local elaborará um Relatório de Avaliação com as recomendações necessárias e enviará anexado às propostas de Planos à coordenação da UGP.

84. A UGP será responsável da análise técnica e financeira de todos os Planos e da aprovação de aqueles com valor máximo de até USD 50.000 de investimentos produtivos não reembolsáveis. No caso dos Planos com valores entre USD 50.000 e 100.000 de investimentos não reembolsáveis, depois da sua análise pela UGP, serão submetidos ao Comité de Gestão Estratégica e Operacional da SDA para sua consideração final e aprovação quando corresponda. A análise técnica dos Planos levará em conta os padrões e coeficientes técnicos que utiliza normalmente a SDA; no que tem a ver com a análise financeira, o BNB auxiliará à UGP fornecendo coeficientes técnicos e orçamentários, e treinando o pessoal da UGP para a análise financeira de projetos. Ambas análises (técnica e financeira) visarão garantir que os recursos do Projeto sejam alocados somente nos Planos com viabilidade e sustentabilidade produtiva, económica e financeira, de forma de assegurar um uso eficiente dos recursos de investimento produtivo do projeto. Esta responsabilidade será exercida de forma partilhada por meio da constituição da Comissão de Análise e Aprovação de Planos formada pelos titulares das gerências de Desenvolvimento Produtivo, de Desenvolvimento de Capacidades e Financeira. A comissão terá sua sistemática de funcionamento definida pela coordenação da UGP e gerentes setoriais. A análise final dos Planos poderá contar com alguns insumos auxiliares para a verificação da viabilidade técnica, social, institucional, legal, ambiental, económica e financeira, de mercado, e das capacidades administrativa e de gestão dos investimentos e dos negócios, a saber:

- Relatório da visita de campo para verificação da proposta junto à organização proponente;
- Informações sistematizadas sobre os territórios, arranjos produtivos e mercados;
- Relatório da análise técnica e financeira
- Estudos complementares dos arranjos produtivos;
- Base de Dados de referência sobre preços e custos unitários.

85. A UGP analisará e classificará as propostas a serem financiadas, guiada por algumas variáveis que receberão pontuação diferenciada de acordo com a focalização do Projeto. Sugerem-se as seguintes variáveis:

- Propostas lideradas por mulheres
- Participação de jovens, mulheres e/ou grupos étnicos entre os associados da proposta
- Viabilidade técnica e financeira que indique de forma concreta a geração de trabalho e renda das famílias beneficiadas;
- Impactos económicos, sociais e ambientais previstos;
- Capacidade de gestão dos recursos financiados;
- Articulação com parceiros estratégicos ao desenvolvimento do negócio proposto;
- Viabilidade ambiental e estudo de impacto ambiental quando o negócio proposto exigir, com análise das ações mitigadoras de impacto ambiental se requeridas e exigências de licenciamento ambiental.

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

86. Após aprovação dos Planos, observados os tetos financeiros estabelecidos e as instâncias decisórias competentes mencionados nos item 1, subitens 1.2 e 1.4, parágrafos 14 e 16, deste Manual, caberá a Gerência de Desenvolvimento Produtivo encaminhar à preparação da minuta do convênio para ser submetida à coordenação geral da UGP para autorização e posterior assinatura. No mesmo ato de autorização do convênio, será determinada a emissão da nota de empenho pela Gerência Financeira. O convênio representa o instrumento legal dos Planos, em que o próprio Plano, o Cronograma Físico-Financeiro, juntamente com a definição clara das condicionalidades ambientais e de seus responsáveis serão parte integrante.

87. Após a emissão da nota de empenho, a Assessoria Jurídica da SDA lançará no texto do convênio o valor e os investimentos previstos nos Planos aprovados, além das informações relativas aos proponentes, sua organização e seus representantes. O convênio deverá ser impresso em 04 (quatro) vias e assinado pelo representante legal da organização proponente e pela coordenação da UGP, além de duas testemunhas que deverão ser identificadas com os números do Cadastro de Pessoa Física e Carteira de Identidade.

88. Reunidas as assinaturas, serão distribuídas cópias do convênio para:

- Organização comunitária ou econômica proponente
- Pasta do Plano/convênio a ser mantida com a Equipe Local;
- Assessoria Jurídica da SDA;
- Gerência Financeira da UGP

89. Após a assinatura do convênio deverá ser providenciada pela Assessoria Jurídica da SDA a publicação do extrato dos termos do convênio no Diário Oficial do Estado

Execução dos Planos

90. A execução dos Planos de Negócios e dos Planos de Trabalho Simplificados será guiada pelo Cronograma Físico-Financeiro e pelo Plano de Aquisições que será elaborado pela organização proponente com o apoio da equipe local e da Gerência Financeira da UGP.

91. De acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e o Plano de Aquisições, será elaborado um Plano de Desembolso que indicará os valores e o momento de liberação dos recursos aprovados. A liberação dos recursos se dará sempre depois de realizado e aprovado o processo licitatório de aquisição de equipamentos, outros bens e ou serviços a serem contratados.

92. Como parte do processo de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento, a organização proponente do Plano aprovado será capacitada pela UGP e/ou pelos fornecedores de assessoria técnica, em gestão e execução do convênio. A capacitação incluirá os procedimentos para aquisição de bens e contratação de serviços (Licitação ou Cotação de Preços), acompanhamento do cronograma físico-financeiro e prestação de contas do convênio firmado. A capacitação antecederá o início da execução do Plano, sendo preparatória à execução.

93. A transferência de recursos para a organização beneficiada com o financiamento do seu Plano de Negócios ou Plano de Trabalho Simplificado só se efetuará após a assinatura do convênio. Os recursos financeiros correspondentes ao valor dos investimentos previstos no Plano serão depositados em conta corrente da organização proponente, aberta especificamente para o convênio.

94. Para tanto, a UGP expedirá comunicado orientando à organização sobre a abertura da conta corrente específica, em nome da organização tendo como subtítulo "Conta de Financiamento do Projeto Paulo Freire". Recomenda-se que o agente financeiro escolhido seja

183	183	183
TANZ		

preferencialmente estatal e com boa capilaridade no estado para facilitar as transações necessárias. A organização beneficiada informará à Gerência da UGP os dados da conta específica.

95. A UGP fará o repasse dos recursos financeiros à agência bancária definida, por meio de ordem bancária para a conta indicada, de acordo com o cronograma físico-financeiro de execução do Plano aprovado.

96. A liberação dos recursos à organização se dará em parcelas, na medida em que os investimentos forem sendo executados, de acordo com o cronograma aprovado. Cada liberação será precedida de um laudo de supervisão da equipe local, assinado pelo coordenador da equipe, indicando o percentual executado e o valor correspondente para aprovação e liberação pela Coordenação da UGP. No caso da aquisição de bens e serviços, os recursos financeiros correspondentes serão liberados após entrega do produto.

97. A movimentação da conta corrente será realizada através de ordem bancária, tendo como signatários os representantes legais da organização (presidente e tesoureiro), sendo que cada ordem bancária deverá estar relacionada com uma etapa executada dos investimentos ou serviços.

98. A organização beneficiária manterá controle e registro de cada movimentação financeira, mantendo uma pasta exclusiva para o arquivamento das notas fiscais, recibos e extratos bancários.

99. A organização beneficiada será capacitada para preparar o processo de Cotação de Preços, modalidade simplificada de licitação para aquisição de bens e serviços. Durante esse processo a equipe local dará orientação e acompanhamento a organização, além de analisar a documentação após o certame, aprovando ou não a concorrência.

100. Aprovada a Cotação de Preços, a organização será orientada pela equipe local a iniciar a execução do Plano, que prestará assessoria a organização na contratação dos serviços licitados. Caso o certame não seja aprovado pela equipe local, a organização será orientada a realizar outro certame.

101. A supervisão de campo estará a cargo das Equipes Locais, da assessoria e técnica contínua e dos mobilizadores sociais, tendo início no processo de preparação e orientação à execução dos Planos, passando por todas as fases de execução e terminando após a conclusão de todas as ações previstas nos Planos aprovados.

102. O objetivo da supervisão será orientar, assessorar e monitorar as organizações beneficiadas durante a implementação dos Planos, bem como fiscalizar a correta execução das ações programadas e a aplicação dos recursos liberados.

103. Neste sentido, a equipe local, os mobilizadores sociais e os assessores técnicos atuarão de forma educativa junto às organizações apoiadas pelo Projeto, sendo o acompanhamento aos Planos uma ação prioritária, uma vez que cumpre o papel de orientar e redirecionar as ações planejadas quando necessário. A supervisão contribuirá para o desenvolvimento da capacidade de autogestão dos agricultores.

3.6 Prestação de contas dos convênios

104. A prestação de contas dos convênios firmados entre a UGP e as organizações beneficiadas deverá ser apresentada formalmente pela organização à Equipe Local que emitirá parecer com base na análise da documentação financeira apresentada e os laudos de supervisão emitidos.

183	183
183	183
TANZ	

105. Não havendo falhas na prestação de contas e na execução do convênio, a prestação de contas será enviada à UGP que liberará os recursos correspondentes à etapa executada. Existindo falhas na prestação de contas, a equipe local, no prazo máximo de 10 dias, devolverá à organização, por escrito, com a indicação do que deverá ser corrigido para obtenção da aprovação e o prazo de 10 dias para resolução, suspendendo a liberação de novos recursos até a completa regularização das pendências. Assim, para cada etapa do cronograma físico executada haverá a apresentação da prestação de contas correspondente como condição para a liberação dos recursos.

106. Ao final da execução do convênio será emitido o laudo de supervisão conclusivo pela equipe técnica local. Uma via do referido documento deverá ser juntada à pasta do convênio, para que, concluída a etapa de liberação de recursos financeiros, seja realizada a prestação final de contas, com a análise contábil e jurídica de toda a documentação.

Relatório Final

107. O Relatório Final de cada Convênio, cuja natureza é de parecer final, será elaborado pela UGP por meio da Gerência de Desenvolvimento Produtivo, com apoio da Gerência Financeira e da Assessoria Jurídica da SDA. A elaboração do relatório levará em conta a análise de toda documentação integrante dos convênios (cronograma, laudos de supervisão e prestação de contas de cada etapa de execução). O relatório será assinado pelos titulares da Gerência de Desenvolvimento Produtivo e da Gerência Financeira.

3.7 Monitoramento, Avaliação e Gestão do Conhecimento

Monitoramento

108. O monitoramento terá como objetivo acompanhar a execução do Projeto, orientar na gestão dos objetivos esperados promovendo ações de correção quando necessário, avaliar o desempenho do Projeto frente aos objetivos propostos, orientar a alocação eficiente de recursos do Projeto e fornecer elementos e dados confiáveis para divulgação de resultados ampliando a transparência e a participação dos beneficiários e parceiros.

109. As funções de monitoramento serão de responsabilidade da UGP do Projeto e Equipes Locais, com apoio dos mobilizadores sociais e da assessoria técnica contínua, e participação das comunidades e organizações participantes no Projeto. Também poderão participar das atividades de monitoramento as organizações parceiras. As informações para o monitoramento serão fornecidas pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (SM&A).

110. O Sistema de M&A será um instrumento importante para melhorar o desempenho do Projeto. O sistema será simples e pragmático, e viabilizará o processamento dos dados de maneira a permitir o registro das atividades realizadas e um detalhamento de avanços físico e financeiro. O sistema será focado nos resultados e na medição dos impactos alcançados, considerando a evolução da situação a partir daquela encontrada no momento inicial (linha de base).

111. O sistema será concebido pela UGP junto à equipe técnica da SDA. Para facilitar o acompanhamento por parte da Secretaria, o SMA poderá ser interligado com os sistemas já existentes e em utilização, entre eles o Sistema de Informações da SDA (SISDA) e o Sistema de Programas e Projetos (SPP-WEB) da EMATERCE. O Sistema, desta forma, buscará maximizar todo aparato de M&A existente disponível na SDA, evitando duplicações, minimizando custos e potencializando as capacidades instaladas. Além disso, o sistema estará em consonância com o Sistema por Gestão de Resultados e Impactos (RIMS) do FIDA.

112. Por estarem envolvidas na implementação do Projeto como interessadas nos melhores resultados, as organizações comunitárias e econômicas serão convidadas a participar do monitoramento das ações do Projeto. Assim, a ação de monitoramento do Projeto incorporará os resultados do processo de planejamento, avaliação e replanejamento que acontecerá

183	183
183	183
TANZ	

anualmente com a participação direta das comunidades e organizações comunitárias e econômicas participantes do PPF.

113. A UGP contratará consultores técnicos e especialistas que apoiarão na preparação das organizações comunitárias, dos mobilizadores sociais, da assessoria técnica e da mesma UGP para executarem as atividades de monitoramento, o que incluirá a coleta de dados e aplicação de questionários. Isso contribuirá a que o Sistema sirva não somente aos gestores do Projeto, mas também aos beneficiários e aos parceiros envolvidos na execução.

Avaliação

114. Esta função será coordenada pela UGP, que poderá contratar consultoria especializada para o levantamento de entrada de dados que constituirão a linha de base (baseline survey), dos estudos de avaliação final e de impactos. A UGP também será responsável por viabilizar revisão de meio-termo (3 anos após declaração de efetividade), bem como a de encerramento do Projeto. Um estudo de base será realizado logo após o início do Projeto, que servirá de ponto de referência e também irá determinar os valores iniciais dos indicadores do Marco Lógico, incluindo os indicadores RIMS. Este estudo deverá mostrar os dados qualitativos e quantitativos sobre as condições econômicas iniciais na população beneficiária do Projeto à luz de indicadores estabelecidos, contra os quais os resultados finais e a avaliação dos impactos do projeto serão examinados.

Aprendizagem e Gestão do Conhecimento

115. A UGP também terá a responsabilidade de executar ações que permitam a aprendizagem além do acúmulo e difusão do conhecimento gerado pela implementação do Projeto. Neste sentido instituirá um processo contínuo de sistematização de experiências e processos bem sucedidos, da sua ampla divulgação e de outras ações de gestão do conhecimento tais como a promoção de intercâmbios e visitas, seminários, oficinas, sistematização e disseminação de boas práticas, etc.

116. Os processos de aprendizagem, gestão de conhecimento e trocas de experiência permitirão potencializar e difundir as várias atividades do Projeto além da sua área geográfica. Ademais, as informações fornecidas neste contexto permitirão alimentar um programa de comunicação para garantir a visibilidade do projeto em nível do Estado, do Nordeste e do país.

183	183
183	183
TANZ	

ANEXO 12. ALINHAMENTO ÀS POLÍTICAS DO FIDA

1. O objetivo do projeto esta alinhado com a estratégia e políticas do FIDA, principalmente no marco do vigente Programa de Oportunidades Estratégicas Nacionais (COSOP 2008-2013) para o Brasil que foi revisado em novembro de 2011.
2. No contexto do COSOP, o Projeto busca garantir que os objetivos estabelecidos reflitam as prioridades das políticas públicas, principalmente em âmbito nacional a sintonia com o Brasil Sem Miséria – que um programa estabelecido pelo Governo Federal para erradicar a miséria extrema no país, a experiência e vantagens comparativas do FIDA no país, e a própria estratégia geral do FIDA e suas prioridades para o país e a região da América Latina e o Caribe.
3. O COSOP identificou quatro objetivos estratégicos (SOs) para o corrente ciclo de atividades do FIDA no Brasil, ou seja: Objetivo estratégico 1 (OE1) - aumentar a produção agropecuária comercial dos pequenos produtores com o correspondente acesso aos mercados em condições remuneradoras e sustentáveis; Objetivo Estratégico 2 (OE2) - melhorar o acesso da população rural pobre aos empregos e às atividades não agrícolas nas áreas rurais, incluindo os pequenos povoados e vilas; Objetivo Estratégico 3 (OE3) - melhorar, por meio da geração e disseminação do conhecimento, a capacidade dos pobres rurais e das instituições relevantes no Nordeste, de coexistência com as condições do semiárido, adaptando-se às mudanças climáticas e aproveitando melhor o potencial de desenvolvimento da região semiárida. Objetivo Estratégico 4 (OE4) – aprofundar a discussão das políticas de redução da pobreza no plano nacional e internacional. Além disso, a revisão de meio termo do COSOP também identificou outro objetivo estratégico importante: desenvolver as capacidades dos agricultores familiares e de suas organizações/associações, principalmente focando nos jovens e mulheres.
4. O projeto proposto contribui claramente para a realização dos objetivos estratégicos do FIDA para o Brasil, mencionados acima. OE1 e OE2 estão refletidos no Componente 2 de desenvolvimento de investimentos produtivos sustentáveis. O novo objetivo de desenvolvimento das capacidades esta contemplado no Componente 1 que, entre outras atividades, visa prover assistência técnica contínua e especializada aos agricultores familiares. O OE3 fica principalmente coberto nas várias ações do projeto, onde haverá um esforço contínua de coletar as boas práticas e efetuar a sistematização e disseminação das experiências e conhecimentos gerados, além disso, o Projeto estará engajado no recentemente lançado Programa do FIDA de Gestão de Conhecimento para Áreas do Semiárido do Brasil buscando, portanto, sinergias com as várias atividades e projetos do FIDA no Brasil.
5. O Projeto também contempla temas que são de importância para a política institucional do FIDA, incluindo: a) setor privado: por meio de investimentos no estabelecimento de sistemas produtivos onde a busca por novos mercados e alianças com o setor privado terá atenção especial; b) finanças rurais: pelo aumento do acesso por parte dos agricultores familiares às políticas públicas de crédito e financiamento rural específicas aos pequenos agricultores, entre as quais, vale destaque o PRONAF; c) focalização: pela escolha das regiões, municípios e comunidades mais pobres segundo critérios estabelecidos e pelo foco principal em mulheres e jovens como grupo alvo; e d) terra: ao prover assistência especializada aos jovens agricultores familiares no acesso à terra e outras oportunidades no âmbito da produção agropecuária.

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

APÊNDICE 1. NOTA DE ANÁLISE AMBIENTAL

A. Principais características da área de intervenção.

1. A área do Projeto (aproximadamente 23.441 Km²) corresponde a 15 % da superfície total do Estado do Ceará, e abrange 31 municípios de 4 territórios: Cariri Oeste, Inhamuns-Crateús, Sobral e Vales do Curu-Aracatiagu. A integralidade desta área encontra-se na parte semiárida do Estado.

Clima

2. O clima da área do Projeto é do tipo tropical quente semiárido. A media de temperaturas anuais varia entre 23 e 28 graus, o período chuvoso se concentra em poucos meses (de Janeiro a Abril). A pluviometria anual apresenta uma forte variação dentro dessa área (entre 500 e 1000 mm) sendo que a maioria dos municípios recebem entre 600 e 800 mm/ano. A grande irregularidade sazonal e intra-anual constitui um fator de risco alto, que conduz os produtores a elaborar estratégias para não perder as semeaduras (provocadas por estiagens depois das primeiras chuvas) e em alguns casos boa parte da safra.

Ecologia e vegetação

3. A cobertura vegetal da área é dominada pela caatinga ("floresta branca" em língua indígena, que ocupa 46% do território cearense) de dois tipos: a caatinga arbórea e majoritariamente a caatinga arbustiva aberta, que se diferencia da anterior pela menor densidade (mais aberta) e pelo porte mais baixo. A grande diversidade de espécies de arbustos e gramíneas constitui um forte potencial para a alimentação dos rebanhos (principalmente caprinos e ovinos), para a produção apícola, de frutas nativos e de estacas. De forma bem menos expressiva e localizada em 4 municípios (Quiterianópolis, Parambu, Salitre e Araripe) nas partes mais altas da área de atuação do Projeto (altitude entre 700 e 1000 metros), encontra-se o carrasco, vegetação xerófila, arbustiva densa e alta.

Solos

4. De forma geral os solos da área do Projeto apresentam-se com pouca profundidade, deficiência hídrica, pedregosidade e principalmente susceptibilidade a erosão, em virtude de suas características morfológicas, físicas e químicas, o que exige prática de ações conservacionistas para preservar e melhor aproveitar suas potencialidades.

Uso da terra

5. Terras cultivadas: chamado o roçada no qual é cultivado o milho associado ao feijão, e em algumas regiões a mandioca. A superfície dessas parcelas variam conforme a possibilidade (mão de obra e recurso financeiro) da família e oscila entre 1 a 5ha. Os rendimentos são geralmente baixos, devido principalmente à baixa fertilidade e teor em matéria orgânica dos solos (o tamanho limitado do rebanho não permite uma produção de esterco suficiente e não são cultivados adubos verdes). Depois 2 a 4 anos de cultivos, a parcela é deixada em repouso durante 5 a 6 anos conforme a disponibilidade de terra, que obriga cada vez mais à diminuir este tempo de repouso e de reconstituição da fertilidade.

6. O pasto: eles são implantados espécies de gramíneas (geralmente com *Cenchrus ciliaris* L.) nas parcelas mais pedregosas e menos aptas para cultivos anuais. Quando a área permite, os pastagens são instalados nas parcelas de roçada, quando os rendimentos dos cultivos anuais chegou à níveis muito baixos. Enfim algumas parcelas são deixados em pasto nativo. De forma

geral a baixa qualidade dos solos, o sobre pastoreio e a ausência de cuidados adaptados, degradam bastante a produção de forragem e a capacidade de recomposição durante a época da chuva. A maioria das famílias tem um pequeno rebanho misto de ovinos e caprinos. Em alguns casos, este rebanho é diversificado com algumas cabeças de bovinos para produção de leite e carne.

7. A caatinga: todas as propriedades têm uma área de caatinga, utilizada para extração de lenha para casa (e para vender ou fazer carvão em alguns casos), para deixar pastar os animais soltos durante e colocar as colmeias no caso de produção apícola. Dependendo da disponibilidade, a família pode desmatar uma parcela (desmatamento total e uso do fogo) para aumentar a área cultivada ou substituir outras terras totalmente esgotadas. De forma geral não existe práticas de gestão da caatinga.

8. O quintal de casa: área cercada, geralmente inferior a 1000 m², onde a família cuida das pequenas criações (galinhas, perus, porco) e em alguns casos cultiva hortaliças para o consumo a casa e pouco diversificado (coentro, cebolinha). Em raros casos encontra-se uma área de palma forrageira (*Opuntia ficus-indica* Mill.). Estes espaços são geralmente sob a responsabilidade das mulheres.

B. Situação do manejo dos recursos naturais e problemática ambiental.

9. Na área semiárida, se observam de forma geral, processos de degradação dos recursos naturais e variações climáticas, aos quais os sistemas de produção da população beneficiária é altamente vulnerável.

10. O tamanho médio das propriedades é insuficiente e em constante diminuição devido à divisão da terra por herança. Neste contexto as condições edafoclimáticas associadas às práticas agrícolas e de criação animal pouco adaptadas aceleram este processo de degradação. Dentro das questões-chaves, algumas se destacam e apresentam consequências interligadas:

- **A degradação dos solos e a desertificação:** Duas áreas susceptíveis à desertificação (das três identificadas no Estado todo) se encontram na área do Projeto. Trata-se principalmente dos municípios de Tauá, Arneiroz (Território dos Inhamuns – Crateús) e Irauçuba (Território do Vales do Curu- Aracatiaçu). Além desses focos muito mais avançados, a degradação dos solos é geral a toda a área do Projeto e pode ser apontada como a preocupação principal de ponto de vista ambiental. Das principais causas podemos mencionar: i) o trabalho de preparação dos solos, (cada vez mais realizado com tratores e equipamentos pesados¹⁰⁴), não é realizado de forma adequada e contribui para erosão e compactação dos solos; ii) a forte intensidade das primeiras chuvas em solos geralmente pouco profundos, descobertos e sem infraestruturas anti erosivas, provoca uma erosão importante iii) os sistemas agrícolas deficitários em termos de fertilidade, causado em grande parte pela ausência de rotação e com período de repouso da terra cada vez mais curto; iv) o sobre pastoreio dos pastagens e da vegetação natural é no contexto de intervenção uma causa de degradação dos solos e de aumento do processo de desertificação.
- **A escassez da água:** Devido ao caráter irregular e árido do clima (entre 500 e 800 mm/ ano), existe na área do Projeto um déficit de água. A dependência da produção em relação ao regime de chuvas (concentrado num período chuvoso de 4 meses) aumenta a fragilidade econômica das famílias beneficiárias.
- **A deflorestação:** A caatinga, vegetação nativa encontra-se bastante alterada como consequência de uma ação antrópica desordenada e predatória. Vários fatores podem

¹⁰⁴

O uso cada vez mais frequente do trator, ao mesmo tempo que constitui um elemento muito positivo em relação ao alívio da carga de trabalho e permite otimizar as primeiras chuvas, tem muitas vezes impactos negativos sobre a compactagem e erosão dos solos, essencialmente pela falta de conhecimento dos motoristas

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

ser apontados. Esta perda da biomassa e biodiversidade se deve ao uso ainda generalizado do fogo para preparação das terras de cultivo. Outro fator apontado como uma das causas da degradação da caatinga é o modo de gestão da criação animal. A pressão exercida pelos rebanhos que têm somente essa forma de alimentação, se traduz muitas vezes por sobre pastoreio, o que impede uma regeneração suficiente desta vegetação. Enfim, a extração descontrolada dos produtos florestais e principalmente da madeira (lenha para fins domésticas ou industriais, produção de carvão) constitui outra forma de degradação de biomassa. A longo prazo, sem um plano adaptado de gestão e de utilização da caatinga, a espiral de degradação e desertificação será cada vez mais forte.

11. De forma mais abrangente, vale a pena salientar que o quadro das políticas ambientais ainda é muito limitado e não estimula a inserção de práticas ambientalmente sustentáveis nos sistemas de produção e nas práticas agrícolas. Em muitos casos o tema ambiental é percebido pelo lado repressivo. Outras fragilidades podem ser apontadas, como: i) a falta de integração entre as políticas federais e estaduais; ii) a fraca capacidade de monitoramento da degradação dos solos e da perda da biodiversidade; iii) e principalmente, a falta de integração entre as iniciativas econômicas e ambientais.

C. Possíveis impactos e riscos ambientais e sociais.

12. Dado ao enfoque do Projeto baseado no fortalecimento das competências e dos sistemas produtivos numa perspectiva de manejo sustentável dos recursos naturais, não se espera repercussões ambientais negativas. Ademais, o tema ambiental será inserido no sistema de Monitoramento e Avaliação permanente, o que permitirá prevenir qualquer risco sobre impactos não desejável ou não previstos.

13. Em termos de impactos, o Componente 1 pretende fortalecer e desenvolver as capacidades das famílias rurais na gestão racional e sustentável dos recursos naturais. Isto quer dizer que os programas de capacitação e de assessoria técnica serão construído sobre os princípios da agroecologia, de uma integração entre a agricultura e a criação animal, a convivência com semiárido, o manejo sustentável da caatinga e da vegetação em geral, a conservação dos solos e das águas, a preservação da biodiversidade local, para citar os principais. O mesmo componente vai garantir capacitações das equipes do projeto e das entidades responsáveis para a construção e a gestão de unidades de beneficiamento e neste sentido todos os cursos tratarão dos impactos ambientais e das medidas necessárias para prevenir – los (por exemplo com a construção de unidades de tratamento da manipuera). O Componente 2 terá um impacto sócio econômico e ambiental positivo, ao permitir que os beneficiários, incluindo as mulheres e os jovens, acessem aos recursos para fazer uma gestão mais adequada dos recursos naturais, numa perspectiva de diversificação e geração de renda.

14. Tomando em consideração as informações acima mencionadas, espera-se que os riscos sejam muito limitados. Por exemplo as mudanças de práticas no meio rural, demandam um certo tempo, devido principalmente à uma gestão dos riscos que impõe prudência na adoção de novas técnicas. Neste sentido, a transição entre as práticas atuais e novas práticas agroecológicas, de manejo da caatinga poderia necessitar um acompanhamento mais intenso e sobre um período suficiente. Foi com esta perspectiva e tomando em consideração esses fatores que o sistema de assessoria foi definido. Um outro fator de atenuação deste risco é a valorização no mercado dos produtos oriundos de sistemas agroecológicos, que é um fator de estímulo forte para incentivar novos modos de produção agrícola.

183	183
183	183
TANZ	

D. Categoria ambiental.

15. As atividades apoiadas e os investimentos realizados pelo Projeto apresentam baixos riscos de impactos ambientais negativos. Os investimentos realizados serão de pequeno porte e grande parte dos resíduos e subprodutos gerados são orgânicos, com possibilidade de tratamento no local. O Projeto é considerado de baixo impacto ambiental, está sujeito a medidas simples de mitigação e por esses motivos foi classificado na categoria B.

16. As ações do Projeto vão permitir a implementação da política do FIDA em termo de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável¹⁰⁵.

E. Informação adicional requerida para completar a nota.

17. Não é preciso informação adicional.

F. Características do desenho e da implementação recomendadas para o Projeto numa perspectiva de melhorar a gestão dos recursos naturais e mitigar os problemas ambientais.

18. A perspectiva ambiental foi tratada desde o desenho do Projeto. Para garantir a maior coerência e inserção nas práticas dos/as agricultores/as, o tema foi diretamente incorporado no Componente 2, Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental. Desta forma a estratégia ambiental se articula em torno de 3 eixos principais: i) a adoção de melhores práticas agropecuárias e métodos a serem apoiados e fortalecidos, ii) atender a legislação ambiental em vigor e as diretrizes ambientais do FIDA, e iii) participar do diálogo com as partes interessadas e pertinentes para o Projeto, no campo das políticas ambientais. Tratou de incorporar os aspectos e as práticas ambientais em todas as atividades relevantes para isto. Vale a pena mencionar que a população beneficiária do Projeto, por ser em situação de pobreza, é a mais vulnerável à degradação dos recursos naturais e aos efeitos das mudanças climáticas.

19. No intuito de melhorar o desenho e posteriormente a implementação do Projeto, limitar os impactos negativos e consolidar os positivos, formulamos as seguintes recomendações: Para a adoção de melhores práticas:

- Todos os Planos de Negócios darão especial atenção para orientar as práticas agrícolas numa perspectiva de sustentabilidade ambiental. Isso se traduzirá, entre outros, em trabalhar com os princípios da agroecologia, valorizando a rotação e a associação de cultivos, o uso e resgate de sementes locais, a integração entre agricultura e criação animal, o uso de adubação verde, o manejo da caatinga orientado para a produção de mel, carne ou leite (com definição de capacidade de carga), produção e conservação de forragens (para diminuir a pressão sobre a caatinga). A questão da recuperação e preservação do solo terá especial atenção e várias práticas serão inseridas nas práticas: i) trabalho do solo em curvais de nível e com equipamentos adaptados, ii) quando o tipo de solo e de cultivo permitir será buscado diminuir ou até suprimir o trabalho do solo para realizar o plantio direto, iii) construção de alinhamentos pedregosos ou vegetalizados, iv) capacitações dos motoristas para fazer um uso adequado dos tratores e das ferramentas. Nas áreas

¹⁰⁵ A presente nota se base nos procedimentos do FIDA para a Avaliação Ambiental e Social disponível em: <http://www.ifad.org/gbdocs/eb/96/s/EB-2009-96-R-7.pdf>

degradadas, essas atividades poderão se traduzir em plantação de espécies adequadas à situação e realizar as obras de recuperação necessárias numa perspectiva de micro bacia.

- As inovações, trabalhadas nas Unidades de Aprendizagem serão cruciais no sentido de facilitar a introdução e adoção de novas práticas para a redução da vulnerabilidade frente à degradação dos recursos naturais, permitindo uma melhor resiliência e adaptação ao câmbio climático.
- Serão realizados intercâmbios e visitas das experiências do Projeto Dom Helder Câmara, do Projeto GEF Sertão, do Prodhm e de todo outro projeto que poderá alimentar a implementação de medidas ambientais nas questões produtivas agropecuárias.

20. Para atender a legislação ambiental e as diretrizes do FIDA:

- Os Planos de Negócios elaborados deverão incorporar deste o estudo de viabilidade a questão dos impactos ambientais, a obtenção das licenças e a construção das infraestruturas necessários ao tratamento dos efluentes e dos resíduos. Os beneficiários serão apoiados para obter as licenças ambientais requeridas antes de liberar o financiamento.
- A situação das áreas de reserva legal e áreas de preservação ambiental nas propriedades nas quais serão implantadas atividades serão analisadas.
- A equipe do Projeto deverá manter uma relação constante com agências e órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento, inspeção e controle ambiental para atender as exigências administrativas e garantir uma implementação dentro dos padrões exigidos.

21. Para participar do dialogo com as partes interessadas:

- A equipe do Projeto deverá participar e contribuir com as evoluções e a implementação do Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Ceará. O Projeto se insere perfeitamente na estratégia e nas temáticas tratadas por este Plano de Ação e neste sentido a maior proximidade e colaboração serão procuradas entre o Projeto e o Grupo Permanente de Combate à desertificação.
- Será mantida uma vigilância sistemática de iniciativas de proteção ambiental e de gestão dos recursos naturais na área do Projeto, para estabelecer novas parcerias, visando em particular a construção de programas e políticas e práticas nos quais os temas ambientais e econômicos são mais integrados.
- Serão buscadas fontes pública e privadas de financiamento de iniciativas ambientais que complementarão os recursos do Projeto (GEF, Fundo Nacional de Meio Ambiente, Fundação BB...).

22. De forma transversal, todas as capacitações realizadas por meio do Componente 1, vão garantir que a equipe do Projeto se familiarizam com práticas de uso e gestão sustentáveis dos recursos naturais da região.

23. O programa de capacitação e sensibilização dos beneficiários terá como objetivo a tomada de consciência dos impactos das atividades agropecuárias e artesanais, sobre o meio ambiente e as possíveis modificações de práticas para adaptar os sistemas de produções à práticas sustentáveis tanto de ponto de visto ambiental como económico.

	183
183	
183	
TANZ	

G. Aspectos de monitoramento.

24. O tema ambiental será parte integrante do processo de planificação, monitoramento e avaliação. As seguintes ferramentas serão utilizadas:

- Sistema de verificação e avaliação do impacto ambiental incorporado a todas as fases do ciclo do Projeto;
- Estudos de impacto ambiental para os Planos de Negócio nas etapas de pré-viabilidade e viabilidade; e monitoramento dos impactos durante a fase de funcionamento dos empreendimentos;
- Condicionalidades ambientais para a aprovação de propostas de financiamento, compreendendo a mitigação, neutralização, controle, monitoramento e compensação de impactos ambientais. Estas condicionalidades (medidas de controle ambiental preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias) serão incorporadas às cláusulas de contratos e demais tipos de termo de compromisso que formalizam a transferência de recursos aos beneficiários;
- Sistema de supervisão e monitoramento do cumprimento das condicionalidades ambientais vinculadas à aprovação de propostas de financiamento;
- Indicadores de desempenho das atividades ambientais, incluindo indicadores RIMS;
- Apoio e capacitação das equipes técnicas e dos beneficiários do Projeto Paulo Freire para elaboração de estudos, identificação de impactos e observação das condicionalidades, para garantir um monitoramento ambiental participativo e associado à implementação do Projeto.

H. Componentes que necessitam uma avaliação ambiental e social.

25. Não foi identificada a necessidade de avaliação ambiental ou social complementar. Todas as avaliações necessárias serão realizadas durante a fase de diagnóstico em cada comunidade.

I. Registro das consultas feitas com os beneficiários, a sociedade civil e o público em geral

26. Durante a missão de desenho que ocorreu em Novembro de 2011, as seguintes reuniões e encontros permitiram levantar as informações e os dados necessários:

Instituições	Observações
FETRAECE – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará	Participaram da reunião o presidente a secretária geral, mais 5 diretores e 4 assessores.
Representantes de: STTR de Massapê, STTR de Santana do Acaraú, Instituto Rizoma (ONG), Terra 3 (ONG), Cooperbio (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Biocombustível do Estado do Ceará), Secretário de Agricultura do município de Santana do Acaraú, representante da Prefeitura de Massapê, vários representantes de associações comunitárias de Massapê e Santana do Acaraú, Ematerce (diretor técnico, várias pessoas da equipe regional de Sobral, técnicos dos escritórios locais de Massapê, Santana do Acaraú e Meruoca).	Reunião feita na sede do STTR de Massapê.
Comunidade de Morro Vermelho – associação; município de Massapê.	Reunião com diretores da associação e membros da comunidade (40 pessoas). Visita de 1 propriedade.
Comunidade de Camará, mun. de Santana do Acaraú; Comunidade e	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 12

Instituições	Observações
Associação do Chora, Santana do Acaraú.	
Representantes de: STTR de Graça, Pacujá e Mucambo, representante quilombola de Mucambo, Secretário de Agricultura e vice-prefeito do município de Pacujá, representantes de associações comunitárias de Graça e Pacujá. Membros da Ematerce (diretor técnico, equipe regional de Sobral, escritório local de Graça).	Reunião feita na sede do STTR de Graça.
Comunidade e associação de Pocinhos, município de Graça	Reunião com diretores da associação e a comunidade (35 pessoas). Visita a uma horta mandala.
Comunidade quilombola do Batoque, município de Pacujá.	Reunião com a comunidade
Estiveram presentes na reunião: representantes dos STTRs de Ararendá e Poranga, Secretarias de Agricultura e Políticas Sociais de Ararendá, Prefeita de Ararendá, vereadoras de Ararendá e Poranga, Associação de Apicultores de Poranga, comunidade indígena do município de Poranga, diversos representantes de associações comunitárias de Ararendá e Poranga, membros da Ematerce (equipe local, equipe regional de Nova Russas, equipe central).	Reunião feita na sede do STTR de Ararendá.
Comunidade de Lagoa dos Bois, município de Ararendá.	Reunião com diretores(as) da associação e membros da comunidade, inclusive 'crocheteiras'. (20 pessoas)
Comunidade de Poranga	Reunião com a Associação dos produtores de Mel e Visita da escola indígena.
Escola Estadual de Educação Profissional de Ipu.	
Universidade Federal do Ceará, no dia 22/11	Reunião com o Professor Ahmad Saeed Khan
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus de Sobral.	
Câmara Setorial do Mel	Participação da reunião mensal com representantes dos produtores, transformadores, exportadores, SDA
Representante Emater regional, Seagri Potengi, STTR, presidente dos apicultores de Potengi,	Reunião em Salitre de apresentação do contexto local.
Estudo econômico da casa de farinha de Salitre (Associação Pau da Bandeira).	Detalhamento do funcionamento e dos custos com os dirigentes da casa de farinha.
Prefeitos de Assaré e Tarrafas, Seagri, Emater, STTR, Fetraece, representante dos produtores de milho e mel	Reunião em Assaré de apresentação do contexto local.
Parambu: SDA, Ematerce, STTR, representante da Associação de Parambu	Reunião com a comunidade para estudo técnico e econômico da produção de caju.
Assaré: reunião com a Associação Serra de Santana, STTR, Ematerce, SDA, Seagri	Reunião com a comunidade para estudo técnico e econômico da produção e beneficiamento do mel.
Aiuaba: reunião com a comunidade de Castanho e Boas Águas, STTR, Ematerce, SDA, Seagri	Reunião com a comunidade para estudo técnico e econômico da produção de caprinos e ovinos para carne.
Arneiroz: reunião com a Associação Nossa Senhora do Carmo, Ematerce,	Reunião com a associação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
ANEXO 12

Instituições	Observações
SDA.	para estudo técnico e econômico do beneficiamento do leite de cabra.

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

ANEXO 13. MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O BANCO DO NORDESTE E O FIDA

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O BANCO DO NORDESTE DO
BRASIL S.A. E O FUNDO INTERNACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA, PARA A MELHORIA DA
QUALIDADE DE VIDA DE FAMÍLIAS RURAIS
EM SITUAÇÃO DE POBREZA OU EXTREMA
POBREZA, NO NORDESTE, NORTE DE
MINAS GERAIS E DO ESPÍRITO SANTO**

O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº. 07237373/0001-20, com sede na Av. Pedro Ramalho, 5700, em Fortaleza-CE, doravante denominado **BANCO DO NORDESTE**, representado neste ato por seu Presidente, Sr. Roberto Smith, e o **FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA**, instituição financeira internacional ligada à Organização das Nações Unidas, com sede na Via Paolo di Dono, 44, 00142 Roma, Itália, doravante denominado **FIDA**, representado neste ato por....., decidem celebrar o presente Acordo, sujeitando-se o mesmo e a sua execução aos ditames da Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no que couber, em conformidade com as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto somar esforços do BANCO DO NORDESTE e do FIDA no atendimento à famílias rurais em situação de pobreza ou extrema pobreza dos nove estados da região Nordeste, além das porções norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, beneficiárias dos projetos do FIDA e ao mesmo tempo clientes ou potenciais clientes do BNB, doravante denominados BENEFICIÁRIOS, proporcionando a melhoria de sua qualidade de vida por meio de:

- 1) Capacitação e treinamento dos beneficiários em aspectos sociais, técnicas produtivas, cuidados ambientais e gestão de negócios;
- 2) Assistência técnica e de gestão empresarial aos beneficiários, para a elaboração, implantação e manutenção de projetos produtivos;
- 3) Concessão de crédito aos beneficiários para a implementação dos referidos projetos produtivos, com assistência na elaboração de propostas de crédito ou microcrédito e com acompanhamento presente ao longo da atividade das operações contratadas; e
- 4) Viabilização de pequenas obras de infraestrutura local e equipamentos de suporte aos projetos produtivos.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE EXECUÇÃO

A operacionalização do presente Acordo de Cooperação seguirá as seguintes etapas/orientações:

- 1) Troca de informações entre o BANCO DO NORDESTE e FIDA sobre prioridades programas e recursos institucionais para a Região;

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

- 2) Formulação conjunta de documento detalhando as prioridades e estratégias da ação conjunta, visando à estruturação, foco e resultados deste Acordo de Cooperação.
- 3) Ação conjunta com as entidades públicas e privadas de cada Estado e o Governo Federal, para formulação e execução de projetos convergentes com as prioridades e estratégias definidas.
- 4) Promoção do acesso ao crédito e demais componentes de inserção sustentável no mercado para os beneficiários dos projetos do FIDA inseridos na ação do presente Acordo.
- 5) Ampliação do conhecimento técnico do BANCO DO NORDESTE e do FIDA, por meio do intercâmbio de conhecimentos e experiências entre as duas entidades.
- 6) Interlocução direta entre o FIDA e o BANCO DO NORDESTE, facilitando o planejamento, as ações e o acompanhamento dos resultados do presente Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente acordo não implica transferência de recursos por quaisquer das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Compete ao BANCO DO NORDESTE:

- 1) Disponibilizar ao FIDA informações sobre sua estrutura, produtos e serviços, de modo a possibilitar sua adequada inserção nos projetos do FIDA.
- 2) Formular, com o FIDA, documento detalhando as prioridades e estratégias da ação conjunta, contemplando recortes territoriais, parceiros potenciais, público-alvo, componentes (financiamento, infraestrutura, assistência técnica etc), cronograma etc., visando à estruturação, foco e resultados da cooperação objeto do presente Acordo.
- 3) Designar representantes com conhecimentos dos processos, programas e produtos financeiros do Banco para participar na elaboração dos projetos do FIDA para a Região.
- 4) Participar das negociações de projetos do FIDA com as entidades públicas e privadas de cada Estado e o Governo Federal, convergentes com as prioridades e estratégias definidas.
- 5) Promover o acesso ao crédito aos beneficiários dos projetos do FIDA no âmbito deste Acordo de Cooperação, por meio de seus programas de financiamento, da sua rede de agências e dos assessores de crédito do AgroAmigo e CrediAmigo.
- 6) Realizar troca de conhecimentos e experiências com o FIDA por meio da realização de seminários, visitas técnicas, formulação de intervenções inovadoras em políticas públicas integradas ao crédito, dentre outras iniciativas de intercâmbio.
- 7) Designar representantes responsáveis pela interlocução com o FIDA, facilitando o planejamento e o acompanhamento conjuntos, a resolução de possíveis dificuldades, e o fornecimento de informações sobre a concessão do crédito aos beneficiários.
- 8) Fornecer ao FIDA informações sobre os financiamentos aos beneficiários dos projetos realizados no âmbito deste Acordo de Cooperação, considerando os recortes territoriais definidos, contemplando quantidade de operações, total dos valores contratados,

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

distribuição das operações por porte de cliente, gênero, atividade econômica, dentre outras variáveis.

Compete ao FIDA:

- 1) Disponibilizar ao BANCO DO NORDESTE informações sobre suas prioridades e os projetos que pretende financiar na região Nordeste, norte de Minas gerais e Espírito Santo, em tempo hábil que possibilite a participação do banco nas negociações e execução.
- 2) Formular, com o BANCO DO NORDESTE, documento detalhando as prioridades e estratégias da ação conjunta, contemplando recortes territoriais, parceiros potenciais, público-alvo, componentes (financiamento, infraestrutura, assistência técnica etc), cronograma etc., visando à estruturação, foco e resultados da cooperação institucional.
- 3) Promover a participação do BANCO DO NORDESTE nas negociações dos projetos do FIDA com as entidades públicas e privadas de cada Estado e o Governo Federal, convergentes com as prioridades e estratégias definidas para este Acordo e que viabilizem componentes complementares ao crédito para inserção sustentável dos beneficiários no mercado.
- 4) Realizar troca de conhecimentos e experiências com o BANCO DO NORDESTE, por meio da realização de seminários, visitas técnicas, formulação de intervenções inovadoras em políticas públicas integradas ao crédito, dentre outras iniciativas de intercâmbio.
- 5) Designar representantes responsáveis pela interlocução com o BANCO DO NORDESTE, facilitando o planejamento e o acompanhamento conjuntos, a resolução de possíveis dificuldades, e o fornecimento de informações sobre a concessão do crédito aos beneficiários.
- 6) Fornecer ao BANCO DO NORDESTE informações sobre o andamento dos projetos na região inseridos neste Acordo de Cooperação, contemplando números e informações qualitativas sobre os beneficiários dos projetos; as capacitações, treinamentos e/ou assistência técnica realizados; as pequenas obras de infraestrutura local realizadas e os equipamentos de suporte aos projetos produtivos; as ações para acesso aos mercados; os reflexos das ações do projeto e do crédito concedido sobre a qualidade de vida dos beneficiários, dentre outras.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Sempre que houver necessidade, e mediante Termo Aditivo, o Acordo poderá ser modificado, desde que em comum acordo entre as partes, passando os referidos termos a fazerem parte integrante deste instrumento como um todo único e indivisível.

CLÁUSULA SEXTA – DO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Os partícipes deverão cumprir, durante o período de vigência deste Acordo, o disposto na legislação aplicável ao combate ao trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz) e na condição análoga à de escravo, sob pena de não efetivação do Acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA - SIGILO

Os Partícipes manterão, sob confidencialidade, todas as informações que lhes foram ou serão fornecidas para fins do presente Acordo, bem como toda e qualquer informação delas originadas, independentemente de serem privilegiáveis ou não.

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

As presentes obrigações de confidencialidade estendem-se a seus administradores, empregados, contratados, prepostos a qualquer título e comitentes;

Os Partícipes reconhecem que todas as informações, segredos de negócios e demais direitos de propriedades intelectuais recebidas ou obtidas em consonância a este instrumento não são passíveis de transferência de titularidade, pertencendo exclusivamente às suas titulares originárias.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O Acordo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá 05 (cinco) anos de vigência, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, mediante acordo entre as partes, por intermédio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DENÚNCIA

O presente Acordo poderá ser denunciado e/ou rescindido, por qualquer de seus partícipes, por inadimplemento de pelo menos uma das Cláusulas, que o torne material ou formalmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

O **BANCO DO NORDESTE** (se assim ficar definido) providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Acordo, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte à sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, conforme prescreve o parágrafo único e o *caput* do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza-CE, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para efeito de solução de demandas entre as partes, que porventura venham a surgir, na execução deste Acordo.

E por se acharem assim justos e acordados, firmam o presente Acordo em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, acompanhado das testemunhas previstas em lei.

Fortaleza (CE),... de de 2011.

Pelo BANCO DO NORDESTE:

.....
ROBERTO SMITH
Presidente

**Pelo FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA – FIDA:**

.....
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF: ***

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------

ANEXO 14. RURAL FINANCIAL SERVICES

EXPLANATORY NOTE

This annex was prepared as part of the design of the "Rural Business Project for Small Producers", an IFAD project in the State of Sergipe, Brazil. The purpose of including it as one of the annexes of the Paulo Freire Project in the State of Ceará, is to take advantage of the analysis done in Sergipe, where the situation and conditions of the financial services are very similar to those present in Ceará.

I. INTRODUCTION

1. The objective of the Project's component 1 is to develop agricultural and non-agricultural rural businesses of poor producers' groups. The Project instruments would be the provision, to producers and their organizations, of co-financing for productive investments associated with integral and continuous technical assistance (on productive, business management and marketing aspects) and rural extension (training and continuous field education) focused on developing rural businesses according to approved business plans. Besides the co-financing, the project will support the beneficiaries in accessing credit from the existing financial services providers, playing an intermediary role between the supply and the demand side.
2. The present document is meant to provide an overview of the current financial services providers in the rural areas of the State of Sergipe, to identify those that are better positioned to serve the potential beneficiaries of the projects. The identification will as well take into consideration the poor producers' needs and the constraints faced in accessing rural financial services in the project's area of intervention.

II. THE SUPPLY OF RURAL FINANCIAL SERVICES

3. Although several banks and financial services providers operate in the State of Sergipe (Santander, Bradesco, and Itaú Unibanco, among the largest ones), only a few of them supply credit in rural areas and provide overall financial services for farm and non-farm activities. The major player in the rural financial system is the National Programme for Family Farming (PRONAF), a vast national rural credit programme which provides access to credit to thousands of farmers throughout the country, through public banks such as the Bank of the North-east (BNB), the National Bank for Development (BNDES) and the Bank of Brazil (BB), federal public banks, as well as through agreements with credit unions and private banks. More specifically, in Sergipe there are two public banks which are channelling PRONAF funds into rural areas, namely BB and BNB. Besides them, there are other four rural financial services providers: the Bank of the State of Sergipe (Banco do Estado de Sergipe, BANESE); a microcredit NGO (CEAPE-SE) and two credit unions in the municipalities of Poço Verde (COOPEC) and Simão Dias (CREATIVA).

A. Programa Nacional de Fortalecimiento de Agricultura Familiar (PRONAF)

4. The National Programme for Family Farming (PRONAF) was established in 1996 with the aim of providing financial support to farm and off-farm activities by employing labour force of poor rural households. It is based on three axes of interventions: support to producers' and municipalities' infrastructures, credit to family farming and provision of technical assistance. In the practice, it is basically a credit system, with almost no provision of technical assistance and a low support to infrastructures. It is a highly subsidized credit programme, which allows channelling credit at much lower interest rates compared to commercial ones and through assignation criteria based on the segmentation of different classes of farmers and different types of activities. The classification of farmers is based on the following criteria: (i) the

183	183
183	183
TANZ	

farmer's gross income; (ii) the acreage of his/her exploitable land; and (iii) the kind of workforce he/she employs.

5. The PRONAF funds provide working capital and investment capital. The programme establishes different specific credit lines to specific farmers groups, within the concept of family farming, whereby the Credit Manual approved by the Central bank of Brazil¹⁰⁶ defines the beneficiaries as "people who compose family units of rural production". The PRONAF's 14 credit lines are appointed to 5 different farmer groups (A, A/C, B, C and COMMON) and to 9 different kinds of activities.

6. Group A is composed by family farmers settled by the National Agrarian Reform (PNRA) or beneficiaries of the National Land Credit (PNCF). They must hold a land whose acreage is not larger than 1 fiscal module¹⁰⁷ and their gross annual family income must not exceed R\$ 14,000¹⁰⁸. The Group A/C is composed by family farmers who already benefited of an investment credit under the Group A and ask for a working capital loan.

7. Group B is composed by family farmers who: (i) exploit a parcel of land as owners, leaseholders, tenants or partners; (ii) hold a land whose acreage is not more than 4 fiscal modules; (iii) utilize a labour force which is provided by family members; and (iv) have 30% of their gross income which derives from farm and off-farm activities and must not exceed R\$ 6,000 annual.

8. Group C is composed by family farmers who were entitled to benefit of the credit assigned to the group C up to the end of March 2008, before PRONAF was revised. It included family farmers with a gross annual income between R\$ 3,000 and R\$ 16,000, who could borrow both working capital loans and investment loans.

9. Group COMMON, also named "Family Farmers", comprise groups C/D/E of the former PRONAF (before 2009) and is composed by family farmers who: (i) exploit a parcel of land as owners, leaseholders, tenants or partners; (ii) hold a land whose acreage is not larger than 4 fiscal modules; (iii) utilize a labour force which is provided by family members, occasional salary workers according to harvesting seasons and no more than 2 permanent salary workers; and (iv) have 70% of their gross income which derives from farm and off-farm activities and must be within R\$ 6,000 and R\$ 110,000 annual.

10. The 9 special credit lines refer to: agro-industry credit; credit for women; credit for youth; credit for semi-arid areas; credit for associations or cooperatives whose 90% of member base is composed by family farmers; credit for agro-ecology activities; credit for forestry; credit for renewable energy projects and ground conservation activities; the "More Food" credit (for some specific productive activities, such as the production of saffron, rice, coffee, cassava, corn, sorghum, fruits, the goat production, milk goat processing, pollen production, poultry, fishery). Among the non-farm activities, PRONAF also includes rural tourism, fishery, and aquaculture.

11. Funds from PRONAF are not allowed for the acquisition of beef cattle, and for activities related to the production of smoke.

12. The credits are supplied to: individuals; groups of producers with a common productive purpose; and groups of producers with different individual production purposes.

¹⁰⁶ Resolução 3579, BACEN.

¹⁰⁷ The fiscal module is obtained by dividing the total area utilized by the municipal fiscal module. The municipal fiscal module is calculated as total area (-) legal reserve (-) area of permanent conservation (-) area of ecological interest (-) forested area with native species (-) not arable area (-) mining areas.

¹⁰⁸ 1 Real= 0,5 USD at the time of the mission (July 2010).

183	183
183	183
TANZ	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
ANEXO 14

13. Interest rates are very low, between 0.5% and 4.5% annual, and if repayment is done in time, a discount ranging from 25% to 44% of the repaid amount is applied for most of the credit lines.

14. The following table summarizes lending conditions according to each different group.

183	183
183	TANZ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 14

Table 1: PRONAF Credit Lines

Group and Credit Lines	Type of Credit	Purpose	Loan Ceiling (R\$)	Interest Rate (annual)	On-time Payment Bonus	Duration and Grace period
A	Investment	Financing of farm and off-farm activities	7,000	0.5%	44%	10 years; grace: 3 years
A/C	Working Capital	Financing working capital for farm and non-farm activities	5,000	1.5%	-	Farming: 2 years; Live-stocking: 1 year
B	Investment	Financing of farm and off-farm activities	2,000/4,000	0.5%	25%	2 years; grace: 1 year
C	Working Capital	Financing working capital until the 2012-2013 SAFRA plan	5,000 (min. 500)	3%	R\$ 200,00 per farmer	Farming: 2 years; Live-stocking: 1 year
COMMON	Investment and Working Capital	Financing infrastructures for production and services for farm and non-farm activities and working capital for farm activities.	WC: 40,000	WC: Up to 10,000: 1,5%; 10,000-20,000: 3%; 20,000-40,000: 4,5%.	25% (semi-arid); 15% (non semi-arid)	INV: 8 years; grace: 3 years
			INV: 36,000	INV: Up to 7,000: 1%; 7,000-18,000: 2%; 18,000-36,000: 4%.		WC: Farming: 2 years; Live-stocking: 1 year
Agro-Industry	Investment	Financing for establishment, increase or modernization of small and medium enterprises	20,000	Up to 10,000: 1%; 10,000-20,000: 2%.	-	12 years; grace: 4 years
Women	Investment	Financing infrastructures for production and services for farm and non-farm activities for women farmers	36,000	Up to: 7,000: 1%; 7,000-18,000: 2%; 18,000-36,000: 4%	25% (semi-arid); 15% (non semi-arid)	8 years; grace: 3 years
Youth	Investment	Financing infrastructures for production and services for farm and non-farm activities for young farmers (16-29 years)	10,000	1%	-	10 years; grace: 3 years
Semi-arid	Investment	Financing projects in semi-arid areas, prioritizing hydro infrastructures	10,000	1%	-	10 years; grace: 3 years

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 14

Group and Credit Lines	Type of Credit	Purpose	Loan Ceiling (R\$)	Interest Rate (annual)	On-time Payment Bonus	Duration and Grace period
Agrinf	Working Capital	Financing working capital for melioration and industrialization	5,000 (individual); 5,000,000 (group)	4%	-	1 year
Agro-ecology	Investment	Financing of agro-ecologic or organic production systems	36,000	Up to: 7,000: 1%; 7,000-18,000: 2%; 18,000-36,000: 4%.	25% (semi-arid); 15% (non semi-arid)	8 years; grace: 3 years
Forest	Investment	Financing of agro-forestry system projects, with resources FNE for COMMON target group)	14,000	1%	-	20 years; grace: 12 years.
		Others	7,000			12 years; grace: 8 years.
ECO	Investment	Renovation energies and environment projects, soil conservation, etc.	36,000	Up to: 7,000: 1%; 7,000-18,000: 2%; 18,000-36,000: 4%	25% (semi-arid); 15% (non semi-arid)	8 years; grace: 3 years
More Food	Investment	Financing investment projects for specific products and processing.	130,000 (individual, minimum 7,000) or 500,000 (collective projects)	2%	-	10 years; grace: 3 years.

15. There is no specific guarantee required to the beneficiaries. Guarantees are at discretion of the credit institution disbursing the loan. The bank takes into consideration the amount of credit, the pledge of the harvest, and the endorsement or the access of the borrower to the Guarantee Programme for Agricultural Activities (ProAgro)¹⁰⁹. In most cases, the provision of technical assistance by some accredited institutions (mostly EMDAGRO) for the preparation of the business plan is the most important factor ensuring economic viability and sustainability for the bank, hence it is considered as a form of guarantee.

16. In order for a farmer to apply to PRONAF credit lines, he/she must request the issuance of the Declaration of Entitlement of PRONAF (DAP) in the local office of EMDAGRO or in the municipal rural syndicate. Once the DAP is issued, a technical project and a related business plan is developed by the farmers with the supports of EMDAGRO's technical assistance. The project is then submitted to the bank, which analyzes the cadastral, financial and economic viability of the project.

17. A parallel insurance scheme (Seguro de Agricultura Familiar, SEAF) has been developed for the beneficiaries of PRONAF. SEAF is a multi-risk insurance scheme, which covers losses due to climatic factors, diseases and unpredictable pests. It covers 100% of the investment and more than 65% of the expected income and never realized by the farmer.

18. Furthermore, since 2007 the GoB also developed a programme for improve access to market to beneficiaries of PRONAF and to diversify the production. The Price Guarantee Programme for Family Farming (PGPAF) allows the farmer to receive a credit which is automatically linked to the guarantee price of the PGPAF.

19. Finally, in order to protect family farmers, a specific programme to generate a market for the PRONAF farmers was developed. It is the Food Acquisition Programme, which aims at ensuring access to food in quantity, quality and regularity for people facing food insecurity and nutrition, and promotes the institutional food supply, which includes the procurement of food for various purposes, including school feeding and builds strategic stocks of food produced by family agriculture.

20. In terms of geographic distribution of PRONAF funds, the Southern Region absorbs 44% of entire programmes, while the North Eastern Region's participation in the programme declined from 26% in 1999 to 20% in 2008¹¹⁰. For what concerns resources distribution for each different modality of credit, generally the total amount of credit for more capitalized farmers (group COMMON) was much higher than the credit delivered to the poorest groups (group B)¹¹¹.

21. In the State of Sergipe, the number of contracts subscribed under PRONAF and the total amount supplied by PRONAF have become declining since 2006. Nevertheless, the average loan amount has been increasing, meaning that the beneficiaries of the group B have been partially and gradually left out.

¹⁰⁹ ProAgro is a national guarantee scheme that protects farmers' income from natural events, pests and diseases by guaranteeing the complementary value of the purchase cost.

¹¹⁰ Guanziroli, C.; Basco, C.; "Construcción de Políticas Agrarias en Brasil: el Caso del PRONAF", 2009.
MDA/SAF website, <http://smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/anofiscal.asp>

Table 2: PRONAF Contracts in Sergipe

Year	Number of Contracts	Total Amount Disbursed (000 R\$)	Average loan amount (000 R\$)
2005	43.927	99.693	2,269
2006	51.631	127.967	2,478
2007	36.561	102.927	2,816
2008	30.328	101.577	3,349
2009	23.441	100.549	4,289
2010	8.626	36.650	4,248

MDA/SAF website

22. The decline of the numbers of credit can partially be explained by the suspension of the programme in 47 out of the 75 municipalities, due to very high levels of delinquency. The suspension has now been abolished.

23. With respect to the 15 municipalities targeted by the Project, a drastic decline in the number of stipulated contracts can be observed for some of them, in the following table:

Table 3: PRONAF contracts in Project's Municipalities

STATE	2005	2006	2007	2008	2009
Aquidabã	565	849	855	703	463
Brejo grande	269	173	100	21	18
Canhoba	974	182	192	133	140
Carira	33	1.706	623	1.553	1.002
Gracho Cardoso	531	754	304	353	150
Ilha da Flores	190	437	359	144	79
Japoatã	279	129	526	381	300
Neópolis	627	985	531	332	475
Nossa Senhora Aparecida	789	1.088	974	1.012	1.002
Pacatuba	330	492	354	219	259
Pinhão	268	225	100	140	47
Poço Verde	4.447	1.524	1.322	933	721
Santana do São Francisco	262	539	44	204	50
Simão Dias	1.521	1.617	1.645	1.467	1.104
Tobias Barreto	1.729	2.014	1.084	905	607

Source: MDA/SAF website.

24. As above cited the suspension in the delivery of the credit and more generally in the provision of the PRONAF services was due to high levels of defaults among the beneficiaries. Data are not available for the State of Sergipe individually, but some studies¹¹² reports that delinquency rate were very high, reaching in the case of group B almost 50% of the total disbursed, as shown in the following table:

Table 4: PRONAF Repayment Rates

Credit status	Group A (%)	Group B (%)	Group COMMON (%)
---------------	-------------	-------------	------------------

¹¹²

Chrysosthemos, R.; "Crédito Rural do PRONAF no Período de 1998 a 2008: Evolução dos Recursos e Inadimplência" (2009), paper presented at the 47th Congress of SOBER (Sociedade Brasileira de Administração e Sociologia Rural) in July 2009.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES - PROJETO PAULO FREIRE
 ANEXO 14

In time	71	53	80
Delinquent	28	46	19
Uncollectable	1	1	1

Source: Guanziroli 2009.

25. Group B is composed by the poorest farmers, which is largely delinquent. Also group A, composed by settlers of the Agrarian Reform are at a high risk of default, and only the other group (former groups C, D, and E), which are the most capitalized among family farmers, are relatively in time. The delinquents, according to the cited report (Chrysosthenos 2009), are concentrated in the Northeast, where they reach 70% of the total of supplied credits.

26. There are many factors that negatively affected the repayment of loans, according to the cited studies as well as to main Banks representatives (BNB, BANESE, BB). One is related to the lack or low quality of technical assistance. Only few banks has indeed a skilled staff with competencies to analyze business plan, while the magnitude of the technical staff of the institutions as EMDAGRO has so far been insufficient to provide an individual orientation to farmers. This problem resulted in a standardization of the projects and in a scarce follow-up, reduced to visits to collect money for the deliverance of new resources.

27. Another factor concerns the high degree of subsidization of the credit. An institutional arrangement that ensures the automatic granting of credit to a particular target group, without any guarantee or special conditions for repayment, tends to reduce and relax the technical and financial discipline of borrowers and negatively affects the efficiency in the utilization of the resources.

28. A third factor is the difficulty for the farmers in managing the credit. In some cases, the funds received through the credit are not integrally allocated in the expected productive activities.

29. Last, lack of integration in the markets, lack of commercialization of businesses and scarce additional value of products, affect the growth of the farm activities and in turn the capacity of repayment of the loans.

B. Banco do Nordeste (BNB)

30. Banco do Nordeste is a development and commercial bank, founded in 1954 to serve the poorest region of the country—the Northeast. It began by financing agricultural projects and entrepreneurs with funds from federally subsidized credit programs and is the main credit provider for large and small farmers in the North-east. Today BNB offers a series of diverse banking services that range from financing for large agribusinesses to serving low-income micro-entrepreneurs through its microfinance program. The bank is known for serving as one of the main channels of disbursement for the PRONAF.

31. In 1996, BNB launched in partnership with the World Bank a pilot project for a world-class microfinance programme, called Crediamigo. The programme resulted to be very successful and Crediamigo is today one of the largest microcredit operations in Latin America and appears to be one of the leaders in the region based on key performance indicators. CrediAmigo's target market is urban micro-entrepreneurs. They are involved in small scale manufacturing, commerce, and services, although the vast majority of clients are dedicated to such service activities as hair dressing and car repair. Almost half of the clients are women (49 percent). The program offers short-term loans of three to six months and longer term loans of nine to 12 months. CrediAmigo also offers consulting services to its clients at no additional cost.

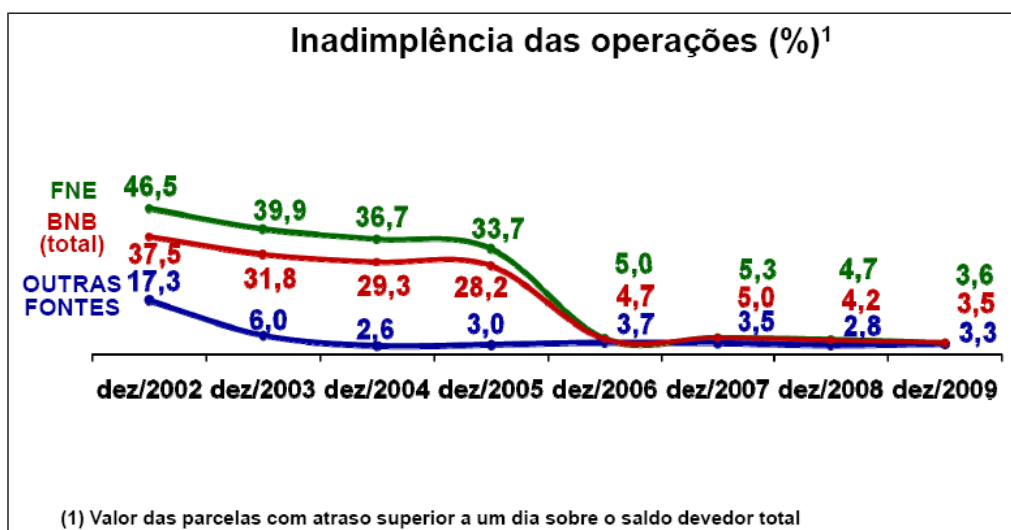
32. BNB is the largest financial institution working with PRONAF funds in the Notheast, Minas Gerais and Espírito Santo regions, providing financial services to family farmers for farm and off-farm activities. It serves family farmers belonging to all the PRONAF credit lines, both working capital and investment credit. The financed businesses are realized in partnership with

183	183	183
TANZ		

private and public institutions, which are responsible for the formulation of the business project and for supporting the farmers through entrepreneurial and technical orientation.

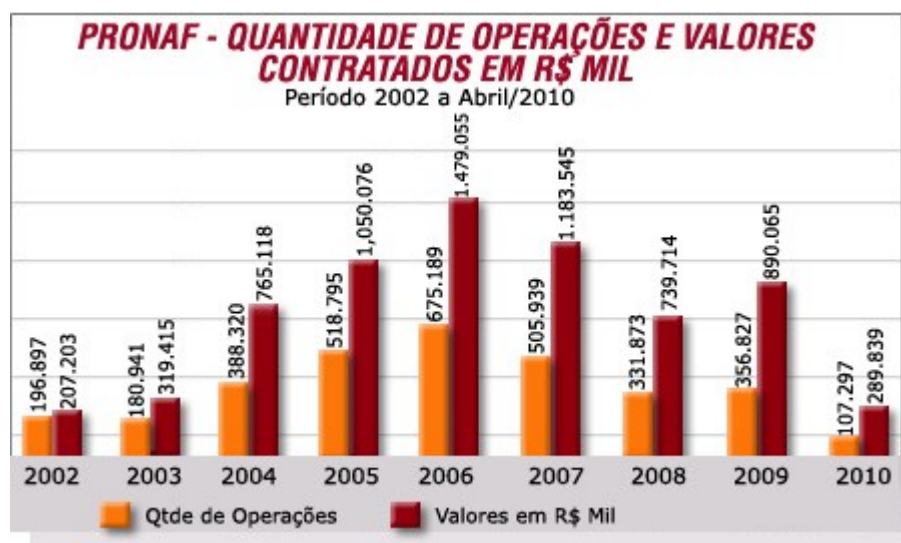
33. Even if there is few information concerning the portfolio quality related to PRONAF, several studies reports that delinquency was very high. According to BNB officials, the bank engaged in rescheduling of loans or portfolio review in arrears to state funds thus maintaining good portfolio quality indices on their balance sheets. This mechanism is evident in the information published by the BNB on its website where it can be observed that the evolution of delinquency levels fell during 2006 by the application of a rule (Portaria Interministerial) due to the reclassification of portfolio, as shown in the following figure¹¹³.

Figure 1: Evolution of delinquency in BNB operations since 2002 to 2009



34. As cited (see § 23), high delinquency rates concerned mostly the PRONAF target group B. This might explain why in the years the average loan amount has increased, cutting out the PRONAG B farmers, as shown in the next figure.

Figure 2: Number of operations and disbursed amounts of BNB/PRONAF programme



Source: BNB website

35. Given the high levels of delinquency and the consequent reduction of attendance towards group B farmers, in 2005 with the technical support of GTZ and SEEP, BNB developed a new programme, called Agroamigo. It is a rural microcredit programme, which aims at providing credit in rural areas, by adopting a peculiar methodology of attendance, whose premise relies on oriented and accompanied credit. This methodology follows the Crediamigo methodology, adopted in urban areas. Agroamigo is based on a strong local presence of microcredit agents and on its capacity to assess clients, and it is specifically targeted to the PRONAF group B.

36. For the implementation of Agroamigo, BNB signed a partnership with the Instituto Nordeste Cidadania (Northeast Citizenship Institute), a civil society organization of public interest (OSCIP), which is present in all the areas of intervention of BNB. In March 2010, its staff was composed by 593 rural microcredit agents, who are professionals hired to support Agroamigo clients to formulate credit proposals and to monitor their financed activities. In Sergipe, Agroamigo is currently counting on 32 agents and 15 agencies embedded within BNB's branches. Out of the 15, only 4 are in the municipalities targeted by the Dom Távora project, namely: Carira, Neopolis, Simão Dias, and Tobias Barreto.

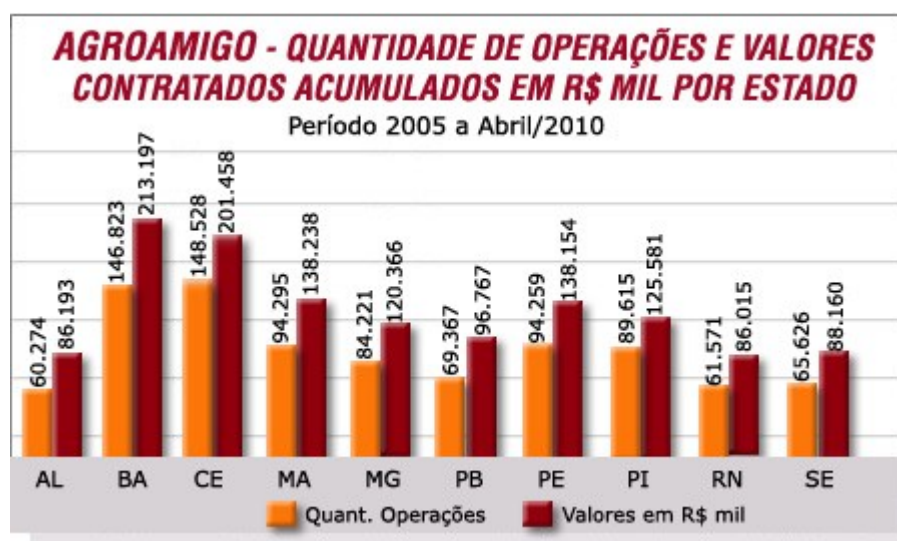
37. According to BNB officers, Agroamigo has been performing very well, and the delinquency rates are under 3%. The performance of Agroamigo has earned the programme an award as Innovative Financial Practices given by the Latin-American Association of Financial Institutions for Development (ALIDE). The two following figures report the current results of it.

Figure 3: Number of operations and disbursed amounts of Agroamigo



Source: BNB website

Figure 4: Number of Operations and disbursed amounts per State



Source: BNB website

38. Nevertheless, according to farmers met in different municipalities¹¹⁴ and to EMDAGRO officials supporting them in obtaining the DAP and in developing the business plans, Agroamigo's impact and effects are ambiguous. The increase in the number of agents and the intensification of the visits are mostly undertaken for encouraging farms to request a loan and for collecting repayments.

C. Banco do Brasil (BB)

39. Bank of Brazil S.A. is the major Brazilian and Latin American bank by assets. The bank, headquartered in Brasilia, was founded in 1808 and is the oldest active bank in Brazil. BB is controlled by the Brazilian government but its stock is traded at the São Paulo Stock Exchange and its management follows standard international banking practices. Since 2000 it is one of the four most-profitable Brazilian banks, and has a strong leadership in retail banking.

40. Besides commercial and government services, the bank offers a large variety of services to the consumer including bill payment services, ATM loans, and a single package that contains the account numbers for checking, multiple savings accounts, and investment account. The list of services offered encompass many complex automatic functions from ATMs and online such as a wide variety of loans, automatic payments, Brazilian bill payments, and deposits to other Brazilian accounts. Many merchants routinely accept account-to-account transfers as payment for goods.

41. BB is also one of the suppliers of PRONAF credit lines. Initially it was allowed by the Central Bank (BANCEN) to serve only the COMMON target group, as A and B were a prerogative group of BNB, but since 2004 it is also serving these two latter groups. BB disburses loans directly or through agreements with cooperatives. Compared to BNB, BB credit delivery to the customer PRONAF is faster as it requires less information and bureaucratic documents. The BB is more agile and unloading procedures on the cooperative work of gathering information, project development, inspection and collection work. It is a partnership where both parties win and in this case also the farmer earns in a timely manner to receive funding.

D. Banco do Estado de Sergipe (BANESE)

42. The Bank of the State of Sergipe is not currently channeling credit from the PRONAF funds, even though it used to be one of the accredited banks. Nevertheless, it supplies rural financial services for different purposes, such as working capital for farm and off farm activities, as well as investment capital. Since 2003 it has been providing a microcredit product for urban areas. Finally, it is in the process to launch a new rural microcredit product that will target family farmers with the same characteristics of those targeted by PRONAF.

43. The agricultural credit products include:

- Working capital for financing the cultivation of temporary crops as well as the maintenance of permanent crops, and for livestock activities. It is destined to all farmers, including family farmers, rural enterprises and farmers' cooperatives. The interest rate is 6.5% annual;
- Investment capital for financing the purchase of goods, services and building materials for improving the farm and for the production of permanent crops. The interest rate is 6.75% per year, except if the funds are disbursed from the Constitutional Fund for the Financing of the Northeast Region (FNE), for which interest rates range from 5% to 8,5% per year, depending on the magnitude and the capacity of the rural enterprise.

44. The urban microcredit product can be working capital (for the purchase of goods and raw material), fixed capital (purchase of tools, machinery, equipment, or the restructuration of small and medium enterprises) or the two mixed. The repayment period of the working capital credit is 1 year, whereas for the fixed one is 2 years, with a 2 months grace period. Interest rate is 1,5% per month for loans up to R\$ 500, 1,8% per month for loans ranging from R\$ 500 to R\$ 1.000, and 1.9% per month for any higher amount. With respect to guarantee, BANESE requires a group guarantee (2 to 5 people) except for credit below R\$ 300, where no guarantee is required.

45. According to the information provided by the BANESE officers, since the launch of this product, 75.000 credits were disbursed for a total of R\$ 80,6 million, with an average loan amount is R\$ 1.069. 94,5% of loans were destined to trade activities, 4,5% to production and 1% for services. Finally, women represent 70% of the microcredit portfolio.

	183
183	
183	
TANZ	

12 months. The guarantee required is a personal guarantor, which must be a cooperative member.

52. The Microcredit loan ceiling is R\$ 1.000 for the first operation and R\$ 1.500 for any further ones. Anyway, the borrower is allowed to demand an amount whose ceiling cannot exceed five times the amount of integral capital he mobilized in the cooperative. The interest rate is 3% per month, calculated on declining balances. Repayment periods are different, according to the activity the loan is required for: 18 months for stockbreeding (6 months of grace plus 12 months repayments); 12 months for piggery (3 plus 9); 9 months for agricultural activities (3 plus 6); 15 months for industrial activities (3 plus 12); and 12 months for petty trading (no grace period envisaged). This loan requires a group guarantee (3 to 6 members, all belonging to the cooperative). The investment projects for which Microcredit is required must be formulated with the support of a cooperative loan officer, which will also coordinate the group meetings.

53. COOPEC also offers the possibility to deposit fixed and current savings, bearing a 0,8% interest (higher than those of commercial banks, which are generally around 0,4%-0,5%). So far members have been able to deposit R\$ 22.000.

54. At the time COOPEC's officers were interviewed, data and information on performances were not available. According to the COOPEC'S officers, the outstanding credit portfolio is R\$ 70.000, corresponding to almost 140 loans. Microcredit has so far been offered to 13 groups for agricultural productions, livestock activities and off-farm activities (mainly petty trade). Delinquency rate ranges between 4% and 8%.

55. The credit union is very small and lack of financial resources. There are no full time workers on it, and operations are run voluntarily by three members of the board who have other contemporary part-time jobs. As cited, it exists thanks to the support provided by the local administrative institutions. Considered this, it can be observed that it is achieving remarkable results. It is yearly revised by an audit company, and many partnerships were in the process to be negotiated at the time of the mission. Among them, the most important is a proposal submitted to the BB, for being an agent of the PRONAFI funds where the banks does not reach, and for expanding its activities through correspondent banking facilities (lotteries, ATM, POS, cheques). A request for a refinancing of R\$ 50.000 has also been submitted to ASCOOB.

G. Cooperativa de Crédito Rural de Simão Dias Ltda (CREATIVA)

56. The rural credit union of Simão Dias is a very small credit union operating in the four municipalities of Simão Dias, Pinhão, Pedra Mole e Lagarto. It obtained the central bank authorization in 2007 and started operating in the beginning of 2008. It is currently constituted by 47 members and its current lending capital is R\$ 4 500. The membership quote is R\$ 150.

57. According to an agreement officially signed at the time of the credit union foundation, CREATIVA should have received support and partnership with the Municipality and the Prefecture, for the provision of software, the payment of offices rent, water, energy, etc. (as in the case of COOPEC). In fact, this support has not been provided yet, and CREATIVA is still operating with very low institutional capacity and an extremely limited amount of resources. It does not have its own offices and it operates in 2 classrooms provided by a partner association (SASAC), which provides it with a loan officer for receiving demands of credit. It is looking for other partnership, especially for receiving training, with ASCOOB.

58. So far, it has only 8 offered individual microcredit, whose maximum ceiling is R\$ 800, with a 0.3% monthly interest rate.

183	183
183	183
TANZ	

III. THE DEMAND FOR RURAL FINANCIAL SERVICES

59. The demand for rural financial services in Sergipe is only partially satisfied by the current supply. According to the 2006 agricultural census, in Sergipe there were approximately 54 thousand very low income family farms (around 230 thousand people). It means that in the last 2 years PRONAF funds were delivered only to around 50% of the potential borrowers (see table 2). Nevertheless, it does not seem to depend on scarcity nor unavailability of funds: PRONAF funds increase every year, and only in the fiscal year 2010-2011 the available amount for the entire country will be R\$ 16 billions.

60. Main constraints for farmers in accessing these funds rely mainly to: (i) lack of information among poor farmers; (ii) lack of capacity among poor farmers in preparing viable and sustainable business plans to be financed; (iii) the requirement, in order to receive a loan, to be provided with support and technical assistance by certified ATERs, mainly by EMDAGRO, as a form of guarantee for the bank. EMDAGRO does not have sufficient human resources to reach all the potential farmers, and therefore a portion of the potential demand is left behind, with no information on the availability of PRONAF and no possibility to access to it. Furthermore, as reported above, in 2008 PRONAF was suspended in 47 municipalities of Sergipe, because of high levels of delinquency, mainly due to poor technical assistance (see par. 21), although this suspension was recently abolished.

IV. THE PROJECT'S PROPOSAL

61. Resuming, the supply of credit in the rural areas of Sergipe is mainly provided by PRONAF. The contracts subscribed under PRONAF have become declining since 2006, and have diverted from group B, partly due to the suspension of the programme in 47 municipalities, now abolished. The suspension in the delivery of the credit and more generally in the provision of the PRONAF services was due to high levels of defaults among the beneficiaries, which was caused by a scarce provision of technical assistance, monitoring and follow-up.

62. Rural financial services providers in the State of Sergipe are two banks (BNB and BB) providing credit through the PRONAF funds, one public bank providing short term credit for working capital and investment, one NGO providing microcredit for non-agricultural activities, and two small credit unions. While BNB and BB have larger financial resources and deliverance capacity, they lack of sufficient skilled staff providing support to borrower in terms of preparation of the business plans and follow-up. On the other side, CEAPE-SE and COOPEC provide closer technical support and credit at high interest rates, at a smaller scale. This relative diversification on the supply side, even if the largest part of it is constituted by the BNB, allows the projects to support and orient to several solutions its beneficiaries in need of a credit for matching the grant received by the project.

63. The Project would therefore support beneficiaries' access to credit in different ways. It will enter into agreements with the different financial services providers for the supply of credit to the project's beneficiaries, who will be provided with technical assistance in the preparation of the business plans, and of a constant monitoring and follow-up of their activities. Such support will guarantee the banks that the business plan is viable and economically sustainable, and therefore it encourages the banks to finance them. For each business plan to be financed, the Project will identify the provider which is most adequate to the need of the beneficiary, according to: (i) the type of farm and non-farm activity to be financed; (ii) the demanded loan amount; (iii) the previous beneficiary's experience in managing credit; and (iv) the beneficiary's geographical location.

64. Even if PRONAF would be the main source of co-financing, it would not be necessarily the only one. For sure, the lower income farmers will continue accessing subsidized credit. Simultaneously, other beneficiaries could access financial services provided by the credit unions and the NGO mentioned in this document, so that they take advantage of the qualified and

effective technical assistance provided by them. However, it has to be reminded that the interest rates defined by the credit unions are around 40% per year, while PRONAF interest rate is between 0.5% and 4.5% flat.

65. Furthermore, even if not present in the State of Sergipe, there is a potential for the development of agreements between final buyers and farmers, such as contract farming or outgrowing contracts, which establish conditions for the production and marketing of a farm product or products. Typically, the farmer agrees to provide agreed quantities of a specific agricultural product, which should meet the quality standards of the purchaser. In this respect, the Project would provide the right technical assistance to farmers to accomplish to quality requirements. There are numerous examples of successful contract farming arrangements for most types of crops and livestock (such as poultry in other areas of the country¹¹⁵).

66. In parallel, the project will foster the establishment of potential partnerships with private companies (agro-industries, supermarkets) willing to organize their supply chain by investing with small producers. For example this could be the case of fair outgrowing or farming contracts where the company commits the purchase, advance the operating costs (inputs), provide technical assistance and recover the costs while paying to producers.

67. Finally, in order to better respond to the needs of farmers to access to financial resources, ATER's technicians who will benefit of the institutional capacity building of component II, would also be trained in rural finance related subjects. Training and education would enable them to apply the most adequate tools required in terms of specific services that can be provided to the beneficiaries (loans, leasing, contract farming, savings facilities, insurance schemes, etc). Main areas for training would be the following, among others: (i) microcredit methodologies; (ii) agricultural microfinance; (iii) value-chains finance; (iv) savings products and policies; and (v) customer protection.

ANEXO 15. CONTEÚDO DO ARQUIVO DE VIDA DO PROJETO

Ajuda Memória da Missão de Identificação do Projeto: 21 a 25 de março de 2011

Nota de Conceito do Projeto: 21 de julho de 2011

Documento do Comitê de Estratégia Operacional (OSC): 13 de outubro de 2011

Ajuda Memória da Missão de Desenho Detalhado do Projeto: 23 de novembro de 2011

Ajuda Memória da Reunião da Equipe de Gestão do Programa de País: 14 de janeiro de 2012

Ajuda Memória da Missão de Desenho Final do Projecto: 28 de março de 2012

DOCUMENTOS DE TRABALHO DO DESENHO DO PROJETO

DT I SISTEMAS PRODUTIVOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO

DT II ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DO PROJETO

183	183	183	TANZ
-----	-----	-----	------